

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições do CONTRATO ORIGINAL e de outros instrumentos não modificadas por este Termo Aditivo.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.

PORTARIA Nº 4090, DE 22 DE AGOSTO DE 2024

A DIRETORIA COLEGIADA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT, representada pelo Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos arts. 12 e 173 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução/CONSAD nº 39, de 17/11/2020, publicada no DOU de 19/11/2020, o Decreto nº 9.991, de 11/8/2019, a Instrução Normativa SGPENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º/2/2021, a Instrução Normativa DNIT nº 3, de 11/2/2020, o Relato nº 62/2024/ SAA - DAF/DAF/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 32ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 21/8/2024, as necessidades de desenvolvimento constantes no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP do DNIT, e tendo em vista o constante no **Processo nº 50600.024895/2024-62**, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Incentivo à Pós-Graduação - PIPG no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a qualificação contínua dos servidores da autarquia, na forma estabelecida nesta portaria.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objetivos

Art. 2º O Programa de Incentivo à Pós-Graduação, em consonância com o inciso III do art. 2º da Instrução Normativa DNIT nº 3, de 2020, tem por objetivo:

I - apoiar os servidores em exercício no DNIT na realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *strictu sensu*;

II - promover a atualização e o aprofundamento de conhecimentos técnicos e científicos relacionados às atividades desenvolvidas pelo DNIT;

III - colaborar para o desenvolvimento das competências necessárias ao bom desempenho das atribuições dos servidores;

IV - estimular a produção de pesquisas e estudos que possam aprimorar os processos do DNIT; e

V - contribuir para o cumprimento dos objetivos estratégicos desta Autarquia.

Diretrizes

Art. 3º O Programa de Incentivo à Pós-Graduação será estruturado e implementado considerando-se os seguintes princípios e diretrizes:

- I - valorização do corpo funcional visando à melhoria dos serviços prestados pelo DNIT;
- II - reconhecimento do mérito na alocação dos recursos destinados à capacitação;
- e
- III - transparência e efetividade na aplicação dos recursos destinados à capacitação.

CAPÍTULO II
DA IMPLEMENTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Art. 4º O PIPG será destinado apenas aos servidores ocupantes de cargos efetivo em exercício na autarquia. Não poderão participar do processo seletivo os servidores nas seguintes situações:

- I - requisitados ou cedidos a outros órgãos ou outros entes federativos, ainda que para exercício de cargo em comissão ou função comissionada do Poder Executivo;
- II - em usufruto de licença-prêmio por assiduidade;
- III - em usufruto das licenças e afastamentos previstos no art. 81, incisos I a IV, VI e VII, e no art. 185, inciso I, alíneas "d", "e" e "f", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 5º Os critérios para a concessão do incentivo serão estabelecidos em regulamento específico, contemplando, entre outros aspectos:

- I - requisitos mínimos para a participação dos servidores;
- II - áreas de interesse prioritário para o DNIT;
- III - procedimentos para a seleção dos candidatos;
- IV - modalidades de apoio financeiro; e
- V - responsabilidades e contrapartidas dos servidores participantes.

Art. 6º Será instituída, mediante portaria específica, uma Comissão Temática do Programa de Incentivo à Pós-Graduação, responsável pelas seguintes atribuições:

- I - analisar e definir as áreas temáticas dos cursos de pós-graduação que serão contemplados pelo PIPG;
- II - auxiliar a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas na escolha das Instituições de Ensino Superior - IES que irão ofertar as vagas de pós-graduação do PIPG; e
- III - auxiliar a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas na realização do processo seletivo para ingresso de servidores no PIPG.

§ 1º A comissão será composta por, ao menos, um representante de cada Diretoria do DNIT, tendo como presidente um representante lotado na área de Gestão de Pessoas.

§ 2º A portaria de instituição da Comissão Temática do Programa de Incentivo à Pós-Graduação conterá as disposições relativas ao seu funcionamento interno.

Art. 7º A gestão do PIPG será de responsabilidade da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, vinculada à Diretoria de Administração e Finanças, que ficará responsável pelo seguinte:

- I - elaborar e divulgar os editais de seleção para o PIPG;
- II - realizar o processo seletivo para ingresso de servidores no PIPG;
- III - definir, anualmente, o quantitativo de vagas a serem ofertadas no PIPG;
- IV - realizar a contratação das Instituições de Ensino Superior - IES que irão ofertar as vagas do programa;
- V - acompanhar o desenvolvimento dos servidores participantes; e
- VI - realizar a prestação de contas e avaliação dos resultados do programa.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º O Programa de Incentivo à Pós-Graduação terá abrangência no DNIT em âmbito nacional.

Art. 9º Nos termos da Instrução Normativa DNIT nº 3, de 2020, os servidores contemplados pelas vagas do PIPG deverão atuar como disseminadores no âmbito do DNIT, compartilhando os conhecimentos adquiridos e colaborando com a melhoria dos processos e com a atualização dos procedimentos técnicos relativos à matéria de estudo.

Art. 10. Os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC e as teses de Mestrado e de Doutorado decorrentes do PIPG ficarão à disposição do DNIT, fazendo parte do acervo técnico da Autarquia.

Art. 11. O Programa de Incentivo à Pós-Graduação será revisto anualmente ou a qualquer tempo no decorrer do período de sua vigência, caso haja superveniência de fato justifique a necessidade de ajuste.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO
Diretor-Geral

DIREÇÃO SUPERIOR**DIRETORIA COLEGIADA****Tornar sem Efeito**

A publicação da Portaria nº 4673, de 25 de setembro de 2024, publicada no Boletim Administrativo nº 187, de 26 de setembro de 2024, por se tratar de assunto a ser publicado integralmente em Diário Oficial da União, conforme Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017.

DIRETORIA-EXECUTIVA**PORTARIA Nº 4657, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024**

O DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhes foram delegadas por meio da Portaria nº 1.241, de 8 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União, de 13 de março de 2024, e tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.506, de 02 de outubro de 2020, a Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamentam a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da Administração Pública Federal, direta, autárquica e fundacional, e a Instrução Normativa DNIT nº 3, de 11 de fevereiro de 2020; e em atenção às necessidades de desenvolvimento constantes no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP do DNIT e tendo em vista o constante no **Processo nº 50600.024895/2024-62**, resolve:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a **Comissão Temática do Programa de Incentivo à Pós-Graduação (PIPG)**. Tal Programa tem por objetivo principal apoiar os servidores em exercício no DNIT na realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *strictu sensu*, contribuindo, assim, para a atualização e o aprofundamento de conhecimentos técnicos e científicos relacionados às atividades desenvolvidas pelo DNIT.

Art. 2º Compete à Comissão Temática do PIPG:

I - analisar e definir as áreas temáticas dos cursos de pós-graduação que serão contemplados pelo PIPG;

II - auxiliar a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas na escolha das Instituições de Ensino Superior - IES que irão ofertar as vagas de pós-graduação do PIPG; e

III - auxiliar a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas na realização do processo seletivo para ingresso de servidores no PIPG.

Art. 3º A Comissão será composta pelos servidores listados no Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. O presidente da Comissão será o representante lotado na área de Gestão de Pessoas.

Art. 4º São atribuições do presidente da Comissão Temática:

I - convocar e presidir as reuniões da Comissão;

II - estabelecer a pauta dos itens a serem discutidos em cada reunião;

III - submeter à discussão e votação os itens da pauta;

IV - apresentar o resultado das votações e das análises; e

V - representar a Comissão em reuniões e encontros voltados à discussão de questões relativas ao Programa.

§ 1º Cabe ao presidente proferir o voto de desempate nas votações, quando for o caso.

§ 2º O presidente será substituído em seus afastamentos e impedimentos legais por substituto votado pelos demais membros da Comissão.

Art. 5º A Comissão poderá solicitar o apoio de servidores ou colaboradores de outras áreas do DNIT, sempre que necessário, para a execução de suas atribuições, sem prejuízo de suas funções ordinárias.

Art. 6º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante, não ensejando, em nenhuma hipótese, remuneração adicional ou gratificação.

Art. 7º A 1ª reunião da Comissão Temática será provocada pelo Presidente. Durante a 1ª reunião será estabelecido uma agenda de reuniões para o desenvolvimento das ações da Comissão.

Art. 8º Dúvidas e casos omissos deverão ser objetos de análise da Diretoria de Administração e Finanças.

Art. 9º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANTÔNIO ROCHA DE BARROS
Diretor-Executivo

ANEXO I

SERVIDORES QUE COMPÕEM A COMISSÃO TEMÁTICA DO PROGRAMA DE INCENTIVO À PÓS-GRADUAÇÃO – PIPG

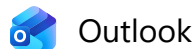
SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA	LOTAÇÃO
Cássia Bretas Pinto Coelho	Analista em Infraestrutura de Transportes	1441179	Diretoria-Geral
Anderson Alvarenga Ferreira	Analista em Infraestrutura de Transportes	2063233	Diretoria-Executiva
Joziellen da Silva Auteiro	Técnico Administrativo	2139765	Diretoria de Administração e Finanças
Janaina Martins	Analista Administrativo	20631014	Diretoria de Infraestrutura Rodoviária
Jaqueline Portmann Borba	Técnico Administrativo	2077392	Diretoria de Infraestrutura Aquaviária
Eloi Angelo Palma Filho	Analista em Infraestrutura de Transportes	1570345	Diretoria de Infraestrutura Ferroviária
Amaro Venâncio Júnior	Analista em Infraestrutura de Transportes	1889862	Diretoria de Planejamento e Pesquisa

CORREGEDORIA**PORTARIA Nº 4683, DE 26 DE SETEMBRO DE 2024**

O CORREGEDOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, inciso IV, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 11.225, de 07 de outubro de 2022, publicado no Diário Oficial da União nº193, de 10 de outubro de 2022; o art. 35, incisos III e IV, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 39, de 17 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 19 de novembro de 2020, e, considerando o disposto no art. 92, *caput*, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e no art. 143 e seguintes da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º **RECONDUZIR** a Comissão Processante, constante do artigo 2º deste instrumento, para dar continuidade ao Processo Administrativo Disciplinar e convalidar os atos praticados anteriormente à vigência desta Portaria, apurando os atos e fatos identificados e no cumprimento da Legislação em vigor, notadamente ao que determina Lei nº 8.112/90, especialmente o art. 165.



Outlook

Proposta DNIT - MBA em Gestão Pública

De Ivan Lima <ivanl1@insper.edu.br>**Data** Ter, 09/12/2025 10:29**Para** Gleydson Herbete Deyvid de Souza <gleydson.souza@dnit.gov.br>**Cc** Rina Xavier Pereira <RinaXP@insper.edu.br>; Ed de Almeida Carlos <edac@insper.edu.br>; Contratos EE <contratosee@insper.edu.br> 1 anexo (2 MB)

MBA Executivo - DNIT.pdf;

Atenção: Este é um e-mail externo e pode ser malicioso. Tome cuidado ao clicar em links ou abrir anexos.

Bom dia Gleydson

Conforme solicitado, envio para a sua análise e avaliação proposta visando o desenvolvimento do MBA em Gestão Pública para o DNIT.

Permaneço a disposição para qualquer dúvida/esclarecimento

Se desejar podemos agendar um momento para que eu possa apresentar a proposta.

Pela atenção, obrigado



Ivan Lima

Consultor de relacionamento de Educação Executiva

 ivanl1@insper.edu.br Rua Quatá, 300 - Prédio Claudio Haddad
Vila Olímpia - São Paulo/SP ouvidoria@insper.edu.br



Esta é uma proposta do Insper:

Vamos juntos
criar uma agenda
de mudanças?

INSPER

*instituição sem fins
lucrativos, dedicada ao
ensino e à pesquisa.*

Há 35 anos contribuímos com a
formação de profissionais
e líderes inovadores, capazes de
transformar os negócios e
repensar sua atuação.

Transformação por meio da experiência de aprendizagem



GRADUAÇÃO

+2.925 alunos

[Quero saber
mais](#)



PÓS GRADUAÇÃO

+3.428 alunos

[Quero saber
mais](#)



EDUCAÇÃO
EXECUTIVA

+5.211 alunos

[Quero um caminho
feito para mim](#)



EDUCAÇÃO EXECUTIVA

Caminho de aprendizado de uma vida inteira.
Do trainee ao C-Level.

Para cada etapa de vida e
carreira, uma solução
personalizada.



“Aqui na Fundação Lemann acreditamos na transformação que lideranças preparadas, engajadas e representativas podem promover. O Insper tem sido um parceiro importante nesta missão - tanto pela produção de conhecimento no tema de lideranças no setor público, quanto pela oferta de cursos de curta duração em gestão e políticas públicas a pessoas ocupando o alto escalão do executivo de diversos governos. Além de conhecerem profundamente os temas discutidos, o time do Insper é sempre muito proativo e flexível para atender às necessidades e se adaptar às demandas do território, promovendo formações aplicáveis e participativas”.

Nathalia Bustamante - líder da área de Relacionamento com Universidades da Fundação Lemann.

Programas customizados

Desafios específicos pedem soluções específicas

Aqui, sua empresa é a protagonista: nossa equipe está pronta para analisar o contexto atual da sua organização e desenhar, junto com você, o programa ideal para atender as demandas identificadas.



Centralidade na empresa

Entendimento completo do contexto e dos desafios.
Análise da cultura, da condução dos negócios, do emprego do capital humano e das lideranças.



Foco na “dor” da empresa

Desenho da experiência com curadoria de conteúdo em diversas áreas de conhecimento:
estratégia, finanças, operações e logística, marketing e inovação, gestão de pessoas, liderança, negociação, sustentabilidade, gestão de projetos, direito, políticas públicas e relações governamentais.



Aplicabilidade de conteúdo

Dinâmica de aprendizagem que coloca o executivo como protagonista.
Resolução de desafios de problemas baseados na realidade da empresa.



Mensuração de Resultados

Avaliação conjunta sobre a eficácia do programa para os executivos e a empresa.

Índice histórico de recomendação:

80%

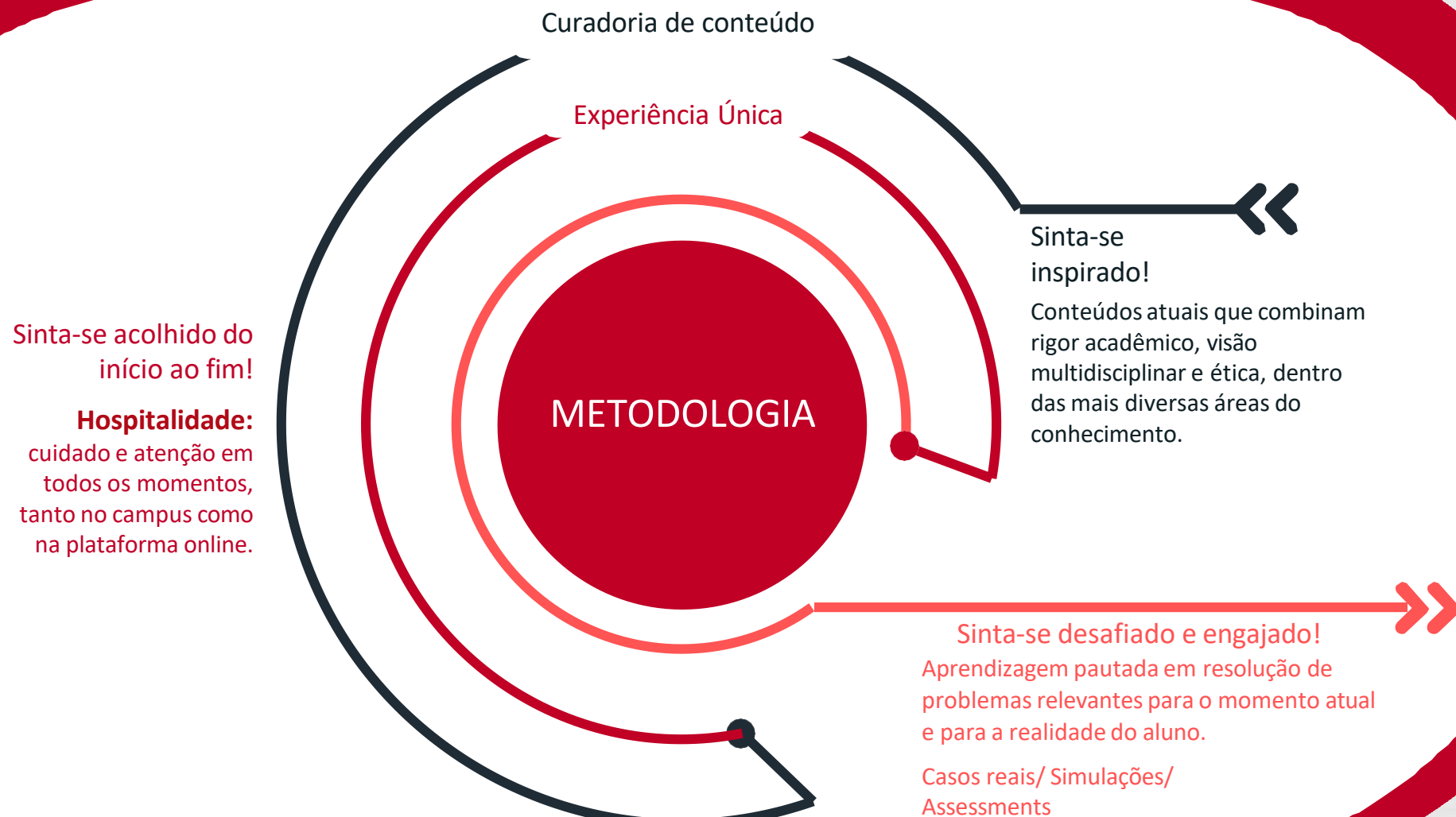


“Nesta semana iniciei o Programa Integrado dos Negócios [...] Animado, nervoso, empolgado, ansioso e encantado. Todos esses sentimentos e emoções se misturam nesse momento, o que é ótimo, um baita combustível pra seguir adiante na jornada do auto desenvolvimento e na escola da aprendizagem da vida pessoal e profissional!”

Vitor Osti Marinho
de Moura

Programas de curta, média e longa duração

Todas as experiências Insper seguem um Design Proprietário, pensado para que o participante saia diferente da forma como entrou:



Experiências de Aprendizagem



Todos os nossos professores aplicam a formação em sala de aula dentro da **Metodologia de Aprendizagem Centrada no Aluno**: é a partir do conhecimento do aluno que se constrói a Formação, solidificando cada etapa do conhecimento, para que o aprendizado seja internalizado e praticado em sua atuação diária.

Pré works e pós works para estimular e consolidar ideias

Dinâmicas que ampliam a capacidade analítica

Artigos, casos e vídeos para estimular reflexões

Live cases com executivos do mercado e benchmarks

Exercícios que desenvolvem pensamento crítico

Visitas técnicas em empresas do mercado para troca de experiências

Discussões para construir repertório e novas agendas dos executivos

Exercícios para aprofundar o autoconhecimento

Projetos aplicados para planejamento e plano de ação

Educação executiva

Um caminho feito para você

Insper e DNIT

MBA em Gestão Pública

A parceria entre o Insper e o DNIT une a excelência acadêmica a uma das instituições mais estratégicas para o desenvolvimento da infraestrutura nacional. Essa colaboração fortalece a modernização da gestão pública, promovendo uma formação alinhada aos desafios reais do setor, como eficiência operacional, transparência, gestão de riscos e tomada de decisão baseada em dados.

O **MBA em Gestão Pública** foi estruturado para capacitar gestores e servidores do DNIT em competências essenciais para atuar em ambientes complexos, com foco em gestão de projetos e riscos, análise de dados aplicada, governança institucional e inovação. O programa integra teoria e prática, utilizando casos reais da infraestrutura federal e ferramentas modernas de gestão.

Com abordagem aplicada e orientada a resultados, o MBA prepara líderes para atuar de forma estratégica, ética e eficiente, contribuindo para a qualidade das entregas, o fortalecimento institucional e o aprimoramento contínuo dos serviços prestados à sociedade.

Público-Alvo



Até 30 profissionais indicados pelo DNIT

Principal objetivo



Promover o desenvolvimento de uma liderança integral e adaptativa no DNIT, capaz de inspirar equipes a integrar práticas de gestão estratégica e inovação, fortalecer a cultura de colaboração orientada a resultados e atuar com visão sistêmica diante dos desafios da infraestrutura nacional, da complexidade operacional e da necessidade crescente de entregar políticas públicas eficazes, transparentes e sustentáveis.



Experiência Insper

Neste programa, os participantes exploram temas centrais para o fortalecimento de uma liderança orientada à inovação e à gestão estratégica no DNIT, como o planejamento e a execução de projetos de infraestrutura, a interpretação crítica de indicadores de desempenho, a análise de riscos e oportunidades, e o papel da liderança na governança, na integridade e na promoção de soluções eficientes e sustentáveis.

A metodologia educacional estimula a aprendizagem ativa por meio de estudos de caso reais, análise crítica de cenários, dinâmicas práticas e trocas entre pares. O programa valoriza o desenvolvimento integral do profissional, fortalecendo competências técnicas, estratégicas e comportamentais em um ambiente que reflete os desafios contemporâneos da administração pública federal, da infraestrutura nacional e da gestão orientada a resultados.



Habilidades trabalhadas

- Gestão de projetos e riscos
- Análise de dados e tomada de decisão
- Governança e integridade
- Visão sistêmica e estratégica
- Liderança adaptativa
- Comunicação e colaboração



Modalidade

O **programa** será realizado em formato ONLINE, com a **carga horária total de 520hs**

Temas Sugeridos

*Depende de validação entre Insper e DNIT

Módulo	Título	Carga Horária
1	Fundamentos da Gestão Pública Moderna	40h
2	Gestão de Projetos e Riscos em Ambientes Complexos	100h
3	Análise de Dados, Inteligência e Tomada de Decisão	140h
4	Governança, Compliance e Controle Institucional	100h
5	Liderança, Gestão de Pessoas e Comunicação Executiva	40h
6	Inovação, Transformação Digital e Governo do Futuro	40h
7	Seminários Temáticos Integrados	20h
8	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	40h
TOTAL	–	520h

Temas Sugeridos

*Depende de validação entre Insper e DNIT

Fundamentos da Gestão Pública Moderna

- Estruturas e modelos da Administração Pública brasileira
- Funções de Estado, órgãos reguladores e políticas públicas
- Ciclo de políticas públicas e integração interinstitucional
- Ética, integridade, interesse público e cidadania
- Transparência, controle social e accountability

Gestão de Projetos e Riscos em Ambientes Complexos

- Fundamentos de Gestão de Projetos (PMBOK, metodologias híbridas e ágeis).
- Planejamento avançado: escopo, WBS, cronogramas, custos, entregas e marcos.
- Monitoramento e controle orientado a evidências.
- **Gestão de riscos:**
 - a) Identificação, análise qualitativa e quantitativa.
 - b) Riscos em infraestrutura e obras públicas.
 - c) Projetos de alta complexidade e alta sensibilidade.
- Gestão de contratos, fiscalização e compliance em obras.
- Escritórios de Projetos (PMO) no setor público.
- Prática: elaboração de Plano de Projeto completo.

Temas Sugeridos

*Depende de validação entre Insper e DNIT

Análise de Dados, Inteligência e Tomada de Decisão

- Introdução à Estatística Aplicada à Administração Pública.
- Coleta, tratamento e integração de dados governamentais.
- Excel avançado e Power Query.
- Power BI avançado para painéis estratégicos.
- Data Visualization e storytelling com dados.
- Inteligência Artificial e aprendizagem de máquina aplicada ao setor público.
- Big Data e gestão de bases massivas.
- Indicadores de desempenho e métricas institucionais.
- Segurança da informação, LGPD e governança de dados.
- Prática Integrada: elaboração de dashboard gerencial com simulações e insights.

Governança, Compliance e Controle Institucional

- Estruturas e modelos de governança no setor público.
- Governança de riscos, integridade e compliance.
- Auditoria interna, controles e prestação de contas.
- Relação com órgãos de fiscalização e regulação.
- Planejamento estratégico e Balanced Scorecard.
- Gestão orçamentária, eficiência e responsabilidade fiscal.
- Governança e accountability em obras e contratos.
- ESG e sustentabilidade aplicada ao serviço público.

Temas Sugeridos

*Depende de validação entre Insper e DNIT

Liderança, Gestão de Pessoas e Comunicação Executiva

- Liderança pública em ambientes complexos
- Gestão de equipes e redes colaborativas
- Comunicação estratégica, negociação e influência
- Gestão de conflitos e tomada de decisão em pressão
- Desenvolvimento de talentos e sucessão no setor público

Inovação, Transformação Digital e Governo do Futuro

- Governo Digital (Decreto 10.332/2020) e transformação organizacional
- Experiência do cidadão e design de serviços públicos
- Integração de sistemas, interoperabilidade e automação
- Inteligência Artificial no serviço público
- Segurança cibernética e proteção de infraestrutura crítica

Temas Sugeridos

*Depende de validação entre Insper e DNIT

Seminários Temáticos Integrados

- Encontros aprofundados com especialistas sobre temas emergentes:
- Infraestrutura e Obras Públicas
- Regulação e Fiscalização
- Análise de riscos críticos
- Estudos de caso reais do DNIT e outros órgãos
- Tendências em governança e dados para o setor público

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

- Projeto aplicado que gere **impacto real**, com temas como:
- Redução de desperdícios em projetos de infraestrutura
- Implementação de governança de dados
- Modelos preditivos para tomada de decisão
- Fortalecimento de controles internos
- Estruturação de PMO institucional
- Propostas de inovação para serviços públicos



Insper e DNIT

MBA em Gestão Pública

INVESTIMENTO

R\$ 2.216.500,00 (dois milhões e duzentos e dezesseis mil e quinhentos reais)

- Programa customizado à ser realizado em formato **ONLINE**
- A carga horária do programa será de **520 horas**;
- Programa destinado a **01 turma** composta por até **30 participantes**.



A presente proposta contempla:

- Customização completa do conteúdo
- Corpo docente Insper com experiência executiva
- Coordenação acadêmica dedicada
- Assistente da Experiência Insper dedicado
- *Kit* Aluno Insper
- Certificado Digital Insper (*DiplomaSafe*)

***Impostos incidentes sobre o faturamento**

Termos de Parceria

Revisão das condições comerciais:

O Insper reserva-se o direito de ajustar conteúdos e cargas-horárias inicialmente propostos, caso a empresa apresente novas exigências durante o refinamento do programa em questão. Tais ajustes poderão modificar o valor da presente proposta.

Validade da proposta comercial:

Esta proposta comercial tem validade de 30 dias a partir da data de envio.

Confidencialidade de informações:

O conteúdo de qualquer proposta elaborada pelo Insper Instituto de Ensino e Pesquisa é estritamente confidencial e de propriedade intelectual da instituição. Da mesma forma, quaisquer informações fornecidas pela empresa contratante serão tratadas com total confidencialidade pelo Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

Contratação do Programa:

A área de Educação Executiva do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa assina contratos de colaboração educacional somente com pessoas jurídicas.

Ausência de assinatura de contrato:

Após a assinatura da presente proposta e havendo a desistência do programa será cobrado 10% do valor da presente, que deverá ser pago no prazo de 05 dias contados do recebimento da comunicação de cancelamento.

Início do Programa:

O Programa contratado somente terá início após o aceite formal da proposta, com um prazo mínimo de 06 (seis) semanas, para permitir o cumprimento dos processos internos da instituição e o planejamento operacional do Programa.

Condições de pagamento:

O valor do investimento poderá ser pago em parcelas, divididas entre as datas de início e conclusão do Programa contratado.

Compromisso de Não-Contratação Direta e Individual do Corpo Docente: Durante a vigência do programa, e por um período de 2 (dois) anos a partir do término do mesmo, as partes não poderão: (1) proceder a qualquer tipo de concorrência entre si; (2) solicitar ou encorajar nenhum membro do corpo docente ou da equipe de colaboradores do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa (independentemente do fato destes indivíduos terem atuado diretamente no referente programa) a prestar serviços similares de forma independente, como pessoa física ou como pessoa jurídica, sem a autorização prévia e escrita do Insper.

Quer conversar melhor sobre a
esta proposta?



Ivan Lima
ivanl1@insper.edu.br

(11)97532-9303



Entre as 50 melhores
escolas do mundo
no Ranking de Educação Executiva do
Financial Times

PROPOSTA DNIT

MBA EM GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FACC/UFRJ



Formulário de Criação de Curso

Processo Nº: 208570/2026-85

Identificação do Curso

Centro e Unidade:

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

Denominação do Curso:

MBA em Governança no Setor Público

Categoria: Especialização

Gratuito: Não

Área de Conhecimento:

Ciências Sociais Aplicadas - Administração

Instituição:

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Coordenação e Secretaria do Curso

Endereço:

Avenida Pasteur - Botafogo - Rio de Janeiro - CEP: 22290-240

Telefone: 3938-0283

Fax: 3938-0283

E-mail: egribeiro@facc.ufrj.br

Home: www.facc.ufrj.br

Coordenadores:

Nome: Eliane Ribeiro Pereira

Tipo: Coordenador

Titulação Acadêmica: Doutorado

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

E-mail:

egribeiro@facc.ufrj.br

CPF: [REDACTED] **Nome:** Claudio Marcos Maciel da Silva Arêas

Tipo: Vice-coordenador

Titulação Acadêmica: Doutorado

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

E-mail:

claudiomaciel@facc.ufrj.br

Nome: Antonio José Barbosa de Oliveira

Tipo: Gerente Acadêmico

Titulação Acadêmica: Doutorado

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

E-mail: antoniojose@facc.ufrj.br

Objetivos e Necessidades

Histórico da Unidade Acadêmica:

A UFRJ é a primeira instituição oficial de ensino superior do país, com atividade desde 1792 (Escola Politécnica, a sétima escola de Engenharia do mundo e a mais antiga das Américas) e organizada como universidade em 1920.

Os cursos na área de gestão e economia tiveram sua formalização no estatuto da então Universidade do Brasil (UB), aprovado pelo Decreto 21.321, de 18 de julho de 1946, onde ficou estabelecido que os objetivos da instituição abrangeriam a educação, o ensino e a pesquisa. A partir da década de 1950, o movimento de institucionalização da pesquisa na UB toma efetivamente "corpo", amplia o foco para todas as áreas do conhecimento e ganha suporte financeiro, tanto nacional, quanto estrangeiro. Os principais financiadores foram a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as fundações Rockefeller e Kellog.

A década de 1960 é marcada, no cenário educacional brasileiro, pelo parecer 977, de 1965, do Conselho Federal de Educação. Newton Lins Buarque Sucupira, seu relator e presidente do Conselho Federal de Educação, demonstrava a necessidade de conceituar a pós-graduação no Brasil, reforçando um dos principais aspectos da missão das universidades, a saber, as atividades de pesquisas científicas e tecnológicas. Afirmava também, como outra missão a ser considerada, a latente necessidade de se treinar, não só novos pesquisadores, como formar especialistas altamente qualificados. A fundamentação da pesquisa, na UFRJ, teve sua origem no empenho, dedicação e percepção de professores que foram os precursores da investigação, inseridos nas diversas áreas de conhecimento existentes à época, cujo perfil predominante era o de romper paradigmas, de renovar e quebrar as estruturas já conhecidas, com a visão nova de transcender o papel que historicamente se costumava realizar na Universidade.

Em 2024, a UFRJ coloca à disposição da sociedade 132 (cento e trinta e dois) programas de pós-graduação Stricto Sensu e disponibiliza mais de 200 (duzentos) cursos de pós-graduação Lato Sensu.

Na UFRJ, a pós-graduação Lato Sensu surgiu na década de 1950, no Instituto de Microbiologia e na Faculdade de Medicina, com cursos de aperfeiçoamento, e na Escola de Engenharia, com cursos de especialização. Por ano, são mais de 15.700 estudantes de pós-graduação (especialização, residência médica, mestrado e doutorado), aproximadamente.

A UFRJ formou uma sucessão de ex-alunos notáveis, como o indicado ao Prêmio Nobel da Paz Osvaldo Aranha; os escritores Jorge Amado, Vinícius de Moraes e Clarice Lispector; o arquiteto Oscar Niemeyer; os médicos Oswaldo Cruz e Carlos Chagas; o historiador Sérgio Buarque de Holanda; a jornalista Fátima Bernardes; e o matemático Artur Ávila, primeiro latino-americano a receber a Medalha Fields, prêmio oferecido a matemáticos com até 40 anos e considerado equivalente ao Prêmio Nobel.

A UFRJ hoje é uma das universidades mais conceituadas no Brasil e no mundo de acordo com os recentes rankings divulgados em 2024.

- **4ª edição do QS World University Ranking – 5º da América Latina e 1º no Brasil**
- **Times Higher Education - 3º da América Latina e 3º no Brasil**
- **Conceito 5 no IGC do INEP**

A criação da FACC na UFRJ

A Faculdade de Administração e Ciências Contábeis tem seu nascedouro em 1946, quando a antiga Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ) - uma instituição privada de ensino superior - foi também incorporada à universidade, passando a denominar-se Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (FNCE). Na década de 50 a pesquisa foi institucionalizada na universidade como consequência de uma política nacional que criou nesse período, por exemplo, o CNPq e a CAPES.

Nesse contexto foram criadas agências financiadoras nacionais e internacionais, institutos de pesquisa e também a docência em tempo integral. Em 1965 a universidade mudou de nome, passando a se chamar: Universidade Federal do Rio de Janeiro. No mesmo ano a FNCE passou a se chamar Faculdade de Economia e Administração (FEA), que era responsável apenas pela graduação. Em 1979 criou-se o Instituto de Economia Industrial (IEI) da UFRJ objetivando exclusivamente a pós-graduação nessa área. Nas décadas seguintes o IEI cresceu consideravelmente, a quantidade de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado aumentaram significativamente.

Em 1996, houve uma fusão entre a FEA e o IEI. A partir de então o ensino de graduação e pós-graduação de economia ficaram unidos no Instituto de Economia (IE). Enquanto os cursos de administração e ciências contábeis, que faziam parte da FEA, permaneceram juntos na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC).

Em 2005 uma nova graduação passou a integrar a FACC, o curso de biblioteconomia e gestão de unidades de informação. Em 2017, a FACC passou a ofertar o curso de graduação de Ciências Contábeis no formato de Ensino à Distância (EAD) com o Consórcio CEDERJ.

As avaliações externas dos cursos de gestão da FACC estão alinhados com o bom desempenho institucional da universidade. A seguir listamos as notas/conceitos de cada um dos cursos nas mais recentes avaliações externas de rankings

Tabela 1 – Notas e conceitos dos cursos de gestão da FACC

	Administração	Ciências Contábeis
ENADE	5	4
CPC	4	4
IDD	4	4
Ranking Folha de SP	4º lugar no Brasil	2º lugar no Brasil
Ranking Estadão	****	****

Fonte: INEP (2022) e Rankings (2024)

Justificativa Para Criação do Curso:

A governança no setor público tem assumido papel central na administração contemporânea, à medida que a sociedade demanda maior transparência, integridade e eficiência. Mais do que estruturas formais de controle, a governança envolve mecanismos de liderança, estratégia, gestão de riscos, accountability e conformidade normativa, caracterizando assim como elementos essenciais para performance no setor público. Nesse contexto, a formação de MBA em governança torna-se altamente relevante para servidores e gestores que buscam desenvolver competências capazes de fortalecer os processos decisórios que possam elevar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

O setor público, em suas diferentes esferas e entes federativos, necessita de profissionais aptos a lidar com desafios crescentes relacionados à regulação, controle, prestação de contas, proteção de dados, integridade, gestão de contratos e avaliação de desempenho. A complexidade do ambiente institucional exige conhecimentos técnicos e gerenciais que articulem fundamentos da administração pública, órgãos de controle, ética, conformidade legal, métricas de desempenho e gestão de crises. Dessa forma, o MBA em Governança no Setor Público foi concebido para oferecer uma formação abrangente e aplicada, combinando referenciais teóricos e instrumentos práticos voltados às especificidades da gestão pública.

Para atender às demandas contemporâneas da administração pública, o curso estrutura-se em disciplinas que abordam dimensões críticas da governança, como LGPD e direito à informação, fundamentos de governança, ética, controladoria e contabilidade pública, prestação de contas, compras públicas, tomada de decisão, avaliação de desempenho, reputação institucional, políticas públicas e interação com órgãos de controle. Complementarmente, os componentes de seminários e tópicos avançados em governança permitem discutir problemas emergentes, inovações e desafios estratégicos da gestão pública.

Objetivo do Curso:

O objetivo principal do MBA em Governança no Setor Público é capacitar profissionais para atuar na administração

pública com domínio dos princípios, estruturas e instrumentos de governança, fornecendo conhecimentos e ferramentas necessárias para o fortalecimento dos mecanismos de liderança, estratégia, controle, integridade e accountability.

Concepção do Programa:

A Faculdade de Administração e Ciências Contábeis já oferta 8 cursos de pós graduação lato sensu na área de gestão e de contabilidade: Finanças Empresariais, Liderança e Gestão de Pessoas, Auditoria Tributária, Contabilidade Financeira, Contabilidade para gestão de negócios, Gestão e desenvolvimento empresarial e finanças públicas, Auditoria, Gestão de Marketing, Gestão de Pessoas e Empowerment 5.0, Liderança e Gestão Empresarial, Gestão de Projetos.

A experiência exitosa na oferta destes cursos de pós-graduação lato sensu, através do crescimento do número de alunos fez com que surgissem demandas de novos cursos de pós graduação lato sensu na área de gestão.

A proposta do curso em Governança no Setor Público cumpre este papel de suprir a demanda de organizações públicas em cursos voltados para capacitação de equipes de trabalho nas suas respectivas organizações. Desta forma, este MBA só será ofertado às Instituições Públicas que desejem firmar parcerias com a FACC/UFRJ.

Público-Alvo:

Poderão candidatar-se ao curso os portadores de diploma de nível superior obtido em curso reconhecido pelo Ministério da Educação. Serão também aceitos portadores de declaração de conclusão de nível superior expedida pela respectiva Instituição de Ensino Superior (IES), devendo o aluno apresentar o diploma de graduação à secretaria do curso no prazo de oito meses a contar da data de matrícula, sob pena de cancelamento da matrícula.

Nº de turmas no ano: 2 **Nº de vagas na sede:** 60 **Nº de vagas fora do Campus:** 0

Nº de vagas fora da sede: 0 **Vagas diurnas:** 60 **Vagas noturnas:** 0

Data Início: 01/07/2026 **Data Término:** 15/12/2027 **Periodização:** Semestral

Local de realização do curso

Tipo: Aula **Endereço:** Não se aplica - curso não presencial

Turno: Integral **Início:** 01/07/2026 **Término:** 15/12/2027

Carga Horária: 360

Estrutura e Funcionamento

Inscrição para seleção: 15/05/2026 a 14/06/2026

Pré-requisito:

Entrevistas, Curriculum Vitae

CrITÉrios de Seleção:

Entrevistas, Currículo Vitae

Período: 15/06/2026 a 30/06/2026

Núcleo Comum:

Carga Horária: 360 horas

Disciplinas:

Nome da Disciplina: Fundamentos de Governança no Setor Público

Responsável: Maria Cecília de Carvalho Chaves

Período: 1

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Fundamentos de Governança. Liderança, estratégia e controle. Princípios de governança: capacidade de resposta, confiabilidade, integridade e melhoria regulatória.

Nome da Disciplina: Governança em Gestão de Pessoas

Responsável: Eliane Ribeiro Pereira

Período: 1

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Liderança e gestão de pessoas. Atribuição de competências e habilidades. Alinhamento com a gestão corporativa.

Nome da Disciplina: LGPD e direito à informação

Responsável: Sérgio de Castro Martins

Período: 1

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

O Sistema de Informação Gerencial na Administração Pública brasileira. Principais tecnologias da informação. Fundamento da LGPD. Segurança de informações x Transparência Pública.

Nome da Disciplina: Ética no Setor Público

Responsável: Antonio Jose Barbosa de Oliveira

Período: 1

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Nome da Disciplina: Governança e responsabilidade sócio ambiental

Responsável: Antonio Jose Barbosa de Oliveira

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Políticas de Estado alinhadas com o meio ambiente e inserção social. O papel das ODS. Relatórios de responsabilidade sócio ambiental.

Nome da Disciplina: Inteligência Artificial

Responsável: Helios Malebranche Olbrisch Freres Filho

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Papel da IA no ambiente corporativo, principais ferramentas operacionais. Uso das IAs em equipes de trabalho

Nome da Disciplina: Fundamentos da Administração Pública

Responsável: Claudio Marcos Maciel da Silva Arêas

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

O papel do Estado Brasileiro. Organização federativa brasileira e Pacto federativo. Administração Patrimonialista, burocrática e gerencial. New Public Management e os desafios do atendimento das demandas e das políticas públicas.

Nome da Disciplina: Tópicos de Governança no Setor Público I

Responsável: Eliane Ribeiro Pereira

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Tópicos envolvendo estudos casos de governança e transformação digital

Nome da Disciplina: Gerenciamento de crises

Responsável: Claudio Marcos Maciel da Silva Arêas

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Reputação organizacional. Risco reputacional. Prevenção e gestão de crises de imagem. Comunicação em situações de crise. Mídia, redes sociais e ambiente digital. Governança, ética e transparência. Estudos de casos.

Nome da Disciplina: Tópicos de Governança no Setor Público II

Responsável: Helios Malebranche Olbrisch Freres Filho

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Tópicos envolvendo estudos casos de riscos de governança na Administração Pública

Nome da Disciplina: Tópicos de Governança no Setor Público III

Responsável: Sérgio de Castro Martins

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Tópicos envolvendo estudos casos sobre cybersegurança

Nome da Disciplina: Controladoria e Contabilidade Pública

Responsável: Marcos Roberto Pinto

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Contabilidade Pública. Principais demonstrativos e articulação com a execução orçamentária. O papel da Controladoria.

Nome da Disciplina: Políticas Públicas e Governança

Responsável: Claudio Marcos Maciel da Silva Arêas

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Conceito de políticas públicas. Definição de agenda política e da sociedade. Principais agentes e grupos de pressão.

Nome da Disciplina: Seminários

Responsável: Antonio Jose Barbosa de Oliveira

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Pesquisa Científica; métodos e técnicas - observação - entrevista estruturada - entrevista não-estruturada - painel; pesquisa bibliográfica; publicações científicas; projeto de pesquisa; relatório de pesquisa; trabalhos científicos; bibliográficas.

Nome da Disciplina: Tomada de decisão com base em dados

Responsável: Joseph David Barroso Vasconcelos de Deus

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Conceitos Básicos. Principais áreas de aplicação. Principais Técnicas. Análise de Resultados para tomada de decisões.

Nome da Disciplina: Compras e prestação de serviços no Setor Público

Responsável: Maria Cecília de Carvalho Chaves

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Compras no Setor Público: a correta especificação de bens e de serviços. Do processo licitatório tradicional até o pregão. A transparência no processo de compras e aquisições. Relatório de prestação de contas

Nome da Disciplina: Métricas de avaliação de desempenho

Responsável: Marcos Roberto Pinto

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Análise de estudos de casos das principais métricas de avaliação de desempenho adotadas na Administração Pública

Nome da Disciplina: Gestão da Inovação

Responsável: Eliane Ribeiro Pereira

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

O papel da Inovação no ambiente organizacional. Etapas para a inovação. Grupos de trabalho em inovação

Metodologia:

As aulas serão ministradas quinzenalmente aos sábados com todas as aulas do curso síncronas pela plataforma de videoconferências, com o suporte do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Além das aulas quinzenais das 8:30h às 17:30h (com intervalos pela manhã e a tarde, além de interrupção para almoço), semanalmente o docente que estiver ministrando a disciplina disponibilizará 2 (Duas) horas de atendimento síncrono aos alunos para o desenvolvimento de trabalhos intermediários e de atividades individuais ou em grupo. Desta forma a carga horária será de 12 horas por quinzena (14 dias).

Fundamentos de Administração Pública - Adoção da Metodologia Peer Instruction. Este método incentiva o estudante a buscar informações sobre conceitos de Administração Pública, em seguida, participar de discussões com os colegas, em sala de aula. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalhos em grupo (em cada encontro) e individual, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Fundamentos de Governança Pública - A proposta nesta disciplina é o uso da Metodologia de Aprendizagem entre pares ou times. Consiste em trabalhos e/ou dinâmicas desenvolvidas em grupo, estimulando o crescimento do domínio intelectual, relações interpessoais, aspectos na governança pública. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalho em grupo, desenvolvido e apresentado para a turma, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Gerenciamento de crises - Adoção da Metodologia Peer Instruction. Este método incentiva o estudante a buscar informações em suas leituras e, em seguida, participar de discussões com os colegas, em sala de aula. A gamificação também pode ser utilizada nesta disciplina. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Ética no Setor Público - A metodologia escolhida é a Aprendizagem Baseada em Problemas (Problem Based Learning). Essa é uma metodologia onde o aluno estuda sozinho sobre uma determinada legislação antes da aula, a partir daí anota todas as suas dúvidas e as interpretações que teve sobre a legislação. A avaliação da disciplina será

realizada por meio de um relatório em grupo a responder uma determinada situação-problema, apresentado pelo professor. Este relatório será acompanhado do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Políticas Públicas e Governança - A proposta é o uso da Aprendizagem baseada em Projetos que estimula a resolução colaborativa e prática de desafios, partindo da elaboração de um problema que desafie o aluno, que deve ofertar, ao final, uma solução para o problema proposto inicialmente. Estimula o potencial criativo, imaginação, pensamento crítico e inovador. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalhos em grupo construídos em cada encontro, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Controladoria e Contabilidade Pública - A proposta nesta disciplina é de Aplicação de Estudo de Casos. A apresentação de casos que envolvam planejamento e execução orçamentária. A possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

LGPD e direito a informação - A metodologia escolhida é a Aprendizagem Baseada em Problemas (Problem Based Learning). Essa é uma metodologia onde o aluno estuda sozinho sobre um determinado assunto antes da aula, a partir daí anota todas as suas dúvidas e as dificuldades que teve. A interdisciplinaridade sugerida nesta disciplina envolve conhecimentos de Comunicação, Tecnologia e Gestão aplicadas a LGPD. A avaliação da disciplina será realizada por meio de um relatório em grupo a responder uma determinada situação-problema, apresentado pelo professor. Este relatório será acompanhado do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Métricas de avaliação e desempenho - Adoção da Metodologia Peer Instruction. Este método incentiva o estudante a buscar informações sobre a criação e operacionalização de métricas e desempenho em suas leituras e, em seguida, participar de discussões com os colegas, em sala de aula. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalho em grupo, desenvolvido e apresentado para a turma, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Inteligência Artificial - A proposta nesta disciplina é de Aplicação de Estudo de Casos. A apresentação de casos que envolvam temas sobre o papel operacional das IAs no ambiente de trabalho. A possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Tópicos de Governança Pública I, II e III - A proposta nesta disciplina é de Aplicação de Estudo de Casos. A possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Governança e responsabilidade sócio ambiental - A proposta de Metodologia nesta disciplina também é de Estudo de Casos. A apresentação de casos que envolvam a responsabilidade sócio ambiental que provoquem os alunos a debaterem sobre diferentes temas quanto a construção de agendas ambientais, termos de ajustamento de conduta, etc. A possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Tomada de decisão com base em dados - A proposta nesta disciplina é de Aplicação de Estudo de Casos. A apresentação de casos que envolvam processo e análise da tomada de decisão. A possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Governança em gestão de pessoas - A proposta nesta disciplina é o uso da Metodologia de Aprendizagem entre pares ou times. Consiste em trabalhos e/ou dinâmicas desenvolvidas em grupo, estimulando o crescimento do domínio intelectual, relações interpessoais, aspectos de gestão e de cultura organizacional. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalho em grupo, desenvolvido e apresentado para a turma, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Compras e prestação de serviços no setor público - A proposta de Metodologia nesta disciplina também é de Estudo de Casos. A apresentação de casos que estimulem o debate sobre diferentes temas quanto a gerenciamento de compras e a possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Gestão da Inovação - A proposta é o uso da Aprendizagem baseada em Projetos que estimula a resolução colaborativa e prática de desafios, partindo da elaboração de um problema que desafie o aluno, que deve ofertar, ao final, uma solução para o problema proposto inicialmente. Estimula o potencial criativo, imaginação, pensamento crítico e inovador. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalhos em grupo construídos em cada encontro, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Seminários - Para as duas disciplinas de Seminários a proposta é o uso da Aprendizagem baseada em Projetos que estimula a resolução colaborativa e prática de desafios, partindo da elaboração de um problema que desafie o aluno, que deve ofertar, ao final, uma solução para o problema proposto inicialmente. Estimula o potencial criativo, imaginação, pensamento crítico e inovador.

Com relação aos egressos, a coordenação de curso acompanhará a trajetória profissional dos seus egressos, bem como identificará as demandas profissionais na área de governança. A coordenação do curso prevê a criação de um espaço virtual exclusivo para os egressos destinado para a divulgação de eventos e de oportunidades profissionais para estes profissionais.

Alinhado com o PDI da UFRJ, a coordenação de curso consolidará ações relacionadas ao perfil do egresso e sua inserção social, com o monitoramento do percurso profissional por meio do projeto Alumni. A coordenação do curso prevê a criação de uma ferramenta de gestão da informação e de apoio para os egressos destinado para a divulgação de eventos e de oportunidades profissionais para estes profissionais

Atividade Complementar:

.

Frequência:

75%

Interdisciplinaridade:

O curso é estruturado por meio de um currículo interdisciplinar que proporcione a integração entre teoria e prática.

Forma de avaliação do desempenho acadêmico dos alunos:

Descritas no campo Metodologia

Tipo de trabalho de conclusão:

Artigo/Publicação, Projeto Final, Trabalho de Conclusão de Curso

Formação de banca examinadora:

Escolhida entre os professores do curso.

Infraestrutura**Recursos Humanos:**

Professores:

Eliane Ribeiro Pereira - Ex-Diretora da FACC/UFRJ. Professora Titular da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2017.

Claudio Marcos Maciel da Silva - Professor Adjunto da FACC/UFRJ com mais de 15 anos de experiência no Ensino à Distância. Atuou como professor-tutor, coordenador de disciplina, conteudista de material didático, membro de Núcleo Docente Estruturante e professor de aulas teletransmitidas em diversas graduações à distância em diferentes IES privadas no Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, Unicarioca e FGV Online. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2019.

Antonio Jose Barbosa de Oliveira - Diretor da FACC/UFRJ. Professor Associado da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2019.

Marcos Roberto Pinto - Diretor da FACC/UFRJ. Professor Associado da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2019.

Maria Cecilia Chaves - Diretora Adjunta da FACC/UFRJ. Professor Associada da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2019.

Joseph David Barroso Vasconcelos de Deus - Professor Adjunto da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2020.

Helios Malebranche Olbrisch Freres Filho - Professor Associado da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como professor de diversos cursos de pós graduação lato sensu com uso da plataforma de aprendizagem.

Sergio de Castro Martins - Professor Adjunto. Tem experiência em plataformas digitais e ensino à distância. Atua nas áreas Inteligência Artificial, Transformação Digital, Tecnologias Cognitivas, Web Semântica e Ontologias, Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, Sistemas de Informações de Alto Desempenho, Gestão da Informação, Gestão de Documentos (GED/ECM) e Arquitetura da Informação.

Semestralmente, o corpo docente passará por uma capacitação junto com o Laboratório Audiovisual da FACC para a discussão de práticas em sala de aula nas aulas síncronas. Também será discutida a possível incorporação de novas ferramentas disponibilizadas tanto pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem quanto pela plataforma de teleconferências

Secretaria:

Além do atendimento da Secretaria de Pós-Graduação da FACC que já atende aos cursos de Pós-graduação Stricto-Sensu, a servidora Saskia Valentim Pinto será a secretária responsável pela operacionalização do MBA em Governança no Setor Público.

Apoio:

A FACC possui um Laboratório Audiovisual, gerenciado por um Técnico Administrativo Educacional (TAEs) responsável pelo suporte aos eventos ocorridos na Unidade bem como o gerenciamento de todas as suas redes sociais (Instagram, FACC-UFRJ, canal do WhatsApp, Youtube, etc). Este Laboratório dará suporte a operacionalização das aulas e das palestras a serem desenvolvidas pelo curso.

A FACC também tem uma área de tecnologia da informação, composta por dois TAEs, destinada a monitorar e acompanhar os recursos informáticos destinados para as atividades acadêmicas-administrativas da FACC. Também atuam na gestão do site oficial da FACC.

Além do e-mail corporativo, O MBA em Governança no setor público também possui um site que descreve os objetivos do curso, informa horários, tempo de duração do curso, apresenta os valores do investimento, disponibiliza as disciplinas e ementas, realiza inscrições para interessados. O site também dispõe de um fale Conosco para dirimir dúvidas sobre o curso. O endereço eletrônico é www.facc.ufrj.br

Para além do uso do e-mail corporativo na relação coordenação-discente, a estratégia de comunicação também se dará por um Grupo de WhatsApp fechado criado especificamente para divulgação das atividades do curso para as turmas. Na relação docente-discente a estratégia de comunicação é feita pelo e-mail dos docentes (disponibilizados no AVA) e também por fóruns de dúvidas presentes no próprio AVA. Na comunicação entre os discentes, a coordenação elege um representante de turma para servir de intermediário nas pautas demandadas em um Grupo de WhatsApp exclusivamente formado por discentes.

Instalações:

Instalações Físicas:

- sala de coordenação;
- sala de orientação acadêmica;
- laboratório de informática com 20 computadores (uso compartilhado);
- sala da secretaria acadêmica;
- sala de reuniões;
- sala de professores do CCJE com 9 computadores (uso compartilhado).

Equipamentos:

Mobiliário de escritório; Computadores desktop e notebooks.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem está em <https://ambientevirtual.nce.ufrj.br/course/view.php?id=99843>

Neste ambiente o aluno terá acesso a ementa da disciplina, aos planos de aula, bibliografia, materiais postados e os links das aulas que já ocorreram. Também disponibilizará um campo para postagem de trabalhos e atividades de avaliação.

Plataforma de Videoconferência para aulas remotas.

A Plataforma de Videoconferência além de ser o espaço para a exposição das aulas pelo professor, também serve para a realização de trabalhos em grupo. A possibilidade de utilização de salas simultâneas permite que o professor divida a turma em grupos para debaterem sobre um tema ou realizarem trabalhos intermediários.

Além disto a plataforma deve permitir a possibilidade de construção de enquetes sobre um determinado assunto. Todas as aulas ministradas na Plataforma são gravadas pela equipe de apoio, e posteriormente, disponibilizadas aos alunos no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Biblioteca:

O curso possui disponível uma biblioteca no CCJE e também demais bibliotecas da UFRJ, com livros específico e técnicos das disciplinas ministradas, por serem este resultado e continuidade da Graduação do Campus. Também serão disponibilizados artigos open access destinados a discussão de temas e estudos de casos na área de governança pública extraídos preferencialmente das plataformas Web Of Science (WOS), Scopus e SPELL.

BIBLIOGRAFIA ELETRÔNICA POR DISCIPLINA

Fundamentos de Governança Pública

MASSUGA, F.; DOLIVEIRA, S. L. D. Gestão Pública Municipal: Explorando os Modos de Governança nas Cidades da Região Sul do Brasil. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 17, n. 4, p. 0-0, 2025.

OLIVEIRA, A. B.; SILVA, P. V. J. G.; GOMES, J. S. A integração entre governança, gestão de riscos e integridade na administração pública. *Revista de Administração Pública*, v. 59, n. 4, p. 0-42, 2025.

SILVA, L. C.; QUINTANA, A. C.; MACHADO, D. P.; CRUZ, A. P. C. Índice de maturidade da governança pública de municípios brasileiros sob a ótica do framework internacional de boa governança no setor público. *Revista Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 44, n. 3, p. 158-177, 2025.

Fundamentos de Administração Pública

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial do Estado de 1995. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. 7 a 26, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6289>. Acesso em: 25 fev. 2026.

DE ARRUDA, Gabrielle Aguirre; DA COSTA, Ana Carolina Farias Almeida. A administração pública gerencial: análise da experiência das serventias extrajudiciais no Brasil. *Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública*, v. 8, n. 1, 2022.

WANDERMUREM, L. V.; LOPES, D. P. T.; MORAVIA, E. C.; BARROS, D. C. C.; CAMPOS, R. C. L. Comportamento para inovação no setor público: uma análise de sua influência na implementação da inovação. *Revista de Administração FACES Journal*, v. 24, n. 3, p. 0-0, 2025.

Compras e Prestação de serviços no setor público

ALVES, K. R.; ANDRADE, T.; SANTAREM, L. M. S. Análise da Modalidade Regime Diferenciado de Contratação nas Licitações do DNIT. *Revista do Serviço Público*, v. 71, n. 1, p. 38-68, 2020.

LEI, X.; HE, S. Driving green innovation through public procurement: Evidence from government procurement lists and corporate innovation in China. *Revista de Administração de Empresas*, v. 65, n. 6, p. 0-109, 2025.

OLIVEIRA, J. D.; MARINHO, S. V. E quando a primeira impressão não é a que fica? Um caso para ensino sobre Processo de Licitação e Contratação na Administração Pública. Teoria e Prática em Administração, v. 15, n. 2, p. 0-0, 2025.

LGPD e direito a informação

DUARTE, N. M. S.; ALBUQUERQUE JÚNIOR, A. E.; SANTOS, E. M. D. A compreensão dos profissionais de ti quanto às implicações da lgpd na segurança da informação. Revista Gestão Organizacional, v. 18, n. 2, p. 94-120, 2025.

MARQUES, G. L.; MORESI, E. A. D. Framework de adequação de bancos de dados legados à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Revista do Serviço Público, v. 75, n. 4, p. 830-856, 2024.

SOARES, T.; TOMEI, P. Cultura organizacional e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 18, n. 4, p. 106-130, 2024.

Seminários I

DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE PESQUISA

<https://canal.cecierj.edu.br/012016/04e6a4ba341819eff4817b6caffaea5b.pdf>

METODOLGIA DE PESQUISA PARA ADMINISTRAÇÃO

<https://canal.cecierj.edu.br/recurso/13817>

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. Pesquisa qualitativa e quantitativa: compreendendo as abordagens e construindo possíveis combinações. Publicações, 2023.

<https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/220508792.pdf>

Governança em Gestão de Pessoas

CHAVES, L. V. R.; MACHADO JÚNIOR, E. V.; PETEAN, G. H. Clima, cultura e stakeholders: proposta de eixos para capacitação no setor público. Gestão e Sociedade, v. 18, n. 50, p. 0-0, 2024.

FALCE, J. L.; SANTOS, T. M. D. Cultura Organizacional, Conhecimento e Inovação: Evidências em uma Instituição Pública.. Future Studies Research Journal: Trends and Strategies, v. 17, n. 1, p. 0-0, 2025.

KOCK, N.; ZANINI, M. T. Fostering Public Sector Innovation: How Data-driven Organizational Culture Influences Exploitation Innovations. Revista de Administração Contemporânea, v. 29, n. 4, p. 0-0, 2025.

Controladoria e Contabilidade Pública

FEDCHENKO, E.; SAVINA, N.; TIMKIN, T.; LIPATOVA, I.; VINOGRADOVA, A. Developing a controlling system as a factor in improving the quality of public administration. Revista Gestão & Tecnologia, v. 23, n. Especial, p. 126-135, 2023.

MATIOLLI, M. D.; SANTOS, D. F. L. Desafios da conexão entre orçamento de capital, estratégia empresarial e sustentabilidade. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE, v. 14, n. 1, p. 62-79, 2023.
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/71045/desafios-da-conexao-entre-orcamento-de-capital-estrategia-empresarial-e-sustentabilidade>

LOURENÇO, I. M. E. C.Editorial Edição Especial - Reformas do Setor Público e Mudanças na Contabilidade Pública.

Tópicos I

CARVALHO, Daniel Silva; DE CASTRO, Paulo Alexandre; FERNANDES-SOBRINHO, Marcos. Políticas Públicas na Era do Governo Digital: revisão de literatura. Revista GeTeC, v. 20, 2024.

DIAS, Paulo Cezar; DE OLIVEIRA, Heitor Moreira. Novas perspectivas da administração pública em tempos de governo digital: Teletrabalho, telemedicina e teleperícia. Revista do TCU, n. 151, p. 94-120, 2023.

MITKIEWICZ, Fernando André Coelho. Transformação digital: análise da implantação da plataforma Gov. br e da evolução da maturidade da política de governo digital no Brasil. 2024.

Tópicos II

DA SILVA, Marcos Zambeli et al. Governança pública e gestão de risco: uma revisão da literatura. 2025.

NETO, Osmar Ruy. GESTÃO DE RISCOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DA CONFORMIDADE LEGAL À GERAÇÃO DE VALOR NA GOVERNANÇA PÚBLICA. Revista Contemporânea, v. 6, n. 1, p. e10126-e10126, 2026.

OLIVEIRA, Alessandro Bandeira de; SILVA, Paulo Vitor Jordão da Gama; GOMES, Josir Simeone. A integração entre governança, gestão de riscos e integridade na administração pública. Revista de Administração Pública, v. 59, n. 4, p. e2025-0042, 2025.

Tópicos III

GOLDONI, Luiz Rogério Franco; RODRIGUES, Karina Furtado; MEDEIROS, Breno Pauli. Qual é o futuro da governança de cibersegurança no Brasil?. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 29, p. e90972, 2024.

MATOS, Alessandra Cristina Mendonça de Moraes et al. Cibersegurança como política colaborativa: uma análise das estruturas de governança do Brasil, Canadá e China. 2025.

RIZZATTO, Fernando Kendy Aoki; PANSANI FILHO, Fernando Tavares. CIBERSEGURANÇA: UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA NA PROTEÇÃO CONTRA AMEAÇAS. Revista Unifev: Ciência & Tecnologia, v. 5, n. 2, p. 3-35, 2025.

Políticas Públicas e Governança

ANTUNES, Cesar Henrique B. et al. A administração pública como instrumento gestor e instituidor de políticas públicas para o modal rodoviário: Public administration as a managing instrument and institutor of public policies for road modal. Ponto de Vista Jurídico, v. 12, n. 2, p. 22-34, 2023.

HUERTAS, Daniel Monteiro. Quando governar é abrir estradas: o processo de construção histórica do rodoviarismo em São Paulo. História (São Paulo), v. 41, p. e2022042, 2022.

RODRIGUES, Livia Ferreira Velho; MAIA, Alexandre Gori; CARVALHO, Cristiane Silva de. Políticas públicas e mobilidade urbana sustentável: análise comparativa entre Groningen e Campinas. Cadernos Metrópole, v. 24, n. 55, p. 1143-1161, 2022.

Inteligência Artificial

DE CARVALHO, Lucas Borges. Governos inteligentes? Parâmetros para uma avaliação crítica do uso de sistemas de IA no setor público. Revista de Direito Administrativo, v. 284, n. 2, p. 127-151, 2025.

RIBEIRO, Manuella Maia; MEDINA, Javiera F. Tecnologias emergentes e serviços digitais no setor público. Programa Setorial da Internet. Cetic, 2022.

LYRIO, Maurício Vasconcellos Leão; LUNKES, Rogério Joao; VASARHELYI, Miklos. Tecnologias emergentes e de dados aplicadas ao setor público: Uma revisão sistemática da literatura copilotada por IA. Contabilidad y Negocios: Revista del Departamento Académico de Ciencias Administrativas, v. 20, n. 40, p. 58-67, 2025.

Métricas de Avaliação e desempenho

DOS SANTOS SOUZA, Elisangela Andrade; DOS SANTOS MENEZES, Ucleriston; OLIVEIRA, Thais Ettinger. Questões emergentes na governança da gestão de pessoas na administração pública: uma revisão integrativa da literatura. Revista Gestão & Conexões, v. 13, n. 2, p. 114-133, 2024.

GAIA, Adriane Rodrigues; DA SILVA, Christian Luiz. Governança e gestão de pessoas na administração pública: avanços para a gestão de pessoas. Revista de Gestão e Secretariado, v. 15, n. 5, p. e3754-e3754, 2024.

LOPES, André Vaz. Política, burocracia e grupos sociais: as nomeações para cargos comissionados como instrumento da governança pública. 2024.

Governança e Responsabilidade Sócio Ambiental

AGUIAR, Marcella Hadassa Sarda. ESG na gestão pública: análise exploratória de barreiras e soluções na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 2025.

MARX, César Augusto. A nova governança pública e os princípios ESG. Controle Externo: Revista do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, v. 3, n. 6, p. 115-125, 2023.

SEIXAS, Cristiana Simão et al. Governança ambiental no Brasil: rumo aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)?. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 25, n. 81, 2020.

Teoria da decisão com base em dados

ALVES, Mariana Azevedo et al. Legibilidade dos Relatórios de Gestão no Setor Público Brasileiro. Contabilidade Gestão e Governança, v. 26, n. 2, p. 213-248, 2023.

CORREIA, P. M. A. R. Lições de análise de dados e gestão de informação para administração público-privada. Coimbra: Coimbra Dissertations, v. 1, 2023.

FREITAS, PABLO FERNANDO PESSOA DE; ODELIUS, Catarina Cecília. Escala de competências gerenciais para o setor público. Cadernos Ebape. Br, v. 20, n. 2, p. 218-233, 2022.

Ética no Setor Público

LUZ, Geraldo Anibal; IBIAPINA, Iveltymar Roosemalem Passos. Gestão pública e corrupção: desafios para a ética e a responsabilidade no setor público brasileiro. Revista Acadêmica da Lusofonia, v. 2, n. 9, p. 1-20, 2025.

MENDONÇA, Adriano; GARBACCIO, Grace Ladeira; MENDONÇA, Katia Vanessa. A importância da ética institucional na contemporaneidade do setor público brasileiro. Anais do Simpósio Sul-Mato-Grossense de

TRESCASTRO BERGUE, Sandro. Inteligência artificial e tomada de decisão ética no setor público. GESTÃO. Org: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 22, n. 1, 2024.

Gerenciamento de crises

KASHIMA, Bruno Hideo et al. A Cultura do Cancelamento: Um Estudo de Empresas de Fast-Food. Advances in Global Innovation & Technology, v. 1, n. 3, p. 40-51, 2023.

DA SILVA LIMA, Ana Beatriz; ARANTES, Fernanda Paes. CULTURA DO CANCELAMENTO: Uma análise sobre sua contribuição para o empoderamento do consumidor nas redes sociais digitais. Revista Pesquisa em Ação, v. 3, n. 1, p. 1-27, 2024.

LIMA, Ana Beatriz da Silva. CULTURA DO CANCELAMENTO: uma análise sobre sua contribuição para o empoderamento do consumidor nas redes sociais digitais. 2023.

Gestão da Inovação

EMMENDOERFER, Magnus Luiz et al. Laboratórios de inovação no setor público e aproximares com agencias internacionais. Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, v. 17, n. 2, p. 139-153, 2022.

OLAVO, Antônio Vagner Almeida et al. Laboratórios de inovação no setor público em perspectiva comparada: uma análise exploratória entre Brasil e Espanha. Revista de Gestão e Projetos, v. 13, n. 2, p. 89-115, 2022.

PASCHOIOTTO, Waldemir Paulino; CUNHA, Cristiano José Castro de Almeida; SILVA, Solange Maria da. Liderança no processo de inovação colaborativa no setor público: uma revisão integrativa. Revista de Administração Pública, v. 58, p. e2023-0037, 2024.

Corpo Docente

CPF: [REDACTED] Nome: Eliane Ribeiro Pereira

Titulação Máxima: Doutorado IES do Título: UFRJ

País do Título: Brasil Ano do Título: 2010

Grande Área de Conhecimento: Engenharias

Vínculo:

Instituição: UFRJ Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor Titular Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40 Stricto-Sensu: 0 Lato-Sensu: 60

CPF: [REDACTED] Nome: Maria Cecília de Carvalho Chaves

Titulação Máxima: Doutorado IES do Título: UFF

País do Título: Brasil Ano do Título: 2010

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicção Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 40

CPF: [REDACTED] **Nome:** Sérgio de Castro Martins

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: UFF

País do Título: Brasil

Ano do Título: 2019

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicção Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 40

CPF: [REDACTED] **Nome:** Antonio Jose Barbosa de Oliveira

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: UniRio

País do Título: Brasil

Ano do Título: 2011

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicção Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 60

CPF: [REDACTED] **Nome:** Helios Malebranche Olbrisch Freres Filho

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: PUC

País do Título: Brasil

Ano do Título: 1996

Grande Área de Conhecimento: Engenharias

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicção Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 40

CPF: [REDACTED] **Nome:** Claudio Marcos Maciel da Silva Arêas

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: Universidade Grande Rio

País do Título: Brasil

Ano do Título: 2017

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 60

CPF: [REDACTED] **Nome:** Marcos Roberto Pinto

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: USP

País do Título: Brasil

Ano do Título: 2014

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 40

CPF: [REDACTED] **Nome:** Joseph David Barroso Vasconcelos de Deus

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: UFF

País do Título: Brasil

Ano do Título: 2017

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 20

Perfil e Distribuição da carga horária do docente

Regime e Vínculo Docente	Nº Docentes	Carga Horária	%
UFRJ 40 DE	8	360	100.00
UFRJ 40 Semanais	0	0	0.00

UFRJ 20 Semanais	0	0	0.00
UFRJ Técnico Administrativo	0	0	0.00
UFRJ Aposentado	0	0	0.00
Externo à UFRJ	0	0	0.00
Total	8	360	100

Regulamento do Curso

Da Organização Administrativa

Competência do Coordenador e demais normas referente ao regime acadêmico:

Caberá ao coordenador:

- a) convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso;
- b) coordenar as atividades didáticas do Curso;
- c) dirigir as atividades administrativas da Coordenação do Curso;
- d) elaborar a programação do Curso, submetendo-a à apreciação do Colegiado do Curso;
- e) propor os planos de aplicação de recursos, submetendo-os à apreciação do Colegiado do Curso;
- f) delegar competências para a execução de tarefas específicas; e
- g) decidir ad referendum assuntos urgentes de competência originária do Colegiado do Curso.

Competência do Corpo Docente:

Ao corpo docente do Curso caberá:

- a) realizar as atividades de ensino, orientação e coordenação acadêmica;
- b) assegurar a execução da proposta do Curso aprovada pelo CEPG/UFRJ;
- c) responsabilizar-se pelas atividades do curso de pós-graduação.

Forma de avaliação do curso feita pelos discentes:

Para mensurar o grau de satisfação do curso, a Coordenação do MBA em Governança no Setor Público irá aplicar semestralmente uma avaliação quantitativa a ser respondida pelos alunos considerando a escala Likert, com as seguintes respostas gradativas: concordo totalmente, concordo parcialmente, não concordo nem discordo, discordo parcialmente e discordo totalmente. As dimensões a serem analisadas serão a atuação do corpo docente, coordenação de curso, atendimento administrativo e instalações virtuais.

Indicadores de desempenho:

Conceito A: Excelente - acima de 8,9 em escala de notas de 0 a 10; Conceito B: Bom - 8,0 a 8,9 em escala de notas de 0 a 10; Conceito C: Regular - 7,0 a 7,9 em escala de notas de 0 a 10; Conceito D: Insuficiente - abaixo de 7,0 em escala de notas de 0 a 10; Conceito I: Incompleto; Conceito J: Abandono Justificado.

Da Autorização e Implantação

Duração e prazo de conclusão:

O curso possui carga horária de 360 horas que poderão ser concluídas em até 24 meses.

Carga Horária Total:

360h

Número de Vagas:

30 vagas por semestre

Estrutura Curricular e sua distribuição:

As disciplinas que compõem o currículo do curso distribuem-se em quatro módulos, que se diferenciam pelos conteúdos e formas de abordagem, no entanto, trabalhados de modo articulado e integrado.

O Módulo I, com carga horária de 180h, abrangerá as seguintes disciplinas introdutórias: Fundamentos de Administração Pública

Fundamentos de Governança no Setor Público

Políticas Públicas e Governança

Temas de Governança Pública I

Governança e gestão de pessoas

Seminários

Políticas Públicas e Governança

Ética no setor público

LGPD e direito à informação

O Módulo II, com carga horária de 120h, abrangerá as disciplinas:

- Temas de Governança Pública II
- Tomada de decisão com base em dados
- Métricas de Avaliação e desempenho
- Compras e prestação de serviços no setor público
- Governança e responsabilidade sócio-ambiental
- Inteligência Artificial
- Gestão da Inovação
- Temas de Governança Pública III
- Controladoria e contabilidade pública

Da Admissão

Critério de Seleção:

Análise de currículo e entrevista com a coordenação

Documentos Exigidos:

Formulário de inscrição preenchido; Cópia autenticada do diploma de curso superior; Cópias autenticadas da carteira de identidade e do CPF; Título de eleitor; Certidão de nascimento ou casamento; Certificado Militar(se for o caso); Curriculum Vitae; Uma foto 3x4 (recente); Assinatura do Contrato Educacional

Forma de Avaliação:

trabalhos individuais e em grupo. trabalho de conclusão de curso (artigo, projeto ou plano de negócios)

Da Matrícula e Permanência no Curso

Frequência e forma de controle das disciplinas:

75%

Desempenho acadêmico mínimo exigido nas disciplinas:

Nota mínima exigida para aprovação nas disciplinas equivalente ao conceito C

Atividades pedagógicas e coeficiente de rendimento mínimo:

Serão considerados aprovados os alunos avaliados com os conceitos A, B ou C nos trabalhos escritos e/ou prova de avaliação, com frequência igual ou superior a 75% nas aulas remotas e no acesso no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Responsável pela avaliação discente:

Coordenador do curso

Tipo de trabalho de conclusão, forma de orientação e de avaliação:

Ao final do curso o aluno apresentará, no prazo máximo de três meses, um TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (projeto, artigo ou plano de negócios), a critério da coordenação, o qual, para ser aprovado, deverá estar de acordo com as normas exigidas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

A orientação deverá ser realizada pelos docentes após a disciplina de Seminários I com a carga horária mínima de 1 (uma) hora semanal para cada orientação de um discente por docente.

Procedimento para regime acadêmico especial:

Será assegurado regime acadêmico especial mediante atestado médico encaminhado para a Coordenação de Curso:

a) a aluna gestante, por três meses, a partir do oitavo mês de gestação, ou a critério médico de acordo com o disposto na Lei nº 6202, de 17 de abril de 1975.

b) aos alunos em condição física incompatível com a frequência nas aulas remotas, como disposto no Decreto 1044, de 2 de outubro de 1969, desde que não ultrapasse o período de 25% das aulas.

Os exercícios domiciliares previstos no regime acadêmico especial não se aplicam as disciplinas de caráter experimental ou de atuação prática.

Da Reprovação, Desligamento e Readmissão

O aluno que obtiver o conceito D deverá refazer a disciplina. A critério do professor responsável da disciplina a indicação I de incompleto será concedida ao aluno que não tendo concluído os trabalhos da disciplina assumindo o compromisso de concluí-los em prazo nunca superior a um bloco letivo com duração de 10 semanas. Resol.

CEG/Cepeg nº 01/99. A indicação I será automaticamente substituída pelo conceito D caso os trabalhos não sejam concluídos dentro do prazo estipulado. Por motivos justificados (indicação J), com aceite do prof. responsável poderá o aluno abandonar 1 disciplina durante o período letivo devendo constar do histórico escolar indicação J (abandono justificado). As disciplinas com indicação I ou J deverão constar do histórico escolar, mas não serão consideradas para o cálculo do coeficiente de rendimento acumulado.

Do Aproveitamento das Disciplinas e suas Cargas Horárias

Mínimo de compatibilidade de 75% do plano de ensino e de 75% da carga horária, descartando disciplinas de graduação plena e tecnológica.

Da Certificação

Certificação Concedida:

Os certificados de conclusão de curso serão emitidos e registrados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, em nome do discente, auferindo o título de "MBA EM GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO". Será concedido ao participante que atender às seguintes exigências: (a) conseguir aprovação em todas as disciplinas oferecidas pelo curso, obtendo a nota mínima exigida para aprovação nas disciplinas e no TCC - 5,0 (cinco), equivalente ao conceito C; (b) entregar, no prazo estabelecido pela coordenação, o TCC de final de curso de modo a ser avaliado por três avaliadores; e (c) ter frequência mínima de 75% nas disciplinas.

Critério de Avaliação:

O aproveitamento em cada disciplina será avaliado pelo professor responsável e registrado no histórico escolar do aluno, sendo expresso mediante um dos seguintes conceitos: A (excelente); B (bom); C (regular) e D (deficiente).

Serão considerados aprovados os alunos avaliados com os conceitos A, B ou C e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina.

O coeficiente de rendimento acumulado (CRA) será calculado pela média ponderada dos conceitos, a que serão atribuídos os valores A=3; B=2; C=1; D=0, sendo o peso a carga horária de cada disciplina.

É definido como Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (TCCE) a elaboração de trabalho no qual o aluno demonstre capacidade de sistematização e aplicação dos conteúdos do Curso.

Frequência global e CRA exigido:

Obtendo a nota mínima exigida para aprovação nas disciplinas e no TCC equivalente ao conceito C; (b) entregar, no prazo estabelecido pela coordenação, o TCC de final de curso de modo a ser avaliado por três avaliadores; e (c) ter frequência mínima de 75% nas disciplinas.

Disposições Gerais

-

Proposta de Plano de Trabalho e de TED no ANEXO I



Encaminhamento de proposta de curso – Especialização em Governança, Riscos e Conformidade (GRC)

De Especialização - PROPG <especializacao.propg@ufpe.br>

Data Seg, 09/03/2026 14:09

Para Sara Brito Arruda <sara.arruda@dnit.gov.br>; Vinícius G. Martins [REDACTED]

Edelweis José Tavares Barbosa <edelweis.barbosa@ufpe.br>

📎 1 anexo (313 KB)

folder_grc_ufpe_institucional (1).pdf;

Atenção: Este é um e-mail externo e pode ser malicioso. Tome cuidado ao clicar em links ou abrir anexos.

Prezada Senhora Sara Brito Arruda,

A Coordenação-Geral de Cursos de Especialização, em conjunto com a Coordenação do Curso de Especialização em Governança, Riscos e Conformidade (GRC), tem a satisfação de encaminhar a proposta do referido curso, elaborada em atenção ao e-mail datado de 02 de março de 2026.

A proposta foi estruturada considerando a relevância do tema para o fortalecimento das práticas de governança, gestão de riscos e conformidade no âmbito da administração pública, bem como as possíveis demandas de qualificação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Ressaltamos que a proposta apresentada permanece aberta ao diálogo e a eventuais ajustes que se façam necessários, de modo a melhor atender às necessidades de formação e aperfeiçoamento dos servidores desse órgão.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais e para a continuidade das tratativas que se fizerem pertinentes.

Atenciosamente,

Gerciane Vidal

Técnica em Assuntos Educacionais



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

Coordenação Geral de Cursos de Especialização
Diretoria de Pós-Graduação Lato Sensu
DPGL | PROPG | UFPE
<https://sites.ufpe.br/especializacao>

Especialização em Governança, Riscos e Conformidade (GRC)

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA

LabGRC – Laboratório de Gestão de Riscos e Compliance

Modalidade: Online e ao vivo (síncrona)

Carga horária total: 390 horas

Público-alvo: gestores e servidores públicos

Site do curso: <https://sites.ufpe.br/labgrc/grc/>

Apresentação

A Especialização em Governança, Riscos e Conformidade (GRC) da UFPE foi desenvolvida para qualificar profissionais da administração pública na implementação de práticas modernas de governança, gestão de riscos, controle e integridade institucional. O curso combina fundamentação acadêmica e experiência prática, alinhando-se às demandas atuais de transparência, eficiência administrativa e boas práticas de gestão pública.

Objetivo

Capacitar profissionais para atuar na gestão pública com domínio das áreas de Governança, Gestão de Riscos e Conformidade (GRC), utilizando metodologias modernas e ferramentas de apoio à tomada de decisão.

Estrutura Curricular (390h)

- Governança Pública – 30h
- Governança Digital – 30h
- Gerenciamento do Risco em Instituições Públicas na Prática – 30h
- Conformidade no Setor Público – 30h
- Gestão de Projetos – 15h
- Orçamento Público – 30h

- Eficiência no Setor Público – 30h
- Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 30h
- Controladoria Aplicada ao Setor Público – 15h
- Auditoria Governamental e Gestão de Riscos – 15h
- Fundamentos de Contratos e Convênios – 30h
- Ciência de Dados na Tomada de Decisão – 15h
- Planejamento Estratégico Governamental – 30h
- Governança na Gestão de Pessoas no Setor Público – 30h
- Tópicos Avançados no Setor Público – 30h
- Metodologia Científica – 15 h

Corpo Docente

O corpo docente do curso é composto majoritariamente por professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), além de especialistas convidados provenientes de outras instituições públicas e órgãos de controle, com reconhecida experiência acadêmica e profissional nas áreas de governança, gestão de riscos, auditoria, controle e conformidade.

Proposta Financeira – Turma Fechada

Item	Valor
Matrícula por servidor	R\$ 600,00
Mensalidade	16 parcelas de R\$ 600,00
Subtotal por servidor	R\$ 10.200,00
Investimento global (30 alunos)	R\$ 306.000,00
Desconto institucional (10%)	- R\$ 30.600,00
Valor final da proposta	R\$ 275.400,00

Possibilidade de Ajustes para o DNIT

A UFPE possui experiência na oferta da especialização e manifesta interesse em atender à demanda de capacitação do DNIT. É possível organizar nova turma específica para servidores do órgão, com flexibilidade para realizar ajustes na matriz de disciplinas, adequação de cargas horárias e atualização da proposta acadêmica, conforme as necessidades institucionais identificadas em conjunto com o órgão.



LABORATÓRIO DE GOVERNANÇA,
GER. DE RISCO E COMPLIANCE
UFPE



Contato

Prof. Vinícius Gomes Martins

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

LabGRC – Laboratório de Gestão de Riscos e Compliance

vinicius.gomesmartins@ufpe.br

<https://sites.ufpe.br/labgrc/grc/>



Outlook

Proposta turma fechada Mestrado

De franca franca <franca@itecon.com.br>**Data** Sex, 27/02/2026 15:37**Para** Sara Brito Arruda <sara.arruda@dnit.gov.br>**Cc** Magda <magda@unb.br> 2 anexos (973 KB)

Proposta_assinado.pdf; APCN_GIPP_FACE.pdf;

Atenção: Este é um e-mail externo e pode ser malicioso. Tome cuidado ao clicar em links ou abrir anexos.

Boa tarde Senhora Sara Arruda.

Estamos encaminhando, em anexo, proposta para ministrar curso de mestrado com turma fechada para esse DNIT conforme solicitado

Att. Prof. Dr. José Antonio de França - Vice-Coordenador do PPG/GIPP/FACE/uNb

Senhora Sara Brito Arruda
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)
Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CODEPES)

Ref. Proposta para Turma Fechada de Pós-Graduação
em Governança – Início 2026/2 - DNIT

Senhora Coordenadora

O Programa de Pós-Graduação em Governança e Inovação em Políticas Públicas – **PPG/GIPP/FACE/UnB**, tem a honra de apresentar a essa Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CODEPES), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), conforme solicitação datada de 26.02.2026, proposta para ofertar uma turma fechada de Mestrado Profissional em Governança e Inovação em Políticas Públicas para o DNIT com início no segundo semestre de 2026.

1. Histórico do PPG/GIPP/FACE/UnB

O PPG/GIPP/FACE/UnB é um dos mais jovens Programas Profissionais aprovados pela CAPES, vinculado à Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas, da estrutura funcional da Universidade de Brasília, que tem como missão preparar e qualificar pessoas, com excelência, para desenvolver conhecimento interdisciplinar, em trabalhos com a complexidade requerida por instituições estatais e de mercado, no enfrentamento dos desafios que a governança e a gestão contemporâneas requerem dos seus operadores.

Para cumprir sua missão, o PPG/GIPP/FACE/UnB tem em seu quadro de docentes Professores Doutores e Pesquisadores, com experiência acadêmica teórico-empírica e de mercado, em áreas como gestão pública, economia, administração, contabilidade, direito entre outras (<https://ppggipp.unb.br/documentos/planejamento>).

Essa experiência já foi colocada à disposição do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministério da Educação, inclusive com transferência de tecnologia, e da própria Universidade de Brasília, na qualificação do seu corpo técnico, com desenvolvimento de Produto Técnico Tecnológico (PTT), aplicado à melhoria da gestão de processos internos, capaz de compatibilizar a cultura organizacional com as necessidades da gestão moderna.

2. Proposta para Turma Fechada de Pós-Graduação em Governança

O escopo desta proposta está ancorado na oferta de uma turma fechada de Mestrado Profissional em Governança e Inovação em Políticas Públicas, para o máximo de 30 mestrandos, observadas as regras de universalização de cotas exigidas pela legislação brasileira, com as quais a Universidade de Brasília é comprometida.

2.1 Grade de disciplinas a serem ofertadas

O curso é estruturado em quatro semestre em que são ministrados conteúdos de sete disciplinas, sendo três disciplinas obrigatórias e quatro disciplinas opcionais.

Disciplinas Obrigatórias

- | | |
|--|---------------------|
| 1) Governança e Inovação em Políticas Públicas | = 4 Créditos |
| 2) Metodologia de Pesquisa Interdisciplinar | = 2 Créditos |
| 3) Design de projeto de intervenção interdisciplinar | = 2 Créditos |
| Soma de créditos obrigatórios | = 8 Créditos |

Disciplinas Optativas

O rol de disciplinas obrigatórias é bem extenso. Na APCN estão elencadas dezesseis disciplinas, das quais quatro serão eleitas, de acordo com a indicação do DNIT. Cada disciplina optativa é de **4 créditos**, totalizando **16 créditos**. O total de créditos a ser integralizado por cada mestrando, no conteúdo curricular, é de **24 crédito**, mais **8 créditos** do trabalho de conclusão de curso (dissertação), finalizando **32 Créditos**. Cada crédito equivale a 15 horas, totalizando **480** e horas.

Em turmas já encerradas em andamento foram indicados os conteúdos das seguintes disciplinas:

- a) Economia política e orçamento público
- b) Gestão Transversal e Redes de Políticas Públicas
- c) Tópicos Especiais em Governança e Inovação em Políticas Públicas
- d) Políticas de Governança Digital e os Desafios Contemporâneos à Democracia
- e) Contabilidade de Projeto
- f) Contabilidade Aplicada à Gestão Pública
- g) Auditoria Financeira e Análise de Demonstrações Contábeis

Se houver algum outro conteúdo de interesse do DNIT, que não esteja especificado na APCN, poderá ser ministrado como tópico especial.

2.2 Alocação de Professores

Cada turma é ministrada por dois professores que atuam simultaneamente em sala na exposição de conteúdo. Essa forma de alocação de professores é um requisito do conhecimento indisciplinar do curso.

2.3 Orçamento da turma

O orçamento da turma é uma estimativa de preço que contempla a remuneração a professores, secretaria e logística de apoio, custos indiretos, palestras, tecnologia e outros custos inerentes ao processo, identificados por: **a)** processo seletivo de candidatos ao mestrado, **b)** conteúdos ministrados em cada disciplina, **c)** coordenação e supervisão acadêmica da turma; e **d)** processo de orientação a cada mestrando; **e)** secretaria e logística; **f)** tecnologia; **g)** custos indiretos da FUB e fundação de apoio. Cada item da remuneração inclui o tributo respectivo.

Com base nessa distribuição de atividades, o orçamento da turma é assim precificado:

Atividades de professores: a), b), c), d)	970.500,00
Secretaria, logística e tecnologia: e); f)	229.500,00
Custos indiretos – FUB e Fundação de Apoio: g)	240.000,00
Seminários acadêmicos (palestrante, transporte e diária)	37.000,00
Auxílio financeiro para participação em congressos (diária e transporte) *	65.000,00
Avaliação técnico-acadêmica	49.300,00
Orçamento total estimado	1.591.300,00

(*) valor estimado para até 10 mestrandos

Os rendimentos financeiros decorrentes da proteção dos recursos contra a perda do poder de compra da moeda serão incorporados ao programa para atendimento de requerimento da CAPES/SUCUPIRA.

Os valores estimados em cada rubrica poderão ser reclassificados de uma rubrica para outra em função do comportamento dos preços no mercado, por ocasião da elaboração do plano de trabalho e no curso do projeto.

3. Instrumento de contratação

A Universidade de Brasília, preferencialmente, é contratada por meio de TED, sem afastar a possibilidade de contrato quando TED não for factível.

Esta proposta tem validade pelo prazo de 15 dias, contados a partir da data de assinatura.

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **JOSE ANTONIO DE FRANCA**
Data: 27/02/2026 15:24:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Doutor José Antonio de França
Vice-Coordenador do PPG/GIPP/FACE/UnB

Anexo

APCN do Programa

Proposta de Mestrado Profissional Interdisciplinar

Governança e Inovação em Políticas Públicas

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE)

Universidade de Brasília (UnB)

Estrutura conforme Manual APCN - Sucupira/CAPES - 2017

Sumário

Contextualização institucional e regional da proposta	2
Importância da proposta no contexto do plano de desenvolvimento da IES	4
Relevância e impacto regional ou microrregional da formação dos profissionais com perfil previsto	5
Caracterização da demanda a ser atendida	7
Histórico do curso	8
Cooperação e intercâmbio	13
Área de concentração	19
Linhas de Pesquisa/Atuação	20
Ação pública e inovação	20
Governança Pública e Terceiro Setor	21
Caracterização do curso – Detalhamento do curso	22
Nome	22
Periodicidade da seleção	22
Objetivo do curso	22
Perfil do egresso	22
Descrição sintética do esquema de oferta do curso	23
Diretrizes do trabalho final	24
Disciplinas	25
Corpo docente	58
Carga horária	60
Produção bibliográfica, artística e técnica	60
Projetos de pesquisa	62
Vínculos de docentes às disciplinas	70
Infraestrutura	72
Laboratórios para pesquisa	73
Caracterização do acervo da biblioteca	75
Financiamentos	76

Contextualização institucional e regional da proposta

Esta proposta de curso de mestrado profissional emerge do reconhecimento das novas demandas públicas por processos qualificados de promoção de governança e inovação em políticas públicas em Brasília. Objetiva-se a produção de estudos e pesquisas de intervenção interdisciplinares e inovadoras que colaborem, por meio da formação de profissionais de excelência, para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas. Instâncias estatais e não-estatais voltadas à construção da governança pública podem ter seus profissionais e capacidades de atuação fortalecidos pelos sentidos reflexivos, dialógicos e práticos ora propostos. A capital federal hospeda órgãos centrais de todos os poderes da república e a representação dos principais órgãos e entidades que interagem com o setor público e que, de alguma forma, participam da formulação e do acompanhamento das políticas públicas.

Governar passou a exigir, nas últimas décadas, novas lógicas interacionais abertas a múltiplos atores oriundos do Estado e de fora dele, constituindo redes entre cidadãos, servidores públicos, políticos, empreendedores e cientistas para a produção da ação pública. Governar abre-se, cada vez mais, a uma possibilidade de tradução por governança e enseja métodos e processos relacionais inovadores. Em seus processos, a governança constrói novas dimensões de cooperação e coordenação não apenas entre atores individuais e coletivos, mas entre referenciais, experiências, técnicas, capacidades e recursos, designando os limites e possibilidades das políticas públicas. Essa atualização da morfologia estatal, com suas novas porosidades e atravessamentos, tanto confere diferentes traços às tomadas de decisões políticas, como também reinventa as estratégias de gestão pública.

Nesse contexto, a geração de inovações no campo das políticas públicas configura-se como uma condição para o envolvimento de atores heterogêneos, cujas demandas e interesses não encontram espaço de expressão na estrutura hierarquizada das relações entre Estado, sociedade e mercado embasadas em visões disciplinares, que não abarcam a complexidade dos problemas e desafios atuais. Inovação deixa de corresponder exclusivamente a produtos concretos, serviços ou processos rigorosamente descritos e passa a representar também novas formas de relacionamento institucional e novos olhares sobre os problemas que podem reconfigurar as políticas públicas. Em outras palavras, a inovação fundamenta-se na ação pública, sendo, simultaneamente, indutora e induzida pela pluralidade de envolvidos nas dinâmicas interacionais de governança. As demandas por resolução de problemas públicos e gestores emergentes correspondem a questões complexas que requerem a combinação entre novos diálogos, métodos e tecnologias, que perpassam múltiplos conhecimentos práticos e acadêmicos para viabilizar transformações. Fóruns, laboratórios e plataformas presenciais e digitais que reconhecem a diversidade de vozes e elos têm apontado para interessantes caminhos de mudança convergentes às necessidades públicas, com possibilidade de reinscrever as condições de exercício da cidadania em bases interdisciplinares.

Se, por um lado, as ações de governo aberto reivindicam a disposição estatal para o diálogo compreensivo, a transparência e a responsividade na prestação de contas para a sociedade civil e o mercado; por outro, tal abertura convida a sociedade para uma nova cultura política na qual importa, tanto quanto a vontade de participar, aprender a analisar e a intervir no Estado e em seus arranjos sociopolíticos, econômicos, gestionários, contábil-orçamentários e jurídicos. O desenho, a viabilização e a avaliação das políticas públicas que passam a ser compartilhadas nas dinâmicas que não mais fazem ‘para’, mas fazem ‘com’, reinscrevem as relações institucionais, federativas e intersetoriais para tornar a dimensão da aprendizagem *sine qua non* para a operacionalização de políticas efetivas.

Tendo em vista tal contexto, a interdisciplinaridade manifesta-se não apenas como um saber teórico, fruto de debates acadêmicos mas, principalmente, como uma necessidade que se coloca frente aos desafios contemporâneos, cujo imbricamento de questões políticas, econômicas, sociais, históricas e ecológicas exige ações públicas que transgridam as fronteiras disciplinares e ofereçam respostas aos problemas complexos e transversais que permeiam a atuação profissional e política de atores oriundos do primeiro, segundo e terceiro setores. Este envolvimento multiplica e enriquece as possibilidades e práticas de governança, de empreendedorismo, de *compliance* e de *accountability* que, em conjunto, contribuem para a sustentabilidade das organizações e das instituições.

A confluência de quatro grandes campos de conhecimento - Gestão de políticas públicas, Administração, Economia e Contabilidade, cada um com suas próprias influências de outros saberes - advoga novos olhares sobre o fazer profissional e sobre a reconfiguração dos problemas públicos. A construção interdisciplinar aqui proposta busca promover compreensões e respostas inovadoras, abrangentes e efetivas, necessárias à solvência dos problemas públicos contemporâneos.

A governança pública vincula-se a uma série de problemas e soluções oriundos das possibilidades de uso das inovações no setor público. As soluções selecionadas, por sua vez, variam a depender de uma série de fatores políticos e sociotécnicos. Inúmeros artefatos tecnológicos hoje existentes podem vir a atender demandas por práticas democráticas. A tecnologia blockchain, por exemplo, permite construir processos mais transparentes de repasse de recursos públicos, viabilizando o rastreamento desse repasse por todos aqueles interessados. Entretanto, não basta conhecer a inovação sob uma perspectiva técnica, mas a esta deve-se conjugar análises que permitam a compreensão de suas possibilidades e limitações também a partir de fatores políticos, culturais e organizacionais que interferem na adoção (ou não) das inovações.

Nesse sentido, os referenciais disciplinares e interdisciplinares selecionados para este curso compõem conhecimentos e saberes passíveis de serem aplicados e ressignificados na prática cotidiana da gestão pública, tendo como premissa o desenvolvimento de competências a partir de habilidades complexas, quais sejam a solução de conflitos, a solução de problemas públicos e a capacidade de transpor conhecimentos teóricos para a prática cotidiana de maneira reflexiva.

Esse desenho enseja constituir o ambiente da gestão pública como espaço de produção e coprodução de inovação.

O curso de mestrado profissional tem por objetivo formar gestores públicos e outros profissionais com interface com governos para aprimorar a produção de bens e serviços públicos relevantes e inovadores, compreendidos a partir do imbricamento entre governança e inovação na produção de políticas e programas públicos e seus instrumentos. Tal desafio, que compreende pensar nexos entre a realização de direitos na forma de políticas públicas, também exige a produção de conhecimentos interdisciplinares.

Importância da proposta no contexto do plano de desenvolvimento da IES

Esta proposta de Mestrado Profissional Interdisciplinar em “Governança e Inovação em Políticas Públicas” (GIPP) vai ao encontro das diretrizes estratégicas da Universidade de Brasília (UnB). Conforme seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022, a UnB tem por propósito social “formar cidadãos éticos, qualificados para o exercício profissional, comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico sustentável e com a busca de soluções inovadoras para os problemas do país”. Esse também é objetivo desta proposta. Ademais, entre os focos de atuação da UnB estão a excelência no ensino, o fortalecimento e promoção de pesquisa e inovação, com fomento à transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos e, destacamos, “integrar universidade e sociedade por meio de projetos voltados ao desenvolvimento sustentável e inclusão social, alicerçados em valores democráticos, estimulando ações interdisciplinares, intersetoriais e interinstitucionais e a simplificação de processos”.

É missão da UnB “ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãos e cidadãos éticos e qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência”. Tais focos de atuação e missão convergem com os direcionamentos que regem a proposta de Mestrado Profissional Interdisciplinar ora apresentada.

A UnB está entre as melhores universidades do mundo. De acordo com a *Center World University Rankings* (CWUR), a UnB ocupa a 737ª posição. Já a *Times Higher Education* (THE) classifica a UnB enquanto uma das 450 melhores universidades do planeta, a 16ª melhor universidade da América Latina e 11ª melhor universidade do Brasil. Por sua vez, o Ranking Universitário Folha (RUF) estabelece a UnB como 9ª melhor do país. A proposta de pós-graduação em GIPP, tão afilada aos princípios da UnB, fortalecerá ainda mais as capacidades da prestigiosa universidade na viabilização de seus propósitos e melhoria de seus indicadores.

Além da convergência com as finalidades e diretrizes da UnB, a proposta de mestrado profissional apresenta originalidade com relação aos demais cursos de mestrado profissional da universidade e da região, e com as propostas de mestrado e doutorado acadêmicos já existentes. A Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE),

unidade sede do curso, apresenta três cursos de mestrado e doutorado acadêmicos (vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGEco), e ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGCont)); e dois cursos de mestrado profissional, vinculados ao PPGA e ao PPGEco. Vale ressaltar que todos eles possuem perspectiva eminentemente disciplinar, distinguindo-se dos propósitos do GIPP. Ainda no âmbito da UnB, mas externo à FACE, existe o Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Faculdade UnB Planaltina (FUP), ligado à área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo da CAPES.

O GIPP poderá contribuir com a formação de estudantes e com processos de pesquisa e desenvolvimento voltados às possibilidades de codesign e coprodução de inovação e mudança em políticas públicas elaboradas pela União em sua relação com atores do mercado e da sociedade, considerando ainda articulações interfederativas para a realização destas políticas. Devido às características de nossa abordagem, à composição do corpo docente e ao perfil de egressos pretendido, propomos nossa vinculação à área Interdisciplinar, ressaltando a distinção entre esta proposta e as demais vigentes nos mencionados cursos de mestrado profissional. Ademais, nos colocamos como parceiros potenciais para esses e outros cursos da UnB, no que tange ao desenvolvimento de pesquisas e ações voltadas à GIPP.

Tendo em vista o caráter interdisciplinar entre ciências sociais aplicadas e ciências humanas, este Mestrado Profissional Interdisciplinar considerará as ciências de gestão, a economia, as ciências contábeis, a filosofia, a sociologia e a ciência política não apenas enquanto parâmetros teórico-metodológicos, mas como trajetórias da atuação e formação de seus docentes e discentes e aspectos da organização da área de concentração, das linhas de pesquisa e da oferta de disciplinas. As linhas de pesquisa também se distinguem daquelas estabelecidas pelos demais cursos: a estrutura entre “Ação Pública e Inovação” e “Governança Pública e Terceiro Setor” representam traços específicos desta proposta e apontam, inclusive, para a viabilização dos propósitos fundamentais da UnB e da Pós-Graduação Profissional: melhorar a qualidade da atuação profissional nos âmbitos da gestão pública e social, com ética e excelência, fomentando processos interventivos inovadores e resultados efetivos por integrar conhecimentos acadêmicos de ponta a conhecimentos práticos.

Relevância e impacto regional ou microrregional da formação dos profissionais com o perfil previsto

Os egressos do curso serão capazes atuar de maneira interdisciplinar, elaborando instrumentos e soluções inovadoras para construir um ambiente institucional voltado a práticas de governança em que a articulação dos conhecimentos multidisciplinares no corpo das disciplinas e na estrutura metodológica do Programa, intentam promover o conhecimento integrado e articulado dos saberes e conhecimentos necessários à organização do Estado e de suas interfaces para viabilizar as políticas públicas. Essa articulação é necessária para a realização da missão precípua do Estado, qual seja a de realizar os preceitos constitucionais. Será possível, ainda, apoiar e

promover a inovação como uma possibilidade de um projeto de desenvolvimento local, regional e nacional integrado e articulado. Ressalte-se a relevância dos profissionais que atuam junto às áreas contábeis e financeira dos órgãos públicos na condução das definições do planejamento e da implementação orçamentária das políticas públicas e do aparelho estatal no seu conjunto. Nesse contexto, a interface entre pesquisadores da área contábil e orçamentária, da sociologia, da economia, da gestão pública, das políticas públicas, do planejamento regional, faz-se relevante na formação e aprimoramento da formação de servidores públicos ou em atividades de consultorias que permeiam as ações de governo, envolvendo organizações sem fins lucrativos, empresas públicas e instituições nacionais e internacionais.

Os mestres em GIPP estarão aptos à gestão dialógica para a solução de problemas públicos e para a implementação de políticas públicas; poderão estimular novas dinâmicas institucionais e sociopolíticas disruptivas e serão, ainda, capazes de colaborar com a produção de técnicas e políticas para o desenvolvimento socioeconômico sustentável local, regional e nacional.

Nossa qualidade de ‘Capital Federal’ e nossa proximidade física com o centro do poder político-administrativo nacional confere especial relevância ao estudo contínuo e sistemático da governança e da inovação em políticas públicas e explicita não apenas a importância, mas a urgência de um programa interdisciplinar de pós-graduação, sediado pela UnB, capaz de aliar análises quantitativas a abordagens qualitativas, à observação direta, a métodos de análise documental e à possibilidade de investigações e intervenções sustentadas por densos trabalhos de campo, que se debruçarão sobre as práticas políticas cotidianas. Justifica-se, ainda, pela potência dos debates sobre as múltiplas formas de governar, sobre os espaços a serem ocupados pelo Estado e pelos demais atores sociopolíticos, sobre os meios de ação e, ainda, sobre que tipos de políticas públicas atendem à complexidade e às necessidades da sociedade brasileira contemporânea.

Acrescenta-se que a proposta faz-se pertinente por reconhecer que o universo de servidores federais ativos ultrapassa um milhão de pessoas, existindo uma Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal cujos investimentos e projetos são acompanhados pelo Comitê Gestor. Além disso, os órgãos públicos definem seus programas de capacitação e liberação de servidores. No âmbito do Distrito Federal, são quase 130.000 servidores ativos. Tanto no nível federal quanto no distrital, parte dessa capacitação vem sendo realizada por meio de acordos com a UnB em todas as áreas relevantes para a prestação de serviços públicos. Neste sentido, o curso proposto de GIPP atenderá também a estes profissionais, promovendo tanto uma ampliação do conhecimento quanto o desenvolvimento de novas abordagens e visões.

O Curso ora proposto trará consigo abordagem voltada à promoção de processos de governança em redes de políticas públicas e ao estímulo de competências e habilidades para a inovação e mudança, com sentidos de intervenção sociopolítica, para aperfeiçoar a efetividade de bens e serviços públicos. Esse desenho é aberto a profissionais do setor público, do setor privado e do setor público não-estatal e, por seu propósito, abertura e caráter interdisciplinar, distingue-se dos demais cursos profissionais oferecidos no Centro-Oeste.

Há doze cursos de mestrados profissionais correlatos a políticas públicas e seus processos gestionários no Centro-Oeste, em instituições prestigiosas como a UnB, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), o Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), a Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), a Universidade Católica de Brasília (UCB), o Centro Universitário de Brasília (IESB), o Instituto de Direito Público (IDP) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Apenas esta proposta traria para a região o enfoque da governança e da inovação em políticas públicas, inclusive como área de concentração. Ademais, a rede de cursos de mestrado profissional, grupos de pesquisa e iniciativas de extensão voltadas a políticas e gestão pública poderá ser fortalecida pela eventual instauração do GIPP.

Caracterização da demanda a ser atendida

Brasília, por ser a capital do país, concentra em seu território as principais instituições de caráter nacional e internacional. Os poderes executivo, legislativo e judiciário brasileiros, organizados em dezenas de instituições setoriais, estão sediados em espaços próximos a agências da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), agências de Financiamento e cooperação internacional como o Banco Mundial, FMI, etc. Partidos políticos, confederações sindicais e organizações não-governamentais também contam com sedes nacionais no Distrito Federal.

Regionalmente, Brasília participa de modo protagonista da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), constituída pelas 31 regiões administrativas do Distrito Federal, por vinte e nove municípios de Goiás e quatro municípios de Minas Gerais. Brasília também é sede da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), responsável por contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais, estimulando planos, programas e laços entre setor público e privado, sociedade civil e organizações internacionais.

Também é relevante para esta proposta atender à demanda para qualificação de profissionais e gestores atuantes na aplicação e análise dos recursos da sociedade colocados à disposição das Organizações da Sociedade Civil, seja por meio de transferência direta de recursos financeiro-orçamentários, seja por meio de renúncia fiscal de tributos federais, estaduais e municipais. Inserem-se, neste contexto, as Organizações da Sociedade Civil que exercem atividades de educação, saúde, assistência social e outras que são beneficiadas com recursos públicos para execução de projetos, de forma direta e/ou indireta, cuja prestação de contas deve explicitar e comprovar os benefícios efetivamente obtidos pela população-alvo e/ou pelo meio ambiente, com a alocação adequada dos recursos, como resultado dos serviços dos prestados pela Organização da Sociedade Civil.

Nesta proposta, compreende-se desenvolvimento enquanto conjunto de mudanças promovidas por articulações transversais, em governança aberta, multiatorial, exigente de dispositivos tecnopolíticos entre as fronteiras entre o estatal e do não-estatal, transitando do local ao transnacional. Por voltar-se à produção de pesquisa e intervenção para construção de desenvolvimento, justifica-se a instauração do Mestrado Profissional Interdisciplinar GIPP em Brasília, onde será possível produzir conhecimentos, técnicas, capacidades e habilidades relevantes.

Histórico do curso

A proposta de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Governança e Inovação em Políticas Públicas (GIPP) é realizada com o sentido de convergência entre as iniciativas de caráter inter e transdisciplinares do campo da GIPP, nos âmbitos da pesquisa, ensino, extensão, cooperação internacional e popularização de conhecimentos em ciência e tecnologia que vêm ocorrendo no no seio da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) da Universidade de Brasília.

No início dos anos 2000, novos cursos relacionados à gestão pública e às políticas públicas começaram a estabelecer formatos interdisciplinares, com diferentes nomenclaturas, tais como administração pública, gestão de políticas públicas, políticas públicas, gestão social, dentre outros. Esse movimento levou à reorientação de processos avaliativos pelas agências de regulação e fomento nacionais. Tais esforços vêm sendo realizados por uma articulação nacional de professores e pesquisadores, culminando no estabelecimento do chamado Campo de Públicas. Professores que participam desta proposta de mestrado profissional são também engajados no processo científico e profissional de fortalecimento do Campo de Públicas, que traz em seu repertório temático de modo relevante as dinâmicas de governança e inovação em políticas públicas.

Professores vinculados ao Departamento de Gestão de Políticas Públicas (GPP), por seu envolvimento com os propósitos deste projeto, são condutores desta proposta, em parceria com colegas atuantes nos demais departamentos da FACE. Os professores de GPP têm trajetórias acadêmico-profissionais nas áreas da sociologia, da gestão pública, da economia, da geografia humana, da psicologia organizacional do planejamento urbano e territorial, de estudos da integração latino-americana e do desenvolvimento e cooperação internacional. Articulam-se a colegas da FACE que atuam nos campos das ciências contábeis, da economia política, da administração, da psicologia e da engenharia. Colaboram com esta proposta também dois colegas externos à Universidade de Brasília, uma atuante no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e um no Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), ambos profissionais com nível de doutorado e atuantes em ciências sociais e jurídicas.

Esta configuração surge do entendimento de que a complexidade dos relacionamentos socioestatais para a realização das políticas públicas transcende os limites do campo da gestão pública e engloba os conhecimentos das demais áreas envolvidas neste projeto. Tal consideração da diversidade assemelha-se àquela presente na composição e nos propósitos dos grupos e laboratórios de pesquisa liderados (ou co-liderados) por docentes-pesquisadores desta proposta. São os casos dos grupos Estudos e Pesquisas em Governos Locais (GEPGL); Previdência Social no Brasil: equilíbrios e perspectivas; Laboratório de pesquisa no terceiro setor (LPETS), que participam da linha de pesquisa “Governança Pública, Terceiro Setor e Contabilidade”; dos grupos Estado, Regulação, Internet e Sociedade (GERIS); Laboratório de Pesquisas sobre Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático (LAP2D); Inovare de Estudos sobre Mudança nas Organizações e Redes Sociais; Laboratório de Gestão de Políticas Penais (LabGEPEN); Lei e Sociedade; Gestão e Políticas do Trabalho (GEPOLT); Processos de Inovação e Aprendizagem em Políticas Públicas e Gestão Social, que compõem a linha de pesquisa “Ação Pública e Inovação”; e do Grupo de Pesquisa em Instrumentos e Tecnologias de Gestão (GEPIN), que participa das duas linhas de pesquisa.

Os laboratórios e grupos mencionados articulam-se internacionalmente, como são os casos do GEPIN, do LAP2D e do GERIS, que colaboram com iniciativas de pesquisa ibero-americanas do campo da gestão pública e inovação em relações com o *Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas* (GIGAPP), e da *Red Tecnopolítica*. O LAP2D também estabeleceu painel voltado à Governança Intersetorial durante a IV *International Conference on Public Policy* (ICPP) (Painel T06P05, Montreal, 2019). O GERIS viabilizou em Brasília o I e o II Simpósios Internacionais em Inovação e Governança Digital (UnB e Fiocruz, 2014 e 2016). O LabGEPEN, por sua vez, colaborou neste ano com diálogos voltados à reforma da gestão penitenciária na Bolívia e realizou na FACE/UnB o I Seminário Internacional em Gestão de Políticas Penais (UnB, 2018). Também o grupo Processos de Inovação e Aprendizagem em Políticas Públicas e Gestão Social já realizou na Universidade de Brasília duas edições do “Seminário Internacional Perspectivas Democráticas em Políticas Públicas”, contando com a participação de palestrantes da *SciencesPo* (França), da Universidade de Barcelona (Espanha), da Universidade de Bolonha (Itália) e da Universidade de Humboldt (Alemanha). Ademais, o Laboratório de pesquisa no Terceiro Setor (LPETS) vem coordenando esforços para estabelecer na UnB, neste ano, a Conferência Internacional do Terceiro Setor, junto a pesquisadores da *Aston Business School* (Inglaterra) e da *Universidad Tecnica Federico Santa Maria* (Chile). Há ainda iniciativas transnacionais de pesquisa no campo do desenvolvimento metropolitano e socioeconômico em parceria com o *Institut de Recherche sur le Développement* (IRD, Paris) e com a Universidade de Colônia (Alemanha); e iniciativas em colaboração com o Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAZ), contribuindo com a organização do I e do II Fórum Internacional sobre a Amazônia (FIA), realizados em 2015 e 2019.

Há ainda iniciativas extensionistas, que são viabilizadas no seio dos grupos liderados por professores do GIPP. São os casos dos Projetos de Extensão do LPETS, do grupo Processos de Inovação e Aprendizagem em Políticas Públicas e Gestão Social e do GEPOLT, este último inclusive realizando atividade de extensão inovadora em “Tecnologias sociais de geração de

emprego, trabalho e renda para mulheres na Cidade Estrutural” no Pólo da Estrutural da UnB. O LabGEPEN também realiza ações extensionistas, no formato de cursos abertos à comunidade.

A construção desse programa reforça a identidade entre os docentes que já se reconhecem para atuação conjunta em projetos coletivos, inclusive, com aliados institucionais. É o caso do projeto de pesquisa em andamento sobre Governança para Instituições do Ensino Superior, coordenado pela professora Magda Lúcio, com participação de docentes do CCA e do GPP, realizado para a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. É também o caso do curso em andamento de especialização em “Orçamento e Políticas Públicas”, oferecido para o Ministério da Saúde, coordenado pelo professor José Marilson Dantas, com ministração de disciplinas por professores do CCA e do GPP. O Ministério da Saúde também apoiou, em 2017, o desenvolvimento da pesquisa de aprimoramento da articulação e cooperação interfederativa para análise, estudos e apoio ao planejamento, regionalização e articulação entre os entes federados frente à gestão do SUS, coordenada pela professora Magda Lúcio. Os professores Dorian Daroit (ADM), Luiz Fernando Bessa (GPP) e Magda Lúcio (GPP) também desenvolveram com outros colegas da FACE, em 2013, uma metodologia de planejamento estratégico para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Ainda no âmbito das redes nacionais, docentes que estruturam esta proposta cooperam com associações científicas como a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP), a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER - SH), a Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) e ainda com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do CNPq para a Democracia Digital (INCT-DD). Foram organizados por professores componentes desta proposta importantes eventos tais como o V Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER, UnB, 2016), o I Fórum das Pós-Graduações Interdisciplinares (UnB, 2018), e o I e II Encontros Nacionais de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP, UnB, 2015 e 2017). No último caso, cinco professores participantes desta proposta continuam contribuindo com a ANEPCP para a terceira edição do evento, previsto para este ano (III ENEPCP, Natal, 2019), seja na comissão científica ou na coordenação de sessões temáticas correlatas a GIPP.

O núcleo que articula as iniciativas desses campos diversos consiste na compreensão de que tanto para o olhar inovador sobre os problemas, quanto para a construção de novos relacionamentos institucionais cooperativos que levem a cabo a tarefa de promover maior efetividade das políticas públicas, a construção de saberes e as intervenções sobre a realidade deles decorrentes requer o diálogo entre distintas ciências.

As tecnologias e as inovações têm sido abordadas em seu significado econômico a partir da organização industrial e do trabalho, como nas obras de clássicos da economia política (Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus) e da crítica da economia política (Karl Marx e Friedrich Engels), e como fontes da dinâmica econômica e tecnológica e de desenvolvimento dos países na economia evolucionária, a partir dos anos 1970, a qual deriva dos estudos pioneiros de Joseph

Schumpeter. No Brasil dos anos 1950, Celso Furtado, ligado ao pensamento estruturalista e desenvolvimentista latino-americano, problematizou a relação entre (sub)desenvolvimento e (incorporação inapropriada do) progresso técnico.

Do ponto de vista conceitual, nestas abordagens de origem econômica, as inovações são entendidas como novas combinações de recursos tangíveis e intangíveis ligadas a pressupostos científicos (principalmente positivistas) de conhecimento e intervenção sobre o mundo. Seriam desenvolvidas no intuito de solucionar problemas nas mais variadas áreas das atividades humanas e, principalmente, gerar lucros para as empresas que as utilizam e produzem, e desenvolvimento tecnológico para os países.

Outra linha de investigação surge com os autores da Escola de Frankfurt, como Walter Benjamin, Theodor Adorno, Max Horkheimer e Jürgen Habermas que, partindo de estudos marxistas, desenvolveram a crítica da Modernidade, aliando à crítica política e social à crítica científica e tecnológica. Esta abordagem que não desvincula economia e sociedade na geração de inovações consolidou-se nos anos 80 como estudos sociais da ciência e tecnologia e foi responsável por ampliar a compreensão da importância das inovações em nossa organização política e social. Conceitualmente, esta compreensão de inovação representaria a capacidade da ciência de gerar ferramentas de ação sobre a natureza e a sociedade, assumindo um papel central na maneira como nos relacionamos com o mundo que nos cerca e do qual fazemos parte. Essa centralidade das tecnologias e inovações em nossas relações com o mundo e nossa dependência de suas aplicações, desenvolvimentos e efeitos para a organização das sociedades acabou por ampliar os estudos sobre seus significados e papéis, bem como sobre a dinâmica de sua geração.

Os mecanismos culturais e sociais de construção das inovações, seus impactos e influências, passaram a abarcar a compreensão de redes sociotécnicas ou tecnopolíticas e a representação de valores e significados imbricados na construção e uso das inovações. Considerando estes aportes à compreensão e estudo das tecnologias, entendemos as mesmas como relações concretas que são estabelecidas entre elementos imateriais e materiais que dão suporte a uma visão específica de mundo e que constroem novas relações e elementos em um processo dinâmico e transformador.

A governança também possui inicialmente uma trajetória ligada ao setor privado. Os estudos de Ronald Coase na década de 1930 e, posteriormente, de Oliver Williamson indicam a necessidade de mecanismos de coordenação interna e externa às firmas como forma de influenciar sua competitividade. Nos anos 1960, desenvolve-se o termo governança corporativa que se refere à estrutura e ao funcionamento do conjunto de políticas de uma organização embasado em articulações de poder entre os acionistas. Esta visão institucionalista resulta no desenvolvimento de instrumentos e técnicas de gestão que, atualmente, disseminaram-se pelo setor privado.

Para reconhecer tal trajetória histórica no campo de GIPP no setor público, embora já presente nos anos 1970, a literatura da governança desenvolve-se mais fortemente na década de 1980 com base nos documentos e recomendações do Banco Mundial, os quais se referem à governança

como o exercício do poder estatal para a condução de políticas públicas econômicas e sociais e seus resultados sobre o desenvolvimento. A governança torna-se, assim, relacionada ao bem comum e à democracia. Esta visão inicial desenvolve-se sempre ligada à concertação de interesses, englobando atores heterogêneos e sua participação democrática e volta-se para mecanismos de *accountability* e controle social como essenciais aos processos democráticos que orientam as relações entre Estado, mercado e sociedade.

O PPGGIPP e as iniciativas de pesquisa que o suportam congregam os propósitos da UnB, onde também se situam. Concebida junto ao projeto de construção de Brasília, a UnB foi instaurada em dezembro de 1961. A Fundação Universidade de Brasília, mantenedora da UnB, é Pessoa Jurídica de Direito Público Federal instituída pela Lei nº 3.998 de 1961, sob o CNPJ 00.038.174/0001-43. Em sua criação e idealização, foram indispensáveis aos propósitos gerais o antropólogo Darcy Ribeiro. No que tange aos sentidos pedagógicos, protagonizou Anísio Teixeira. Já a proposta arquitetônica da Universidade ficou a cargo de Oscar Niemeyer.

A UnB é conformada por quatro campi: situado na Asa Norte está o campus Darcy Ribeiro, desde a fundação da universidade; o campus Planaltina, o campus Gama e o campus Ceilândia, situados em Regiões Administrativas de mesmo nome, foram instaurados entre 2006 e 2008.

Situada no Campus Darcy Ribeiro e instituída em 2003, a FACE substituiu a antiga Faculdade de Estudos Sociais e Aplicados da UnB. Em sua instauração, a FACE era composta pelos Departamentos de Ciências Contábeis e Atuariais, Economia e Administração. Em 1963, estabeleceu-se o curso de Economia; 1966, o curso de Administração; em 1977, o curso de Ciências Contábeis e Atuariais. Em 2009, o curso de Gestão de Políticas Públicas passou a integrar a unidade na qualidade de consórcio e, em 2015, na qualidade de Departamento.

A Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) conta com grupos de pesquisa consolidados, iniciativas em extensão universitária, iniciativas de especialização e programas de pós-graduação tanto na modalidade acadêmica (quais sejam: Economia, Ciências Contábeis e Administração) como também na modalidade profissional. Inclusive, a Faculdade já possui tradição na oferta de cursos *strictu sensu* de qualidade em modalidades acadêmica e profissional. A FACE, unidade sede do curso, apresenta três cursos de mestrado e doutorado acadêmicos e dois cursos de mestrado profissional, todos eles vinculados à áreas de concentração eminentemente disciplinares.

O Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/FACE/UnB) existe desde 1976 enquanto curso de mestrado, sendo o doutorado estabelecido em 2006. O PPGA também apresenta o curso de Mestrado Profissional em Administração Pública, desde 2004, direcionado para turmas de órgãos públicos. Ainda no âmbito da FACE, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCONT) possui como objetivo a formação de pesquisadores na área. O Programa de Pós-Graduação em Economia da FACE/UnB trata de temas relacionados à política

econômica e sua relação com outras políticas públicas como educação, saúde, previdência social e infraestrutura.

A proposta de curso novo ora apresentada visa preparar os discentes para a atuação e intervenção em processos multitoriais, cujos atores são, além de servidores públicos, também profissionais do mercado e de organizações sociais que possuam interface com o setor público na elaboração e realização de políticas públicas. O GIPP distingue-se por abordar fundamentalmente as políticas públicas por meio dos referenciais da governança e da inovação, no âmbito da ação pública. Assim, o enfoque é original por trazer com centralidade a concertação de diferentes atores na promoção de inovações públicas, sendo a gestão apenas um dos elementos considerados no arcabouço interdisciplinar proposto. Não há equivalência entre propósitos, áreas de concentração e linhas de pesquisa entre os programas da FACE, mas sim sentidos potenciais de articulação de saberes e iniciativas, dada a complementaridade de abordagens.

Os componentes do corpo docente que configuram a proposta ora apresentada possuem trajetórias acadêmico-profissionais que, se por um lado os vinculam aos departamentos de graduação da FACE, por outro lado os levam a reconhecer as demandas contemporâneas de tomada em conta da multidimensionalidade dos problemas públicos e da necessidade de articulações de saberes e práticas oriundos de diferentes áreas para a consecução da transformação e da efetividade em políticas públicas. Tal reconhecimento dos desafios atuais aponta para a importância da construção do GIPP como um novo programa de pós-graduação na FACE/UnB, congregando sentidos dialógicos e interdisciplinares.

Cooperação e intercâmbio

Os membros do corpo docente envolvidos com esta proposta atuam em iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e articulação da comunidade científica junto a instituições, associações e redes nacionais e internacionais. Há diversos processos de colaboração interinstitucional em curso, destacamos os mais relevantes:

Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP)

- [Christiana Freitas, Magda de Lima Lúcio, Rosana Boullosa \(participam do Conselho Consultivo da ANEPCP\); Ana Paula Vidal Bastos; Doriana Daroit, Fernanda Natasha Bravo Cruz, Luiz Fernando Macedo Bessa \(colaboram com outras iniciativas da ANEPCP\).](#)
- A noção de campo de públicas é compreendida como campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da

democracia. Sua expressão no âmbito do ensino é configurada por um número crescente, notadamente a partir de 2005, de cursos de graduação, sobretudo de bacharelado, com as denominações de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas. No âmbito da pós-graduação também vem despontando grande número de novos cursos, com variadas denominações particulares. Conquistou reconhecimento e identidade institucional em 2014, como campo de formação acadêmica e profissional, com a edição de Diretrizes Curriculares Nacionais próprias. Nesse contexto, vem se estabelecendo a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa no Campo de Públicas (ANEPCP). Há 06 professores do Departamento de Gestão de Políticas Públicas (GPP) que participam desta proposta e são representados pela associação, tendo colaborado com os Encontros Nacionais e Fóruns promovidos pela associação. Três dentre eles atuam ou atuaram na diretoria ou no conselho consultivo da ANEPCP.

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER - SH)

- [Doriana Daroit \(é tesoureira da ANINTER-SH\), Luiz Fernando Macedo Bessa \(participa da ANINTER-SH na condição de coordenador de curso interdisciplinar\)](#)
- A ANINTER-SH é composta por programas de pós-graduação da área Interdisciplinar da CAPES, sendo que a maioria dos programas associados pertencem às Câmaras I e II. No entanto, especialmente nos últimos dois anos, a associação vem envolvendo programas de outras câmaras, por meio de seu congresso anual - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades em sua oitava edição em 2019, e do apoio ao fórum de coordenadores da área - Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares em sua terceira edição em 2019, de forma a ampliar os debates acadêmicos e também sua representatividade. A ANINTER-SH busca promover a interação dos programas interdisciplinares, com o objetivo de gerar trocas de experiências que englobam tanto a pesquisa quanto os desafios de gestão dos programas interdisciplinares. Esta proposta surgiu da necessidade de definir de forma mais adequada os critérios para o entendimento do que seja uma ciência interdisciplinar e como a mesma deve ser avaliada. No corpo docente proposto para o PPGGIPP há docentes que participam da ANINTER-SH (uma docente é membro da Diretoria da associação) e contribuem com os debates que têm sido acolhidos no âmbito da CAPES.

Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS)

- [Luiz Fernando Macedo Bessa, Rosana Boullosa \(participam da RGS\).](#)
- A noção de Gestão Social se aproxima de um ideal de gestão significativa e situada em seus processos dialógicos, mobilizadores, democráticos, inclusivos e emancipadores, contrapondo-se cada vez a processos gerencialistas tradicionais, isolados, burocráticos, privatistas e mercantis. O propósito da Rede e de seus pesquisadores inclui pensar a gestão como um processo que se dá a medida que atores sociais diversos se mobilizam, se conectam e criam formas inteligentes de aprendizagem ativa e desenvolvimento conjunto para organizações públicas, privadas ou sem fins lucrativos. A Rede de

Pesquisadores em Gestão Social congrega docentes e estudiosos de todo o país e já organizou dez edições de seu Encontro Nacional de Gestão Social (ENAPEGS).

Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

- José Antônio de França, membro da Comissão Administradora do Exame de Qualificação Técnica (CAE) – Perito Contábil
- O CFC é uma Autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público. O CFC é integrado por um representante de cada estado e mais o Distrito Federal, conforme a Lei 11.160/05 e tem, entre outras finalidades, o propósito de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade, cada um em sua base jurisdicional, nos Estados e no Distrito Federal; decidir, em última instância, os recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais, além de regular acerca dos princípios contábeis, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

Câmara técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF)

- Diana Vaz de Lima, representante titular da Confederação Nacional de Municípios (CNM)
- A CTCONF é responsável por subsidiar a elaboração, pela secretaria do tesouro nacional, das normas gerais relativas à consolidação das contas públicas referidas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Tem caráter técnico e consultivo, manifestando-se através de recomendações consignadas em atas, e deve nortear-se pelo diálogo permanente, tendente a reduzir divergências e duplicidades, em benefício da transparência da gestão contábil e fiscal, da racionalização de custos nos entes da federação e do controle social.

Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas (GIGAPP) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte

- Doriana Daroit, Christiana Freitas, Luiz Fernando Macedo Bessa (participam de acordo formal com o GIGAPP e a UFRN); Fernanda Natasha Bravo Cruz, Magda de Lima Lúcio, Diana Vaz de Lima, Rosana Boullosa (colaboram com outras iniciativas do GIGAPP).
- O Grupo de Investigación em Governo, Administração e Políticas Públicas consiste em associação sem fins lucrativos, de âmbito internacional, estabelecido sob a lei espanhola. O GIGAPP é uma iniciativa impulsionada por acadêmicos e pesquisadores com o propósito de contribuir ao debate e à geração de novos conceitos, enfoques e marcos de análises nas áreas de governo, gestão e políticas públicas, fomentando a criação de espaço de intercâmbio e colaboração permanente, e facilitando a construção de redes e projetos conjuntos sobre a base de atividades de docência, investigação, assistência técnica e extensão. Há quatro professores do GPP e uma professora do Adm que participam desta proposta e colaboram com o GIGAPP em termos de atuação na rede de pesquisadores, colaboração frequente com a coordenação e participação em grupos de trabalho do

Congresso Internacional em Governo, Administração e Políticas Públicas (que estará em sua décima edição em 2019) e em acordo de cooperação entre a UnB, o GIGAPP e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para o desenvolvimento de pesquisa internacional interdisciplinar, afeita aos temas de governança e inovação em políticas públicas. Por meio do GIGAPP, os pesquisadores contribuem também com o Grupo de Trabalho Projeto Latinno, sediado na Universidade de Humboldt, a primeira base de dados sistemática sobre as novas formas de participação em curso na América Latina, as chamadas inovações democráticas. O Latinno coletou dados sobre a evolução das inovações democráticas em 18 países da América Latina entre 1990 e 2016, codificados para 43 variáveis relacionadas ao contexto, ao desenho institucional e ao impacto de cada inovação.

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD)

- [Christiana Freitas \(líder do Grupo de Pesquisa Estado, Regulação, Internet e Sociedade, que participa do INCT.DD\)](#)
- O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD) é composto por uma rede de pesquisadores e universidades que reúne e coordena capacidade instalada em alto nível científico para atuar nos mais diversos campos da democracia e do governo digitais. Os projetos do INCT.DD envolvem a realização de estudos, prospecções e levantamentos que subsidiam a tomada de decisão no planejamento e nas várias fases da implementação de projetos, com relatórios na forma de benchmark e com a indicação de procedimentos e formatos considerados ideais (melhores práticas) para a concepção a ser adotada; o provimento de expertise técnico-científica na forma de assessoria e consultoria; planejamento (preparação e concepção) e implementação de projetos; desenvolvimento de soluções digitais ou supervisão do desenvolvimento técnico; desenvolvimento e aplicação de instrumentos de avaliação; o acompanhamento de projetos e iniciativas em execução, incluindo-se prova do conceito e avaliação de maturidade, segundo padrões internacionais; treinamento da equipe de TI e de governança de projetos; formação acadêmica qualificada para técnicos e agentes envolvidos no planejamento, na gestão e na execução de projetos; auxílio às instâncias governamentais no cumprimento das exigências legais relacionadas à transparência pública e fiscal e a dados abertos governamentais, nomeadamente, o que determinam a Lei Complementar 131, de 27/05/2009 (Lei da Transparência), Lei 12.527, de 18/11/2011 (LAI), e o Decreto no 8.777, de 11/05/2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. O Grupo de Pesquisa sobre Estado, Regulação, Internet e Sociedade (GERIS) é liderado por professora integrante desta proposta e, no momento, coordena pesquisa que possui apoio institucional do INCT.DD. A pesquisa, intitulada “*Democracia versus censura e modulação de comportamento e de políticas na internet: Mapeamento e Análise das Redes de Governança Digital na América Latina e Caribe*”, conta com uma doutoranda e uma mestranda da Faculdade de Comunicação (da linha de pesquisa de Políticas de Comunicação, da qual a líder do grupo faz parte), quatro alunos de graduação, sendo uma delas bolsista PIBIC pelo INCT.DD.

Red Tecnopolítica: Redes, Poder y Acción Colectiva

- [Doriana Daroit, Christiana Freitas, Fernanda Natasha Bravo Cruz \(pesquisadoras da rede internacional\)](#)
- A rede permanente "Tecnopolítica: Redes, Poder y Acción Colectiva" é um espaço de debate, reflexão e praxis tecnopolítica, que coloca em cena discussões chave que reinventam a função acadêmica a partir de práticas culturais, lutas e processos criativos e concretos de empoderamento comum como instrumento para superar desafios e objetivos sociais chaves de nosso tempo. A rede gera conhecimento fundamental sobre comunicação para o desenvolvimento de novas tecnologias desde o ponto de vista da inovação das redes sociais surgidas de aplicações web e que fazem parte dos processos sociopolíticos contemporâneos, desenvolvendo inclusive ferramentas para a colaboração cidadã e a co-criação de espaços democráticos. Duas professoras do GPP e uma professora do Adm participam desta proposta e colaboram com a Rede, que conta com universidades da Espanha, da Itália, do Reino Unido, da Holanda e do Brasil.

Universidade e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva

- [Ana Paula Vidal Bastos \(pesquisadora da rede internacional\)](#)
- O projeto objetiva a construção de massa crítica para o desenvolvimento no Brasil de uma área temática centrada na contribuição das Instituições de Ensino Superior (IES) ao desenvolvimento das regiões em que estão inseridas. Para tanto, este projeto está estruturado em quatro eixos temáticos a terceira missão das IES, a qualidade educacional na promoção do crescimento econômico, a eficiência das IES, e a governança e o financiamento das IES públicas que proporcionarão um diagnóstico profundo acerca da realidade brasileira no que tange ao papel das universidades no processo de desenvolvimento regional e, ao mesmo tempo, a formação de recursos humanos capazes de disseminar essa relevante discussão a partir de seus centros de pesquisa. Colaboram com a rede: uma representante do GPP da Universidade de Brasília, que contribui com esta proposta, a Universidade de Évora, Portugal; a Universidade de Karlstad, Suécia; e a Universidade de Newcastle, Reino Unido. O projeto envolve ainda 02 estudantes de graduação, 01 de mestrado e 01 de doutorado.

Cidades Gateway e seu interior: cidades globais do Sul Global como nós em cadeias globais de commodities

- [Ana Paula Vidal Bastos \(pesquisadora da rede internacional\)](#)
- Este projeto persegue quatro objetivos. Primeiro, capturaremos fatores de contexto que influenciam o impacto da densidade, distância e divisão na interação das cidades de passagem e sua respectiva esfera de influência. Em segundo lugar, combinando pesquisa sobre cidades globais e cadeias globais de commodities, superaremos a desincorporação das cadeias globais de commodities, reconectaremos as cidades globais ao seu interior e nos concentraremos nos fluxos inter-locais que são o próprio fundamento das cidades globais. Terceiro, mostraremos que as cidades globais interligam suas respectivas periferias globalmente porque são aglomerações de empresas transnacionais, indústrias

relacionadas e prestadoras de serviços de produção, são centros de transporte e oferecem um ambiente institucional favorável aos negócios transnacionais. A seguinte questão principal será respondida: Como a densidade, a distância e a divisão (variáveis independentes) condicionam a interligação global da periferia da economia mundial (variável dependente) pelas cidades de passagem no Sul Global. Nosso quarto objetivo é aperfeiçoar metodologicamente as pesquisas sobre cidades globais e cadeias globais de commodities. Se as metodologias quantitativas não medem convincentemente os fluxos entre cidades. Metodologias qualitativas apenas levam a conclusões mais ou menos plausíveis. Os bancos de dados sobre investimentos que usaremos capturam os fluxos que formam cidades globais. Dado que não podemos captar totalmente o papel das cidades de gateway com a ajuda de dados quantitativos, aplicaremos adicionalmente uma metodologia qualitativa que se aproxima de uma análise intersubjetivamente verificável de entrevistas com especialistas e mapas cognitivos. O projeto envolve uma professora do Departamento de Gestão de Políticas Públicas vinculada a esta proposta e ao Global South Center Studies, da Universidade de Colônia, Alemanha, e da Universidade de Campinas (Unicamp). Os professores das universidades referidas atuam com a colaboração de estudantes de graduação (02), de doutorado (03) e de mestrado (02).

Futuros (en)cadeados - impactos socio-econômicos dos corredores de desenvolvimento

- [Ana Paula Vidal Bastos \(pesquisadora da rede internacional\)](#)
- Durante décadas, os corredores de crescimento foram usados como instrumentos de política regional em inúmeros projetos em todo o mundo, inspirados pela abordagem simplista dos estágios de crescimento de Rostow (1953). Após a contextualização da relevância da pesquisa, pretende-se re-avaliar os impactos deste instrumento de desenvolvimento, através da comparação das condições histórico-institucionais diversas. Ou seja, perceber quais as diferenças e as semelhanças entre este novo modelo mais abrangente e os anteriores de logística e a importância da governança nos contextos a analisar. O foco conceitual, por um lado, distingue entre um “futuro de probabilidades” com base nos fatos materiais da transformação sócio-ecológica, e um “futuro de possibilidades”, que se refere às aspirações, imagens e práticas da sociedade estudando processos de acoplamento entre o social e os subsistemas ecológicos (como o atual corredor Bi-Oceânico que sai do Mato Grosso do Sul até ao porto de minério de Antofagasta, Chile; passando pelas regiões com maior presença indígena do Paraguai e da Argentina). Podemos discorrer sobre implicações atuais através da comparação com processos passados de corredores de logística que ocorreram em ambientes semelhantes mas com arranjos institucionais diferentes (corredor do Grande Projeto Carajás, BR163 e BR230), avaliando as mudanças de uso da terra e de atividades ao longo do tempo. Este projeto, pretende ainda, fazer comparações com os estudos que estão a ocorrer sobre o Corredor de Desenvolvimento de Walvis Bay-Ndola-Lubumbashi (WBNLDC) através da Área de Conservação Transnacional KAZA e do Corredor de Crescimento Agrícola do Sul da Tanzânia (SAGCOT), ambos na África Sub-Sahariana. O projeto envolve uma professora do Departamento de Gestão de Políticas Públicas vinculada a esta proposta e

ao Global South Center Studies, da Universidade de Colônia, Alemanha. Os professores das universidades referidas atuam com a colaboração de estudantes de graduação (05), de doutorado (04) e de mestrado (02).

“Desenvolvimento, território e ambiente: as transformações e perspectivas na Área Metropolitana de Brasília (AMB)”

- Luiz Fernando Macedo Bessa (coordenador da Cooperação bilateral entre a Universidade de Brasília/UnB e o *Institut de Recherche pour le Développement/IRD* (França) com o apoio do CNPq (Acordo Bilateral- IRD/UnB/CNPq- Processo CNPq nº490628/2013-3).
- O objetivo do projeto é realizar uma reflexão crítica atualizada e prospectiva sobre o conjunto da Área Metropolitana de Brasília como laboratório potencial de construção de novas categorias analítico compreensivo acerca do conceito de desenvolvimento. O projeto está estruturado em três eixos temáticos articulados e complementares: (i) governança urbana, (ii) valorização do patrimônio e o desenvolvimento local, (iii) desigualdade, diferença e exclusão sócio espacial. A governança urbana é entendida como a interação entre os múltiplos atores sociais e a evolução do processo de tomada de decisão e das práticas de gestão de políticas públicas. A valorização do patrimônio, entendido em sua dimensão mais abrangente como o patrimônio econômico, social, cultural e ambiental, aí incluído o projeto urbanístico tombado, visão necessária para explorar e definir novas formas de gestão eco-sócio-ambiental para o desenvolvimento local. Por fim, ao tratar de desigualdade, diferença e exclusão nos referem-se a todos os processos sociais e culturais que definem olhares sobre o Outro de tal forma a negar sua alteridade por meio de violências explícitas ou não. Nesse sentido, a ausência ou não efetividade de políticas públicas sociais, tais como educação, saúde, habitação, entre outras, expressam vulnerabilidades socioambientais assim como relações de poder entre Estado, mercado e sociedade.

Área de concentração

A área de concentração do programa “Governança e Inovação em Políticas Públicas” busca construir reflexão e ação concernentes aos problemas complexos e multidimensionais que caracterizam as sociedades atuais e que exigem a realização de políticas públicas para seu enfrentamento, a partir da articulação interdisciplinar de conhecimentos oriundos das ciências sociais aplicadas e das ciências sociais. Propõe-se investigar e intervir no campo das políticas públicas partindo do olhar sobre os nexos entre Estado, sociedade civil e mercado, como determinantes das dinâmicas de governança e inovação que moldam as políticas públicas e seus resultados.

Os processos democratizantes de construção e realização das políticas públicas fazem com que as esferas pública, social e privada tenham suas fronteiras continuamente deslocadas e construídas de forma contextual a partir da ação dos atores em interações e disputas em torno dos problemas e expectativas sociais, os quais buscam, em última instância, a transformação social.

Para que essas dinâmicas democráticas aconteçam, tanto a governança como a inovação são essenciais para o estudo e a intervenção sobre as políticas públicas. A governança é entendida como os processos de discussão, decisão e coordenação dos diferentes atores, referenciais, experiências, técnicas, capacidades e recursos. Por sua vez, a inovação é entendida como novos olhares sobre os problemas, novas formas de relacionamento institucional e entre os atores e novos produtos, serviços e processos.

No setor público, as inovações assumem contornos específicos, pois visam dar suporte aos direitos expressos constitucionalmente e transformados em políticas e programas por meio da governança da ação pública, ou seja, os objetivos de sua geração estão além da lucratividade, relacionam-se com a obtenção de resultados positivos para a sociedade. Inovar é um processo coletivo, que envolve escolhas e análises políticas sobre a abordagem dos problemas e sobre o futuro pretendido.

A área de concentração propõe a compreensão da articulação entre governança e inovação em políticas públicas focando o olhar sobre os movimentos dialógicos da ação pública que colocam em interação atores, representações, instituições, processos e resultados e da contabilidade e terceiro setor que visam elucidar os mecanismos que relacionam contabilidade, *compliance*, *accountability*, tributação, sustentabilidade e empreendedorismo com vistas tanto à compreensão das dinâmicas quanto da geração de instrumentos que permitam a intervenção sobre as políticas públicas e seus processos.

Para concretizar esta abordagem realizam-se estudos de caráter interdisciplinar que consideram interações multitoriais, dialógicas e transversais em temáticas como coprodução e codesign de inovação em políticas públicas, redes de políticas, esferas socioestatais, gestão social, tecnologia e inovação social, democracia e tecnologias de informação e comunicação, políticas de desenvolvimento, análise de políticas públicas, planejamento e orçamento público, controle social e *accountability*, relação entre Estado, mercado e terceiro setor, empreendedorismo social.

Desta forma, pretende-se capacitar profissionais para construir um entendimento interdisciplinar sobre formulação e realização das políticas públicas em contextos multitoriais complexos e, ainda, para intervir sobre a realidade a partir da compreensão da governança em fluxos relacionais e gestores entre Estado, sociedade e mercado por meio da construção de métodos, instrumentos e ferramentas inovadores.

Linhas de Pesquisa/Atuação

Ação pública e inovação

A linha de pesquisa "Ação pública e inovação" volta-se à construção de conhecimentos e técnicas para reconhecer desafios gestores, sociopolíticos, culturais e econômicos, e propor processos

inovadores e resolutivos para o Estado e a sociedade. Tem como propósito de incidência a promoção do desenvolvimento, viabilizando soluções para problemas públicos locais, regionais e nacionais por meio do design de novos instrumentos e tecnologias. Toma em conta a relevância de fóruns híbridos e a implementação de processos dialógicos entre técnicos, políticos, cientistas e cidadãos, reorientando a gestão dos setores das políticas públicas para caminhos inovadores concernentes à governança digital, ao estabelecimento de redes de políticas públicas e arranjos participativos multiatoriais.

Além disso, esta linha de pesquisa preocupa-se, especialmente, com a criação de novos espaços de ação pública, novas arenas, que permitam lidar com a incerteza por meio da abertura para o novo e para o inesperado. Fomenta-se a discussão da inovação conceitual, como a que dá origem à própria noção de “ação pública”, a partir da inovação do conceito de políticas públicas. A centralidade conferida à ação pauta-se na noção de que todo agir é potencialmente inovador. A ação pública e a gestão dependem, certamente, da inovação em suas mais diferentes facetas, pari passu às possibilidades da ampliação participativa e do aprofundamento democrático. Pretende-se lançar luz sobre reflexões complexas sobre o agir inovador, sobretudo porque inovar, no campo das políticas públicas, implica sempre em algum grau de ousadia e de risco.

A inovação, nesta perspectiva, não se restringe a avanços tecnológicos, mas compreende processos tecno-políticos de interação e de inter-relação entre sujeitos, atores e agentes sociais; inovações institucionais e não institucionais; mecanismos e pedagogias de participação integrada nos cenários de deliberação e de tomada de decisão; à interconexão e à transversalidade entre grupos, movimentos e pessoas, rompendo com a insularidade dos debates políticos; às análises e hibridações de modelos nacionais e regionais e às escolhas metodológicas (seja na Academia ou nos ambientes de gestão). Ademais, linha volta-se às relações entre conhecimento e inovação, problematizando o fato de que o conhecimento é condição necessária, mas não suficiente à inovação e reflete, a partir dessa premissa, sobre o papel das políticas públicas, que podem assumir o papel de mediadoras entre estas duas categorias.

Governança Pública e Terceiro Setor

A linha de pesquisa Governança Pública e Terceiro Setor contempla a pesquisa e a construção de conhecimentos, práticas e técnicas referentes às temáticas da governança, contabilidade, compliance, *accountability*, tributação, sustentabilidade e empreendedorismo. Tais temáticas devem concretizar-se, preferivelmente, nos setores público e nas organizações da sociedade civil, denominados primeiro e terceiro setores, sem deixar de considerar, entretanto, a promoção do diálogo com o mercado, denominado segundo setor. A ação articulada entre setores por meio de práticas de esferas da governança e da contabilidade vem se mostrando como um potencial caminho para a inovação em políticas públicas, seja em seus esforços descritivos, seja em seus esforços prescritivos.

Neste contexto, o objetivo desta linha de pesquisa é construir, difundir e aplicar conhecimentos associados a elaboração de intervenções técnicas e tecnológicas de governança pública que permitam compreender e avaliar a efetividade das ações de planejamento, orçamento e execução dos recursos públicos, provendo a melhoria dos padrões de regulação, implementação e avaliação

das políticas públicas e das ações sociais, com impactos positivos inclusive para o desejado controle social.

A partir da assunção de que a consistência desses objetivos representa um diferencial na preparação de gestores socialmente responsáveis, comprometidos com o desenvolvimento sustentável e seus objetivos, mas também com a dimensão ética, dos processos de decisão pública, esta linha de pesquisa está comprometida com pesquisas aplicadas e projetos de intervenção que reforcem a construção de um Estado democrático de direitos, no qual os mecanismos de controle social mostram-se fundamentais para o alcance de melhores padrões de desenvolvimento da gestão de políticas públicas.

Caracterização do curso – Detalhamento do curso

Nome

Governança e inovação em políticas públicas

Periodicidade da seleção

Anual

Objetivo do curso

O curso de mestrado profissional em Governança e Inovação em Políticas Públicas objetiva:

- (i) formar profissionais de excelência para atuação no serviço público, em organizações sem fins lucrativos, em empresas de consultoria, em instituições internacionais ou em universidades;
- (ii) desenvolver competências para o design de tecnologias de governança inovadoras;
- (iii) estabelecer competências para realização da ação pública e da governança por meio de processos dialógicos efetivos, voltados à solução de problemas públicos complexos;
- (iv) preparar profissionais com capacidade de intervenção em projetos de desenvolvimento local, regional e nacional por meio da operacionalização de programas e políticas;
- (v) desenvolver instrumentos e tecnologias de gestão com capacidade de realizar a análise orçamentária-financeira e a governança pública de maneira integrada.

Perfil do egresso

Os profissionais que já atuam nos órgãos de governo nacional e distrital, agências regionais e internacionais, federações e confederações temáticas e entidades do terceiro setor, encontrarão neste Mestrado Profissional a oportunidade de desenvolver formação avançada referente aos

nexos entre conhecimentos e práticas da governança e inovação das políticas públicas, de maneira articulada e coordenada, entendendo a complementaridade entre os setores que compõem as instituições, as estratégias e interfaces possíveis para cooperação e *advocacy*, bem como a relação entre níveis e esferas de governo. Ademais, o egresso será capaz de atuar de modo mais qualificado em relevantes áreas das políticas públicas graças aos conhecimentos adquiridos no campo da *accountability*, do planejamento, de processos de coordenação e cooperação para a produção da ação pública, do *design* de políticas e instrumentos, do estabelecimento de competências para a promoção de inovação e do reconhecimento de técnicas e saberes concernentes a aspectos contábil-orçamentários. Tais competências e habilidades são indispensáveis à excelência nas relações estabelecidas entre os atuantes no governo na esfera nacional e subnacional, bem como a profissionais de instituições não-governamentais e internacionais. Centenas de órgãos e instituições voltados à produção de políticas públicas que participam de processos de governança compartilhada e que prezam por inovação e mudança em seus processos e resultados estão concentrados em Brasília, sede da proposta deste curso.

Créditos disciplinares

24

Créditos tese/dissertação

0- 8

Outros créditos

Vagas por seleção

20 vagas

Equivalência hora/crédito

1 crédito = 15 horas/aula

Descrição sintética do esquema de oferta do curso

Proposta de cronograma e fluxo de disciplinas:

1o Semestre

- Disciplina obrigatória: Governança e Inovação em Políticas Públicas (4 Créditos);
- Disciplina obrigatória: Metodologia de Pesquisa Interdisciplinar (2 Créditos);
- Disciplina optativa a escolha do estudante.

2o Semestre

- Disciplina obrigatória: Design de projeto de intervenção interdisciplinar (2 Créditos);
- Disciplina optativa de 04 créditos a escolha do estudante
- Disciplina optativa de 04 créditos a escolha do estudante

3o Semestre

- Elaboração de trabalho final
- Defesa de projeto de qualificação de trabalho final (no 12o mês)
- Disciplina optativa de 04 créditos a escolha do estudante

4o Semestre

- Elaboração de trabalho final
- Defesa do trabalho final (no 24o mês)

Lista de disciplinas optativas:

- **Accountability e ação pública**
- Ação pública e participação social
- Contabilidade aplicada à gestão pública
- Políticas públicas e (des)envolvimento territorial
- **Economia política e orçamento público**
- Empreendedorismo e terceiro setor
- Estudos críticos em políticas públicas
- Governança de políticas penais
- Gestão no terceiro setor
- **Gestão social e políticas públicas**
- Gestão transversal e redes de políticas públicas
- Inovação e mudança na ação pública
- Políticas de governança digital e os desafios à democracia
- Métodos inferenciais aplicados
- Políticas de emprego, trabalho e renda
- Tributação no terceiro setor

Diretrizes do trabalho final

O produto final a ser expresso corresponderá à viabilização do projeto de intervenção em GIPP, a ser construído contando com apoio do orientador e conforme as instruções desenvolvidas na disciplina “Design de Projeto de Intervenção Interdisciplinar”. O projeto deverá ser avaliado por banca de qualificação de projeto.

Os produtos aos quais concernem os trabalhos finais do PPGGIPP deverão ser viáveis, relevantes, concernentes à GIPP em perspectiva interdisciplinar, e serão estabelecidos em um formato (ou combinando mais de um formato) dentre os seguintes:

- Implementação de projeto de assessoria;
- Implementação de projeto de consultoria;
- Desenvolvimento de processo ou produto patenteável;
- Desenvolvimento de tecnologia social;
- Desenvolvimento de software;
- Elaboração de norma ou marco regulatório;

- Estudo de regulamentação;
- Organização de evento;
- Projeto de extensão à comunidade.

O trabalho de conclusão de curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em GIPP, a ser orientado por professor do GIPP, e apresentado e avaliado em Banca de Defesa de Trabalho Final de Mestrado, deverá ser composto por:

- Um item de caráter acadêmico, em formato de artigo acadêmico, que traga introdução, discussão metodológica, discussão teórica, considerações analíticas e resultados referentes à aplicação do projeto de intervenção interdisciplinar;
- Um item de caráter técnico-profissional, que corresponda a denso relatório técnico descritivo do projeto de intervenção interdisciplinar;
- Um item sistematizado de apêndices e outro de anexos que comprovem a apresentação do produto técnico à contraparte (sociedade, instituições, órgãos governamentais, agências de fomento; vinculados às políticas públicas e à assistência, extensão ou produção do conhecimento).

Disciplinas

Nome: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Obrigatória

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Estado e políticas públicas. Ação pública. Diferentes abordagens ao campo da governança em políticas públicas: governança, desenvolvimento e os organismos internacionais; contabilidade e governança pública; governança colaborativa; governança digital; governança multinível. Inovação em políticas públicas: inovação e valor público, inovações democráticas, redes de inovações. Governança e inovação: a constituição política das tecnologias, instrumentos de ação pública, redes de políticas públicas.

Bibliografia

BRINGEL, B.; GOHN, M. G. **Movimentos sociais na era global**. São Paulo: Ed. Vozes, 2014.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo** – Ensaio sobre a sociedade neoliberal.. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Ce coucher qui n'en finit pas**. Paris: La Découverte, 2016.

DAROIT, D.; CRUZ, F. N. B.; BASTOS, A. P. V.; LARANJA, L. S. Gestão pública, democracia e direitos aos 30 anos da Constituição Federal. **Revista Nau Social**, v. 9, n. 17, p. 118-128, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/view/738/536>

FREITAS, C. S. **Inovação, governança digital e políticas públicas**: conquistas e desafios para a democracia. Belo Horizonte: Arraes Editora, 2016.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. São Paulo: Vozes, 2003.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAWLEY, M.; GRIEST, S. The Policy-Making Process. In: ARARAT, E. et alii (org.). **Routledge Handbook of Public Policy**. London: Routledge, 2013.

KOLIBA, C. J.; MEEK, J. W.; ZIA, A.; MILLS, R. W. **Governance networks in public administration and public policy**. 2ª ed. New York: Routledge, 2019.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologia da ação pública**. Maceió: Edufal, 2012.

LATOUR, Bruno. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LUNDVALL, B.; BORRÁS, S. Science, technology and innovation policy. In: FAGERBERG, J. et al. **The Oxford Handbook of Innovation**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MAZZUCATO, M.; PENNA, C. **The Brazilian Innovation System**: A Mission Oriented Policy Proposal. Brasília: CGEE, 2016. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/thebrazilian-innovation-system>.

MOLLO, M. L. R. e AMADO, A. M.. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 1 (53), abril/2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642115/0>

MORAN, M.; REIN, M; GOODIN, R. **The Oxford Handbook of Public Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Tradução de Carla Vicentini. Niterói: Eduff, 2018.

NOBRE, R. F. **O poder no pensamento social: dissonâncias**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

OSTROM, E. Background of Institutional Analysis and Development Framework, **Policy Studies Journal**, v. 39, n. 1, p. 7-27, 2011. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1541-0072.2010.00394.x>

OSTROM, E. **Governing the Commons** – The evolution of institutions. Cambridge - UK: Cambridge University Press, 1990.

PERL, A. International Dimensions and Dynamics of Policy-Making. In: ARARAT, E. et alii. **Routledge Handbook of Public Policy**. London: Routledge, 2013.

SCHIMTT, Sophie. Comparative Approaches to the Study of Public Policy-Making. In: ARARAT, Eduardo et alii, **Routledge Handbook of Public Policy**. London: Routledge, 2013.

PENTLAND, B. T.; FELDMAN, M. S. Narrative networks: patterns of technology and organization. **Organization Science**, v. 18, n. 5, p. 781-795, 2007. Disponível em: <https://pubsonline.informs.org/doi/pdf/10.1287/orsc.1070.0283>

PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (Org.) **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: IPEA : ENAP, 2018.

SALAMON, L. M. (Org.). **The Tools of Government: A Guide to the New Governance**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas**, Coletânea. Volumes 1 e 2. Brasília: ENAP, 2006.

TANZI, V. **Government versus Markets** – The Changing Economic Role of the State. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Design de projeto de intervenção interdisciplinar

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Obrigatória

Créditos: 02

Carga horária: 30 horas

Ementa:

Interdisciplinaridade nas ciências. Intervenção e ciência. O fazer aplicado: ação e prática; prática e campo. A experiência pragmática: entre Pierre Bourdieu e John Dewey. O problema do método

na fazer aplicado. O lócus da pergunta de pesquisa: compreendendo a dedução e indução, mas deslocando-se para a abdução. A natureza e as fronteiras da projeção em processos de intervenção: os sujeitos *em* pesquisa, objetivos *em* processo, contextos *em* situação de ação e o problema das temporalidades envolvidas. Reflexividade como caminho para profissionais *em* ação.

Bibliografia:

ARDOINO, J. A complexidade. In: MORIN, E. (org.). **A Religação dos Saberes: o desafio do Século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BEEBEEJAUN, Yasminah et al. Public harm or public value? Towards coproduction in research with communities. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 33, n. 3, p. 552-565, 2015.

BOULLOSA, R. F.; BARRETO, M. L. S. A Residência Social como experiência de aprendizagem situada e significativa em cursos de gestão social e gestão pública. **NAU - A Revista Eletrônica da Residência Social**, v. 1, p. 181-202, 2010.

BOULLOSA, R. F.. Preparando-se para içar as cordas: desenhando mapas provisórios para a Residência Social. **NAU - A Revista Eletrônica da Residência Social**, v. 1, n. 1, p. 241-245, 2010.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **Raisons Pratiques**. Sur la théorie de l'action. Éditions du Seuil, 1994.

BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Éditions de Minuit, 1980b.

CHEVALIER, Jacques M.; BUCKLES, Daniel J. **Participatory action research: Theory and methods for engaged inquiry**. Routledge, 2019.

FERRARA, L. D. A ciência do olhar atento. **Trans/Form/Ação**, v. 9-10, p. 1-7, 1987. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731987000100001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

FERRARA, L. D. Os estreitos caminhos do conhecimento. **Questões Transversais. Revista de Epistemologias da Comunicação**, v. 1, n.1, p. 58-65, 2013. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/5710>

FERRARA, L. D. Os Limites do Científico. **Significação**, São Paulo, v. 28, n. 15, p. 09-16, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/issue/view/5116>

FISCHER, F. **Confronting values in policy analysis**: the politics of criteria. United States of America, 1987.

MARÔCO, J. **Análise estatística com o SPSS Statistics**. 7ª edição. Lisboa: Report Number, 2018.

MAUSS, M. «Les techniques du corps», **Journal de Psychologie**, XXXII, n. 3-4, 15 mars – 15 avril, 1936.

MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Editora da UFF. Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, B. S. (Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: “um discurso sobre as ciências” revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, B. S. **A Cor do Tempo Quando Foge**. Crônicas 1985-2000. Porto: Afrontamento, 2001.

SANTOS, B. S. **A Crítica da Razão Indolente**: Contra o Desperdício da Experiência. Porto: Afrontamento, 2000 (2ª edição). Também publicado no Brasil, São Paulo: Editora Cortez, 2000

SCHÖN, D., & REIN, M. **Frame reflection**: Towards the resolution of intractable policy controversies. New York, NY: Basic Books, 1994.

TOURAINÉ, A. O Método da Sociologia da Ação: A Intervenção Sociológica. **Novos Estudos Cebrap**, v. 1, n. 3, p. 36-45, 1982.

WEISS, C. **Evaluation Research**: Methods for Assessing Program Effectiveness. Prentice-Hall, 1972.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Metodologia de pesquisa interdisciplinar

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Obrigatória

Créditos: 02

Carga horária: 30 horas

Ementa:

O conhecimento metodológico interdisciplinar é um desafio, mas permite desenvolver a capacidade de refletir sobre as articulações entre as teorias e o espaço da pesquisa, bem como planejar adequadamente a realização da mesma. Desse modo, ele é fundamental na formação em Governança e Inovação em Políticas Públicas que, futuramente e ao longo do curso, realizarão

projetos de intervenção. Como o avanço das propostas teóricas no campo da Governança caracteriza-se por inovações, é necessário que estas sejam integradas em propostas metodológicas abrangentes e rigorosas. Isso reforça a importância da aquisição de parâmetros reflexivos e críticos no desenvolvimento de projetos. O objetivo, portanto, é reforçar a “vigilância epistemológica” no ato da elaboração de investigações que procurem intervir na realidade social. Por isso, o domínio de um conjunto de metodologias de pesquisa aplicada ou de intervenção interdisciplinar aparece como uma questão crucial, pois trata-se do próprio domínio das ferramentas científicas tanto do engajamento profissional quanto social, por parte do gestor.

Bibliografia:

ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 83, p. 11-35, 2017.

BACICH, L.; MORAN, J. (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 2015.

BECKER, H. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BETARELLI JUNIOR, Admir Antonio. **Introdução à análise qualitativa comparativa e aos conjuntos Fuzzy (fsQCA)**. Brasília: Enap, 2018.

CRESWELL, John. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ARAÚJO, Carmem E. Leitão. **Process tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade**. Brasília: Enap, 2018.

FERRARA, L. D. A ciência do olhar atento (La science de l'oeil attentif). **Trans/Form/Ação**, v. 9-10, p. 1-7, 1986. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31731987000100001&script=sci_abstract&tlng=pt

FEYERABEND, P. **Contra o Método**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Brasília: Líber Livro, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

HIGGINS, S. S.; RIBEIRO, A. C. **Análise de Redes em Ciências Sociais**. Brasília: ENAP, 2018.

JAPIASSU, H. **Como nasceu a ciência moderna e as razões da filosofia**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LAVILLE, C. e DIONE, J. **A construção do saber** – manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry (et. al.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

STAKE, Robert. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre, RS: Penso, 2011.

SILVA, Glauco Peres da. **Desenho de pesquisa**. Brasília: Enap, 2018.

SILVERMANN, David. **Qualitative research**. London: Sage Publications, 2016.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEJANO, R. **Parâmetros para análise de políticas: fusão de texto e contexto**. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

METELLO, Daniela Gomes. **Design etnográfico em políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018.

MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva** – pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MASSON, T. J. et al. Metodologia de ensino: aprendizagem baseada em projetos (PBL). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA – COBENGE, 40., Belém, 2012. **Anais...** Belém: ABENGE, 2012. Disponível em: <http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/7/artigos/104325.pdf>. Acesso em: 30 de jun. de 2016.

MORIN, E. **Introduction à la pensée complexe**. Paris: Seuil, 2007.

NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. **Modelo de equações estruturais: uma introdução aplicada**. Brasília: Enap, 2018.

NOWOTNY, H., SCOTT, P. e GIBBONS, M. **Re-thinking science: knowledge and the public in an age of uncertainty**. Cambridge: Polity, 2001.

SANTOS, B.S.S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1995.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

SILVERMANN, David. **Qualitative research**. London: Sage Publications, 2016.

SCHÖN, D. **Educando o Profissional Reflexivo**. Editora Artmed, 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 16.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2018.

VASCONCELOS, E.M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

YIN, Robert. **Pesquisa qualitativa: do início ao fim**. 1.ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Ação pública e participação social

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Conceitos de democracia representativa, participativa, associativa e deliberativa. Participação social e controle social: tendências na América Latina. Institucionalização da participação social no Brasil. Participação social e gestão de políticas públicas. Participação social e governança democrática.

Bibliografia

AVELINO, D.; ALENCAR, J. **Articulação e transversalidade: percursos da participação social no governo federal brasileiro**. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/171020_BAPI12_10.pdf

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opin. Publica**, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100002&lng=en&nrm=iso

DIEGUES, G. O controle social e participação nas políticas públicas: o caso dos conselhos gestores municipais. **Revista NAU Social**, v. 4, n. 6, p. 82 - 93, mai - out, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewFile/284/247>

GIANOLLA, C. Democratisation beyond the Crisis of Liberalism, Bringing Civil Society within the State, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 114, 187 -206, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/6820>

LASCOUMES, P; LE GALÈS, P. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, jul - dez, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1331/1048>

LAVALLE, A; HOUTZAGER, P; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, n. 67, p. 49-103, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a04n67.pdf>

LUCHMANN, L. H. H. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 20, n. 43, p. 3-30, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000300004&lng=en&nrm=iso

MILANI, C. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Rev. Adm. Pública**, v. 42, n. 3, p. 551-579, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000300006&lng=en&nrm=iso

PITKIN, H. Representação: palavras, instituições, ideias. **Lua Nova**, n. 67, p. 15-47, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200003&lng=en&nrm=iso.

ROMÃO, W. M. Reflexões sobre as dificuldades da implementação da participação institucional no Brasil. **Ideias - Políticas Públicas no Brasil: uma agenda de pesquisa**, V. 6, n. 2, p. 35-58, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649462/16017>

SANTOS, F. Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira. **Novos estudos - CEBRAP**, n. 96, p. 14-25, 2013. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a02n96.pdf>

SILVA, S. P. Democracia, políticas públicas e instituições de deliberação participativa: visões sobre a experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. (Texto para discussão, n. 2358). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/180118_td_2358.pdf. Acesso em: 30 de Out. de 2018.

TATAGIBA, L.; ABERS, R.; SILVA, M. K. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES, Roberto; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. de (orgs). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília, DF: Ipea/Enap, 2018. pp. 106-138.

VAZ, A. C. Modelando a participação social: uma análise da propensão à inserção em Instituições Participativas, a partir de características socioeconômicas e políticas. **Revista**

Brasileira de Ciência Política, n. 10, p. 63-106, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000100003&script=sci_abstract&tlng=pt

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200006&lng=en&nrm=iso.

Nome: Accountability e Ação Pública

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Accountability. Auto responsabilização. Relação de governança no setor público e accountability. Accountability interna e externa. Informação para avaliação de desempenho com o propósito de accountability versus controle. Medidas de desempenho.

Bibliografia

ALMQUIST, R. et. al. Public sector governance and accountability. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 24, n. 7-8, p. 479–487, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/critical-perspectives-on-accounting/vol/24/issue/7>

BUTLER, J. **Giving an account of oneself**. New York: Fordham University Press, 2005.

MESSNER, M. The limits of accountability. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, n. 8, p. 918–938, 2009. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/aosoci/v34y2009i8p918-938.html>

MILLER, P. & O'LEARY, T. Accounting and construction of the governable person. **Accounting, Organizations and Society**, v. 12, n. 3, p. 235-265, 1987.

BOLAND, R. J.; SHULTZE, U. Narrating Accountability: Cognition and the Production of the Accountable Self". In: R. Munro & J. Mouritsen (eds). **Accountability: Power, Ethos and the Technologies of Managing**. London: International Thomson Business Press, 1996, pp. 62–81.

BOBE, B. J.; MIHRET, D. G. & Obo, D. D. Public-sector reforms and balanced scorecard adoption: an Ethiopian case study. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 30, n. 6, p. 1230-1256, 2017.

BARRETTA, B. & BUSCO, C. Technologies of government in public sector's networks: In search of cooperation through management control innovations. **Management Accounting Research**, v. 22, p. 211–219, 2011.

CZARNIAWSKA, B. & MOURITSEN, J. What is the object of management? How management technologies help to create manageable objects. In: C. S. CHAPMAN; D. J. COOPER; P. B. MILLER. (Eds.). **Accounting, Organizations, and Institutions: Essays in Honour of Anthony Hopwood**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 157-174.

KURUNMAKI, L. & MILLER, P. Modernising government: the calculating self, hybridisation and performance measurement. **Financial Accountability & Management**, v. 22, n. 1, p. 87-106, 2006.

MILLER, P. Governing by numbers: why calculative practices matter. **Social Research**, v. 68, n. 2, p. 379-396, 2001.

MILLER, P. et al. Accounting, hybrids and the management of risk. **Accounting, Organizations and Society**, v. 33, n. 7-8, p. 942-967, 2008.

LATOUR, B. **We have never been modern**. London: Prentice Hall, 1993.

MILLER, P. & NAPIER, C. Genealogies of calculation. **Accounting, Organizations and Society**, v. 18, n. 7-8, p. 631-647, 1993.

MUNIESA, F. & LINHARDT, D. Trials of explicitness in the implementation of public management reform. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 22, p. 550-566, 2011.

MUNRO, R. & MOURITSEN, J. **Accountability: Power, Ethos and the Technologies of Managing**. London: International Boston Business Press, 1996.

PIPANA, T. & CZARNIAWSKA, B. How to construct an actor-network: Management accounting from idea to practice. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 21, p. 243-251, 2010.

ROBERTS, J. The possibilities of accountability. **Accounting, Organizations and Society**, v. 16, n. 4, p. 355-368, 1991.

ROBINSON, P. Government accountability and performance measurement. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 14, p. 171-186, 2003.

STAR, S. L. This is not a boundary object: reflections on the origin of a concept. **Science, Technology, & Human Values**, v. 35, n. 5, p. 601-617, 2010.

SPEKLÉ, R. F. & VERBEETEN, F. H.M. The use of performance measurement systems in the public sector: Effects on performance. **Management Accounting Research**, v. 25, p. 131-146, 2014

TAN, Z. The construction of calculative expertise: The integration of corporate governance into investment analyses by sell-side financial analysts. **Accounting, Organizations and Society**, v. 39, p. 362–384, 2014.

POWER, M. How accounting begins: Object formation and the accretion of infrastructure. **Accounting, Organizations and Society**, v. 47, p. 43-55, 2015.

Área de concentração: Governança e Inovação na Ação Pública

Nome: Contabilidade aplicada à gestão pública

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Compreender as recentes mudanças nos padrões contábeis aplicados ao setor público e seu impacto no processo decisório. Entender como as informações orçamentárias, patrimoniais e fiscais podem contribuir para o processo de mensuração e avaliação da aplicação dos recursos públicos. Conhecer os principais instrumentos utilizados para acompanhamento, manutenção e prestação de contas dos gestores públicos, esclarecendo como as suas bases são definidas e as ações a serem implementadas para seu cumprimento. Construir conhecimentos e técnicas de governança aplicados ao setor público, tendo como referência o sistema orçamentário e a contabilidade pública.

Bibliografia

AMARAL, G. F.; LIMA, D. V. A Contribuição da Nova Contabilidade Pública sobre os Efeitos dos Ciclos Políticos no Brasil. **Revista Ambiente Contábil**, v. 5, n. 2, p. 173-189, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4156>

CARVALHO JR., A. C. C. D.; FEIJÓ, P. H. da S. **Entendendo Resultados Fiscais:** teoria e prática de resultados primário e nominal. Brasília: Gestão Pública, 2015.

CAVANAGH, J.; FLYNN, S.; MORETTI, D. **Implementing Accrual Accounting in the Public Sector.** International Monetary Fund, Fiscal Affairs Department, 2016.

CFC Conselho Federal de Contabilidade. **Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T SP.** Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>

CHRISTIAENS, J. et al. The effect of IPSAS on reforming governmental financial reporting: An international comparison. **International Review of Administrative Sciences**, v. 81, n. 1, p. 158–177, 2015.

CNM Confederação Nacional de Municípios. **Accountability na Gestão Municipal:** prestação de contas e responsabilização (Cartilha). Brasília: CNM, 2019.

ISSA International Social Security Association. **Good Governance Guidelines**. Genebra: ISSA, 2013.

LIMA, D. V. **Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público**. 1ª ed. São Paulo: Atlas/GEN, 2018. Disponível em: <https://gennegociosegestao.com.br/orcamento-contabilidade-e-gestao-no-setor-publico/>

LIMA, R. L. **A Influência dos Atores no Processo de Convergência da Contabilidade Pública Brasileira aos Padrões Internacionais**. 2017. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - PPGCont) - Universidade de Brasília, 2017.

LUDER, K. National Accounting, Governmental Accounting and Cross-Country Comparisons of Government Financial Condition. **Financial Accountability & Management**, v. 16, n. 2, p. 101-178, 2002.

MILESI-FERRETTI, G. M. Good, bad or ugly? On the effects of fiscal rules with creative accounting. **Journal of Public Economics**, v. 88, n. 1-2, p. 377-394, 2004.

SALGADO, S. R.; WILBERT, M. D.; LIMA, D. V.; OLIVEIRA, W. A. Concessão das Rodovias Federais Brasileiras: Evidências de Ativos Órfãos. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 36, n. 1, p.105-122, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/issue/view/1214/showToc>

SANTOS, P. G.; SARMENTO, M. Convergência entre a Contabilidade Pública e a Contabilidade Nacional: os encargos assumidos e não pagos. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 1, n. 12, p. 75-86, 2009. Disponível em file:///C:/Users/Diana/Downloads/7767-38358-1-PB.pdf

SANTOS, P. S. A.; MACHADO, D. G.; SCARPIN, J. E. Gerenciamento de Resultados no Setor Público: Análise por meio das Contas Orçamentárias Outras Receitas e Despesas Correntes dos Municípios de Santa Catarina. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, n. 4, p. 15-43, out./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/2001>

SOUZA, S. S. **A Fria Austeridade das Regras Fiscais Resiste ao Calor das Urnas?** Oportunismo fiscal e contabilidade criativa nos estados brasileiros. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

STN SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL STN. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 8ª. Edição. Brasília: STN, 2018. Disponível em: www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8ª%20ed+-+publicação+com+capa+3vs+Errata1/6bb7de01-39b4-4e79-b909-6b7a8197afc9

TCU (Tribunal de Contas da União). **Dez para a boa governança**. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

VIEIRA, L. M.; LIMA, D. V. **Auditoria Contábil e Financeira no Setor Público**. 1ª ed. São Paulo: Atlas/GEN, 2019. (No prelo).

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Economia política e orçamento público

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

O objetivo da presente disciplina de Economia Política e Orçamento Público é estudar inicialmente a fundamentação teórica das leis econômicas que regem a acumulação de capital, a dinâmica do dinheiro, do crédito e das finanças, bem como o capital financeiro e suas contradições. Posteriormente, temos em vista a reconstituição histórica dos “anos dourados” do pós-guerra e da virada neoliberal, destacando os papéis do Estado e suas orientações típicas de suas políticas fiscais. De posse de concepções teóricas e históricas mais gerais, voltamo-nos ao estudo contemporâneo da economia brasileira e da pesquisa dos usos e desusos de seu orçamento público e seus impactos sociais.

Bibliografia

BELLUZZO, L. G. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo : Editora Unesp, 2013.

_____. **Os antecedentes da tormenta:** origens da crise global. São Paulo : Unesp; Campinas : FACAMP, 2009.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Para entender o capital**. Livros II e III. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **A loucura da razão econômica**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MILLET, D.; TOUSSAINT, É. **50 perguntas e respostas sobre dívida, o FMI e o Banco Mundial**. São Paulo: Boitempo, 2006.

POCHMANN, M. **Desigualdade econômica no Brasil**. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. (Orgs.). **Economia para poucos:** impactos da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo : Autonomia Literária, 2018.

_____. (Coord.). **Austeridade e retrocesso:** impactos sociais da política fiscal no Brasil. São Paulo: Brasil debate e Fundação Friedrich Ebert, 2018.

SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAYAD, João. **Dinheiro, dinheiro: inflação, desemprego, crises financeiras e bancos**. São Paulo: Porfolio Penguin, 2015.

SADER, E.; GARCIA, M. A. (Org.). **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo, 2010.

VAZ, F. T.; MARTINS, F. J. **Orçamento e políticas públicas: condicionantes e externalidades**. Brasília: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social, 2011.

Sites

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. <https://www.anfip.org.br/>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. <https://www.bcb.gov.br/>

MINISTÉRIO DA ECONOMIA.
<http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/unidades/sof>

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (CGU).
<http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico>

TESOURO NACIONAL. <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Empreendedorismo no terceiro setor

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Economia social; empreendedorismo social e compreensão do processo de destruição criativa. O papel das empresas sociais na geração de emprego, renda e bem-estar dos indivíduos. Como as empresas sociais contribuem e estimulam a inovação e destruição criativa. O cooperativismo social na produção de bens e serviços e a cooperação entre indivíduos.

Bibliografia

- AMIN, A.; CAMERON, A.; HUDSON, R. **Placing the social economy**. London, Routledge, 2002
- BORZAGA, C.; DEFOURNY, J. **The emergence of social enterprise**. New York. Routledge, 2004.
- DART, R. The legitimacy of social enterprise. *Nonprofit Management & Leadership*, v.14, n. 3, 2004.
- DEES, J. G.; ANDERSON, B. B.. Framing a Theory of Social Entrepreneurship: Building on Two Schools of Practice and Thought. **Research on Social Entrepreneurship: Understanding and Contributing to an Emerging Field**, v. 1, n. 3, p. 39–66, 2006.
- DIONISIO, M. The evolution of social entrepreneurship research: a bibliometric analysis. **Social Enterprise Journal**, v. 15, n. 1, pp.22- 25, 2019.
- JENNER, P. Social enterprise sustainability revisited: an international perspective. **Social Enterprise Journal**, v. 12, n. 1, pp. 42-6, 2016.
- JIVIMAA, P.; KERN, F. Creative destruction or mere niche support? Innovation policy mixes for sustainability transitions. **Research Policy**. v. 45, pp. 205-217, 2016.
- KRAMER, R. M. A third sector in the third millennium. **Voluntas: empreInternational Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 11, n. 1, 2000.
- LASSEN, A. H.; NIELSEN, S. L. Corporate entrepreneurship: innovation at the intersection between creative destruction and controlled adaptation. **Journal of Enterprising Culture**, v. 17, n. 2, pp.181–199, 2009.
- MURTAGH, B. Ageing and the social economy. **Social Enterprise Journal**, v. 13, n. 3, pp. 216-233, 2017.
- NYSENS, M. Social Enterprise. New York.Routledge, 2006.
- QUARTER, J.; MOOK, L.; RICHMOND, B. J. What is the social economy? Center for Urban and Community Studies (**Research Bulletin #13**). University of Toronto, 2003. <http://ec.msvu.ca:8080/xmlui/bitstream/handle/10587/125/what%20is%20the%20Social%20Economy.pdf?sequence=1>.
- TACON, R.; WALTERS, G., & CORNFORTH, C. (2017). Accountability in nonprofit governance: A process-based study. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 46, p. 685-704, 2017.

WESTLUND, H. Form or contents? On the concept of social economy. **International Journal of Social Economics**, v. 30, n. 11, pp. 1192-1206, 2003.

WILLIAMS, C. C.; ALDRIDGE, T.; LEE, R.; LEYSHON, A.; THRIFT, N.; TOOKE, J. The Role of the Third Sector in Paving a 'Third Way': Some Lessons From Local Exchange and Trading Schemes (LETS) in the United Kingdom. **International Journal of Community Currency Research**, v. 5, pp.1-11, 2001.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Estudos críticos em políticas públicas

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04 **Carga horária:** 60 horas

Ementa

O Campo de estudos em Políticas Públicas: história e conformação atual. Os primórdios da Disciplina de Harold Lasswell: normatividade e pragmatismo na policy orientation. As primeiras críticas à Policy Orientation e suas implicações na legitimidade do campo. Em busca de novas racionalidades para o campo: valores, argumentos e práticas. Os contornos dos estudos críticos emergentes (e a relação com a argumentação e interpretativismo). Aprofundando aspectos dos estudos críticos: argumento e discursividade. Aprofundando aspectos dos estudos críticos: o locus do pragmatismo.

Bibliografia

BOULLOSA, R. Mirando ao revés as políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. **Revista Pensamento & Realidade**, v. 28, n. 3, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/17572>

BUCHSTEIN, H.; JÖRKE, D. The Argumentative Turn toward Deliberative Democracy: Habermas's Contribution and the Foucauldian Critique. In: FISCHER, F. and GOTTWEIS, H. (orgs). **The Argumentative Turn Revisited**. Public Policy as Communicative Practice. Durham & London: Duke University Press, 2012.

DEWEY, J. **Democracia criativa** - A tarefa diante de nós. 1939.

DEWEY, J. **The public and its problems**. Publisher, Swallow Press, 1927.

DRYZEK, J. S. Policy Analysis and Planning: From Science to Argument. In: FISCHER, F.; FORESTER, J. (orgs.). **The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning**. Durham & London: Duke University Press, 1993.

DRYZEK J S. Policy Sciences of Democracy. **Polity**, v. 22, n. 1, p. 97-118, 1989. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.2307/3234848>

FISCHER, F. and FORESTER J. (orgs.). **The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning**. Durham & London: Duke University Press, 1993.

FISCHER, F. and GOTTWEIS, H. (orgs.). **The Argumentative Turn Revisited. Public Policy as Communicative Practice**. Durham & London: Duke University Press, 2012.

FISCHER, F. **Confronting values in policy analysis**: the politics of criteria.

FISCHER, F. Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positivista. **Revista NAU Social**, v.7, n. 12, p. 163-180, Maio/Nov 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewArticle/554>

FISCHER, F. What is critical? Connecting the policy analysis to political critique. **Critical Policy Studies**, v. 10, n. 1, p. 95-98, 2016.

FISCHER, F.; TORGERSON, D.; DURNOVÁ, A.; ORSINI, M.. Introduction. **Handbook of Critical Policy Studies**. Edward Elgar Pub, 2016.

LASSWELL, H. D. The Policy Orientation. In: LERNER, D.; LASSWELL, H. D. (orgs). **The Policy Sciences: Recent Developments in Scope and Method**. Stanford: Stanford University Press, 1951.

LASSWELL, H. D. **A Pre-View of the Policy Sciences**. New York: American Elsevier Publishing, 1971.(Capítulos 1 e 2)

LASSWELL, H. D. The Emerging Conception of the Policy Sciences. **Policy Sciences** 1 (1970), pág. 3-14.

LINDBLOM, C. E. (1979), Still muddling, not yet through "**Public Administration Review**", 39, pp. 517-526.

MAJONE, G. Evidence, Argument and Persuasion in the Policy Process. New Haven: Yale University Press, 1989 (Capítulos 1, 3 e 5)

REIN, M.; SCHÖN, D.. Reframing Policy Discourse. In: FISCHER, Frank and John FORESTER [eds.] **The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning**. Durham & London: Duke University Press, 1993, pág 145-166

SCHÖN, D., & REIN, M. (1994). Frame reflection: Towards the resolution of intractable policy controversies. New York, NY: Basic Books

STONE, D. Policy Paradox and Political Reason. Glenview, III: Scott Foresman, 1988. (Capítulos 1, 2, 4 e 6)

TORGERSON, D. Contextual orientation in policy analysis: The contribution of Harold Lasswell. **Policy Sciences**, v. 18, n. 3, p. 241-261, nov/1985.

TRIBE, L. H. Policy Science: Analysis or Ideology?. **Philosophy & Public Affairs**, v. 2, n. 1, p. 66-110, 1972, pp. 66–110. Disponível em: www.jstor.org/stable/2264920.

WEISS, C. **Evaluation Research: Methods for Assessing Program Effectiveness**. Prentice-Hall, 1972

WILDAVSKY A. B. **Speaking Truth to Power: The Art and Craft of Policy Analysis**. Boston: Little Brown, 1979.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Governança de políticas penais

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

O curso consiste em situar as políticas penais no campo das políticas públicas, considerando seus aspectos históricos, sociais e estruturantes – com observância dos direitos humanos, da intersetorialidade, da participação social do ponto de vista crítico ao controle punitivo. Para esses fins, as políticas penais são entendidas como o conjunto de instrumentos e serviços voltados à responsabilização penal, ou seja, estruturas que envolvem equipamentos, fluxos e corpo técnico para acompanhamento das alternativas penais, para aplicação da monitoração eletrônica, para privação da liberdade em diferentes regimes e para atenção à pessoa egressa, além de instâncias de controle externo, correição e formação profissional. Com isso, pretende-se situar o alcance dessas políticas, bem como suas dimensões conceitual e aplicada.

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Modelo de Gestão para a Política Prisional**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/modelo-de-gestao_documento-final.pdf>.

COYLE, Andrew. **Administração penitenciária: uma abordagem de direitos humanos**. Manual para servidores penitenciários. IPPS, 2002. Disponível em: http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/portuguese_handbook.pdf

DE VITTO, Renato et. DAUFEMBACK, Valdirene. **Para Além da Prisão**. Reflexões e Propostas Para Uma Nova Política Penal no Brasil. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

DUQUE ESTRADA, Rodrigo Roig. **Execução Penal**: Teoria Crítica. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, Luiz Flávio et. GAZOTO, Luís Wanderley. **Populismo penal legislativo**. A tragédia que não assusta as sociedades de massas. Parte 1: autoritarismo e democracia populista. Salvador: Juspodivm, 2016.

PIMENTA, Victor Martins. **Por trás das grades**: o encarceramento em massa no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2018, p

TEIXEIRA, Alessandra. **Prisões da Exceção** - Política Penal e Penitenciária no Brasil Contemporâneo. Curitiba: Juruá, 2009.

WACQUANT, L. J. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. [S.l.]: Freitas Bastos Editora, 2001.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Gestão no terceiro setor

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

O terceiro setor e a sociedade civil Governança e sustentabilidade. *Compliance* e *accountability*. Controle e políticas contábeis. Contabilidade. Importância da contribuição das entidades sem finalidade de lucro no equilíbrio social pela redução das desigualdades. Contribuição com a formulação de políticas de inclusão social. Os benefícios da renúncia fiscal e o sacrifício da renúncia de receita.; Processo de conscientização de gestores e operadores no uso racional dos recursos com maximização da utilidade.

Bibliografia

BRASIL. Lei 13.019/2014. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. **Portal da Legislação**, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm

CANDLER, G.; DUMONT, G. Non-profit accountability framework. **CAPA**. v. 53, n. 2, p. 259–279, 2010.

CLOTFELTER, C. T.. Tax-Induced Distortions in the Voluntary Sector. **Cas. W. Res. L. Rev**, v. 39, n. 663, 1989.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. ITG (R1) 2002: Entidades sem finalidade de lucro.

GRAZZIOLI, A. et. al. **Organizações da Sociedade Civil**. 1.ed. São Paulo: Educ, 2016.

KRAMER, Ralph M.. A Third Sector in the Third Millennium? **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 11, n. 1, 2000.

NAJAM, Adil. **The Four Cs of Government-Third Sector Relations: Cooperation, Confrontation, Complementarity, Co-optation**. Sustainable Development Policy Institute, 2000.
<http://www.sdpi.org/publications/files/R25-The%20Four%20Cs%20of%20Government-Third.pdf>

ONSTAD, O. G. **Value added taxation and the third sector**. Voluntas, v. 4, n. 3, pp. 372-394.

PAES, J. E. S. **Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

ROTHSCHILD, C.; SCHEUER, F. **A theory of Income Taxation Under Multidimensional Skill Heterogeneity**. National Bureau of Economic Research, 2014. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w19822.pdf>

Bibliografia complementar

ANHEIER, H. K. **Nonprofit organizations: theory, management, policy**. NY. Routledge, 2005.

ENJOLRAS, B.; SALAMON, L. M.; SIVESIND, K. H.; ZIMMER, A. **The third sector as a renewable resource for Europe: Concepts, impacts, challenges and opportunities**, 2018.

EVERS, A. and LAVILLE, J. **The Third Sector in Europe**. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

GIDRON, B.; BAR, M. **Policy initiatives towards the third sector in international perspective**. Springer: California, 2010

OECD. **The non-profit sector in a changing economy**. OECD: Paris, 2003.

POWELL, W. W.; STEINBERG, R. **The nonprofit sector: A research handbook**. 2.ed. Yale University: USA, 2006.

TAYLOR, Rupert. **Third Sector Research**. 1. ed. Springer: New York, 2010.

WEISBROD, B. A. **To profit or not to profit: The commercial transformation of the nonprofit sector**. Cambridge University Press: Cambridge, 2003.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Gestão Social e Políticas Públicas

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

O campo de estudos em gestão social. Conceitos e temas correlatos. Terceiro Setor. O problema público e o bem público como unidade de análise e de ação em gestão social. Ação, prática e contexto. Esfera Pública como o lócus da gestão social. Democracia Deliberativa e gestão social como meio. Dialogicidade, Intersubjetividade e Racionalidade como instrumentos. Emancipação como finalidade da gestão social.

Referências

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R. O locus da gestão social no contexto das inter-relações e tensões entre mundo-da-vida (lebenswelt) e sistema (system). **Organ. Soc.**, Set 2017, vol.24, no.82, p.412-431

BOULLOSA, R. F. Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas de Gestão Social a partir das perspectivas da policy analysis e da abordagem social da aprendizagem. In **Colóquio Internacional sobre Poder Local**, 11, 2009, Salvador. Anais..., Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD ROM.

BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da Gestão Social? In: **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, 32, 2008, Rio de Janeiro. Anais..., Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD ROM.

BRASIL. **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil** / organizador: Felix Garcia Lopez. – Brasília: Ipea, 2018. 176 p.

CANÇADO, A. C. Gestão social: um debate para a construção do campo. **NAU – A Revista da Residência Social**, 4(6), 2013, 191-209, mai./out..

CANÇADO, A. C., Pereira, J. R. e Tenório, F. G. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**, (2 ed.) CRV, Curitiba, 2015.

DOWBOR, L. A gestão social em busca de paradigmas. In Rico, E. M., Raichelis, R. (orgs.) **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: Educ; IEE, 1999.

FISCHER, T.. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – uma introdução a uma agenda. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002, p.12-32.

FRANÇA FILHO, G. C.. Definido Gestão Social. In: SILVA JUNIOR, Jeová Torres; MÂISH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso. **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

GARCIA, A. S. et al. Aprofundamento das esferas públicas para a gestão social: caminhos para uma reconstrução empírico-descritiva e normativa. **Cad. EBAPE.BR**, Jun 2018, vol.16, no.2, p.163-185

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003c. (Biblioteca Tempo Universitário, 84: Estudos Alemães).

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre a facticidade e a validade**. 2. ed. Tradução Fábio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a, v. 2 (Biblioteca Tempo Universitário, 102)

JUNQUEIRA, L. P. et al. **Parcerias e redes sociais**: a busca pela Gestão Social eficaz - um estudo de caso. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 3, 2009, Juazeiro/Petrolina. Anais..., Juazeiro/Petrolina: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD ROM.

PERSSON, E.; MORETTO NETO, L. Discutindo a natureza ideológica dos delineamentos teóricos habermasianos e sua apropriação pela gestão social no campo da administração. **Cad. EBAPE.BR**, Dez 2018, vol.16, no.4, p.578-593.

SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v.1, n.1, p.203-226, jun./nov. 2010.

TENÓRIO, F. G. Gestão social, um conceito não-idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento In CANÇADO, Ailton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; SILVA JUNIOR, Jeová Torres (Orgs.). **Gestão Social**: aspectos teóricos e aplicações. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Gestão transversal e redes de políticas públicas

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Espaço e tempo nas redes. Tecnologias como redes. A construção das redes e suas controvérsias: conexões, práticas, dispositivos, interesses, tradução, papel dos múltiplos atores. Análise de redes. Ação coletiva e tecnologias de gestão. Ação pública e interfaces socioestatais. Transversalidade em redes de políticas públicas. Dessetorialização e processos de desenvolvimento. Dialogismo, inovação e mudança na gestão pública.

Bibliografia:

BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S.; RAVINET, P. **Une French Touch dans l'analyse des politiques publiques?**. Presses de Sciences Po, 2015.

BRUGUÉ, Q.; CANAL, R.; PAYA, P. ¿Inteligencia administrativa para abordar" problemas malditos"? El caso de las comisiones interdepartamentales. **Gestión y política pública**, v. 24, n. 1, p. 85-130, 2015.

CUNILL-GRAU, N. La intersectorialidad en las nuevas políticas sociales: Un acercamiento analítico-conceptual. **Gestión y política pública**, v. 23, n. 1, p. 5-46, 2014.

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. **Acting in an Uncertain World**. An Essay on Technical Democracy. MIT ed, Cambridge, 2009.

CRUZ, F. N. B.; DAROIT, D. DOS NEXOS EFÊMEROS AO FAZER ESTADO: ensaio sobre transversalidade em conferências nacionais de políticas públicas. **NAU Social**, v. 8, n. 15, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewArticle/681>

CRUZ, F.N.B. **Desenvolvimento democrático em tempos incertos**: os desafios e os instrumentos da ação pública transversal e participativa. Editora UnB:Brasília, 2019 (no prelo).

GUPTA, Akhil. **Red tape**: Bureaucracy, structural violence, and poverty in India. Duke University Press, 2012.

HALPERN, C.; LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **L'instrumentation de l'action publique: controverses, résistances, effets**. Presses de Sciences Po., 2014.

HATCHUEL, A. Towards an epistemology of collective action: management research as a responsible and actionable discipline. **European Management Review**, v. 2, p. 36-47, 2005.

LATOURET, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

LUKIC, M. R.; TOMAZINI, C. **As ideias também importam**: a abordagem cognitiva das políticas públicas no Brasil. Curitiba: Juruá, 2013.

MARQUES, E.; BICHER, R.; MOYA, E. Notas sobre el análisis de redes sociales en Brasil. **Redes. Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 25, n. 1, p. 85-93, 2014.

MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Editora da UFF. Rio de Janeiro, 2018.

RHODES, R. AW. **Network Governance and the Differentiated Polity**: Selected Essays. Oxford University Press, 2017.

SERVA, M.; DIAS, T.; ALPERSTEDT, G. **Paradigma da complexidade e teoria das organizações**: uma reflexão epistemológica. RAE, 2009.

TARRAGÓ, D.; BRUGUÉ, Q.; CARDOSO JR, J. C. **A administração pública deliberativa**: inteligência coletiva e inovação institucional a serviço do público. Textos para Discussão, IPEA, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2122.pdf

THOMAS, H.; ALBORNOZ, M. B.; PICABEA, F.. **Políticas tecnológicas e tecnologías políticas:** dinámicas de inclusión, innovación y desarrollo en América Latina. Quito: FLACSO Ecuador, 2015.

ZURBRIGGEN, C. Las redes de políticas públicas. Una revisión teórica. **Colección de Documentos**, n. 105, 2003. Disponível em: http://saludpublicavirtual.udea.edu.co/cvsp/politicaspUBLICAS/0015.zurbriggen_redes_politicas_publicas.pdf

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Inovação e mudança na ação pública

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04 **Carga horária:** 60 horas

Ementa

Inovação: conceitos, correntes de pensamento e tipologias. Inovações como rotinas. Dinâmicas entre o arcabouço normativo e os aspectos performativos das rotinas. Heterogeneidade dos atores e papel do Estado na produção de inovações. Inovações como novos nexos entre atores heterogêneos. A incrustação entre técnica e política e as inovações sociais. Redes sociotécnicas e construção de instrumentos inovadores de ação pública. Co-criação de políticas públicas. Tecnoação e efetividade das políticas públicas.

Bibliografia

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. **Agir dans un monde incertain:** essai sur la démocratie technique. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

DE VRIES, G. **Bruno Latour.** Series: Key Contemporary Thinkers. Cambridge/UK: Polity, 2016.

ESCOBAR, A. **Designs for the pluriverse:** radical interdependence, autonomy, and the making of worlds. Durham: Duke University Press, 2018.

HALPERN, C.; LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **L'instrumentation de l'action publique.** Paris: Les Presses de SciencePo, 2014.

HUI, A.; SCHATZKI, T.; SHOVE, E. **The nexus of practices:** connections, constellations, practitioners. Londres: Routledge, 2016.

LABATUT, J.; AGGERI, F.; GIRARD, N. Discipline and Change: how technologies and organizational routines interact in new practice creation. **Organization Studies**, v. 33, n.1, p. 39-69, 2012.

LATOURE, B. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LAURENT, B. et al. **Innovation et participation**. Aproches critiques. Paris : Presses des Mines, 2018.

VALADÃO, J.A.D; ANDRADE, J.A. **Teoria do Ator-Rede e adequação sociotécnica**. Curitiba: Appris Editora, 2016.

VOORBERG, W. H.; BEKKERS, V. J. J. M.; TUMMERS, L. G. A Systematic Review of Co-Creation and Co-Production: Embarking on the social innovation journey. **Public Management Review**, v. 17, n. 9, p. 1333-1357, 2015.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Métodos inferenciais aplicados

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Estatísticas descritivas, Introdução à estatística inferencial; Métodos de análise inferencial em pesquisa social: probabilidade e amostragem; níveis de mensuração dos fenômenos sociais; modelos paramétricos e não paramétricos, intervalos de confiança; teste de hipótese. Visão global de Análise Estatística Multivariada Uso de softwares estatísticos.

Bibliografia

AGRESTI, A. **An Introduction to Categorical Data Analysis**. 3rd Edition. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., Hoboken, 2019.

BRAY, J.H. & MAXWELL, S. E. **Multivariate Analysis of Variance**. Newbury Park: Sage Publications, 1985.

COHEN, J. The power prime. **Psychological Bulettn**, v. 112, n. 1, 155-159, 1992.

DANCEY, C.P. & REIDY, J. **Statistics Without Maths for Psychology**. 7th. New York, Pearson Eds, 2011.

FIELD, A. **Discovering Statistics Using SPSS**. 5th Edition. London: Sage-Edge Publications, 2017.

HAIR Jr., J.F., ANDERSON, R.E., TATHAM, R.L. & BLACK, W.C. **Multivariate Data Analysis**. 8th ed. Boston: Cengage Learning, 2018.

HAYES, A. F. **Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression based approach**. 2nd Ed. New York: The Guilford Press, 2017.

HOWELL, D.C. **Statistical methods for Psychology**. 5ª edição Belmont (CA): Duxbury, 2002.

KVANLI, A. H.; GUYNES, C.S. e PAVUR, R.J. **Introduction to Business Statistics: A Computer Integrated, Data Analysis Approach**. 5th ed. Saint Paul: West Publishing Company, 2000.

MARÔCO, J. **Análise estatística com o SPSS Statistics**. 7ª edição. Lisboa: Report Number, 2018.

MILES, J. e SHEVLIN, M. **Applying regression & correlation: a guide for students and researchers**. London: Sage Publications, 2001.

RUTHERFORD, A. **Introducing ANOVA and ANCOVA: GLM Approach**. London: Sage Publications, 2000.

TABACHNICK, B.G. & FIDELL, L.S. **Using Multivariate Statistics**. 6th. Ed. Harper Collings College Publishers, 2013.

GEARY, J. Risky business. **Time** (European ed.), v. 28, p. 40-47, 2003.

KISH, L. **Statistical design for research**. New York: Wiley, 1987.

LEVIN, J. & FOX, J. **Estatística para ciências humanas**. São Paulo: Prentice-Hall, 2004.

SIEGEL, S. **Estatística não-paramétrica para as ciências do comportamento**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Políticas de emprego, trabalho e renda

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Fundamentar e analisar definições de políticas públicas de emprego, trabalho e renda e seus instrumentos de intervenção. Aprofundar fundamentos de economia do trabalho, e mercado de trabalho e fundamentos de políticas e mundo do trabalho sob ótica da OIT. Analisar o histórico, evolução e diagnóstico do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil, sob ótica federal e federativa. Analisar aspectos conceituais e aplicados de formulação e gestão das políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil.

Bibliografia

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. Dinâmica do mercado de trabalho no Brasil nos anos 2000: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. **Estudos Avançados**, v. 30, p. 103-123, 2016.

EHRENBERG, R. G.; SMITH, R. S. **A moderna economia do trabalho: teoria e política pública**. 5 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

MORETTO, A.; MATOS, F.; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI, M. C. (orgs.) . **As transformações no mundo do trabalho e o Sistema Público de emprego como instrumento de inclusão social**. 1. ed. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2018. v. 1.

MATOS, F. (org.). **Boas Práticas de Serviços Públicos de Emprego no Brasil**. Brasília: BID, MTE, 2011.

COMPLEMENTAR

BIAVASCHI, M. B. O processo de construção e desconstrução da tela de proteção social do trabalho: tempos de regresso. **Estudos Avançados**, v. 30, p. 75-87, 2016.

BIAVASCHI, M. B.; TEIXEIRA, M. O. A terceirização e seu dinâmico processo de regulamentação no Brasil: limites e possibilidades. **Revista da ABET**, v.14, n.1, jan.-jun. 2015.

CACCIAMALI, M. C. ; MATOS, F. ; LIGIERO, A. P. Desenho e Gestão de uma Política Pública de Intermediação de Mão de Obra. **Idéias e Tendências em Foco**, v. 1, p. 9-48, 2008.

CACCIAMALI, M. C.; RIBEIRO, R. A.; MACAMBIRA, Júnior (orgs.). **Século XXI. Transformações e continuidades nas relações de trabalho**. 1. ed. Fortaleza: Instituto do Desenvolvimento do Trabalho; Banco do Nordeste; Universidade de São Paulo, 2011. v. 1.

CACCIAMALI, M. C. **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: a experiência brasileira recente**. Cepal/PNUD/OIT, 2008..

CARDOSO JUNIOR, J. C.; Gonzalez, R. ; MATOS, F. Políticas Públicas de Trabalho e Renda em Contexto de Baixo Crescimento Econômico: Experiência Brasileira Recente. In: MACAMBIRA, J.; CARLEIAL, L. M. F.; RAMOS, C. A. (orgs.). **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. 1ed.Fortaleza: IDT, 2009, v. 1, p. 123-180.

KREIN, J.D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L (orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018. 304 p.

MACAMBIRA, J. CARLEIAL, L. M. (orgs). **Emprego, trabalho e políticas públicas**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

MATOS, F.; RUAS, C.; MARINHO, D. N. C.; BELLONI, J. A.; CACCIAMALI, M. C.; PEREIRA, M. P. **A Política e a Atividade de Microcrédito como Instrumento de Geração de Trabalho e Renda e Inclusão Produtiva**. 1. ed. Brasília: UnB-MTE, 2015. v. 1.

MATOS, F.; SILVA, D. F. L.. Políticas de Inclusão Produtiva e Qualificação Profissional: A Execução do PRONATEC Brasil Sem Miséria e o Seguro-Desemprego, na Bahia, no Ceará e em Sergipe. In: Macambira, J.; Andrade, F. B. (org.). **Estado e Políticas Sociais: Fundamentos e Experiências**. 1ed. Fortaleza: IDT-UECE, 2014, v. 1, p. 227-252.

OIT. **Políticas de Formalización en América Latina: Avances y Desafíos**. Lima: OIT, Oficina Regional para América Latina y el Caribe, FORLAC, 2018.

WORLD BANK. **World Development Report 2019: The Changing Nature of Work**. Washington, DC: World Bank, 2019.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Políticas Públicas e (Des)envolvimento Territorial

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Apresentação crítica da dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento. Conceitos de território e desenvolvimento territorial. Antecedentes teóricos da questão regional e urbana contemporânea. Abordagens críticas da economia política da urbanização e desenvolvimento regional. Debates teóricos contemporâneos sobre as transformações que o espaço urbano-regional vem sofrendo no mundo contemporâneo e suas implicações para as políticas públicas. Modelos de desenvolvimento territorial das agências internacionais e suas implicações para o sul-global. Objetivos: São objetivos do curso discutir compreensivamente e de forma crítica os conceitos: (a) de desenvolvimento e subdesenvolvimento; (b) local e global; (c) território e desenvolvimento a partir do território. Pretende oferecer subsídios para a compreensão da gestão de políticas públicas urbanas e regionais por meio de discussão de modelos existentes.

Bibliografia

BANERJEE, S. B. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

BRANDÃO, C. **Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

DINIZ, C.C A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. **Texto para Discussão**, n. 159. Belo Horizonte, Cedeplar-UFMG, 2001.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, Dez./2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/43540/27088>

HARVEY, D. O urbanismo e a cidade. In: **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980a.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MONTE-MÓR, R. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: In COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R.L (org). **Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015

PAULA, J.A. O urbano como projeto, como crise e como promessa emancipatória. **Síntese Revista de Filosofia**, v. 33, n. 106, , 2010. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/issue/view/292>

ESCOBAR, A. **Designs for the Pluriverse: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds**. Duke University Press, 2018

ESTEVA, G.; BABONES, S. e BABCICKY, P. **The Future of Development: a radical manifesto**. Policy Press, 2013.

MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdeveloped Regions**. London: Duckworth, 1957.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Ed. Vozes, 2000

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Políticas de Governança Digital e os Desafios à Democracia

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Estado. Poder. Poder Simbólico. Tecnopolítica na Sociedade em Rede. Criptogoverno. Inovação e Valor público. Participação Política Digital e Transparência. Inovação Democrática. Governança Digital para produção colaborativa de políticas públicas, aprimoramento da gestão

e da prestação de serviços públicos aos cidadãos. Disseminação e Sustentabilidade das Inovações Democráticas no Setor Público. Regulação Transnacional e Governança da Internet. Desafios à Democracia Digital. Big Data para Políticas Públicas. Proteção de Dados Pessoais. Mídias Sociais para Avaliação e Monitoramento. Algoritmos, Modulação de Comportamento e de Políticas. Direitos Humanos e Direitos Digitais. Igualdade de Gênero. Liberdade de expressão na Internet.

Bibliografia

AGUNE, R.; ANTONIO, J. Experiência do Governo Eletrônico no Estado de São Paulo. In: BERNARDES, R.; ANDREASSI, T. (Orgs.) **Inovação em Serviços Intensivos em Conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2007.

AMADEU, S. S. **Tudo sobre tod@s: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais**. 1. ed. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017. v. 1.

BOBBIO, N. **Democracia & Segredo**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado. Cursos no Collège de France**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2009.

CANABARRO, D.; WAGNER, F. A governança da internet: definição, desafios e perspectivas. In: ENCONTRO DA ABCP, 9., Brasília: ABCP, 2014. **Anais...** Brasília: ABCP, 2014. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/governanca-internet-mudanca-tecnologica-redistribuicao-poder.pdf>

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **O Poder da Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CEFAI, D. Públicos, Problemas Públicos, Arenas Públicas... o que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). **Novos Estudos, CEBRAP**, v. 36, n. 2, p. 129-142, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002017000200129&script=sci_abstract&tlng=pt

COLEMAN, S. **Can the Internet Strengthen Democracy?** Cambridge: Polity Press, 2017.

FERRAREZI, E.; AMORIM, S. N.; TOMACHESKI, J. A. Sustentabilidade de iniciativas premiadas no Concurso Inovação: indícios de mudança da gestão no governo federal? **Cadernos ENAP**, n. 34, Brasília: ENAP, 2010.

FERREIRINHA, I.; RAITZ, T. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, 367-83, Mar/Abr, 2010.

FREITAS, C. S. Mecanismos de Dominação Simbólica nas Redes de Participação Política Digital. In: SILVA, S.; BRAGATTOO, R.; SAMPAIO, R. **Democracia Digital, Comunicação Política e Redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

GOMES, W. 20 anos de política, Estado e democracia digitais: uma cartografia do campo. In: SILVA, S.; BRAGATTOO, R.; SAMPAIO, R. **Democracia Digital, Comunicação Política e Redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

GOMES, W.; AMORIM, P.; ALMADA, M. Novos desafios para a ideia de Transparência Pública. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, E-compós**, Brasília, vol. 21, n. 2, maio/ago, 2018.

GURUMURTHY, A.; CHAMI, N. Internet Governance as Ideology in Practice – India's Free Basic Controversy. **Internet Policy Review: Journal on Internet Regulation**, v. 5, n. 3, 2016.

JASANOFF, S. Future Imperfect: Science, Technology, and the Imaginations of Modernity. In: JASANOFF, S.; SANG-HYUN, K. (Eds.). **Dreamscapes of modernity: sociotechnical imaginaries and the fabrication of power**. Chicago, EUA: The University of Chicago Press, 2015.

LATOUR, B. **Cogitamus**. São Paulo: Editora 34, 2016.

MAGRANI, E. **Democracia Conectada: a internet como ferramenta de engajamento político-democrático**. Rio de Janeiro: FGV Direito, 2014.

MAYER-SCHONBERGER, V.; CUKIER, K. **Big Data: como extrair volume, variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PIMENTA, M.; CANABARRO, D. (Orgs) **Governança Digital**. Porto Alegre: Editora da UGRGS, 2014.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Gestão da Inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

WACQUANT, L. (Org) **O Mistério do Ministério**. Pierre Bourdieu e a política democrática. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WU, T. **Is the first amendment obsolete?** Columbia: Columbia University, Knight First Amendment Institute, 2017.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Tributação no Terceiro Setor

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Tributo direto. Tributo Indireto. Renúncia Fiscal: imunidade e isenção tributárias. Renúncia de receita: serviço gratuito. O impacto da incidência/desoneração do tributo indireto no custo do serviço ofertado à comunidade/sociedade. Contribuição da renúncia fiscal do tributo direto na oferta de benefícios para a comunidade/sociedade. Tributação da produção e da renda: ciclo do produto e ciclo do tributo.

Bibliografia básica

BOLTON, PATRICK; MEHRAN, HAMID. An introduction to the governance and taxation of not-for-profit organizations. **Journal of Accounting and Economics**. v. 41, pp.293–305, 2006.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988.

CLOTFELTER, CHARLES T. Tax-Induced Distortions in the Voluntary Sector. **Cas.W.Res.L.Rev.** v. 39, n.663, issues ¾, 1989.

DE FRANÇA, JOSÉ ANTONIO; SANDOVAL, WILFREDO SOSA. Marginal Effect of Direct Tax on Profits: A study on the Taxation of the Finance Industry in Brazil. **International Journal Economics Finance**. v.11, nr.3. <https://doi.org/10.5539/ijef.v11n3p>, 2019.

DEHNE, ANITA; FRIEDRICH, PETER; NAM, CHANG WOON; PARSCHE, RÜDIGER. Taxation of Nonprofit Associations in an International Comparison. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**. V 37, nr. 4 (December), 2008.

FERREIRA, FERNANDA A. Asymmetric Taxation in a Competition Between Nonprofit and For-Profit Firms. **Proceedings of the World Congress on Engineering**. v. II, 2009.

JOHNSON, MARIANNE F. Differential taxation of for-profit and nonprofit firms: a computational general equilibrium approach. **Public finance review**. v. 31 nr.6, pp. 623-647. doi: 10.1177/109114210325457, 2003.

OMER, THOMAS C.; YETMAN, ROBERT J. Near Zero Taxable Income Reporting by Nonprofit Organizations. **The Journal of the American Taxation Association**. v.25, nr. 2, pp.19-34, 2003.

ONSTAD, OLE GJEMS. Value added taxation and the third sector. **Voluntas**: v.4, n. 3, pp. 372-394, 1993.

ROSENBAUM, SARA; KINDIG, DAVID A.; BAO, JIE; BYRNES, MAUREEN K.; O'LAUGHLIN, COLIN. The Value Of The Nonprofit Hospital Tax Exemption Was \$24.6 Billion In 2011. **Health Affairs**. v.34, nr. 7, pp. 1225–1233. Doi: 10.1377/hlthaff.2014.1424, 2015.

ROTHSCHILD, CASEY; SCHEUER, FLORIAN. A theory of Income Taxation Under Multidimensional Skill Heterogeneity. **National Bureau of Economic Research**. <https://www.nber.org/papers/w19822.pdf>, 2014.

STEINBERG, RICHARD. Economic Theories of Nonprofit Organizations: An Evaluation (Chap. 16). **The Study of the Nonprofit Enterprises**: The theories and approaches. Anheier and Ben-Ner. New York, 2003.

WALKER, MELISSA A.; SIPULT, LINSEY F. Nonprofit Sales Tax Exemption: Where Do States Draw the Line? **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**. v. 40, nr.6, pp. 1005–1019, 2011.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Corpo docente

Nome: Ana Paula Antunes Martins (colaboradora)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7456591441811200>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Ana Paula Vidal Bastos (permanente exclusiva - coordenadora)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1992388595130579>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Beatriz Morgan (permanente exclusiva)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9695855057684384>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Clésia Camilo Pereira (permanente exclusiva)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8780262974510243>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: Christiana Soares de Freitas (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5250541522722172>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Diana Vaz de Lima (permanente exclusiva)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1458221915017406>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: Doriana Daroit (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/157324517363922>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Eduardo Tadeu Vieira (permanente exclusivo)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1114398561970191>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: Elaine Rabelo Neiva (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5495905961378269>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Fernanda Natasha Bravo Cruz (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2541057791620746>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Franco de Matos (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2925522478177762>

Linha de pesquisa: Ação pública e inovação

Nome: Frederico Augusto Barbosa da Silva (colaborador)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2088412607903653>

Linha de pesquisa: Ação pública e inovação

Nome: Jales Dantas da Costa (permanente exclusivo)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7841911339485513>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: José Antônio de França (permanente exclusivo)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7124125130377391>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: José Marilson Martins Dantas (permanente exclusivo)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0245369616924416>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: Magda de Lima Lúcio (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9967932202694567>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: Luiz Fernando Macedo Bessa (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5332689423149315>

Linha de Pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Rosana de Freitas Boullosa (colaboradora)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7040703876962133>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Valdirene Daufemback (colaboradora)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3782283455301559>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Carga horária

Professores permanentes exclusivos: 15 horas

Professores permanentes não-exclusivos: 15 horas

Professores colaboradores: 8 horas

Produção bibliográfica, artística e técnica

Nome: Ana Paula Antunes Martins (colaboradora)

Diretório CNPq:

[dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/7456591441811200](http://buscatextual.cnpq.br/dgp/espelhorh/7456591441811200)

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4282492U1&nome=Ana%20Paula%20Antunes%20Martins&chamadaExterna=true>

Nome: Ana Paula Vidal Bastos (permanente exclusiva - coordenadora)

Verificar indicadores de produção no Lattes <http://lattes.cnpq.br/1992388595130579>

Nome: Beatriz Morgan (permanente exclusiva)

Verificar indicadores de produção no Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9695855057684384>

Nome: Clésia Camilo Pereira (permanente exclusiva)

Diretório CNPq:

[dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/8780262974510243](http://buscatextual.cnpq.br/dgp/espelhorh/8780262974510243)

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4148156U9&nome=Clesia%20Camilo%20Pereira&chamadaExterna=true>

Nome: Christiana Soares de Freitas (permanente)

Diretório CNPq:

[dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/5250541522722172](http://buscatextual.cnpq.br/dgp/espelhorh/5250541522722172)

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4723454U2&nome=Christiana%20Soares%20de%20Freitas&chamadaExterna=true>

Nome: Diana Vaz de Lima (permanente exclusiva)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/1458221915017406

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4750727A0&nome=Diana%20Vaz%20de%20Lima&chamadaExterna=true>

Nome: Doriana Daroit (permanente)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/1573245173639222

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4769292T1&nome=Doriana%20Daroit&chamadaExterna=true>

Nome: Eduardo Tadeu Vieira (permanente exclusivo)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/1114398561970191

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4217291Y5&nome=Eduardo%20Tadeu%20Vieira&chamadaExterna=true>

Nome: Elaine Rabelo Neiva (permanente)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/5495905961378269

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4798555Z6&nome=Elaine%20Rabelo%20Neiva&chamadaExterna=true>

Nome: Fernanda Natasha Bravo Cruz (permanente)

Diretório CNPq:

<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/0030386586>

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4288428D9&nome=Fernanda%20Natasha%20Bravo%20Cruz&chamadaExterna=true>

Nome: Franco de Matos (permanente)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/2925522478177762

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4795294P3&nome=Franco%20de%20Matos&chamadaExterna=true>

Nome: Frederico Augusto Barbosa da Silva (colaborador)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/2088412607903653

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4763776P4&nome=Frederico%20Augusto%20Barbosa%20da%20Silva&chamadaExterna=true>

Nome: Jales Dantas da Costa (permanente exclusivo)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/7841911339485513

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4526001Y0&nome=Jales%20Dantas%20da%20Costa&chamadaExterna=true>

Nome: José Antônio de França (permanente exclusivo)

Diretório CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/7124125130377391

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4776225D9&nome=Jos%C3%A9%20Antonio%20de%20Fran%C3%A7a&chamadaExterna=true>

Nome: José Marilson Martins Dantas (permanente exclusivo)

Diretório CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/0245369616924416

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4205513A9&nome=Jos%C3%A9%20Marilson%20Martins%20Dantas&chamadaExterna=true>

Nome: Magda de Lima Lúcio (permanente)

Diretório CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/9967932202694567

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4706417H6&nome=Magda%20de%20Lima%20L%C3%BAcio&chamadaExterna=true>

Nome: Luiz Fernando Macedo Bessa (permanente)

Diretório CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/5332689423149315

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4739733H0&nome=Luiz%20Fernando%20Macedo%20Bessa&chamadaExterna=true>

Nome: Rosana de Freitas Boullosa (colaboradora)

Diretório CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/7040703876962133

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4794631H2&nome=Rosana%20de%20Freitas%20Boullosa&chamadaExterna=true>

Nome: Valdirene Daufemback (colaboradora)

Diretório CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/3782283455301559

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4746567E4&nome=Valdirene%20Daufemback&chamadaExterna=true>

Projetos de pesquisa

Ação pública e inovação para o desenvolvimento

Componentes: Professores da linha de pesquisa “Ação pública e Inovação”

Início: 2019

Congrega as iniciativas voltadas à coprodução de políticas públicas, aos instrumentos e tecnologias de governança, ao mundo do trabalho, às políticas sociais, às redes sociais, à construção democrática do desenvolvimento e à gestão intersetorial em suas complementariedades, compondo investigações concernentes à produção de inovação e mudança em políticas públicas.

Governança pública e organizações da sociedade civil

Componentes: Professores da linha de pesquisa “Governança Pública e Terceiro Setor”

Início: 2019

Realiza iniciativas coletivas e interdisciplinares de pesquisas voltadas à governança pública, às ciências contábeis e atuariais, à gestão financeira e tributária do terceiro setor, às interfaces entre economia política e orçamento público, às parcerias público-privadas, à previdência pública, ao *accountability*, e à construção de inteligência pública para o governo aberto.

Tecnologias sociais de geração de emprego, trabalho e renda para mulheres na Cidade Estrutural: produção participativa de alternativas e diagnóstico de acesso às políticas públicas

- Franco de Matos, Ana Paula Antunes Martins
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: 2018
- O projeto de extensão, em desenvolvimento é financiado pelo Decanato de Extensão da Universidade de Brasília por meio da concessão de 3 bolsas de extensão para estudantes de nível de graduação, no período de setembro de 2018 a julho de 2019, visa desenvolver tecnologias sociais de geração de trabalho, emprego e renda para mulheres da Cidade Estrutural. Tendo em vista a desativação do lixão em 2018, o presente projeto destina-se a realizar um diagnóstico participativo emancipador, voltado para a produção e sistematização coletiva de conhecimentos e saberes relacionados às atividades de coleta e reciclagem de lixo e dos efeitos da implementação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos naquele território. Com o resultado, será possível subsidiar um projeto mais amplo de inovação social apoiado pelo Decanato de Extensão por meio do Polo de Extensão da Estrutural da Universidade de Brasília. O projeto envolve dois professores doutores (Franco de Matos e Ana Paula Antunes Martins), ambos envolvidos na presente proposta, bem como 8 estudantes de graduação, sendo 3 delas bolsistas de extensão.

Desenvolvimento de Tecnologia Social para a Elaboração de Modelo de Cooperativas de Prestação de Serviços Autônomos - Aplicação de Piloto na Cidade Estrutural

- Franco de Matos, Ana Paula Antunes Martins, Magda de Lima Lúcio
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: 2018
- O projeto se destina ao desenvolvimento de tecnologia e inovação social para a elaboração de modelo de cooperativas de prestação de serviços autônomos. A proposta, apresentada pelo Grupo de Gestão de Políticas para o Trabalho (GEPOLT), do Departamento de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, foi contemplada para a realização de pesquisa-ação com mulheres catadoras e recicladoras da Cidade Estrutural. Este território corresponde a uma das regiões administrativas de Brasília, e possui cerca de 45 mil habitantes. A ação justifica-se pela implementação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), cujos efeitos requerem investigação, especialmente no tocante às condições de vida e trabalho de mulheres que atuavam como catadoras antes da desativação do lixão. Este projeto, em etapa inicial de implementação, poderá contar com a agregação de estudantes e pesquisadores dos níveis de graduação ou pós-graduação, uma vez que há demanda expressiva para a produção de

conhecimentos e saberes voltados para a produção de tecnologias sociais e inovação em contextos de vulnerabilidade social. Envolve seis professores doutores, sendo três deles membros da presente proposta, além de 1 mestranda, 5 graduandas e 2 técnicos.

Tecnologias e instrumentos de ação pública transversal: análise e proposição de instrumentos de gestão Inovadores

- Início: 2014
- Doriana Daroit (coord); Luiz Fernando Macedo Bessa; Fernanda Natasha Bravo Cruz
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- A constituição do instrumento de gestão é o espaço das disputas coletivas e resulta da realização da ação. Logo, na gestão pública existe a necessidade de desenvolvimento de instrumentos específicos que não sejam portadores das contradições entre visão de mundo e finalidades esperadas e, ao mesmo tempo, tratem de forma reflexiva, concreta e pragmática os desafios de integração entre políticas, regulação, controle e viabilidade de execução. Esta abordagem é portadora de elementos inovativos, pois a compreensão do que seja gestão neste contexto dinâmico e complexo é transformada a partir da perspectiva da construção de instrumentos pela rede de atores agindo coletivamente. A gestão configura-se, assim, como ação coletiva reflexiva e artefatuizada. A partir desta abordagem que não exime os instrumentos de gestão da incorporação de elementos políticos na sua construção e implementação, colocamos como questões norteadoras deste estudo: como as políticas públicas vêm sendo implementadas? Quais as características dos instrumentos de gestão utilizados? Quais os instrumentos de gestão apresentam-se como inovadores ao reconhecer sua politicidade interna que reflita os anseios e expectativas dos atores envolvidos nos processos de formulação e implementação das políticas públicas e, simultaneamente, apresentem uma horizontalidade e transversalidade necessárias à coesão, articulação e cooperação entre políticas e organizações públicas? Como a ação pública pode ser entendida como norteadora de projetos de desenvolvimento nacionais? O projeto é liderado por professora do Departamento de Administração e conta com dois professores do GPP na equipe de pesquisa. Os três professores participam desta proposta na linha de pesquisa Ação Pública e Inovação. Há quatro estudantes de pós-graduação e dois estudantes de graduação.

Cadeias de Tradução na Coprodução de Políticas Públicas: a Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal

- Início: 2019
- Doriana Daroit (coord); Luiz Fernando Macedo Bessa; Fernanda Natasha Bravo Cruz
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- O projeto inclui a pesquisa “Cadeias de Tradução na Coprodução de Políticas Públicas: a Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal”, que busca discutir a coprodução de políticas públicas, partindo das cadeias de tradução e sua capacidade de conferir dinamicidade à ação pública, por meio do transporte e construção de significados e interesses em uma perspectiva participativa e da base para o topo da gestão pública. Por meio da discussão da ação pública, da Teoria Ator-Rede e da coprodução de políticas públicas e de sua

dinâmica tem-se por objetivo geral: investigar a produção das políticas públicas a partir das cadeias de tradução engendradas em processos participativos. A investigação será realizada por meio do estudo de caso da construção da Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal, dado que a mesma envolveu a participação de atores heterogêneos em um processo participativo de debate e elaboração, bem como atingiu todas as regiões administrativas do DF e buscou transformar a perspectiva da gestão pública no que se refere a sua democratização e desburocratização, transparência e fomento, ou seja, um processo que englobou diversos aspectos da gestão pública e da relação entre Estado, sociedade e mercado.

Práticas de gestão da mudança, redes sociais, comportamentos de apoio e bem-estar: é possível gerar bem-estar e apoio às mudanças com as práticas de gestão nos processos de mudança?

- Elaine Neiva (coord)
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: 2018
- A mudança organizacional pode ser conceituada como um conjunto de alterações nos componentes organizacionais desencadeadas intencionalmente ou não por intervenções que tragam consequências para os resultados da organização e para seus membros. Esse projeto tem por objetivo aprofundar o conhecimento sobre a temática da mudança organizacional, tendo como foco o processo de mudança, as práticas de gestão, as relações sociais entre os membros, o comportamento de apoio às mudanças e o bem-estar dos empregados durante o período. Serão propostos dois estudos que versam sobre: 1) a influência das práticas de gestão da mudança, das razões e dos benefícios sobre o bem-estar e o comportamento de apoio às mudanças; e 2) a influência das redes sociais sobre o bem-estar e o comportamento de apoio às mudanças durante o processo de mudança na organização. Participarão do estudo profissionais de organizações públicas e privadas do Distrito Federal. O estudo envolverá pelo menos cinco organizações com representatividade de profissionais assegurada na amostra. A representatividade será avaliada por meio da obtenção de, pelo menos, 30% dos empregados da organização, envolvendo todas as unidades organizacionais. Serão utilizadas as seguintes medidas: Escala de Práticas de Gestão da Mudança; Escala de Razões e benefícios para a mudança; Instrumento de Comportamentos de apoio a mudança organizacional; Escala de Bem-estar no trabalho e Medidas de Redes Sociais Informais. Os instrumentos serão aplicados aos profissionais e aos gestores das unidades para avaliar as medidas individuais e as medidas no nível da unidade. Para análise dos dados serão utilizadas estatísticas descritivas, inferenciais multivariadas, análises envolvendo o nível individual e de grupo (análises multinível) e análises de redes sociais e análises por meio de equações estruturais. O Projeto foi contemplado no Programa Cátedras Brasil 2018 – ENAP, corresponde à Bolsa Produtividade 2016-2019 da coordenadora e é projeto beneficiado por Edital Universal do CNPq.

Mapeamento, Análise Sociotécnica e Monitoramento das Redes de Governança Digital no Brasil

- Christiana Soares de Freitas (coord)
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: Março de 2014
- O projeto de pesquisa foi desenvolvido com financiamento do CNPq, Edital MCTI/CNPQ/Universal 14/2014 - Faixa C - até R\$ 120.000,00 Chamada Pública: 456347/2014-3
- Alunos envolvidos: 14 graduandos do curso de Gestão de Políticas Públicas da UnB e 2 do mestrado da Faculdade de Direito da UnB.
- O foco da pesquisa foi a compreensão das redes sociotécnicas de governança digital desenvolvidas no Brasil. O objetivo geral da pesquisa foi a construção de modelo teórico-metodológico para gestão estratégica e monitoramento das redes de governança digital a partir do mapeamento e análise dessas redes de acordo com a caracterização dos seus atores, dinâmicas de atuação e capacidade de governança.

Democracia versus censura e modulação de comportamento na internet:

Mapeamento e Análise das Redes de Governança Digital na América Latina e Caribe

- Christiana Soares de Freitas (coord)
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: Março de 2019
- Apoio institucional e financeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD)
- Alunos envolvidos: dois doutorandos da Faculdade de Comunicação da UnB; 1 mestranda da Faculdade de Comunicação da UnB; 16 alunos da graduação do curso de Gestão de Políticas Públicas da UnB
- O objetivo geral da pesquisa é analisar a importância e o papel das redes de governança digital desenvolvidas na América Latina e Caribe. O foco é tanto no mapeamento e análise das práticas democráticas observadas a partir das iniciativas de e-participação (que buscam aprimorar processos de transparência e monitoramento de gastos governamentais), quanto nas práticas que desafiam a democracia, identificadas em processos políticos contemporâneos observados nos países da região, tais como práticas que violam direitos humanos fundamentais como o direito à liberdade de expressão na internet. Exemplos incluem o uso, por parte de movimentos políticos organizados, de recursos tecnológico-informacionais para impedir o funcionamento de determinados grupos e comunidades nas redes sociais, ameaçar seus líderes e moderadores por posicionamentos políticos específicos, criar perfis falsos e notícias falsas para formação de opinião e modulação de comportamento e de políticas.

Revoluções e contrarrevoluções na América Latina

- Jales Dantas da Costa (coordenador)
- Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor
- Início: 2014

- Alunos envolvidos: 6
- Estabelecido de 2014, o projeto Revoluções e Contrarrevoluções na América Latina objetiva estudar e pesquisar os processos revolucionários e contrarrevolucionários ocorridos na região, desde a revolução mexicana no início do século XX até a contemporaneidade, e os impactos desses processos nas conformações de Governança dos Estados nacionais, particularmente as suas políticas econômicas e sociais, e envolvimento do Terceiro Setor. Um dos docentes envolvidos nesta proposta, oriundo do Departamento de Economia da UnB, lidera o projeto. Há também pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba.

Análise de Dinâmicas de Ação Pública Transversal e Participativa

- Fernanda Natasha Bravo Cruz (coordenadora)
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: Junho de 2016
- Há instituições e eventos participativos que consideram a complexidade e a multidimensionalidade de problemas públicos, exigentes de esforços de reconfiguração da gestão pública. Em geral viabilizadas em caráter democrático no advento da Constituição cidadã, as iniciativas foram aprofundadas e contaram com profundas mudanças em sua composição, propósitos e modos de atuação desde os anos 2000. Propomos considerar as dinâmicas de interações socioestatais e transversais nestes fóruns híbridos, numa releitura das definições atribuídas à gestão intersetorial e transversal, reconhecendo potenciais e limites conceituais para articulá-las às categorias de complexidade, ação coletiva e ação pública, bem como às noções de dialógica, saberes e relações, referencial e instrumento - este último, definidor da expressão de diretrizes, modelos organizacionais, mudanças e efeitos de instituições e eventos participativos. Para considerar o caráter participativo, tratamos como elementos da instrumentação os repertórios de interação dos atores. Com o suporte de entrevistas, da observação de práticas e da análise documental de regimentos internos, decretos, resoluções, portarias, moções, atas, transcrições e relatórios, analisamos como operam instrumentos de ação pública transversal e participativa. O projeto é coordenado por professora do GPP que participa desta proposta e atualmente conta com três estudantes de graduação em pesquisa de iniciação científica, referiu-se a oito orientações de trabalho de conclusão de curso de graduação concluídas, além de engajar os processos de orientação e pesquisa de quatro estudantes de mestrado profissional.

Práticas de gestão participativa e análise dos instrumentos de gestão que visam o controle social: uma análise dos relatórios anuais de gestão

- José Marilson Martins Dantas (coordenador), Magda de Lima Lúcio
- Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor
- Início: 2017
- Dentre os objetivos alcançados citamos a capacidade de intervir na elaboração da nova plataforma de prestação de informações e contas das prefeituras aos órgãos de controle interno e externo, bem como aos conselhos de saúde, denominada DigSUS. Trata-se de

um Sistema de Gestão para registro de informações relativas aos instrumentos de planejamento em saúde de estados, Distrito Federal e municípios. O DigSUS Módulo Planejamento - DGMP - possibilitará o registro sequencial das Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores do Plano de Saúde, atualização das metas e lançamento de previsão orçamentária da Programação Anual de Saúde; elaboração do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior e do Relatório Anual de Gestão; e permitirá ainda o registro de metas da Pactuação Interfederativa de Indicadores. O referido Sistema encontra-se em fase de migração do Relatório Anual de Gestão - RAGSUS - para DGMP. A pesquisa já foi apresentada para várias instâncias do Ministério da Saúde, bem como na Comissão Intergestores Tripartite, instância máxima da gestão do Sistema Único de Saúde. A pesquisa contou com uma equipe de profissionais (docentes e discentes) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) e Faculdade de Ciências da Saúde (FS). O projeto, encerrado em dezembro de 2018, foi executado por meio do Termo de Execução Descentralizada 53/2017, no valor de R\$ 351.000,00 - Parceria entre pesquisadores da FACE/UnB e Ministério da Saúde/ Departamento de Articulação Interfederativa/ Coordenação-Geral de Articulação de Instrumentos da Gestão –CGAIG. Os pesquisadores foram remunerados de acordo com as normas internas da Universidade de Brasília, previstas na Resolução do Conselho de Administração N° 0003/2018.

Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde / aprimoramento da articulação e cooperação interfederativa para análise, estudos e apoio ao planejamento, regionalização e articulação entre os entes federados frente à gestão do SUS

- Magda de Lima Lúcio (coordenadora); José Marilson Martins Dantas
- Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor
- Início: 2017
- A primeira fase da pesquisa foi concluída em dezembro de 2018 e abordou diretamente a discussão acerca do termo governança e sua relação com as ações em curso entre instituições governamentais e Tribunal de Contas da União - TCU, tanto em suas auditorias operacionais, como em suas auditorias ex post. A pesquisa analisou o papel destas ações e o impacto destas na ação pública, em particular nos atos da gestão pública, bem como na gestão de políticas públicas. Em particular, o impacto na gestão do Sistema Único de Saúde no Brasil. A pesquisa demonstrou que o termo Governança tem sido bastante utilizado, muitas vezes, de maneira informal, sem levar em conta sua capacidade de influenciar ou mesmo influir em decisões estratégicas nos três níveis federativos. Coube a esta pesquisa realizar uma revisão sistemática da categoria governança no setor público sob três lentes, a saber: em nível nacional e internacional; em sistemas públicos de saúde; e por fim, sua utilização como categoria estruturante do pacto interfederativo do Sistema Único de Saúde brasileiro. Buscou-se enunciar o caráter polissêmico da categoria e em que medida poderá ser a categoria estruturante de um sistema que possa ser denominado como sistema de governança e gestão do SUS. Espera-se ao final da pesquisa um modelo de gestão e governança do SUS com base nos princípios da

regionalização tendo como suporte o planejamento ascendente, já previsto no arcabouço normativo do SUS, porém ainda não implementado.

Governança nas Instituições de Educação Superior

- Magda de Lima Lucio (coordenadora); José Marilson Martins Dantas
- Início: 2018
- Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor
- Trata-se de uma ação de Extensão Tecnológica, de acordo com o previsto no Decreto nº 9.283/2018, que regulamenta o Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016), a partir da Lei nº 10.973/2004 e da Emenda Constitucional nº 85/2015. Esta ação objetiva apoiar a implantação do Sistema de Governança, desenvolvido por pesquisadores da UnB/FACE, bem como desenvolver um selo de governança com o intuito de aprimorar os procedimentos de gestão acadêmica, com foco nas ações administrativo-financeiras. O Selo será aplicado em todas as IES, por adesão. Na vigência desta ação serão contempladas 20 Instituições de Educação Superior, por adesão voluntária.

Escola Livre em Gestão Social

- Rosana de Freitas Boullosa (coordenadora), Luiz Fernando Macedo Bessa, Ana Paula Antunes Martins
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: 2015
- Editais de fomento: Edital Universal CNPq 2018 (2019-2021); Edital Demanda Espontânea da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal 2018 (2019-2021); Bolsa de Produtividade DT 2018 (2019-2021)
- Busca construir e oferecer processos de formação livre e certificada em gestão social, nas modalidades presencial e a distância, por meio de percursos formativos, de natureza tecnológica, que visem, portanto, a transformação e ampliação das suas bases e de seus repertórios de conhecimento aplicado, para públicos específicos formados por praticantes em gestão social e suas áreas temáticas, envolvidos em processos de políticas públicas, inseridos particularmente no Centro-Oeste e Nordeste do país, composto sobretudo por gestores públicos locais, organizações sociais, organizações comunitária, conselhos locais e outras esferas de participação pública institucionalizada ou em vias de institucionalização. As principais áreas temáticas a serem trabalhadas, dentro da sua natureza tecnológica, além da própria gestão social, são: avaliação e monitoramento, elaboração de projetos, implementação de instrumentos de políticas públicas, instrumentos de participação democrática, problemas públicos, desenvolvimento territorial, gestão de conflitos, arte pública, economia do compartilhamento, dentre outros, envolvendo as noções de transversalidade em políticas públicas.

Laboratório de Pesquisa e Extensão do Terceiro Setor

- Coordenador: José Antonio de França. Participam: José Antonio de França; Eduardo Tadeu Vieira; Paulo César de Melo Mendes; José Humberto Cruz; Rubens Peres Forster; Clesia Camilo Pereira
- A proposta de Ação de Extensão: 60594, com vigência de 15/10/2018 a 15/10/2020, tem por objetivo disseminar conhecimento na gestão das entidades sem a finalidade de lucro por meio de (a) proposição de metodologias de avaliação de desempenho; (b) orientação para elaboração de relatórios e demonstrações financeiras; (c) orientação para elaboração de prestação de contas; (d) orientação para elaboração do planejamento contábil; (d) produção de pesquisa que contribua para o desenvolvimento da gestão das entidades e benefício da sociedade; (e) oficinas de trabalho com executivos e contadores das entidades do terceiro setor; e construção de uma base de dados contemplando as entidades do terceiro setor veladas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Balcão Universitário

- Coordenadora: Clésia Camilo Pereira. Participam: José Antonio de França; Eduardo Tadeu Vieira; Paulo César de Melo Mendes; José Humberto Cruz; Rubens Peres Forster.
- O projeto tem por objetivo promover estudos e pesquisas na área de gestão fiscal, tendo como premissa a promoção de estudos voltados para o exercício da cidadania e da responsabilidade social do profissional da contabilidade. A área de atuação desse projeto contempla o conhecimento e discussão: dos atributos dos tributos (principal fonte de receita do Estado) nas esferas da União, Estados e Municípios; da realização de planejamento tributário; dos benefícios fiscais; e da responsabilidade social do contador no exercício de sua profissão. E ainda temas como a renúncia fiscal: imunidade e isenção tributárias. Esse projeto de Extensão tem apoio da Secretaria da Receita Federal do Brasil, através do Acordo de Cooperação 5/2018. A Proposta de Ação de Extensão vigente é 55114.

Vínculos de docentes às disciplinas

- Governança e inovação em políticas públicas
 - *Christiana Freitas, Dorian Daroit, Diana Vaz*
- Metodologia de pesquisa interdisciplinar
 - *Magda de Lima Lúcio, Clésia Pereira*
- Design de projeto de intervenção
 - *Ana Paula Vidal Bastos, Fernanda Natasha Bravo Cruz, José Marilson Martins Dantas*
- Ação pública e participação social
 - *Ana Paula Antunes Martins, Christiana Freitas*

- *Accountability* e ação pública
 - *Beatriz Morgan, Clesia Pereira, Diana Vaz*
- Contabilidade aplicada à gestão pública
 - *Diana Vaz, José Marilson Martins Dantas*
- Políticas públicas e (des)envolvimento territorial
 - *Ana Paula Vidal Bastos, Luiz Fernando Bessa, Clésia Pereira*
- Economia política e orçamento público
 - *Jales Dantas da Costa, Diana Vaz*
- Empreendedorismo e terceiro setor
 - *José Antonio de França, Clesia Pereira*
- Estudos críticos em políticas públicas
 - *Rosana Boullosa, Luiz Fernando Macedo Bessa*
- Governança de políticas penais
 - *Valdirene Daufemback, Franco de Matos*
- Gestão no terceiro setor
 - *José Antonio de França, Clésia Pereira, Eduardo Tadeu Vieira*
- Gestão social e políticas públicas
 - *Rosana Boullosa, Ana Paula Antunes Martins, Luiz Fernando Macedo Bessa*
- Gestão transversal e redes de políticas públicas
 - *Doriana Daroit, Fernanda Natasha Bravo Cruz*
- Inovação e mudança na ação pública
 - *Doriana Daroit, Christiana Freitas, Frederico Barbosa*
- Métodos inferenciais aplicados
 - *Elaine Neiva, Ana Paula Vidal Bastos*
- Políticas de emprego, trabalho e renda
 - *Franco de Matos, Frederico Barbosa*
- Políticas de Governança Digital e os desafios à Democracia
 - *Christiana Freitas, Fernanda Natasha Bravo Cruz*
- Tributação no terceiro setor

- José Antonio de França, Eduardo Tadeu Vieira, Clésia Pereira

Atividades dos docentes

Exclusivo para Sucupira. Incluir no formulário, conforme currículo Lattes e DGP/CNPq, apenas os totais (quantitativos) correspondentes à produção (quantidade de artigos, quantidade de livros, quantidade de capítulos de livros, entre outras) e às orientações concluídas de cada docente no decorrer de toda a sua vida acadêmica. Os links de Lattes e espelhos de pesquisadores no diretório de grupos de pesquisa constam no item 'Produção bibliográfica, artística e técnica'

Infraestrutura

O campus Universitário Darcy Ribeiro, na Asa Norte de Brasília, é a unidade central da UnB, ocupando uma área com 3.950.569,07 km², sendo 513.767,16 m² de área construída e 32.138 m² de área de laboratórios. É composto por doze institutos, onze faculdades, 55 departamentos, cerca de 440 laboratórios, 21 centros, sete decanatos, seis órgãos complementares (Biblioteca Central, Centro de Informática, Editora Universidade de Brasília, UnBTV e Hospital Universitário de Brasília) e seis secretarias. Ainda há o Hospital-Escola para Animais de Pequeno Porte. Possui 60 Cursos de Graduação, em março de 2018 haviam 32.774 alunos matriculados no campus.

O Campus Darcy Ribeiro conta com acesso à rede wireless para conexão à Internet e acesso aos sistemas de matrícula, biblioteca, e outros sistemas administrativos e acadêmicos que compõem as atividades acadêmicas da Universidade. Boa parte destes sistemas, como biblioteca, podem ser acessados de computadores externos à rede da UnB. A Universidade conta com um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) possibilitando a integração entre os encontros presenciais e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs). Neste ambiente os estudantes podem se comunicar diretamente com seu professor e seus colegas de classe, ter acesso a textos, planos de ensino, bem como realizar atividades pedagógicas, como produção de textos via ferramenta wiki, dentre outros recursos disponíveis nesta modalidade pedagógica (Plataforma aprender usando o Moodle: www.aprender.unb.br). O Centro de Informática (CPD) centraliza o processamento eletrônico de informações acadêmico-administrativas, apoia as atividades de pesquisa desenvolvidas na UnB e proporciona orientação a professores e alunos na utilização de recursos de informática. O CPD é responsável pela liberação do acesso aos estudantes e professores ao e-mail institucional para que possam acompanhar as informações e atividades cotidianas da comunidade acadêmica, dentre outras atividades. O Centro de Processamento de Dados da UnB (CPD) tem ainda à disposição da comunidade universitária servidores IBM Netfinity que servem aos sistemas acadêmicos e aos sistemas administrativos. Há também no CPD um sistema distribuído com conexão em fibra ótica do tipo ATM de 155 a 655 Mbps, denominado REDUnB. O CPD gerencia esta rede por meio de roteador Internet e conecta-se a infoway de 2Mbps da Rede Nacional de Pesquisa e mais 6Mbps adicionais conectados diretamente ao backbone da EMBRATEL.

O prédio da FACE atende à legislação sobre acessibilidade, com rampas que possibilitam acesso às suas instalações, contemplando demandas de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Também possui sinalização de piso para deficiente visual. Inaugurado em 15 de outubro de 2012, o prédio da Faculdade possui uma área construída de 8.000 m², com 8 salas de aula; cento e trinta e cinco salas para professores; 4 salas para grupos de pesquisas; sala de estudos para pós-graduandos, com nichos para estudos individuais; e 4 laboratórios de informática, com trinta computadores com acesso à internet em cada laboratório.

Todos os docentes da FACE possuem salas próprias, sendo a grande maioria individuais. Para a convivência docente, geralmente é utilizada alguma sala de reunião da Face. No mesmo prédio estão localizados dois laboratórios especializados, de uso coletivo para os estudantes de todos os cursos da Faculdade. Há salas de aula disponíveis para a pós-graduação no prédio da FACE, bem nos dois pavilhões ao lado, o Anísio Teixeira e o João Calmon e todas são equipadas com aparelhos para fins didáticos e visuais, com acesso à internet e acomodação para a quantidade de estudantes prevista em cada disciplina. A FACE tem uma política de espaço aberto. Na Faculdade, os cursos de graduação e pós-graduação da FACE contam com ampla secretaria de pós-graduação, onde também poderá ser sediada a Secretaria do PPGIPP.

Laboratórios para pesquisa

Grupo de Pesquisa em Instrumentos e Tecnologias de Gestão (GEPIN)

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1267213890058475

Linhas de pesquisa: Ação Pública e Inovação; Governança Pública e Terceiro Setor

Instauração: 2011

Líderes: Magda de Lima Lúcio, Doriana Daroit.

Demais pesquisadores desta proposta: Christiana Freitas, Fernanda Cruz, Luiz Fernando Bessa

Pesquisadores:

09 Doutores; 03 Mestres; 02 Graduandos; 01 Mestrando; 01 Doutorando.

Grupo de Pesquisa Estado, Regulação, Internet e Sociedade (GERIS)

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4379831620276835

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2015

Líder: Christiana Soares de Freitas

Demais pesquisadores desta proposta: Fernanda Cruz, Magda Lúcio

Pesquisadores:

10 Doutores; 01 Mestre; 03 Graduandos; 04 Mestrandos; 01 Doutorando.

Grupo de Estudos e Pesquisas em Governos Locais (GEPGL)

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9355812476903491

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Instauração: 2017

Líder: Diana Vaz de Lima

Pesquisadores: 05 Doutores; 01 Mestre; 04 Graduandos.

Grupo Inovare de Estudos sobre Mudança nas Organizações e Redes Sociais

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8243091217868933

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2017

Líder: Elaine Rabelo Neiva

Demais pesquisadores desta proposta: Doriana Daroit

Pesquisadores:

09 Doutores; 06 Mestre; 02 Mestrandos; 03 Doutorandos; 02 Graduandos.

Laboratório de Gestão de Políticas Penais - LabGEPEN

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3398611284425323

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2017

Líderes: Magda de Lima Lúcio, Franco de Matos.

Demais pesquisadores desta proposta: Fernanda Cruz, Valdirene Daufemback.

Pesquisadores:

Doutores: 34; Mestres: 22; Graduandos: 06; Mestrando:01.

Laboratório de Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático - LAP2D

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5987974460368305

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2019

Líderes: Doriana Daroit, Fernanda Cruz

Pesquisadores:

Doutores: 5; Doutorandos: 2; Graduandos: 2; Mestrando:01.

Previdência Social no Brasil: equilíbrios e perspectivas

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3398611284425323

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Instauração: 2010

Vice-líder: Diana Vaz de Lima

Pesquisadores: 07 Doutores; 03 graduandos.

Lei e Sociedade

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9654466381989163

Linha de pesquisa: Ação pública e inovação

Instauração: 2002

Líder: Frederico Augusto Barbosa de Souza

Pesquisadores: 06 Doutores; 03 mestres; 01 graduado; 01 graduando.

Gestão e Políticas do Trabalho - GEPOLT

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8700382025420223

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2018

Líderes: Magda de Lima Lúcio, Franco de Matos

Demais pesquisadores desta proposta: Ana Paula Martins

Pesquisadores: 05 doutores; 04 mestres; 05 graduandos; 01 mestrando; 01 técnico.

Processos de Inovação e Aprendizagem em Políticas Públicas e Gestão Social

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7438584994523304

Linhas de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2011

Líder: Rosana de Freitas Boullosa

Demais pesquisadores desta proposta: Ana Paula Martins, Luiz Fernando Bessa

Pesquisadores: 08 doutores, 03 graduandos, 01 doutorando.

Public Intelligence Laboratory - PILab

dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2105163689177710

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Instauração: 2017

Líderes: José Marilson Martins Dantas, Magda de Lima Lúcio

Pesquisadores: 04 doutores, 01 mestre, 01 especialista, 03 graduados.

Laboratório de pesquisa no terceiro setor - LPETS

dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9355812476903491

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Instauração: 2017

Líder: Clésia Camilo Pereira

Demais pesquisadores desta proposta: José Antônio de França; Eduardo Tadeu Vieira.

Pesquisadores: 05 doutores, 01 técnico, 02 graduandos.

Caracterização do acervo da biblioteca

A Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB) possui área de 16.200 m². Permanece aberta 24 horas durante os dias úteis e com plantão durante sábados, domingos e feriados (8h às 17:45h). A Biblioteca Central da UnB disponibiliza acesso a bases de dados nacionais e internacionais, que abrangem as diversas áreas do conhecimento. Conta com acervo constituído por aproximadamente 1,5 milhão de exemplares entre livros, periódicos, teses, dissertações, outros documentos e coleções especiais. A BCE oferece uma série de serviços: 1. Elaboração de fichas catalográficas para teses e dissertações 2. Comutação Bibliográfica – COMUT; 3. Laboratórios de acesso digital; 4. Auditório, Sala de Treinamento e Sala de Aula; 5. Cabines de Áudio e Vídeo; 6. Visitas Orientadas; 7. Treinamento em Bases de Dados; 8. Empréstimo de Normas Bibliográficas. Em relação ao acesso ao acervo digital a BCE possui as seguintes bibliotecas virtuais: Biblioteca Digital de Monografias de Graduação e Especialização (BDM); b. Biblioteca Digital e Sonora (BDS), com o objetivo de atender a demanda de

deficientes visuais; c. Repositório Institucional, para a gestão e disseminação da produção científica e acadêmica da UnB; d. Diretório de Periódicos, que reúne em um único site os periódicos acadêmicos da Universidade que se adequem a critérios preestabelecidos, por meio do software Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). O acesso a essas bases de dados é vinculado à REDUnB, entretanto aos alunos, professores e servidores da UnB é permitido o acesso remoto. O acesso para a comunidade em geral é livre no espaço físico da Biblioteca, através de rede sem fio. Todo o acervo encontra-se ordenado por assunto de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU).

A BCE também proporciona aos estudantes e pesquisadores acesso a importantes bases de dados. A BCE/UnB tem acesso direto ao Portal da Capes, que oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 12 mil revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e mais de 120 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. O uso do Portal é livre e gratuito para os usuários da UnB. O acesso é realizado a partir de qualquer computador ligado à Internet localizado dentro da UnB ou por pessoas que possuam autorização (carteira de estudante atualizada) para acessá-lo de fora (alunos de pós-graduação, professores e funcionários). Além do Portal Capes, a BCE também conta com outras bases de dados de acesso restrito: Academic Search Ultimate, Jstor, SciVal/Elsevier e Proquest, e suas reconhecidamente amplas bases de dados; a Biblioteca Virtual Universitária da Pearson, a Early European Books (EEB), a Early English Books Online (EEBO), a Ebook Central (antiga Ebrary), a base eBook Academic Collection (EBSCO), a Minha Biblioteca, e a Oxford Scholarship Online, com grandes acervos de livros digitais; a Hein Online, para pesquisas interdisciplinares com a área do direito; o Portal Saúde Baseada em Evidências, do Ministério da Saúde, Capes e Organização Pan Americana da Saúde, para pesquisas interdisciplinares com a área da saúde; e a Target GEDWeb e seu Sistema de Gestão de Normas e Documentos Regulatórios, importante às pesquisas do campo da gestão estratégica e inovação pública, que permite acesso à regulamentação técnica (normas, regulamentos, portarias, resoluções, conformidades) como: normas ABNT NBR/NM; normas internacionais e estrangeiras; diários oficiais da união, regulamentos técnicos/portarias do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), Normas Regulamentadoras da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia (antigo MTE), resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), procedimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), resoluções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Biblioteca ligada à rede mundial de computadores?

Sim

Financiamentos

O curso de especialização em andamento contam com retorno bastante satisfatório dos alunos e dos gestores da área de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Saúde. Já há

interesse tanto do Ministério da Saúde como do Ministério da Educação em contratar turmas de mestrado profissional com o perfil desta proposta.

Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde / aprimoramento da articulação e cooperação interfederativa para análise, estudos e apoio ao planejamento, regionalização e articulação entre os entes federados frente à gestão do SUS

- Coordenadora: Profa. Magda de Lima Lucio.
- Termo de Execução Descentralizada - 52/2017 - Valor R\$ 1.562.000,00. Parceria entre pesquisadores da FACE/UnB e Ministério da Saúde/ Departamento de Articulação Interfederativa. Foram previstos auxílios a pesquisadores e discentes, de acordo com as normas internas da Universidade de Brasília, previstas na Resolução do Conselho de Administração Nº 0003/2018. Há previsão de diárias e passagens para realização dos objetivos propostos. Descrição no item projetos de pesquisa.

Governança nas Instituições de Educação Superior

- Coordenadora: Magda de Lima Lucio
- Termo de Execução Descentralizada sendo finalizado - Valor Previsto - R\$ 750.000,00 - Parceria entre pesquisadores da FACE/UnB e Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior/ SESU/Departamento de Desenvolvimento das Instituições Federais de Educação Superior/DIFES. Foram previstos auxílios a pesquisadores e discentes, de acordo com as normas internas da Universidade de Brasília, previstas na Resolução do Conselho de Administração Nº 0003/2018. Há previsão de auxílio financeiro para suporte técnico-administrativo, de diárias e passagens para realização dos objetivos propostos. Descrição no item projetos de pesquisa.

Curso de Especialização em Orçamento e Políticas Públicas

- Coordenador: José Marilson Martins Dantas
- Termo de Execução Descentralizada 101/2018 - Valor R\$ 549.707,85 - Parceria entre docentes da FACE/UnB e Ministério da Saúde/Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas/CODEP. A concepção deste curso apoia a proposição desta APCN e tendo no centro a disciplina Metodologia executada como um Laboratório de Imersão. Há uma articulação vigorosa entre a atuação prática dos gestores e a concepção teórico-metodológica do curso de especialização. Os profissionais envolvidos são remunerados por hora/aula; há previsão de duas bolsas de pesquisa, diárias e passagens como suporte às atividades do curso.

Escola Livre em Gestão Social: formação tecnológica para processos de políticas públicas

- Coordenadora: Rosana de Freitas Boullosa
- Chamada MCTIC/CNPq No 28/2018 - Edital Universal 2018
Valor Global: R\$ 15.500,00
Bolsas: Apoio Técnico a Pesquisa - AT 1A; Modalidade: Extensão no País - EXP Nível: C
- Edital Demanda Espontânea da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal 2018

Instituição de Vínculo: Universidade de Brasília/UnB-DF

Ano: 2019-2021

Valor Global: R\$ 113.146,00

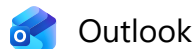
Descrição no item projetos de pesquisa.

Cadeias de Tradução na Coprodução de Políticas Públicas: a Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal

- Coordenadora: Doriana Daroit. Participam: Fernanda Cruz e Luiz Fernando Macedo Bessa.
- O projeto de pesquisa obteve aprovação no Edital 03/2018 - FAPDF (Faixa B - de R\$35.000,00 a R\$70.000,00) e aguarda assinatura do Termo de Outorga e Aceitação (TOA). Descrição apresentada no projeto de pesquisa “Tecnologias e instrumentos de ação pública transversal: análise e proposição de instrumentos de gestão inovadores”

Desenvolvimento de Tecnologia Social para a Elaboração de Modelo de Cooperativas de Prestação de Serviços Autônomos - Aplicação de Piloto na Cidade Estrutural

- Coordenador: Franco de Matos; Participa: Ana Paula Antunes Martins
- O projeto, em desenvolvimento, é financiado pelo CNPq no período de 02/2019 a 01/2020, por meio do Edital n. 36/2018, no valor de 100 mil reais. Descrição no item projetos de pesquisa.



Outlook

Proposta DNIT - MBA em Gestão Pública

De Ivan Lima <ivanl1@insper.edu.br>**Data** Ter, 09/12/2025 10:29**Para** Gleydson Herbete Deyvid de Souza <gleydson.souza@dnit.gov.br>**Cc** Rina Xavier Pereira <RinaXP@insper.edu.br>; Ed de Almeida Carlos <edac@insper.edu.br>; Contratos EE <contratosee@insper.edu.br> 1 anexo (2 MB)

MBA Executivo - DNIT.pdf;

Atenção: Este é um e-mail externo e pode ser malicioso. Tome cuidado ao clicar em links ou abrir anexos.

Bom dia Gleydson

Conforme solicitado, envio para a sua análise e avaliação proposta visando o desenvolvimento do MBA em Gestão Pública para o DNIT.

Permaneço a disposição para qualquer dúvida/esclarecimento

Se desejar podemos agendar um momento para que eu possa apresentar a proposta.

Pela atenção, obrigado



Ivan Lima

Consultor de relacionamento de Educação Executiva

 ivanl1@insper.edu.br Rua Quatá, 300 - Prédio Claudio Haddad
Vila Olímpia - São Paulo/SP ouvidoria@insper.edu.br



Esta é uma proposta do Insper:

Vamos juntos
criar uma agenda
de mudanças?

INSPER

*instituição sem fins
lucrativos, dedicada ao
ensino e à pesquisa.*

Há 35 anos contribuímos com a
formação de profissionais
e líderes inovadores, capazes de
transformar os negócios e
repensar sua atuação.

Transformação por meio da experiência de aprendizagem



GRADUAÇÃO

+2.925 alunos

[Quero saber
mais](#)



PÓS GRADUAÇÃO

+3.428 alunos

[Quero saber
mais](#)



EDUCAÇÃO
EXECUTIVA

+5.211 alunos

[Quero um caminho
feito para mim](#)



EDUCAÇÃO EXECUTIVA

Caminho de aprendizado de uma vida inteira.
Do trainee ao C-Level.

Para cada etapa de vida e
carreira, uma solução
personalizada.



“Aqui na Fundação Lemann acreditamos na transformação que lideranças preparadas, engajadas e representativas podem promover. O Insper tem sido um parceiro importante nesta missão - tanto pela produção de conhecimento no tema de lideranças no setor público, quanto pela oferta de cursos de curta duração em gestão e políticas públicas a pessoas ocupando o alto escalão do executivo de diversos governos. Além de conhecerem profundamente os temas discutidos, o time do Insper é sempre muito proativo e flexível para atender às necessidades e se adaptar às demandas do território, promovendo formações aplicáveis e participativas”.

Nathalia Bustamante - líder da área de Relacionamento com Universidades da Fundação Lemann.

Programas customizados

Desafios específicos pedem soluções específicas

Aqui, sua empresa é a protagonista: nossa equipe está pronta para analisar o contexto atual da sua organização e desenhar, junto com você, o programa ideal para atender as demandas identificadas.



Centralidade na empresa

Entendimento completo do contexto e dos desafios.
Análise da cultura, da condução dos negócios, do emprego do capital humano e das lideranças.



Foco na “dor” da empresa

Desenho da experiência com curadoria de conteúdo em diversas áreas de conhecimento:
estratégia, finanças, operações e logística, marketing e inovação, gestão de pessoas, liderança, negociação, sustentabilidade, gestão de projetos, direito, políticas públicas e relações governamentais.



Aplicabilidade de conteúdo

Dinâmica de aprendizagem que coloca o executivo como protagonista.
Resolução de desafios de problemas baseados na realidade da empresa.



Mensuração de Resultados

Avaliação conjunta sobre a eficácia do programa para os executivos e a empresa.

Índice histórico de recomendação:

80%

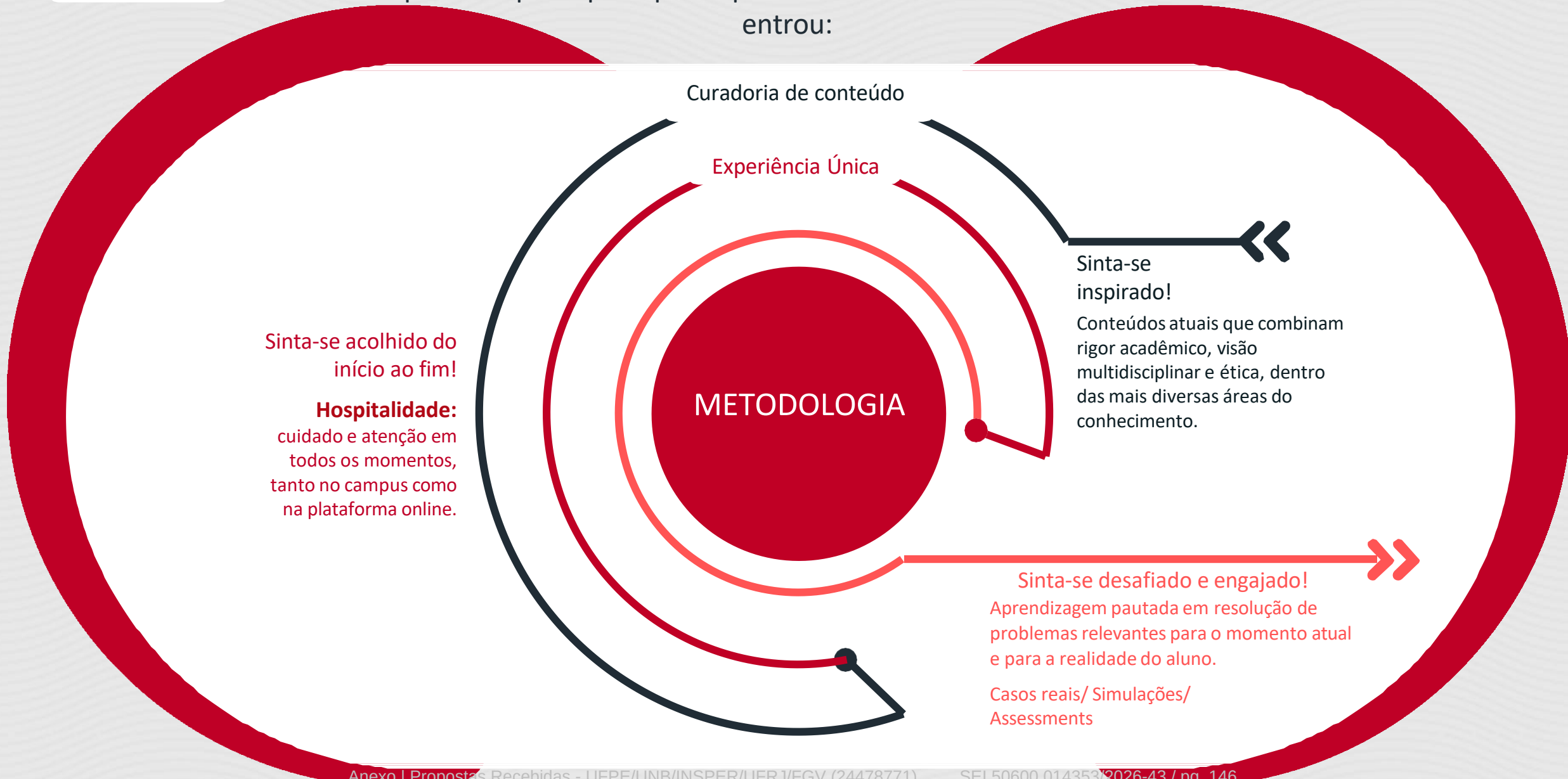


“Nesta semana iniciei o Programa Integrado dos Negócios [...] Animado, nervoso, empolgado, ansioso e encantado. Todos esses sentimentos e emoções se misturam nesse momento, o que é ótimo, um baita combustível pra seguir adiante na jornada do auto desenvolvimento e na escola da aprendizagem da vida pessoal e profissional!”

Vitor Osti Marinho
de Moura

Programas de curta, média e longa duração

Todas as experiências Insper seguem um Design Proprietário, pensado para que o participante saia diferente da forma como entrou:



Experiências de Aprendizagem



Todos os nossos professores aplicam a formação em sala de aula dentro da **Metodologia de Aprendizagem Centrada no Aluno**: é a partir do conhecimento do aluno que se constrói a Formação, solidificando cada etapa do conhecimento, para que o aprendizado seja internalizado e praticado em sua atuação diária.

Pré works e pós works para **estimular e consolidar ideias**

Dinâmicas que **ampliam a capacidade analítica**

Artigos, casos e vídeos para **estimular reflexões**

Live cases com **executivos do mercado e benchmarks**

Exercícios que desenvolvem **pensamento crítico**

Visitas técnicas **em empresas do mercado para troca de experiências**

Discussões para construir **repertório e novas agendas dos executivos**

Exercícios para **aprofundar o autoconhecimento**

Projetos aplicados para **planejamento e plano de ação**

Educação executiva

Um caminho feito para você

Insper e DNIT

MBA em Gestão Pública

A parceria entre o Insper e o DNIT une a excelência acadêmica a uma das instituições mais estratégicas para o desenvolvimento da infraestrutura nacional. Essa colaboração fortalece a modernização da gestão pública, promovendo uma formação alinhada aos desafios reais do setor, como eficiência operacional, transparência, gestão de riscos e tomada de decisão baseada em dados.

O **MBA em Gestão Pública** foi estruturado para capacitar gestores e servidores do DNIT em competências essenciais para atuar em ambientes complexos, com foco em gestão de projetos e riscos, análise de dados aplicada, governança institucional e inovação. O programa integra teoria e prática, utilizando casos reais da infraestrutura federal e ferramentas modernas de gestão.

Com abordagem aplicada e orientada a resultados, o MBA prepara líderes para atuar de forma estratégica, ética e eficiente, contribuindo para a qualidade das entregas, o fortalecimento institucional e o aprimoramento contínuo dos serviços prestados à sociedade.

Público-Alvo



Até 30 profissionais indicados pelo DNIT

Principal objetivo



Promover o desenvolvimento de uma liderança integral e adaptativa no DNIT, capaz de inspirar equipes a integrar práticas de gestão estratégica e inovação, fortalecer a cultura de colaboração orientada a resultados e atuar com visão sistêmica diante dos desafios da infraestrutura nacional, da complexidade operacional e da necessidade crescente de entregar políticas públicas eficazes, transparentes e sustentáveis.



Experiência Insper

Neste programa, os participantes exploram temas centrais para o fortalecimento de uma liderança orientada à inovação e à gestão estratégica no DNIT, como o planejamento e a execução de projetos de infraestrutura, a interpretação crítica de indicadores de desempenho, a análise de riscos e oportunidades, e o papel da liderança na governança, na integridade e na promoção de soluções eficientes e sustentáveis.

A metodologia educacional estimula a aprendizagem ativa por meio de estudos de caso reais, análise crítica de cenários, dinâmicas práticas e trocas entre pares. O programa valoriza o desenvolvimento integral do profissional, fortalecendo competências técnicas, estratégicas e comportamentais em um ambiente que reflete os desafios contemporâneos da administração pública federal, da infraestrutura nacional e da gestão orientada a resultados.



Habilidades trabalhadas

- Gestão de projetos e riscos
- Análise de dados e tomada de decisão
- Governança e integridade
- Visão sistêmica e estratégica
- Liderança adaptativa
- Comunicação e colaboração



Modalidade

O **programa** será realizado em formato ONLINE, com a **carga horária total de 520hs**

Temas Sugeridos

*Depende de validação entre Insper e DNIT

Módulo	Título	Carga Horária
1	Fundamentos da Gestão Pública Moderna	40h
2	Gestão de Projetos e Riscos em Ambientes Complexos	100h
3	Análise de Dados, Inteligência e Tomada de Decisão	140h
4	Governança, Compliance e Controle Institucional	100h
5	Liderança, Gestão de Pessoas e Comunicação Executiva	40h
6	Inovação, Transformação Digital e Governo do Futuro	40h
7	Seminários Temáticos Integrados	20h
8	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	40h
TOTAL	—	520h

Temas Sugeridos

*Depende de validação entre Insper e DNIT

Fundamentos da Gestão Pública Moderna

- Estruturas e modelos da Administração Pública brasileira
- Funções de Estado, órgãos reguladores e políticas públicas
- Ciclo de políticas públicas e integração interinstitucional
- Ética, integridade, interesse público e cidadania
- Transparência, controle social e accountability

Gestão de Projetos e Riscos em Ambientes Complexos

- Fundamentos de Gestão de Projetos (PMBOK, metodologias híbridas e ágeis).
- Planejamento avançado: escopo, WBS, cronogramas, custos, entregas e marcos.
- Monitoramento e controle orientado a evidências.
- **Gestão de riscos:**
 - a) Identificação, análise qualitativa e quantitativa.
 - b) Riscos em infraestrutura e obras públicas.
 - c) Projetos de alta complexidade e alta sensibilidade.
- Gestão de contratos, fiscalização e compliance em obras.
- Escritórios de Projetos (PMO) no setor público.
- Prática: elaboração de Plano de Projeto completo.

Temas Sugeridos

*Depende de validação entre Insper e DNIT

Análise de Dados, Inteligência e Tomada de Decisão

- Introdução à Estatística Aplicada à Administração Pública.
- Coleta, tratamento e integração de dados governamentais.
- Excel avançado e Power Query.
- Power BI avançado para painéis estratégicos.
- Data Visualization e storytelling com dados.
- Inteligência Artificial e aprendizagem de máquina aplicada ao setor público.
- Big Data e gestão de bases massivas.
- Indicadores de desempenho e métricas institucionais.
- Segurança da informação, LGPD e governança de dados.
- Prática Integrada: elaboração de dashboard gerencial com simulações e insights.

Governança, Compliance e Controle Institucional

- Estruturas e modelos de governança no setor público.
- Governança de riscos, integridade e compliance.
- Auditoria interna, controles e prestação de contas.
- Relação com órgãos de fiscalização e regulação.
- Planejamento estratégico e Balanced Scorecard.
- Gestão orçamentária, eficiência e responsabilidade fiscal.
- Governança e accountability em obras e contratos.
- ESG e sustentabilidade aplicada ao serviço público.

Temas Sugeridos

*Depende de validação entre Insper e DNIT

Liderança, Gestão de Pessoas e Comunicação Executiva

- Liderança pública em ambientes complexos
- Gestão de equipes e redes colaborativas
- Comunicação estratégica, negociação e influência
- Gestão de conflitos e tomada de decisão em pressão
- Desenvolvimento de talentos e sucessão no setor público

Inovação, Transformação Digital e Governo do Futuro

- Governo Digital (Decreto 10.332/2020) e transformação organizacional
- Experiência do cidadão e design de serviços públicos
- Integração de sistemas, interoperabilidade e automação
- Inteligência Artificial no serviço público
- Segurança cibernética e proteção de infraestrutura crítica

Temas Sugeridos

*Depende de validação entre Insper e DNIT

Seminários Temáticos Integrados

- Encontros aprofundados com especialistas sobre temas emergentes:
- Infraestrutura e Obras Públicas
- Regulação e Fiscalização
- Análise de riscos críticos
- Estudos de caso reais do DNIT e outros órgãos
- Tendências em governança e dados para o setor público

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

- Projeto aplicado que gere **impacto real**, com temas como:
- Redução de desperdícios em projetos de infraestrutura
- Implementação de governança de dados
- Modelos preditivos para tomada de decisão
- Fortalecimento de controles internos
- Estruturação de PMO institucional
- Propostas de inovação para serviços públicos



Insper e DNIT

MBA em Gestão Pública

INVESTIMENTO

R\$ 2.216.500,00 (dois milhões e duzentos e dezesseis mil e quinhentos reais)

- Programa customizado à ser realizado em formato ONLINE
- A carga horária do programa será de **520 horas**;
- Programa destinado a **01 turma** composta por até **30 participantes**.



A presente proposta contempla:

- Customização completa do conteúdo
- Corpo docente Insper com experiência executiva
- Coordenação acadêmica dedicada
- Assistente da Experiência Insper dedicado
- *Kit Aluno Insper*
- Certificado Digital Insper (*DiplomaSafe*)

***Impostos incidentes sobre o faturamento**

Termos de Parceria

Revisão das condições comerciais:

O Insper reserva-se o direito de ajustar conteúdos e cargas-horárias inicialmente propostos, caso a empresa apresente novas exigências durante o refinamento do programa em questão. Tais ajustes poderão modificar o valor da presente proposta.

Validade da proposta comercial:

Esta proposta comercial tem validade de 30 dias a partir da data de envio.

Confidencialidade de informações:

O conteúdo de qualquer proposta elaborada pelo Insper Instituto de Ensino e Pesquisa é estritamente confidencial e de propriedade intelectual da instituição. Da mesma forma, quaisquer informações fornecidas pela empresa contratante serão tratadas com total confidencialidade pelo Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

Contratação do Programa:

A área de Educação Executiva do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa assina contratos de colaboração educacional somente com pessoas jurídicas.

Ausência de assinatura de contrato:

Após a assinatura da presente proposta e havendo a desistência do programa será cobrado 10% do valor da presente, que deverá ser pago no prazo de 05 dias contados do recebimento da comunicação de cancelamento.

Início do Programa:

O Programa contratado somente terá início após o aceite formal da proposta, com um prazo mínimo de 06 (seis) semanas, para permitir o cumprimento dos processos internos da instituição e o planejamento operacional do Programa.

Condições de pagamento:

O valor do investimento poderá ser pago em parcelas, divididas entre as datas de início e conclusão do Programa contratado.

Compromisso de Não-Contratação Direta e Individual do Corpo Docente: Durante a vigência do programa, e por um período de 2 (dois) anos a partir do término do mesmo, as partes não poderão: (1) proceder a qualquer tipo de concorrência entre si; (2) solicitar ou encorajar nenhum membro do corpo docente ou da equipe de colaboradores do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa (independentemente do fato destes indivíduos terem atuado diretamente no referente programa) a prestar serviços similares de forma independente, como pessoa física ou como pessoa jurídica, sem a autorização prévia e escrita do Insper.



Quer conversar melhor sobre a esta proposta?

Ivan Lima
ivanl1@insper.edu.br

(11)97532-9303



Entre as 50 melhores
escolas do mundo
no Ranking de Educação Executiva do
Financial Times

PROPOSTA DNIT

MBA EM GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FACC/UFRJ



Formulário de Criação de Curso

Processo Nº: 208570/2026-85

Identificação do Curso

Centro e Unidade:

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

Denominação do Curso:

MBA em Governança no Setor Público

Categoria: Especialização

Gratuito: Não

Área de Conhecimento:

Ciências Sociais Aplicadas - Administração

Instituição:

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Coordenação e Secretaria do Curso

Endereço:

Avenida Pasteur - Botafogo - Rio de Janeiro - CEP: 22290-240

Telefone: 3938-0283

Fax: 3938-0283

E-mail: egribeiro@facc.ufrj.br

Home: www.facc.ufrj.br

Coordenadores:

Nome: Eliane Ribeiro Pereira

Tipo: Coordenador

Titulação Acadêmica: Doutorado

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

E-mail:

egribeiro@facc.ufrj.br

CPF: [REDACTED] **Nome:** Claudio Marcos Maciel da Silva Arêas

Tipo: Vice-coordenador

Titulação Acadêmica: Doutorado

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

E-mail:

claudiomaciel@facc.ufrj.br

Nome: Antonio José Barbosa de Oliveira

Tipo: Gerente Acadêmico

Titulação Acadêmica: Doutorado

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

E-mail: antoniojose@facc.ufrj.br

Objetivos e Necessidades

Histórico da Unidade Acadêmica:

A UFRJ é a primeira instituição oficial de ensino superior do país, com atividade desde 1792 (Escola Politécnica, a sétima escola de Engenharia do mundo e a mais antiga das Américas) e organizada como universidade em 1920.

Os cursos na área de gestão e economia tiveram sua formalização no estatuto da então Universidade do Brasil (UB), aprovado pelo Decreto 21.321, de 18 de julho de 1946, onde ficou estabelecido que os objetivos da instituição abrangeriam a educação, o ensino e a pesquisa. A partir da década de 1950, o movimento de institucionalização da pesquisa na UB toma efetivamente "corpo", amplia o foco para todas as áreas do conhecimento e ganha suporte financeiro, tanto nacional, quanto estrangeiro. Os principais financiadores foram a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as fundações Rockefeller e Kellog.

A década de 1960 é marcada, no cenário educacional brasileiro, pelo parecer 977, de 1965, do Conselho Federal de Educação. Newton Lins Buarque Sucupira, seu relator e presidente do Conselho Federal de Educação, demonstrava a necessidade de conceituar a pós-graduação no Brasil, reforçando um dos principais aspectos da missão das universidades, a saber, as atividades de pesquisas científicas e tecnológicas. Afirmava também, como outra missão a ser considerada, a latente necessidade de se treinar, não só novos pesquisadores, como formar especialistas altamente qualificados. A fundamentação da pesquisa, na UFRJ, teve sua origem no empenho, dedicação e percepção de professores que foram os precursores da investigação, inseridos nas diversas áreas de conhecimento existentes à época, cujo perfil predominante era o de romper paradigmas, de renovar e quebrar as estruturas já conhecidas, com a visão nova de transcender o papel que historicamente se costumava realizar na Universidade.

Em 2024, a UFRJ coloca à disposição da sociedade 132 (cento e trinta e dois) programas de pós-graduação Stricto Sensu e disponibiliza mais de 200 (duzentos) cursos de pós-graduação Lato Sensu.

Na UFRJ, a pós-graduação Lato Sensu surgiu na década de 1950, no Instituto de Microbiologia e na Faculdade de Medicina, com cursos de aperfeiçoamento, e na Escola de Engenharia, com cursos de especialização. Por ano, são mais de 15.700 estudantes de pós-graduação (especialização, residência médica, mestrado e doutorado), aproximadamente.

A UFRJ formou uma sucessão de ex-alunos notáveis, como o indicado ao Prêmio Nobel da Paz Osvaldo Aranha; os escritores Jorge Amado, Vinícius de Moraes e Clarice Lispector; o arquiteto Oscar Niemeyer; os médicos Oswaldo Cruz e Carlos Chagas; o historiador Sérgio Buarque de Holanda; a jornalista Fátima Bernardes; e o matemático Artur Ávila, primeiro latino-americano a receber a Medalha Fields, prêmio oferecido a matemáticos com até 40 anos e considerado equivalente ao Prêmio Nobel.

A UFRJ hoje é uma das universidades mais conceituadas no Brasil e no mundo de acordo com os recentes rankings divulgados em 2024.

- **4ª edição do QS World University Ranking – 5º da América Latina e 1º no Brasil**
- **Times Higher Education - 3º da América Latina e 3º no Brasil**
- **Conceito 5 no IGC do INEP**

A criação da FACC na UFRJ

A Faculdade de Administração e Ciências Contábeis tem seu nascedouro em 1946, quando a antiga Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ) - uma instituição privada de ensino superior - foi também incorporada à universidade, passando a denominar-se Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (FNCE). Na década de 50 a pesquisa foi institucionalizada na universidade como consequência de uma política nacional que criou nesse período, por exemplo, o CNPq e a CAPES.

Nesse contexto foram criadas agências financiadoras nacionais e internacionais, institutos de pesquisa e também a docência em tempo integral. Em 1965 a universidade mudou de nome, passando a se chamar: Universidade Federal do Rio de Janeiro. No mesmo ano a FNCE passou a se chamar Faculdade de Economia e Administração (FEA), que era responsável apenas pela graduação. Em 1979 criou-se o Instituto de Economia Industrial (IEI) da UFRJ objetivando exclusivamente a pós-graduação nessa área. Nas décadas seguintes o IEI cresceu consideravelmente, a quantidade de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado aumentaram significativamente.

Em 1996, houve uma fusão entre a FEA e o IEI. A partir de então o ensino de graduação e pós-graduação de economia ficaram unidos no Instituto de Economia (IE). Enquanto os cursos de administração e ciências contábeis, que faziam parte da FEA, permaneceram juntos na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC).

Em 2005 uma nova graduação passou a integrar a FACC, o curso de biblioteconomia e gestão de unidades de informação. Em 2017, a FACC passou a ofertar o curso de graduação de Ciências Contábeis no formato de Ensino à Distância (EAD) com o Consórcio CEDERJ.

As avaliações externas dos cursos de gestão da FACC estão alinhados com o bom desempenho institucional da universidade. A seguir listamos as notas/conceitos de cada um dos cursos nas mais recentes avaliações externas de rankings

Tabela 1 – Notas e conceitos dos cursos de gestão da FACC

	Administração	Ciências Contábeis
ENADE	5	4
CPC	4	4
IDD	4	4
Ranking Folha de SP	4º lugar no Brasil	2º lugar no Brasil
Ranking Estadão	****	****

Fonte: INEP (2022) e Rankings (2024)

Justificativa Para Criação do Curso:

A governança no setor público tem assumido papel central na administração contemporânea, à medida que a sociedade demanda maior transparência, integridade e eficiência. Mais do que estruturas formais de controle, a governança envolve mecanismos de liderança, estratégia, gestão de riscos, accountability e conformidade normativa, caracterizando assim como elementos essenciais para performance no setor público. Nesse contexto, a formação de MBA em governança torna-se altamente relevante para servidores e gestores que buscam desenvolver competências capazes de fortalecer os processos decisórios que possam elevar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

O setor público, em suas diferentes esferas e entes federativos, necessita de profissionais aptos a lidar com desafios crescentes relacionados à regulação, controle, prestação de contas, proteção de dados, integridade, gestão de contratos e avaliação de desempenho. A complexidade do ambiente institucional exige conhecimentos técnicos e gerenciais que articulem fundamentos da administração pública, órgãos de controle, ética, conformidade legal, métricas de desempenho e gestão de crises. Dessa forma, o MBA em Governança no Setor Público foi concebido para oferecer uma formação abrangente e aplicada, combinando referenciais teóricos e instrumentos práticos voltados às especificidades da gestão pública.

Para atender às demandas contemporâneas da administração pública, o curso estrutura-se em disciplinas que abordam dimensões críticas da governança, como LGPD e direito à informação, fundamentos de governança, ética, controladoria e contabilidade pública, prestação de contas, compras públicas, tomada de decisão, avaliação de desempenho, reputação institucional, políticas públicas e interação com órgãos de controle. Complementarmente, os componentes de seminários e tópicos avançados em governança permitem discutir problemas emergentes, inovações e desafios estratégicos da gestão pública.

Objetivo do Curso:

O objetivo principal do MBA em Governança no Setor Público é capacitar profissionais para atuar na administração

pública com domínio dos princípios, estruturas e instrumentos de governança, fornecendo conhecimentos e ferramentas necessárias para o fortalecimento dos mecanismos de liderança, estratégia, controle, integridade e accountability.

Concepção do Programa:

A Faculdade de Administração e Ciências Contábeis já oferta 8 cursos de pós graduação lato sensu na área de gestão e de contabilidade: Finanças Empresariais, Liderança e Gestão de Pessoas, Auditoria Tributária, Contabilidade Financeira, Contabilidade para gestão de negócios, Gestão e desenvolvimento empresarial e finanças públicas, Auditoria, Gestão de Marketing, Gestão de Pessoas e Empowerment 5.0, Liderança e Gestão Empresarial, Gestão de Projetos.

A experiência exitosa na oferta destes cursos de pós-graduação lato sensu, através do crescimento do número de alunos fez com que surgissem demandas de novos cursos de pós graduação lato sensu na área de gestão.

A proposta do curso em Governança no Setor Público cumpre este papel de suprir a demanda de organizações públicas em cursos voltados para capacitação de equipes de trabalho nas suas respectivas organizações. Desta forma, este MBA só será ofertado às Instituições Públicas que desejem firmar parcerias com a FACC/UFRJ.

Público-Alvo:

Poderão candidatar-se ao curso os portadores de diploma de nível superior obtido em curso reconhecido pelo Ministério da Educação. Serão também aceitos portadores de declaração de conclusão de nível superior expedida pela respectiva Instituição de Ensino Superior (IES), devendo o aluno apresentar o diploma de graduação à secretaria do curso no prazo de oito meses a contar da data de matrícula, sob pena de cancelamento da matrícula.

Nº de turmas no ano: 2 **Nº de vagas na sede:** 60 **Nº de vagas fora do Campus:** 0

Nº de vagas fora da sede: 0 **Vagas diurnas:** 60 **Vagas noturnas:** 0

Data Início: 01/07/2026 **Data Término:** 15/12/2027 **Periodização:** Semestral

Local de realização do curso

Tipo: Aula **Endereço:** Não se aplica - curso não presencial

Turno: Integral **Início:** 01/07/2026 **Término:** 15/12/2027

Carga Horária: 360

Estrutura e Funcionamento

Inscrição para seleção: 15/05/2026 a 14/06/2026

Pré-requisito:

Entrevistas, Curriculum Vitae

CrITÉrios de Seleção:

Entrevistas, Currículo Vitae

Período: 15/06/2026 a 30/06/2026

Núcleo Comum:

Carga Horária: 360 horas

Disciplinas:

Nome da Disciplina: Fundamentos de Governança no Setor Público

Responsável: Maria Cecília de Carvalho Chaves

Período: 1

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Fundamentos de Governança. Liderança, estratégia e controle. Princípios de governança: capacidade de resposta, confiabilidade, integridade e melhoria regulatória.

Nome da Disciplina: Governança em Gestão de Pessoas

Responsável: Eliane Ribeiro Pereira

Período: 1

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Liderança e gestão de pessoas. Atribuição de competências e habilidades. Alinhamento com a gestão corporativa.

Nome da Disciplina: LGPD e direito à informação

Responsável: Sérgio de Castro Martins

Período: 1

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

O Sistema de Informação Gerencial na Administração Pública brasileira. Principais tecnologias da informação. Fundamento da LGPD. Segurança de informações x Transparência Pública.

Nome da Disciplina: Ética no Setor Público

Responsável: Antonio Jose Barbosa de Oliveira

Período: 1

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Nome da Disciplina: Governança e responsabilidade sócio ambiental

Responsável: Antonio Jose Barbosa de Oliveira

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Políticas de Estado alinhadas com o meio ambiente e inserção social. O papel das ODS. Relatórios de responsabilidade sócio ambiental.

Nome da Disciplina: Inteligência Artificial

Responsável: Helios Malebranche Olbrisch Freres Filho

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Papel da IA no ambiente corporativo, principais ferramentas operacionais. Uso das IAs em equipes de trabalho

Nome da Disciplina: Fundamentos da Administração Pública

Responsável: Claudio Marcos Maciel da Silva Arêas

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

O papel do Estado Brasileiro. Organização federativa brasileira e Pacto federativo. Administração Patrimonialista, burocrática e gerencial. New Public Management e os desafios do atendimento das demandas e das políticas públicas.

Nome da Disciplina: Tópicos de Governança no Setor Público I

Responsável: Eliane Ribeiro Pereira

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Tópicos envolvendo estudos casos de governança e transformação digital

Nome da Disciplina: Gerenciamento de crises

Responsável: Claudio Marcos Maciel da Silva Arêas

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Reputação organizacional. Risco reputacional. Prevenção e gestão de crises de imagem. Comunicação em situações de crise. Mídia, redes sociais e ambiente digital. Governança, ética e transparência. Estudos de casos.

Nome da Disciplina: Tópicos de Governança no Setor Público II

Responsável: Helios Malebranche Olbrisch Freres Filho

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Tópicos envolvendo estudos casos de riscos de governança na Administração Pública

Nome da Disciplina: Tópicos de Governança no Setor Público III

Responsável: Sérgio de Castro Martins

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Tópicos envolvendo estudos casos sobre cybersegurança

Nome da Disciplina: Controladoria e Contabilidade Pública

Responsável: Marcos Roberto Pinto

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Contabilidade Pública. Principais demonstrativos e articulação com a execução orçamentária. O papel da Controladoria.

Nome da Disciplina: Políticas Públicas e Governança

Responsável: Claudio Marcos Maciel da Silva Arêas

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Conceito de políticas públicas. Definição de agenda política e da sociedade. Principais agentes e grupos de pressão.

Nome da Disciplina: Seminários

Responsável: Antonio Jose Barbosa de Oliveira

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Pesquisa Científica; métodos e técnicas - observação - entrevista estruturada - entrevista não-estruturada - painel; pesquisa bibliográfica; publicações científicas; projeto de pesquisa; relatório de pesquisa; trabalhos científicos; bibliográficas.

Nome da Disciplina: Tomada de decisão com base em dados

Responsável: Joseph David Barroso Vasconcelos de Deus

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Conceitos Básicos. Principais áreas de aplicação. Principais Técnicas. Análise de Resultados para tomada de decisões.

Nome da Disciplina: Compras e prestação de serviços no Setor Público

Responsável: Maria Cecília de Carvalho Chaves

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Compras no Setor Público: a correta especificação de bens e de serviços. Do processo licitatório tradicional até o pregão. A transparência no processo de compras e aquisições. Relatório de prestação de contas

Nome da Disciplina: Métricas de avaliação de desempenho

Responsável: Marcos Roberto Pinto

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Análise de estudos de casos das principais métricas de avaliação de desempenho adotadas na Administração Pública

Nome da Disciplina: Gestão da Inovação

Responsável: Eliane Ribeiro Pereira

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

O papel da Inovação no ambiente organizacional. Etapas para a inovação. Grupos de trabalho em inovação

Metodologia:

As aulas serão ministradas quinzenalmente aos sábados com todas as aulas do curso síncronas pela plataforma de videoconferências, com o suporte do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Além das aulas quinzenais das 8:30h às 17:30h (com intervalos pela manhã e a tarde, além de interrupção para almoço), semanalmente o docente que estiver ministrando a disciplina disponibilizará 2 (Duas) horas de atendimento síncrono aos alunos para o desenvolvimento de trabalhos intermediários e de atividades individuais ou em grupo. Desta forma a carga horária será de 12 horas por quinzena (14 dias).

Fundamentos de Administração Pública - Adoção da Metodologia Peer Instruction. Este método incentiva o estudante a buscar informações sobre conceitos de Administração Pública, em seguida, participar de discussões com os colegas, em sala de aula. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalhos em grupo (em cada encontro) e individual, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Fundamentos de Governança Pública - A proposta nesta disciplina é o uso da Metodologia de Aprendizagem entre pares ou times. Consiste em trabalhos e/ou dinâmicas desenvolvidas em grupo, estimulando o crescimento do domínio intelectual, relações interpessoais, aspectos na governança pública. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalho em grupo, desenvolvido e apresentado para a turma, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Gerenciamento de crises - Adoção da Metodologia Peer Instruction. Este método incentiva o estudante a buscar informações em suas leituras e, em seguida, participar de discussões com os colegas, em sala de aula. A gamificação também pode ser utilizada nesta disciplina. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Ética no Setor Público - A metodologia escolhida é a Aprendizagem Baseada em Problemas (Problem Based Learning). Essa é uma metodologia onde o aluno estuda sozinho sobre uma determinada legislação antes da aula, a partir daí anota todas as suas dúvidas e as interpretações que teve sobre a legislação. A avaliação da disciplina será

realizada por meio de um relatório em grupo a responder uma determinada situação-problema, apresentado pelo professor. Este relatório será acompanhado do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Políticas Públicas e Governança - A proposta é o uso da Aprendizagem baseada em Projetos que estimula a resolução colaborativa e prática de desafios, partindo da elaboração de um problema que desafie o aluno, que deve ofertar, ao final, uma solução para o problema proposto inicialmente. Estimula o potencial criativo, imaginação, pensamento crítico e inovador. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalhos em grupo construídos em cada encontro, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Controladoria e Contabilidade Pública - A proposta nesta disciplina é de Aplicação de Estudo de Casos. A apresentação de casos que envolvam planejamento e execução orçamentária. A possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

LGPD e direito a informação - A metodologia escolhida é a Aprendizagem Baseada em Problemas (Problem Based Learning). Essa é uma metodologia onde o aluno estuda sozinho sobre um determinado assunto antes da aula, a partir daí anota todas as suas dúvidas e as dificuldades que teve. A interdisciplinaridade sugerida nesta disciplina envolve conhecimentos de Comunicação, Tecnologia e Gestão aplicadas a LGPD. A avaliação da disciplina será realizada por meio de um relatório em grupo a responder uma determinada situação-problema, apresentado pelo professor. Este relatório será acompanhado do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Métricas de avaliação e desempenho - Adoção da Metodologia Peer Instruction. Este método incentiva o estudante a buscar informações sobre a criação e operacionalização de métricas e desempenho em suas leituras e, em seguida, participar de discussões com os colegas, em sala de aula. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalho em grupo, desenvolvido e apresentado para a turma, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Inteligência Artificial - A proposta nesta disciplina é de Aplicação de Estudo de Casos. A apresentação de casos que envolvam temas sobre o papel operacional das IAs no ambiente de trabalho. A possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Tópicos de Governança Pública I, II e III - A proposta nesta disciplina é de Aplicação de Estudo de Casos. A possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Governança e responsabilidade sócio ambiental - A proposta de Metodologia nesta disciplina também é de Estudo de Casos. A apresentação de casos que envolvam a responsabilidade sócio ambiental que provoquem os alunos a debaterem sobre diferentes temas quanto a construção de agendas ambientais, termos de ajustamento de conduta, etc. A possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Tomada de decisão com base em dados - A proposta nesta disciplina é de Aplicação de Estudo de Casos. A apresentação de casos que envolvam processo e análise da tomada de decisão. A possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Governança em gestão de pessoas - A proposta nesta disciplina é o uso da Metodologia de Aprendizagem entre pares ou times. Consiste em trabalhos e/ou dinâmicas desenvolvidas em grupo, estimulando o crescimento do domínio intelectual, relações interpessoais, aspectos de gestão e de cultura organizacional. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalho em grupo, desenvolvido e apresentado para a turma, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Compras e prestação de serviços no setor público - A proposta de Metodologia nesta disciplina também é de Estudo de Casos. A apresentação de casos que estimulem o debate sobre diferentes temas quanto a gerenciamento de compras e a possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Gestão da Inovação - A proposta é o uso da Aprendizagem baseada em Projetos que estimula a resolução colaborativa e prática de desafios, partindo da elaboração de um problema que desafie o aluno, que deve ofertar, ao final, uma solução para o problema proposto inicialmente. Estimula o potencial criativo, imaginação, pensamento crítico e inovador. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalhos em grupo construídos em cada encontro, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Seminários - Para as duas disciplinas de Seminários a proposta é o uso da Aprendizagem baseada em Projetos que estimula a resolução colaborativa e prática de desafios, partindo da elaboração de um problema que desafie o aluno, que deve ofertar, ao final, uma solução para o problema proposto inicialmente. Estimula o potencial criativo, imaginação, pensamento crítico e inovador.

Com relação aos egressos, a coordenação de curso acompanhará a trajetória profissional dos seus egressos, bem como identificará as demandas profissionais na área de governança. A coordenação do curso prevê a criação de um espaço virtual exclusivo para os egressos destinado para a divulgação de eventos e de oportunidades profissionais para estes profissionais.

Alinhado com o PDI da UFRJ, a coordenação de curso consolidará ações relacionadas ao perfil do egresso e sua inserção social, com o monitoramento do percurso profissional por meio do projeto Alumni. A coordenação do curso prevê a criação de uma ferramenta de gestão da informação e de apoio para os egressos destinado para a divulgação de eventos e de oportunidades profissionais para estes profissionais

Atividade Complementar:

.

Frequência:

75%

Interdisciplinaridade:

O curso é estruturado por meio de um currículo interdisciplinar que proporcione a integração entre teoria e prática.

Forma de avaliação do desempenho acadêmico dos alunos:

Descritas no campo Metodologia

Tipo de trabalho de conclusão:

Artigo/Publicação, Projeto Final, Trabalho de Conclusão de Curso

Formação de banca examinadora:

Escolhida entre os professores do curso.

Infraestrutura**Recursos Humanos:**

Professores:

Eliane Ribeiro Pereira - Ex-Diretora da FACC/UFRJ. Professora Titular da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2017.

Claudio Marcos Maciel da Silva - Professor Adjunto da FACC/UFRJ com mais de 15 anos de experiência no Ensino à Distância. Atuou como professor-tutor, coordenador de disciplina, conteudista de material didático, membro de Núcleo Docente Estruturante e professor de aulas teletransmitidas em diversas graduações à distância em diferentes IES privadas no Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, Unicarioca e FGV Online. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2019.

Antonio Jose Barbosa de Oliveira - Diretor da FACC/UFRJ. Professor Associado da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2019.

Marcos Roberto Pinto - Diretor da FACC/UFRJ. Professor Associado da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2019.

Maria Cecilia Chaves - Diretora Adjunta da FACC/UFRJ. Professor Associada da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2019.

Joseph David Barroso Vasconcelos de Deus - Professor Adjunto da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2020.

Helios Malebranche Olbrisch Freres Filho - Professor Associado da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como professor de diversos cursos de pós graduação lato sensu com uso da plataforma de aprendizagem.

Sergio de Castro Martins - Professor Adjunto. Tem experiência em plataformas digitais e ensino à distância. Atua nas áreas Inteligência Artificial, Transformação Digital, Tecnologias Cognitivas, Web Semântica e Ontologias, Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, Sistemas de Informações de Alto Desempenho, Gestão da Informação, Gestão de Documentos (GED/ECM) e Arquitetura da Informação.

Semestralmente, o corpo docente passará por uma capacitação junto com o Laboratório Audiovisual da FACC para a discussão de práticas em sala de aula nas aulas síncronas. Também será discutida a possível incorporação de novas ferramentas disponibilizadas tanto pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem quanto pela plataforma de teleconferências

Secretaria:

Além do atendimento da Secretaria de Pós-Graduação da FACC que já atende aos cursos de Pós-graduação Stricto-Sensu, a servidora Saskia Valentim Pinto será a secretária responsável pela operacionalização do MBA em Governança no Setor Público.

Apoio:

A FACC possui um Laboratório Audiovisual, gerenciado por um Técnico Administrativo Educacional (TAEs) responsável pelo suporte aos eventos ocorridos na Unidade bem como o gerenciamento de todas as suas redes sociais (Instagram, FACC-UFRJ, canal do WhatsApp, Youtube, etc). Este Laboratório dará suporte a operacionalização das aulas e das palestras a serem desenvolvidas pelo curso.

A FACC também tem uma área de tecnologia da informação, composta por dois TAEs, destinada a monitorar e acompanhar os recursos informáticos destinados para as atividades acadêmicas-administrativas da FACC. Também atuam na gestão do site oficial da FACC.

Além do e-mail corporativo, O MBA em Governança no setor público também possui um site que descreve os objetivos do curso, informa horários, tempo de duração do curso, apresenta os valores do investimento, disponibiliza as disciplinas e ementas, realiza inscrições para interessados. O site também dispõe de um fale Conosco para dirimir dúvidas sobre o curso. O endereço eletrônico é www.facc.ufrj.br

Para além do uso do e-mail corporativo na relação coordenação-discente, a estratégia de comunicação também se dará por um Grupo de WhatsApp fechado criado especificamente para divulgação das atividades do curso para as turmas. Na relação docente-discente a estratégia de comunicação é feita pelo e-mail dos docentes (disponibilizados no AVA) e também por fóruns de dúvidas presentes no próprio AVA. Na comunicação entre os discentes, a coordenação elege um representante de turma para servir de intermediário nas pautas demandadas em um Grupo de WhatsApp exclusivamente formado por discentes.

Instalações:

Instalações Físicas:

- sala de coordenação;
- sala de orientação acadêmica;
- laboratório de informática com 20 computadores (uso compartilhado);
- sala da secretaria acadêmica;
- sala de reuniões;
- sala de professores do CCJE com 9 computadores (uso compartilhado).

Equipamentos:

Mobiliário de escritório; Computadores desktop e notebooks.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem está em <https://ambientevirtual.nce.ufrj.br/course/view.php?id=99843>

Neste ambiente o aluno terá acesso a ementa da disciplina, aos planos de aula, bibliografia, materiais postados e os links das aulas que já ocorreram. Também disponibilizará um campo para postagem de trabalhos e atividades de avaliação.

Plataforma de Videoconferência para aulas remotas.

A Plataforma de Videoconferência além de ser o espaço para a exposição das aulas pelo professor, também serve para a realização de trabalhos em grupo. A possibilidade de utilização de salas simultâneas permite que o professor divida a turma em grupos para debaterem sobre um tema ou realizarem trabalhos intermediários.

Além disto a plataforma deve permitir a possibilidade de construção de enquetes sobre um determinado assunto. Todas as aulas ministradas na Plataforma são gravadas pela equipe de apoio, e posteriormente, disponibilizadas aos alunos no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Biblioteca:

O curso possui disponível uma biblioteca no CCJE e também demais bibliotecas da UFRJ, com livros específico e técnicos das disciplinas ministradas, por serem este resultado e continuidade da Graduação do Campus. Também serão disponibilizados artigos open access destinados a discussão de temas e estudos de casos na área de governança pública extraídos preferencialmente das plataformas Web Of Science (WOS), Scopus e SPELL.

BIBLIOGRAFIA ELETRÔNICA POR DISCIPLINA

Fundamentos de Governança Pública

MASSUGA, F.; DOLIVEIRA, S. L. D. Gestão Pública Municipal: Explorando os Modos de Governança nas Cidades da Região Sul do Brasil. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 17, n. 4, p. 0-0, 2025.

OLIVEIRA, A. B.; SILVA, P. V. J. G.; GOMES, J. S. A integração entre governança, gestão de riscos e integridade na administração pública. *Revista de Administração Pública*, v. 59, n. 4, p. 0-42, 2025.

SILVA, L. C.; QUINTANA, A. C.; MACHADO, D. P.; CRUZ, A. P. C. Índice de maturidade da governança pública de municípios brasileiros sob a ótica do framework internacional de boa governança no setor público. *Revista Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 44, n. 3, p. 158-177, 2025.

Fundamentos de Administração Pública

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial do Estado de 1995. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. 7 a 26, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6289>. Acesso em: 25 fev. 2026.

DE ARRUDA, Gabrielle Aguirre; DA COSTA, Ana Carolina Farias Almeida. A administração pública gerencial: análise da experiência das serventias extrajudiciais no Brasil. *Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública*, v. 8, n. 1, 2022.

WANDERMUREM, L. V.; LOPES, D. P. T.; MORAVIA, E. C.; BARROS, D. C. C.; CAMPOS, R. C. L. Comportamento para inovação no setor público: uma análise de sua influência na implementação da inovação. *Revista de Administração FACES Journal*, v. 24, n. 3, p. 0-0, 2025.

Compras e Prestação de serviços no setor público

ALVES, K. R.; ANDRADE, T.; SANTAREM, L. M. S. Análise da Modalidade Regime Diferenciado de Contratação nas Licitações do DNIT. *Revista do Serviço Público*, v. 71, n. 1, p. 38-68, 2020.

LEI, X.; HE, S. Driving green innovation through public procurement: Evidence from government procurement lists and corporate innovation in China. *Revista de Administração de Empresas*, v. 65, n. 6, p. 0-109, 2025.

OLIVEIRA, J. D.; MARINHO, S. V. E quando a primeira impressão não é a que fica? Um caso para ensino sobre Processo de Licitação e Contratação na Administração Pública. Teoria e Prática em Administração, v. 15, n. 2, p. 0-0, 2025.

LGPD e direito a informação

DUARTE, N. M. S.; ALBUQUERQUE JÚNIOR, A. E.; SANTOS, E. M. D. A compreensão dos profissionais de ti quanto às implicações da lgpd na segurança da informação. Revista Gestão Organizacional, v. 18, n. 2, p. 94-120, 2025.

MARQUES, G. L.; MORESI, E. A. D. Framework de adequação de bancos de dados legados à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Revista do Serviço Público, v. 75, n. 4, p. 830-856, 2024.

SOARES, T.; TOMEI, P. Cultura organizacional e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 18, n. 4, p. 106-130, 2024.

Seminários I

DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE PESQUISA

<https://canal.cecierj.edu.br/012016/04e6a4ba341819eff4817b6caffaea5b.pdf>

METODOLGIA DE PESQUISA PARA ADMINISTRAÇÃO

<https://canal.cecierj.edu.br/recurso/13817>

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. Pesquisa qualitativa e quantitativa: compreendendo as abordagens e construindo possíveis combinações. Publicações, 2023.

<https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/220508792.pdf>

Governança em Gestão de Pessoas

CHAVES, L. V. R.; MACHADO JÚNIOR, E. V.; PETEAN, G. H. Clima, cultura e stakeholders: proposta de eixos para capacitação no setor público. Gestão e Sociedade, v. 18, n. 50, p. 0-0, 2024.

FALCE, J. L.; SANTOS, T. M. D. Cultura Organizacional, Conhecimento e Inovação: Evidências em uma Instituição Pública.. Future Studies Research Journal: Trends and Strategies, v. 17, n. 1, p. 0-0, 2025.

KOCK, N.; ZANINI, M. T. Fostering Public Sector Innovation: How Data-driven Organizational Culture Influences Exploitation Innovations. Revista de Administração Contemporânea, v. 29, n. 4, p. 0-0, 2025.

Controladoria e Contabilidade Pública

FEDCHENKO, E.; SAVINA, N.; TIMKIN, T.; LIPATOVA, I.; VINOGRADOVA, A. Developing a controlling system as a factor in improving the quality of public administration. Revista Gestão & Tecnologia, v. 23, n. Especial, p. 126-135, 2023.

MATIOLLI, M. D.; SANTOS, D. F. L. Desafios da conexão entre orçamento de capital, estratégia empresarial e sustentabilidade. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE, v. 14, n. 1, p. 62-79, 2023.
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/71045/desafios-da-conexao-entre-orcamento-de-capital-estrategia-empresarial-e-sustentabilidade>

LOURENÇO, I. M. E. C.Editorial Edição Especial - Reformas do Setor Público e Mudanças na Contabilidade Pública.

Tópicos I

CARVALHO, Daniel Silva; DE CASTRO, Paulo Alexandre; FERNANDES-SOBRINHO, Marcos. Políticas Públicas na Era do Governo Digital: revisão de literatura. Revista GeTeC, v. 20, 2024.

DIAS, Paulo Cezar; DE OLIVEIRA, Heitor Moreira. Novas perspectivas da administração pública em tempos de governo digital: Teletrabalho, telemedicina e teleperícia. Revista do TCU, n. 151, p. 94-120, 2023.

MITKIEWICZ, Fernando André Coelho. Transformação digital: análise da implantação da plataforma Gov. br e da evolução da maturidade da política de governo digital no Brasil. 2024.

Tópicos II

DA SILVA, Marcos Zambeli et al. Governança pública e gestão de risco: uma revisão da literatura. 2025.

NETO, Osmar Ruy. GESTÃO DE RISCOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DA CONFORMIDADE LEGAL À GERAÇÃO DE VALOR NA GOVERNANÇA PÚBLICA. Revista Contemporânea, v. 6, n. 1, p. e10126-e10126, 2026.

OLIVEIRA, Alessandro Bandeira de; SILVA, Paulo Vitor Jordão da Gama; GOMES, Josir Simeone. A integração entre governança, gestão de riscos e integridade na administração pública. Revista de Administração Pública, v. 59, n. 4, p. e2025-0042, 2025.

Tópicos III

GOLDONI, Luiz Rogério Franco; RODRIGUES, Karina Furtado; MEDEIROS, Breno Pauli. Qual é o futuro da governança de cibersegurança no Brasil?. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 29, p. e90972, 2024.

MATOS, Alessandra Cristina Mendonça de Moraes et al. Cibersegurança como política colaborativa: uma análise das estruturas de governança do Brasil, Canadá e China. 2025.

RIZZATTO, Fernando Kendy Aoki; PANSANI FILHO, Fernando Tavares. CIBERSEGURANÇA: UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA NA PROTEÇÃO CONTRA AMEAÇAS. Revista Unifev: Ciência & Tecnologia, v. 5, n. 2, p. 3-35, 2025.

Políticas Públicas e Governança

ANTUNES, Cesar Henrique B. et al. A administração pública como instrumento gestor e instituidor de políticas públicas para o modal rodoviário: Public administration as a managing instrument and institutor of public policies for road modal. Ponto de Vista Jurídico, v. 12, n. 2, p. 22-34, 2023.

HUERTAS, Daniel Monteiro. Quando governar é abrir estradas: o processo de construção histórica do rodoviarismo em São Paulo. História (São Paulo), v. 41, p. e2022042, 2022.

RODRIGUES, Livia Ferreira Velho; MAIA, Alexandre Gori; CARVALHO, Cristiane Silva de. Políticas públicas e mobilidade urbana sustentável: análise comparativa entre Groningen e Campinas. Cadernos Metrópole, v. 24, n. 55, p. 1143-1161, 2022.

Inteligência Artificial

DE CARVALHO, Lucas Borges. Governos inteligentes? Parâmetros para uma avaliação crítica do uso de sistemas de IA no setor público. Revista de Direito Administrativo, v. 284, n. 2, p. 127-151, 2025.

RIBEIRO, Manuella Maia; MEDINA, Javiera F. Tecnologias emergentes e serviços digitais no setor público. Programa Setorial da Internet. Cetic, 2022.

LYRIO, Maurício Vasconcellos Leão; LUNKES, Rogério Joao; VASARHELYI, Miklos. Tecnologias emergentes e de dados aplicadas ao setor público: Uma revisão sistemática da literatura copilotada por IA. Contabilidad y Negocios: Revista del Departamento Académico de Ciencias Administrativas, v. 20, n. 40, p. 58-67, 2025.

Métricas de Avaliação e desempenho

DOS SANTOS SOUZA, Elisangela Andrade; DOS SANTOS MENEZES, Ucleriston; OLIVEIRA, Thais Ettinger. Questões emergentes na governança da gestão de pessoas na administração pública: uma revisão integrativa da literatura. Revista Gestão & Conexões, v. 13, n. 2, p. 114-133, 2024.

GAIA, Adriane Rodrigues; DA SILVA, Christian Luiz. Governança e gestão de pessoas na administração pública: avanços para a gestão de pessoas. Revista de Gestão e Secretariado, v. 15, n. 5, p. e3754-e3754, 2024.

LOPES, André Vaz. Política, burocracia e grupos sociais: as nomeações para cargos comissionados como instrumento da governança pública. 2024.

Governança e Responsabilidade Sócio Ambiental

AGUIAR, Marcella Hadassa Sarda. ESG na gestão pública: análise exploratória de barreiras e soluções na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 2025.

MARX, César Augusto. A nova governança pública e os princípios ESG. Controle Externo: Revista do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, v. 3, n. 6, p. 115-125, 2023.

SEIXAS, Cristiana Simão et al. Governança ambiental no Brasil: rumo aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)?. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 25, n. 81, 2020.

Teoria da decisão com base em dados

ALVES, Mariana Azevedo et al. Legibilidade dos Relatórios de Gestão no Setor Público Brasileiro. Contabilidade Gestão e Governança, v. 26, n. 2, p. 213-248, 2023.

CORREIA, P. M. A. R. Lições de análise de dados e gestão de informação para administração público-privada. Coimbra: Coimbra Dissertations, v. 1, 2023.

FREITAS, PABLO FERNANDO PESSOA DE; ODELIUS, Catarina Cecília. Escala de competências gerenciais para o setor público. Cadernos Ebape. Br, v. 20, n. 2, p. 218-233, 2022.

Ética no Setor Público

LUZ, Geraldo Anibal; IBIAPINA, Iveltymar Roosemalem Passos. Gestão pública e corrupção: desafios para a ética e a responsabilidade no setor público brasileiro. Revista Acadêmica da Lusofonia, v. 2, n. 9, p. 1-20, 2025.

MENDONÇA, Adriano; GARBACCIO, Grace Ladeira; MENDONÇA, Katia Vanessa. A importância da ética institucional na contemporaneidade do setor público brasileiro. Anais do Simpósio Sul-Mato-Grossense de

TRESCASTRO BERGUE, Sandro. Inteligência artificial e tomada de decisão ética no setor público. GESTÃO. Org: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 22, n. 1, 2024.

Gerenciamento de crises

KASHIMA, Bruno Hideo et al. A Cultura do Cancelamento: Um Estudo de Empresas de Fast-Food. Advances in Global Innovation & Technology, v. 1, n. 3, p. 40-51, 2023.

DA SILVA LIMA, Ana Beatriz; ARANTES, Fernanda Paes. CULTURA DO CANCELAMENTO: Uma análise sobre sua contribuição para o empoderamento do consumidor nas redes sociais digitais. Revista Pesquisa em Ação, v. 3, n. 1, p. 1-27, 2024.

LIMA, Ana Beatriz da Silva. CULTURA DO CANCELAMENTO: uma análise sobre sua contribuição para o empoderamento do consumidor nas redes sociais digitais. 2023.

Gestão da Inovação

EMMENDOERFER, Magnus Luiz et al. Laboratórios de inovação no setor público e aproximares com agencias internacionais. Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, v. 17, n. 2, p. 139-153, 2022.

OLAVO, Antônio Vagner Almeida et al. Laboratórios de inovação no setor público em perspectiva comparada: uma análise exploratória entre Brasil e Espanha. Revista de Gestão e Projetos, v. 13, n. 2, p. 89-115, 2022.

PASCHOIOTTO, Waldemir Paulino; CUNHA, Cristiano José Castro de Almeida; SILVA, Solange Maria da. Liderança no processo de inovação colaborativa no setor público: uma revisão integrativa. Revista de Administração Pública, v. 58, p. e2023-0037, 2024.

Corpo Docente

CPF: [REDACTED] **Nome:** Eliane Ribeiro Pereira

Titulação Máxima: Doutorado **IES do Título:** UFRJ

País do Título: Brasil **Ano do Título:** 2010

Grande Área de Conhecimento: Engenharias

Vínculo:

Instituição: UFRJ **Condição de Atividade:** Docente Ativo

Cargo: Professor Titular **Regime de Trabalho:** DE - Dedicação Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40 **Stricto-Sensu:** 0 **Lato-Sensu:** 60

CPF: [REDACTED] **Nome:** Maria Cecília de Carvalho Chaves

Titulação Máxima: Doutorado **IES do Título:** UFF

País do Título: Brasil **Ano do Título:** 2010

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicção Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 40

CPF: [REDACTED] **Nome:** Sérgio de Castro Martins

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: UFF

País do Título: Brasil

Ano do Título: 2019

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicção Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 40

CPF: [REDACTED] **Nome:** Antonio Jose Barbosa de Oliveira

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: UniRio

País do Título: Brasil

Ano do Título: 2011

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicção Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 60

CPF: [REDACTED] **Nome:** Helios Malebranche Olbrisch Freres Filho

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: PUC

País do Título: Brasil

Ano do Título: 1996

Grande Área de Conhecimento: Engenharias

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicção Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 40

CPF: [REDACTED] **Nome:** Claudio Marcos Maciel da Silva Arêas

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: Universidade Grande Rio

País do Título: Brasil

Ano do Título: 2017

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 60

CPF: [REDACTED] **Nome:** Marcos Roberto Pinto

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: USP

País do Título: Brasil

Ano do Título: 2014

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 40

CPF: [REDACTED] **Nome:** Joseph David Barroso Vasconcelos de Deus

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: UFF

País do Título: Brasil

Ano do Título: 2017

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 20

Perfil e Distribuição da carga horária do docente

Regime e Vínculo Docente	Nº Docentes	Carga Horária	%
UFRJ 40 DE	8	360	100.00
UFRJ 40 Semanais	0	0	0.00

UFRJ 20 Semanais	0	0	0.00
UFRJ Técnico Administrativo	0	0	0.00
UFRJ Aposentado	0	0	0.00
Externo à UFRJ	0	0	0.00
Total	8	360	100

Regulamento do Curso

Da Organização Administrativa

Competência do Coordenador e demais normas referente ao regime acadêmico:

Caberá ao coordenador:

- a) convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso;
- b) coordenar as atividades didáticas do Curso;
- c) dirigir as atividades administrativas da Coordenação do Curso;
- d) elaborar a programação do Curso, submetendo-a à apreciação do Colegiado do Curso;
- e) propor os planos de aplicação de recursos, submetendo-os à apreciação do Colegiado do Curso;
- f) delegar competências para a execução de tarefas específicas; e
- g) decidir ad referendum assuntos urgentes de competência originária do Colegiado do Curso.

Competência do Corpo Docente:

Ao corpo docente do Curso caberá:

- a) realizar as atividades de ensino, orientação e coordenação acadêmica;
- b) assegurar a execução da proposta do Curso aprovada pelo CEPG/UFRJ;
- c) responsabilizar-se pelas atividades do curso de pós-graduação.

Forma de avaliação do curso feita pelos discentes:

Para mensurar o grau de satisfação do curso, a Coordenação do MBA em Governança no Setor Público irá aplicar semestralmente uma avaliação quantitativa a ser respondida pelos alunos considerando a escala Likert, com as seguintes respostas gradativas: concordo totalmente, concordo parcialmente, não concordo nem discordo, discordo parcialmente e discordo totalmente. As dimensões a serem analisadas serão a atuação do corpo docente, coordenação de curso, atendimento administrativo e instalações virtuais.

Indicadores de desempenho:

Conceito A: Excelente - acima de 8,9 em escala de notas de 0 a 10; Conceito B: Bom - 8,0 a 8,9 em escala de notas de 0 a 10; Conceito C: Regular - 7,0 a 7,9 em escala de notas de 0 a 10; Conceito D: Insuficiente - abaixo de 7,0 em escala de notas de 0 a 10; Conceito I: Incompleto; Conceito J: Abandono Justificado.

Da Autorização e Implantação

Duração e prazo de conclusão:

O curso possui carga horária de 360 horas que poderão ser concluídas em até 24 meses.

Carga Horária Total:

360h

Número de Vagas:

30 vagas por semestre

Estrutura Curricular e sua distribuição:

As disciplinas que compõem o currículo do curso distribuem-se em quatro módulos, que se diferenciam pelos conteúdos e formas de abordagem, no entanto, trabalhados de modo articulado e integrado.

O Módulo I, com carga horária de 180h, abrangerá as seguintes disciplinas introdutórias: Fundamentos de Administração Pública

Fundamentos de Governança no Setor Público

Políticas Públicas e Governança

Temas de Governança Pública I

Governança e gestão de pessoas

Seminários

Políticas Públicas e Governança

Ética no setor público

LGPD e direito à informação

O Módulo II, com carga horária de 120h, abrangerá as disciplinas:

- Temas de Governança Pública II
- Tomada de decisão com base em dados
- Métricas de Avaliação e desempenho
- Compras e prestação de serviços no setor público
- Governança e responsabilidade sócio-ambiental
- Inteligência Artificial
- Gestão da Inovação
- Temas de Governança Pública III
- Controladoria e contabilidade pública

Da Admissão

Critério de Seleção:

Análise de currículo e entrevista com a coordenação

Documentos Exigidos:

Formulário de inscrição preenchido; Cópia autenticada do diploma de curso superior; Cópias autenticadas da carteira de identidade e do CPF; Título de eleitor; Certidão de nascimento ou casamento; Certificado Militar(se for o caso); Curriculum Vitae; Uma foto 3x4 (recente); Assinatura do Contrato Educacional

Forma de Avaliação:

trabalhos individuais e em grupo. trabalho de conclusão de curso (artigo, projeto ou plano de negócios)

Da Matrícula e Permanência no Curso

Frequência e forma de controle das disciplinas:

75%

Desempenho acadêmico mínimo exigido nas disciplinas:

Nota mínima exigida para aprovação nas disciplinas equivalente ao conceito C

Atividades pedagógicas e coeficiente de rendimento mínimo:

Serão considerados aprovados os alunos avaliados com os conceitos A, B ou C nos trabalhos escritos e/ou prova de avaliação, com frequência igual ou superior a 75% nas aulas remotas e no acesso no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Responsável pela avaliação discente:

Coordenador do curso

Tipo de trabalho de conclusão, forma de orientação e de avaliação:

Ao final do curso o aluno apresentará, no prazo máximo de três meses, um TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (projeto, artigo ou plano de negócios), a critério da coordenação, o qual, para ser aprovado, deverá estar de acordo com as normas exigidas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

A orientação deverá ser realizada pelos docentes após a disciplina de Seminários I com a carga horária mínima de 1 (uma) hora semanal para cada orientação de um discente por docente.

Procedimento para regime acadêmico especial:

Será assegurado regime acadêmico especial mediante atestado médico encaminhado para a Coordenação de Curso:

a) a aluna gestante, por três meses, a partir do oitavo mês de gestação, ou a critério médico de acordo com o disposto na Lei nº 6202, de 17 de abril de 1975.

b) aos alunos em condição física incompatível com a frequência nas aulas remotas, como disposto no Decreto 1044, de 2 de outubro de 1969, desde que não ultrapasse o período de 25% das aulas.

Os exercícios domiciliares previstos no regime acadêmico especial não se aplicam as disciplinas de caráter experimental ou de atuação prática.

Da Reprovação, Desligamento e Readmissão

O aluno que obtiver o conceito D deverá refazer a disciplina. A critério do professor responsável da disciplina a indicação I de incompleto será concedida ao aluno que não tendo concluído os trabalhos da disciplina assumindo o compromisso de concluí-los em prazo nunca superior a um bloco letivo com duração de 10 semanas. Resol.

CEG/Cepeg nº 01/99. A indicação I será automaticamente substituída pelo conceito D caso os trabalhos não sejam concluídos dentro do prazo estipulado. Por motivos justificados (indicação J), com aceite do prof. responsável poderá o aluno abandonar 1 disciplina durante o período letivo devendo constar do histórico escolar indicação J (abandono justificado). As disciplinas com indicação I ou J deverão constar do histórico escolar, mas não serão consideradas para o cálculo do coeficiente de rendimento acumulado.

Do Aproveitamento das Disciplinas e suas Cargas Horárias

Mínimo de compatibilidade de 75% do plano de ensino e de 75% da carga horária, descartando disciplinas de graduação plena e tecnológica.

Da Certificação

Certificação Concedida:

Os certificados de conclusão de curso serão emitidos e registrados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, em nome do discente, auferindo o título de "MBA EM GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO". Será concedido ao participante que atender às seguintes exigências: (a) conseguir aprovação em todas as disciplinas oferecidas pelo curso, obtendo a nota mínima exigida para aprovação nas disciplinas e no TCC - 5,0 (cinco), equivalente ao conceito C; (b) entregar, no prazo estabelecido pela coordenação, o TCC de final de curso de modo a ser avaliado por três avaliadores; e (c) ter frequência mínima de 75% nas disciplinas.

Critério de Avaliação:

O aproveitamento em cada disciplina será avaliado pelo professor responsável e registrado no histórico escolar do aluno, sendo expresso mediante um dos seguintes conceitos: A (excelente); B (bom); C (regular) e D (deficiente).

Serão considerados aprovados os alunos avaliados com os conceitos A, B ou C e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina.

O coeficiente de rendimento acumulado (CRA) será calculado pela média ponderada dos conceitos, a que serão atribuídos os valores A=3; B=2; C=1; D=0, sendo o peso a carga horária de cada disciplina.

É definido como Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (TCCE) a elaboração de trabalho no qual o aluno demonstre capacidade de sistematização e aplicação dos conteúdos do Curso.

Frequência global e CRA exigido:

Obtendo a nota mínima exigida para aprovação nas disciplinas e no TCC equivalente ao conceito C; (b) entregar, no prazo estabelecido pela coordenação, o TCC de final de curso de modo a ser avaliado por três avaliadores; e (c) ter frequência mínima de 75% nas disciplinas.

Disposições Gerais

-

Proposta de Plano de Trabalho e de TED no ANEXO I



Encaminhamento de proposta de curso – Especialização em Governança, Riscos e Conformidade (GRC)

De Especialização - PROPG <especializacao.propg@ufpe.br>

Data Seg, 09/03/2026 14:09

Para Sara Brito Arruda <sara.arruda@dnit.gov.br>; Vinícius G. Martins

Edelweis José Tavares Barbosa <edelweis.barbosa@ufpe.br>

1 anexo (313 KB)

folder_grc_ufpe_institucional (1).pdf;

Atenção: Este é um e-mail externo e pode ser malicioso. Tome cuidado ao clicar em links ou abrir anexos.

Prezada Senhora Sara Brito Arruda,

A Coordenação-Geral de Cursos de Especialização, em conjunto com a Coordenação do Curso de Especialização em Governança, Riscos e Conformidade (GRC), tem a satisfação de encaminhar a proposta do referido curso, elaborada em atenção ao e-mail datado de 02 de março de 2026.

A proposta foi estruturada considerando a relevância do tema para o fortalecimento das práticas de governança, gestão de riscos e conformidade no âmbito da administração pública, bem como as possíveis demandas de qualificação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Ressaltamos que a proposta apresentada permanece aberta ao diálogo e a eventuais ajustes que se façam necessários, de modo a melhor atender às necessidades de formação e aperfeiçoamento dos servidores desse órgão.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais e para a continuidade das tratativas que se fizerem pertinentes.

Atenciosamente,

Gerciane Vidal

Técnica em Assuntos Educacionais



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

Coordenação Geral de Cursos de Especialização
Diretoria de Pós-Graduação Lato Sensu
DPGL | PROPG | UFPE
<https://sites.ufpe.br/especializacao>

Especialização em Governança, Riscos e Conformidade (GRC)

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA

LabGRC – Laboratório de Gestão de Riscos e Compliance

Modalidade: Online e ao vivo (síncrona)

Carga horária total: 390 horas

Público-alvo: gestores e servidores públicos

Site do curso: <https://sites.ufpe.br/labgrc/grc/>

Apresentação

A Especialização em Governança, Riscos e Conformidade (GRC) da UFPE foi desenvolvida para qualificar profissionais da administração pública na implementação de práticas modernas de governança, gestão de riscos, controle e integridade institucional. O curso combina fundamentação acadêmica e experiência prática, alinhando-se às demandas atuais de transparência, eficiência administrativa e boas práticas de gestão pública.

Objetivo

Capacitar profissionais para atuar na gestão pública com domínio das áreas de Governança, Gestão de Riscos e Conformidade (GRC), utilizando metodologias modernas e ferramentas de apoio à tomada de decisão.

Estrutura Curricular (390h)

- Governança Pública – 30h
- Governança Digital – 30h
- Gerenciamento do Risco em Instituições Públicas na Prática – 30h
- Conformidade no Setor Público – 30h
- Gestão de Projetos – 15h
- Orçamento Público – 30h

- Eficiência no Setor Público – 30h
- Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 30h
- Controladoria Aplicada ao Setor Público – 15h
- Auditoria Governamental e Gestão de Riscos – 15h
- Fundamentos de Contratos e Convênios – 30h
- Ciência de Dados na Tomada de Decisão – 15h
- Planejamento Estratégico Governamental – 30h
- Governança na Gestão de Pessoas no Setor Público – 30h
- Tópicos Avançados no Setor Público – 30h
- Metodologia Científica – 15 h

Corpo Docente

O corpo docente do curso é composto majoritariamente por professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), além de especialistas convidados provenientes de outras instituições públicas e órgãos de controle, com reconhecida experiência acadêmica e profissional nas áreas de governança, gestão de riscos, auditoria, controle e conformidade.

Proposta Financeira – Turma Fechada

Item	Valor
Matrícula por servidor	R\$ 600,00
Mensalidade	16 parcelas de R\$ 600,00
Subtotal por servidor	R\$ 10.200,00
Investimento global (30 alunos)	R\$ 306.000,00
Desconto institucional (10%)	- R\$ 30.600,00
Valor final da proposta	R\$ 275.400,00

Possibilidade de Ajustes para o DNIT

A UFPE possui experiência na oferta da especialização e manifesta interesse em atender à demanda de capacitação do DNIT. É possível organizar nova turma específica para servidores do órgão, com flexibilidade para realizar ajustes na matriz de disciplinas, adequação de cargas horárias e atualização da proposta acadêmica, conforme as necessidades institucionais identificadas em conjunto com o órgão.



LABORATÓRIO DE GOVERNANÇA,
GER. DE RISCO E COMPLIANCE
UFPE



Contato

Prof. Vinícius Gomes Martins

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

LabGRC – Laboratório de Gestão de Riscos e Compliance

vinicius.gomesmartins@ufpe.br

<https://sites.ufpe.br/labgrc/grc/>



Outlook

Proposta turma fechada Mestrado

De franca franca <franca@itecon.com.br>**Data** Sex, 27/02/2026 15:37**Para** Sara Brito Arruda <sara.arruda@dnit.gov.br>**Cc** Magda <magda@unb.br> 2 anexos (973 KB)

Proposta_assinado.pdf; APCN_GIPP_FACE.pdf;

Atenção: Este é um e-mail externo e pode ser malicioso. Tome cuidado ao clicar em links ou abrir anexos.

Boa tarde Senhora Sara Arruda.

Estamos encaminhando, em anexo, proposta para ministrar curso de mestrado com turma fechada para esse DNIT conforme solicitado

Att. Prof. Dr. José Antonio de França - Vice-Coordenador do PPG/GIPP/FACE/uNb

Senhora Sara Brito Arruda
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)
Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CODEPES)

Ref. Proposta para Turma Fechada de Pós-Graduação
em Governança – Início 2026/2 - DNIT

Senhora Coordenadora

O Programa de Pós-Graduação em Governança e Inovação em Políticas Públicas – **PPG/GIPP/FACE/UnB**, tem a honra de apresentar a essa Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CODEPES), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), conforme solicitação datada de 26.02.2026, proposta para ofertar uma turma fechada de Mestrado Profissional em Governança e Inovação em Políticas Públicas para o DNIT com início no segundo semestre de 2026.

1. Histórico do PPG/GIPP/FACE/UnB

O PPG/GIPP/FACE/UnB é um dos mais jovens Programas Profissionais aprovados pela CAPES, vinculado à Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas, da estrutura funcional da Universidade de Brasília, que tem como missão preparar e qualificar pessoas, com excelência, para desenvolver conhecimento interdisciplinar, em trabalhos com a complexidade requerida por instituições estatais e de mercado, no enfrentamento dos desafios que a governança e a gestão contemporâneas requerem dos seus operadores.

Para cumprir sua missão, o PPG/GIPP/FACE/UnB tem em seu quadro de docentes Professores Doutores e Pesquisadores, com experiência acadêmica teórico-empírica e de mercado, em áreas como gestão pública, economia, administração, contabilidade, direito entre outras (<https://ppggipp.unb.br/documentos/planejamento>).

Essa experiência já foi colocada à disposição do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministério da Educação, inclusive com transferência de tecnologia, e da própria Universidade de Brasília, na qualificação do seu corpo técnico, com desenvolvimento de Produto Técnico Tecnológico (PTT), aplicado à melhoria da gestão de processos internos, capaz de compatibilizar a cultura organizacional com as necessidades da gestão moderna.

2. Proposta para Turma Fechada de Pós-Graduação em Governança

O escopo desta proposta está ancorado na oferta de uma turma fechada de Mestrado Profissional em Governança e Inovação em Políticas Públicas, para o máximo de 30 mestrandos, observadas as regras de universalização de cotas exigidas pela legislação brasileira, com as quais a Universidade de Brasília é comprometida.

2.1 Grade de disciplinas a serem ofertadas

O curso é estruturado em quatro semestre em que são ministrados conteúdos de sete disciplinas, sendo três disciplinas obrigatórias e quatro disciplinas opcionais.

Disciplinas Obrigatórias

- | | |
|--|---------------------|
| 1) Governança e Inovação em Políticas Públicas | = 4 Créditos |
| 2) Metodologia de Pesquisa Interdisciplinar | = 2 Créditos |
| 3) Design de projeto de intervenção interdisciplinar | = 2 Créditos |
| Soma de créditos obrigatórios | = 8 Créditos |

Disciplinas Optativas

O rol de disciplinas obrigatórias é bem extenso. Na APCN estão elencadas dezesseis disciplinas, das quais quatro serão eleitas, de acordo com a indicação do DNIT. Cada disciplina optativa é de **4 créditos**, totalizando **16 créditos**. O total de créditos a ser integralizado por cada mestrando, no conteúdo curricular, é de **24 crédito**, mais **8 créditos** do trabalho de conclusão de curso (dissertação), finalizando **32 Créditos**. Cada crédito equivale a 15 horas, totalizando **480** e horas.

Em turmas já encerradas em andamento foram indicados os conteúdos das seguintes disciplinas:

- a) Economia política e orçamento público
- b) Gestão Transversal e Redes de Políticas Públicas
- c) Tópicos Especiais em Governança e Inovação em Políticas Públicas
- d) Políticas de Governança Digital e os Desafios Contemporâneos à Democracia
- e) Contabilidade de Projeto
- f) Contabilidade Aplicada à Gestão Pública
- g) Auditoria Financeira e Análise de Demonstrações Contábeis

Se houver algum outro conteúdo de interesse do DNIT, que não esteja especificado na APCN, poderá ser ministrado como tópico especial.

2.2 Alocação de Professores

Cada turma é ministrada por dois professores que atuam simultaneamente em sala na exposição de conteúdo. Essa forma de alocação de professores é um requisito do conhecimento indisciplinar do curso.

2.3 Orçamento da turma

O orçamento da turma é uma estimativa de preço que contempla a remuneração a professores, secretaria e logística de apoio, custos indiretos, palestras, tecnologia e outros custos inerentes ao processo, identificados por: **a)** processo seletivo de candidatos ao mestrado, **b)** conteúdos ministrados em cada disciplina, **c)** coordenação e supervisão acadêmica da turma; e **d)** processo de orientação a cada mestrando; **e)** secretaria e logística; **f)** tecnologia; **g)** custos indiretos da FUB e fundação de apoio. Cada item da remuneração inclui o tributo respectivo.

Com base nessa distribuição de atividades, o orçamento da turma é assim precificado:

Atividades de professores: a), b), c), d)	970.500,00
Secretaria, logística e tecnologia: e); f)	229.500,00
Custos indiretos – FUB e Fundação de Apoio: g)	240.000,00
Seminários acadêmicos (palestrante, transporte e diária)	37.000,00
Auxílio financeiro para participação em congressos (diária e transporte) *	65.000,00
Avaliação técnico-acadêmica	49.300,00
Orçamento total estimado	1.591.300,00

(*) valor estimado para até 10 mestrandos

Os rendimentos financeiros decorrentes da proteção dos recursos contra a perda do poder de compra da moeda serão incorporados ao programa para atendimento de requerimento da CAPES/SUCUPIRA.

Os valores estimados em cada rubrica poderão ser reclassificados de uma rubrica para outra em função do comportamento dos preços no mercado, por ocasião da elaboração do plano de trabalho e no curso do projeto.

3. Instrumento de contratação

A Universidade de Brasília, preferencialmente, é contratada por meio de TED, sem afastar a possibilidade de contrato quando TED não for factível.

Esta proposta tem validade pelo prazo de 15 dias, contados a partir da data de assinatura.

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **JOSE ANTONIO DE FRANCA**
 Data: 27/02/2026 15:24:05-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Doutor José Antonio de França
 Vice-Coordenador do PPG/GIPP/FACE/UnB

Anexo

APCN do Programa

Proposta de Mestrado Profissional Interdisciplinar

Governança e Inovação em Políticas Públicas

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE)

Universidade de Brasília (UnB)

Estrutura conforme Manual APCN - Sucupira/CAPES - 2017

Sumário

Contextualização institucional e regional da proposta	2
Importância da proposta no contexto do plano de desenvolvimento da IES	4
Relevância e impacto regional ou microrregional da formação dos profissionais com perfil previsto	5
Caracterização da demanda a ser atendida	7
Histórico do curso	8
Cooperação e intercâmbio	13
Área de concentração	19
Linhas de Pesquisa/Atuação	20
Ação pública e inovação	20
Governança Pública e Terceiro Setor	21
Caracterização do curso – Detalhamento do curso	22
Nome	22
Periodicidade da seleção	22
Objetivo do curso	22
Perfil do egresso	22
Descrição sintética do esquema de oferta do curso	23
Diretrizes do trabalho final	24
Disciplinas	25
Corpo docente	58
Carga horária	60
Produção bibliográfica, artística e técnica	60
Projetos de pesquisa	62
Vínculos de docentes às disciplinas	70
Infraestrutura	72
Laboratórios para pesquisa	73
Caracterização do acervo da biblioteca	75
Financiamentos	76

Contextualização institucional e regional da proposta

Esta proposta de curso de mestrado profissional emerge do reconhecimento das novas demandas públicas por processos qualificados de promoção de governança e inovação em políticas públicas em Brasília. Objetiva-se a produção de estudos e pesquisas de intervenção interdisciplinares e inovadoras que colaborem, por meio da formação de profissionais de excelência, para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas. Instâncias estatais e não-estatais voltadas à construção da governança pública podem ter seus profissionais e capacidades de atuação fortalecidos pelos sentidos reflexivos, dialógicos e práticos ora propostos. A capital federal hospeda órgãos centrais de todos os poderes da república e a representação dos principais órgãos e entidades que interagem com o setor público e que, de alguma forma, participam da formulação e do acompanhamento das políticas públicas.

Governar passou a exigir, nas últimas décadas, novas lógicas interacionais abertas a múltiplos atores oriundos do Estado e de fora dele, constituindo redes entre cidadãos, servidores públicos, políticos, empreendedores e cientistas para a produção da ação pública. Governar abre-se, cada vez mais, a uma possibilidade de tradução por governança e enseja métodos e processos relacionais inovadores. Em seus processos, a governança constrói novas dimensões de cooperação e coordenação não apenas entre atores individuais e coletivos, mas entre referenciais, experiências, técnicas, capacidades e recursos, designando os limites e possibilidades das políticas públicas. Essa atualização da morfologia estatal, com suas novas porosidades e atravessamentos, tanto confere diferentes traços às tomadas de decisões políticas, como também reinventa as estratégias de gestão pública.

Nesse contexto, a geração de inovações no campo das políticas públicas configura-se como uma condição para o envolvimento de atores heterogêneos, cujas demandas e interesses não encontram espaço de expressão na estrutura hierarquizada das relações entre Estado, sociedade e mercado embasadas em visões disciplinares, que não abarcam a complexidade dos problemas e desafios atuais. Inovação deixa de corresponder exclusivamente a produtos concretos, serviços ou processos rigorosamente descritos e passa a representar também novas formas de relacionamento institucional e novos olhares sobre os problemas que podem reconfigurar as políticas públicas. Em outras palavras, a inovação fundamenta-se na ação pública, sendo, simultaneamente, indutora e induzida pela pluralidade de envolvidos nas dinâmicas interacionais de governança. As demandas por resolução de problemas públicos e gestores emergentes correspondem a questões complexas que requerem a combinação entre novos diálogos, métodos e tecnologias, que perpassam múltiplos conhecimentos práticos e acadêmicos para viabilizar transformações. Fóruns, laboratórios e plataformas presenciais e digitais que reconhecem a diversidade de vozes e elos têm apontado para interessantes caminhos de mudança convergentes às necessidades públicas, com possibilidade de reinscrever as condições de exercício da cidadania em bases interdisciplinares.

Se, por um lado, as ações de governo aberto reivindicam a disposição estatal para o diálogo compreensivo, a transparência e a responsividade na prestação de contas para a sociedade civil e o mercado; por outro, tal abertura convida a sociedade para uma nova cultura política na qual importa, tanto quanto a vontade de participar, aprender a analisar e a intervir no Estado e em seus arranjos sociopolíticos, econômicos, gestores, contábil-orçamentários e jurídicos. O desenho, a viabilização e a avaliação das políticas públicas que passam a ser compartilhadas nas dinâmicas que não mais fazem ‘para’, mas fazem ‘com’, reinscrevem as relações institucionais, federativas e intersetoriais para tornar a dimensão da aprendizagem *sine qua non* para a operacionalização de políticas efetivas.

Tendo em vista tal contexto, a interdisciplinaridade manifesta-se não apenas como um saber teórico, fruto de debates acadêmicos mas, principalmente, como uma necessidade que se coloca frente aos desafios contemporâneos, cujo imbricamento de questões políticas, econômicas, sociais, históricas e ecológicas exige ações públicas que transgridam as fronteiras disciplinares e ofereçam respostas aos problemas complexos e transversais que permeiam a atuação profissional e política de atores oriundos do primeiro, segundo e terceiro setores. Este envolvimento multiplica e enriquece as possibilidades e práticas de governança, de empreendedorismo, de *compliance* e de *accountability* que, em conjunto, contribuem para a sustentabilidade das organizações e das instituições.

A confluência de quatro grandes campos de conhecimento - Gestão de políticas públicas, Administração, Economia e Contabilidade, cada um com suas próprias influências de outros saberes - advoga novos olhares sobre o fazer profissional e sobre a reconfiguração dos problemas públicos. A construção interdisciplinar aqui proposta busca promover compreensões e respostas inovadoras, abrangentes e efetivas, necessárias à solvência dos problemas públicos contemporâneos.

A governança pública vincula-se a uma série de problemas e soluções oriundos das possibilidades de uso das inovações no setor público. As soluções selecionadas, por sua vez, variam a depender de uma série de fatores políticos e sociotécnicos. Inúmeros artefatos tecnológicos hoje existentes podem vir a atender demandas por práticas democráticas. A tecnologia blockchain, por exemplo, permite construir processos mais transparentes de repasse de recursos públicos, viabilizando o rastreamento desse repasse por todos aqueles interessados. Entretanto, não basta conhecer a inovação sob uma perspectiva técnica, mas a esta deve-se conjugar análises que permitam a compreensão de suas possibilidades e limitações também a partir de fatores políticos, culturais e organizacionais que interferem na adoção (ou não) das inovações.

Nesse sentido, os referenciais disciplinares e interdisciplinares selecionados para este curso compõem conhecimentos e saberes passíveis de serem aplicados e ressignificados na prática cotidiana da gestão pública, tendo como premissa o desenvolvimento de competências a partir de habilidades complexas, quais sejam a solução de conflitos, a solução de problemas públicos e a capacidade de transpor conhecimentos teóricos para a prática cotidiana de maneira reflexiva.

Esse desenho enseja constituir o ambiente da gestão pública como espaço de produção e coprodução de inovação.

O curso de mestrado profissional tem por objetivo formar gestores públicos e outros profissionais com interface com governos para aprimorar a produção de bens e serviços públicos relevantes e inovadores, compreendidos a partir do imbricamento entre governança e inovação na produção de políticas e programas públicos e seus instrumentos. Tal desafio, que compreende pensar nexos entre a realização de direitos na forma de políticas públicas, também exige a produção de conhecimentos interdisciplinares.

Importância da proposta no contexto do plano de desenvolvimento da IES

Esta proposta de Mestrado Profissional Interdisciplinar em “Governança e Inovação em Políticas Públicas” (GIPP) vai ao encontro das diretrizes estratégicas da Universidade de Brasília (UnB). Conforme seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022, a UnB tem por propósito social “formar cidadãos éticos, qualificados para o exercício profissional, comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico sustentável e com a busca de soluções inovadoras para os problemas do país”. Esse também é objetivo desta proposta. Ademais, entre os focos de atuação da UnB estão a excelência no ensino, o fortalecimento e promoção de pesquisa e inovação, com fomento à transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimentos e, destacamos, “integrar universidade e sociedade por meio de projetos voltados ao desenvolvimento sustentável e inclusão social, alicerçados em valores democráticos, estimulando ações interdisciplinares, intersetoriais e interinstitucionais e a simplificação de processos”.

É missão da UnB “ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãos e cidadãos éticos e qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência”. Tais focos de atuação e missão convergem com os direcionamentos que regem a proposta de Mestrado Profissional Interdisciplinar ora apresentada.

A UnB está entre as melhores universidades do mundo. De acordo com a *Center World University Rankings* (CWUR), a UnB ocupa a 737ª posição. Já a *Times Higher Education* (THE) classifica a UnB enquanto uma das 450 melhores universidades do planeta, a 16ª melhor universidade da América Latina e 11ª melhor universidade do Brasil. Por sua vez, o Ranking Universitário Folha (RUF) estabelece a UnB como 9ª melhor do país. A proposta de pós-graduação em GIPP, tão afilada aos princípios da UnB, fortalecerá ainda mais as capacidades da prestigiosa universidade na viabilização de seus propósitos e melhoria de seus indicadores.

Além da convergência com as finalidades e diretrizes da UnB, a proposta de mestrado profissional apresenta originalidade com relação aos demais cursos de mestrado profissional da universidade e da região, e com as propostas de mestrado e doutorado acadêmicos já existentes. A Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE),

unidade sede do curso, apresenta três cursos de mestrado e doutorado acadêmicos (vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGECO), e ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGCont)); e dois cursos de mestrado profissional, vinculados ao PPGA e ao PPGECO. Vale ressaltar que todos eles possuem perspectiva eminentemente disciplinar, distinguindo-se dos propósitos do GIPP. Ainda no âmbito da UnB, mas externo à FACE, existe o Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Faculdade UnB Planaltina (FUP), ligado à área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo da CAPES.

O GIPP poderá contribuir com a formação de estudantes e com processos de pesquisa e desenvolvimento voltados às possibilidades de codesign e coprodução de inovação e mudança em políticas públicas elaboradas pela União em sua relação com atores do mercado e da sociedade, considerando ainda articulações interfederativas para a realização destas políticas. Devido às características de nossa abordagem, à composição do corpo docente e ao perfil de egressos pretendido, propomos nossa vinculação à área Interdisciplinar, ressaltando a distinção entre esta proposta e as demais vigentes nos mencionados cursos de mestrado profissional. Ademais, nos colocamos como parceiros potenciais para esses e outros cursos da UnB, no que tange ao desenvolvimento de pesquisas e ações voltadas à GIPP.

Tendo em vista o caráter interdisciplinar entre ciências sociais aplicadas e ciências humanas, este Mestrado Profissional Interdisciplinar considerará as ciências de gestão, a economia, as ciências contábeis, a filosofia, a sociologia e a ciência política não apenas enquanto parâmetros teórico-metodológicos, mas como trajetórias da atuação e formação de seus docentes e discentes e aspectos da organização da área de concentração, das linhas de pesquisa e da oferta de disciplinas. As linhas de pesquisa também se distinguem daquelas estabelecidas pelos demais cursos: a estrutura entre “Ação Pública e Inovação” e “Governança Pública e Terceiro Setor” representam traços específicos desta proposta e apontam, inclusive, para a viabilização dos propósitos fundamentais da UnB e da Pós-Graduação Profissional: melhorar a qualidade da atuação profissional nos âmbitos da gestão pública e social, com ética e excelência, fomentando processos interventivos inovadores e resultados efetivos por integrar conhecimentos acadêmicos de ponta a conhecimentos práticos.

Relevância e impacto regional ou microrregional da formação dos profissionais com o perfil previsto

Os egressos do curso serão capazes atuar de maneira interdisciplinar, elaborando instrumentos e soluções inovadoras para construir um ambiente institucional voltado a práticas de governança em que a articulação dos conhecimentos multidisciplinares no corpo das disciplinas e na estrutura metodológica do Programa, intentam promover o conhecimento integrado e articulado dos saberes e conhecimentos necessários à organização do Estado e de suas interfaces para viabilizar as políticas públicas. Essa articulação é necessária para a realização da missão precípua do Estado, qual seja a de realizar os preceitos constitucionais. Será possível, ainda, apoiar e

promover a inovação como uma possibilidade de um projeto de desenvolvimento local, regional e nacional integrado e articulado. Ressalte-se a relevância dos profissionais que atuam junto às áreas contábeis e financeira dos órgãos públicos na condução das definições do planejamento e da implementação orçamentária das políticas públicas e do aparelho estatal no seu conjunto. Nesse contexto, a interface entre pesquisadores da área contábil e orçamentária, da sociologia, da economia, da gestão pública, das políticas públicas, do planejamento regional, faz-se relevante na formação e aprimoramento da formação de servidores públicos ou em atividades de consultorias que permeiam as ações de governo, envolvendo organizações sem fins lucrativos, empresas públicas e instituições nacionais e internacionais.

Os mestres em GIPP estarão aptos à gestão dialógica para a solução de problemas públicos e para a implementação de políticas públicas; poderão estimular novas dinâmicas institucionais e sociopolíticas disruptivas e serão, ainda, capazes de colaborar com a produção de técnicas e políticas para o desenvolvimento socioeconômico sustentável local, regional e nacional.

Nossa qualidade de ‘Capital Federal’ e nossa proximidade física com o centro do poder político-administrativo nacional confere especial relevância ao estudo contínuo e sistemático da governança e da inovação em políticas públicas e explicita não apenas a importância, mas a urgência de um programa interdisciplinar de pós-graduação, sediado pela UnB, capaz de aliar análises quantitativas a abordagens qualitativas, à observação direta, a métodos de análise documental e à possibilidade de investigações e intervenções sustentadas por densos trabalhos de campo, que se debruçarão sobre as práticas políticas cotidianas. Justifica-se, ainda, pela potência dos debates sobre as múltiplas formas de governar, sobre os espaços a serem ocupados pelo Estado e pelos demais atores sociopolíticos, sobre os meios de ação e, ainda, sobre que tipos de políticas públicas atendem à complexidade e às necessidades da sociedade brasileira contemporânea.

Acrescenta-se que a proposta faz-se pertinente por reconhecer que o universo de servidores federais ativos ultrapassa um milhão de pessoas, existindo uma Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal cujos investimentos e projetos são acompanhados pelo Comitê Gestor. Além disso, os órgãos públicos definem seus programas de capacitação e liberação de servidores. No âmbito do Distrito Federal, são quase 130.000 servidores ativos. Tanto no nível federal quanto no distrital, parte dessa capacitação vem sendo realizada por meio de acordos com a UnB em todas as áreas relevantes para a prestação de serviços públicos. Neste sentido, o curso proposto de GIPP atenderá também a estes profissionais, promovendo tanto uma ampliação do conhecimento quanto o desenvolvimento de novas abordagens e visões.

O Curso ora proposto trará consigo abordagem voltada à promoção de processos de governança em redes de políticas públicas e ao estímulo de competências e habilidades para a inovação e mudança, com sentidos de intervenção sociopolítica, para aperfeiçoar a efetividade de bens e serviços públicos. Esse desenho é aberto a profissionais do setor público, do setor privado e do setor público não-estatal e, por seu propósito, abertura e caráter interdisciplinar, distingue-se dos demais cursos profissionais oferecidos no Centro-Oeste.

Há doze cursos de mestrados profissionais correlatos a políticas públicas e seus processos gestionários no Centro-Oeste, em instituições prestigiosas como a UnB, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), o Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), a Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), a Universidade Católica de Brasília (UCB), o Centro Universitário de Brasília (IESB), o Instituto de Direito Público (IDP) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Apenas esta proposta traria para a região o enfoque da governança e da inovação em políticas públicas, inclusive como área de concentração. Ademais, a rede de cursos de mestrado profissional, grupos de pesquisa e iniciativas de extensão voltadas a políticas e gestão pública poderá ser fortalecida pela eventual instauração do GIPP.

Caracterização da demanda a ser atendida

Brasília, por ser a capital do país, concentra em seu território as principais instituições de caráter nacional e internacional. Os poderes executivo, legislativo e judiciário brasileiros, organizados em dezenas de instituições setoriais, estão sediados em espaços próximos a agências da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), agências de Financiamento e cooperação internacional como o Banco Mundial, FMI, etc. Partidos políticos, confederações sindicais e organizações não-governamentais também contam com sedes nacionais no Distrito Federal.

Regionalmente, Brasília participa de modo protagonista da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), constituída pelas 31 regiões administrativas do Distrito Federal, por vinte e nove municípios de Goiás e quatro municípios de Minas Gerais. Brasília também é sede da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), responsável por contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais, estimulando planos, programas e laços entre setor público e privado, sociedade civil e organizações internacionais.

Também é relevante para esta proposta atender à demanda para qualificação de profissionais e gestores atuantes na aplicação e análise dos recursos da sociedade colocados à disposição das Organizações da Sociedade Civil, seja por meio de transferência direta de recursos financeiro-orçamentários, seja por meio de renúncia fiscal de tributos federais, estaduais e municipais. Inserem-se, neste contexto, as Organizações da Sociedade Civil que exercem atividades de educação, saúde, assistência social e outras que são beneficiadas com recursos públicos para execução de projetos, de forma direta e/ou indireta, cuja prestação de contas deve explicitar e comprovar os benefícios efetivamente obtidos pela população-alvo e/ou pelo meio ambiente, com a alocação adequada dos recursos, como resultado dos serviços dos prestados pela Organização da Sociedade Civil.

Nesta proposta, compreende-se desenvolvimento enquanto conjunto de mudanças promovidas por articulações transversais, em governança aberta, multiatorial, exigente de dispositivos tecnopolíticos entre as fronteiras entre o estatal e do não-estatal, transitando do local ao transnacional. Por voltar-se à produção de pesquisa e intervenção para construção de desenvolvimento, justifica-se a instauração do Mestrado Profissional Interdisciplinar GIPP em Brasília, onde será possível produzir conhecimentos, técnicas, capacidades e habilidades relevantes.

Histórico do curso

A proposta de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Governança e Inovação em Políticas Públicas (GIPP) é realizada com o sentido de convergência entre as iniciativas de caráter inter e transdisciplinares do campo da GIPP, nos âmbitos da pesquisa, ensino, extensão, cooperação internacional e popularização de conhecimentos em ciência e tecnologia que vêm ocorrendo no no seio da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) da Universidade de Brasília.

No início dos anos 2000, novos cursos relacionados à gestão pública e às políticas públicas começaram a estabelecer formatos interdisciplinares, com diferentes nomenclaturas, tais como administração pública, gestão de políticas públicas, políticas públicas, gestão social, dentre outros. Esse movimento levou à reorientação de processos avaliativos pelas agências de regulação e fomento nacionais. Tais esforços vêm sendo realizados por uma articulação nacional de professores e pesquisadores, culminando no estabelecimento do chamado Campo de Públicas. Professores que participam desta proposta de mestrado profissional são também engajados no processo científico e profissional de fortalecimento do Campo de Públicas, que traz em seu repertório temático de modo relevante as dinâmicas de governança e inovação em políticas públicas.

Professores vinculados ao Departamento de Gestão de Políticas Públicas (GPP), por seu envolvimento com os propósitos deste projeto, são condutores desta proposta, em parceria com colegas atuantes nos demais departamentos da FACE. Os professores de GPP têm trajetórias acadêmico-profissionais nas áreas da sociologia, da gestão pública, da economia, da geografia humana, da psicologia organizacional do planejamento urbano e territorial, de estudos da integração latino-americana e do desenvolvimento e cooperação internacional. Articulam-se a colegas da FACE que atuam nos campos das ciências contábeis, da economia política, da administração, da psicologia e da engenharia. Colaboram com esta proposta também dois colegas externos à Universidade de Brasília, uma atuante no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e um no Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), ambos profissionais com nível de doutorado e atuantes em ciências sociais e jurídicas.

Esta configuração surge do entendimento de que a complexidade dos relacionamentos socioestatais para a realização das políticas públicas transcende os limites do campo da gestão pública e engloba os conhecimentos das demais áreas envolvidas neste projeto. Tal consideração da diversidade assemelha-se àquela presente na composição e nos propósitos dos grupos e laboratórios de pesquisa liderados (ou co-liderados) por docentes-pesquisadores desta proposta. São os casos dos grupos Estudos e Pesquisas em Governos Locais (GEPGL); Previdência Social no Brasil: equilíbrios e perspectivas; Laboratório de pesquisa no terceiro setor (LPETS), que participam da linha de pesquisa “Governança Pública, Terceiro Setor e Contabilidade”; dos grupos Estado, Regulação, Internet e Sociedade (GERIS); Laboratório de Pesquisas sobre Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático (LAP2D); Inovare de Estudos sobre Mudança nas Organizações e Redes Sociais; Laboratório de Gestão de Políticas Penais (LabGEPEN); Lei e Sociedade; Gestão e Políticas do Trabalho (GEPOLT); Processos de Inovação e Aprendizagem em Políticas Públicas e Gestão Social, que compõem a linha de pesquisa “Ação Pública e Inovação”; e do Grupo de Pesquisa em Instrumentos e Tecnologias de Gestão (GEPIN), que participa das duas linhas de pesquisa.

Os laboratórios e grupos mencionados articulam-se internacionalmente, como são os casos do GEPIN, do LAP2D e do GERIS, que colaboram com iniciativas de pesquisa ibero-americanas do campo da gestão pública e inovação em relações com o *Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas* (GIGAPP), e da *Red Tecnopolítica*. O LAP2D também estabeleceu painel voltado à Governança Intersetorial durante a IV *International Conference on Public Policy* (ICPP) (Painel T06P05, Montreal, 2019). O GERIS viabilizou em Brasília o I e o II Simpósios Internacionais em Inovação e Governança Digital (UnB e Fiocruz, 2014 e 2016). O LabGEPEN, por sua vez, colaborou neste ano com diálogos voltados à reforma da gestão penitenciária na Bolívia e realizou na FACE/UnB o I Seminário Internacional em Gestão de Políticas Penais (UnB, 2018). Também o grupo Processos de Inovação e Aprendizagem em Políticas Públicas e Gestão Social já realizou na Universidade de Brasília duas edições do “Seminário Internacional Perspectivas Democráticas em Políticas Públicas”, contando com a participação de palestrantes da *SciencesPo* (França), da Universidade de Barcelona (Espanha), da Universidade de Bolonha (Itália) e da Universidade de Humboldt (Alemanha). Ademais, o Laboratório de pesquisa no Terceiro Setor (LPETS) vem coordenando esforços para estabelecer na UnB, neste ano, a Conferência Internacional do Terceiro Setor, junto a pesquisadores da *Aston Business School* (Inglaterra) e da *Universidad Tecnica Federico Santa Maria* (Chile). Há ainda iniciativas transnacionais de pesquisa no campo do desenvolvimento metropolitano e socioeconômico em parceria com o *Institut de Recherche sur le Développement* (IRD, Paris) e com a Universidade de Colônia (Alemanha); e iniciativas em colaboração com o Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAZ), contribuindo com a organização do I e do II Fórum Internacional sobre a Amazônia (FIA), realizados em 2015 e 2019.

Há ainda iniciativas extensionistas, que são viabilizadas no seio dos grupos liderados por professores do GIPP. São os casos dos Projetos de Extensão do LPETS, do grupo Processos de Inovação e Aprendizagem em Políticas Públicas e Gestão Social e do GEPOLT, este último inclusive realizando atividade de extensão inovadora em “Tecnologias sociais de geração de

emprego, trabalho e renda para mulheres na Cidade Estrutural” no Pólo da Estrutural da UnB. O LabGEPEN também realiza ações extensionistas, no formato de cursos abertos à comunidade.

A construção desse programa reforça a identidade entre os docentes que já se reconhecem para atuação conjunta em projetos coletivos, inclusive, com aliados institucionais. É o caso do projeto de pesquisa em andamento sobre Governança para Instituições do Ensino Superior, coordenado pela professora Magda Lúcio, com participação de docentes do CCA e do GPP, realizado para a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. É também o caso do curso em andamento de especialização em “Orçamento e Políticas Públicas”, oferecido para o Ministério da Saúde, coordenado pelo professor José Marilson Dantas, com ministração de disciplinas por professores do CCA e do GPP. O Ministério da Saúde também apoiou, em 2017, o desenvolvimento da pesquisa de aprimoramento da articulação e cooperação interfederativa para análise, estudos e apoio ao planejamento, regionalização e articulação entre os entes federados frente à gestão do SUS, coordenada pela professora Magda Lúcio. Os professores Dorian Daroit (ADM), Luiz Fernando Bessa (GPP) e Magda Lúcio (GPP) também desenvolveram com outros colegas da FACE, em 2013, uma metodologia de planejamento estratégico para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Ainda no âmbito das redes nacionais, docentes que estruturam esta proposta cooperam com associações científicas como a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP), a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER - SH), a Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) e ainda com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do CNPq para a Democracia Digital (INCT-DD). Foram organizados por professores componentes desta proposta importantes eventos tais como o V Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER, UnB, 2016), o I Fórum das Pós-Graduações Interdisciplinares (UnB, 2018), e o I e II Encontros Nacionais de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP, UnB, 2015 e 2017). No último caso, cinco professores participantes desta proposta continuam contribuindo com a ANEPCP para a terceira edição do evento, previsto para este ano (III ENEPCP, Natal, 2019), seja na comissão científica ou na coordenação de sessões temáticas correlatas a GIPP.

O núcleo que articula as iniciativas desses campos diversos consiste na compreensão de que tanto para o olhar inovador sobre os problemas, quanto para a construção de novos relacionamentos institucionais cooperativos que levem a cabo a tarefa de promover maior efetividade das políticas públicas, a construção de saberes e as intervenções sobre a realidade deles decorrentes requer o diálogo entre distintas ciências.

As tecnologias e as inovações têm sido abordadas em seu significado econômico a partir da organização industrial e do trabalho, como nas obras de clássicos da economia política (Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus) e da crítica da economia política (Karl Marx e Friedrich Engels), e como fontes da dinâmica econômica e tecnológica e de desenvolvimento dos países na economia evolucionária, a partir dos anos 1970, a qual deriva dos estudos pioneiros de Joseph

Schumpeter. No Brasil dos anos 1950, Celso Furtado, ligado ao pensamento estruturalista e desenvolvimentista latino-americano, problematizou a relação entre (sub)desenvolvimento e (incorporação inapropriada do) progresso técnico.

Do ponto de vista conceitual, nestas abordagens de origem econômica, as inovações são entendidas como novas combinações de recursos tangíveis e intangíveis ligadas a pressupostos científicos (principalmente positivistas) de conhecimento e intervenção sobre o mundo. Seriam desenvolvidas no intuito de solucionar problemas nas mais variadas áreas das atividades humanas e, principalmente, gerar lucros para as empresas que as utilizam e produzem, e desenvolvimento tecnológico para os países.

Outra linha de investigação surge com os autores da Escola de Frankfurt, como Walter Benjamin, Theodor Adorno, Max Horkheimer e Jürgen Habermas que, partindo de estudos marxistas, desenvolveram a crítica da Modernidade, aliando à crítica política e social à crítica científica e tecnológica. Esta abordagem que não desvincula economia e sociedade na geração de inovações consolidou-se nos anos 80 como estudos sociais da ciência e tecnologia e foi responsável por ampliar a compreensão da importância das inovações em nossa organização política e social. Conceitualmente, esta compreensão de inovação representaria a capacidade da ciência de gerar ferramentas de ação sobre a natureza e a sociedade, assumindo um papel central na maneira como nos relacionamos com o mundo que nos cerca e do qual fazemos parte. Essa centralidade das tecnologias e inovações em nossas relações com o mundo e nossa dependência de suas aplicações, desenvolvimentos e efeitos para a organização das sociedades acabou por ampliar os estudos sobre seus significados e papéis, bem como sobre a dinâmica de sua geração.

Os mecanismos culturais e sociais de construção das inovações, seus impactos e influências, passaram a abarcar a compreensão de redes sociotécnicas ou tecnopolíticas e a representação de valores e significados imbricados na construção e uso das inovações. Considerando estes aportes à compreensão e estudo das tecnologias, entendemos as mesmas como relações concretas que são estabelecidas entre elementos imateriais e materiais que dão suporte a uma visão específica de mundo e que constroem novas relações e elementos em um processo dinâmico e transformador.

A governança também possui inicialmente uma trajetória ligada ao setor privado. Os estudos de Ronald Coase na década de 1930 e, posteriormente, de Oliver Williamson indicam a necessidade de mecanismos de coordenação interna e externa às firmas como forma de influenciar sua competitividade. Nos anos 1960, desenvolve-se o termo governança corporativa que se refere à estrutura e ao funcionamento do conjunto de políticas de uma organização embasado em articulações de poder entre os acionistas. Esta visão institucionalista resulta no desenvolvimento de instrumentos e técnicas de gestão que, atualmente, disseminaram-se pelo setor privado.

Para reconhecer tal trajetória histórica no campo de GIPP no setor público, embora já presente nos anos 1970, a literatura da governança desenvolve-se mais fortemente na década de 1980 com base nos documentos e recomendações do Banco Mundial, os quais se referem à governança

como o exercício do poder estatal para a condução de políticas públicas econômicas e sociais e seus resultados sobre o desenvolvimento. A governança torna-se, assim, relacionada ao bem comum e à democracia. Esta visão inicial desenvolve-se sempre ligada à concertação de interesses, englobando atores heterogêneos e sua participação democrática e volta-se para mecanismos de *accountability* e controle social como essenciais aos processos democráticos que orientam as relações entre Estado, mercado e sociedade.

O PPGGIPP e as iniciativas de pesquisa que o suportam congregam os propósitos da UnB, onde também se situam. Concebida junto ao projeto de construção de Brasília, a UnB foi instaurada em dezembro de 1961. A Fundação Universidade de Brasília, mantenedora da UnB, é Pessoa Jurídica de Direito Público Federal instituída pela Lei nº 3.998 de 1961, sob o CNPJ 00.038.174/0001-43. Em sua criação e idealização, foram indispensáveis aos propósitos gerais o antropólogo Darcy Ribeiro. No que tange aos sentidos pedagógicos, protagonizou Anísio Teixeira. Já a proposta arquitetônica da Universidade ficou a cargo de Oscar Niemeyer.

A UnB é conformada por quatro campi: situado na Asa Norte está o campus Darcy Ribeiro, desde a fundação da universidade; o campus Planaltina, o campus Gama e o campus Ceilândia, situados em Regiões Administrativas de mesmo nome, foram instaurados entre 2006 e 2008.

Situada no Campus Darcy Ribeiro e instituída em 2003, a FACE substituiu a antiga Faculdade de Estudos Sociais e Aplicados da UnB. Em sua instauração, a FACE era composta pelos Departamentos de Ciências Contábeis e Atuariais, Economia e Administração. Em 1963, estabeleceu-se o curso de Economia; 1966, o curso de Administração; em 1977, o curso de Ciências Contábeis e Atuariais. Em 2009, o curso de Gestão de Políticas Públicas passou a integrar a unidade na qualidade de consórcio e, em 2015, na qualidade de Departamento.

A Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) conta com grupos de pesquisa consolidados, iniciativas em extensão universitária, iniciativas de especialização e programas de pós-graduação tanto na modalidade acadêmica (quais sejam: Economia, Ciências Contábeis e Administração) como também na modalidade profissional. Inclusive, a Faculdade já possui tradição na oferta de cursos *strictu sensu* de qualidade em modalidades acadêmica e profissional. A FACE, unidade sede do curso, apresenta três cursos de mestrado e doutorado acadêmicos e dois cursos de mestrado profissional, todos eles vinculados à áreas de concentração eminentemente disciplinares.

O Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/FACE/UnB) existe desde 1976 enquanto curso de mestrado, sendo o doutorado estabelecido em 2006. O PPGA também apresenta o curso de Mestrado Profissional em Administração Pública, desde 2004, direcionado para turmas de órgãos públicos. Ainda no âmbito da FACE, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCONT) possui como objetivo a formação de pesquisadores na área. O Programa de Pós-Graduação em Economia da FACE/UnB trata de temas relacionados à política

econômica e sua relação com outras políticas públicas como educação, saúde, previdência social e infraestrutura.

A proposta de curso novo ora apresentada visa preparar os discentes para a atuação e intervenção em processos multitoriais, cujos atores são, além de servidores públicos, também profissionais do mercado e de organizações sociais que possuam interface com o setor público na elaboração e realização de políticas públicas. O GIPP distingue-se por abordar fundamentalmente as políticas públicas por meio dos referenciais da governança e da inovação, no âmbito da ação pública. Assim, o enfoque é original por trazer com centralidade a concertação de diferentes atores na promoção de inovações públicas, sendo a gestão apenas um dos elementos considerados no arcabouço interdisciplinar proposto. Não há equivalência entre propósitos, áreas de concentração e linhas de pesquisa entre os programas da FACE, mas sim sentidos potenciais de articulação de saberes e iniciativas, dada a complementaridade de abordagens.

Os componentes do corpo docente que configuram a proposta ora apresentada possuem trajetórias acadêmico-profissionais que, se por um lado os vinculam aos departamentos de graduação da FACE, por outro lado os levam a reconhecer as demandas contemporâneas de tomada em conta da multidimensionalidade dos problemas públicos e da necessidade de articulações de saberes e práticas oriundos de diferentes áreas para a consecução da transformação e da efetividade em políticas públicas. Tal reconhecimento dos desafios atuais aponta para a importância da construção do GIPP como um novo programa de pós-graduação na FACE/UnB, congregando sentidos dialógicos e interdisciplinares.

Cooperação e intercâmbio

Os membros do corpo docente envolvidos com esta proposta atuam em iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e articulação da comunidade científica junto a instituições, associações e redes nacionais e internacionais. Há diversos processos de colaboração interinstitucional em curso, destacamos os mais relevantes:

Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP)

- [Christiana Freitas, Magda de Lima Lúcio, Rosana Boullosa \(participam do Conselho Consultivo da ANEPCP\); Ana Paula Vidal Bastos; Doriana Daroit, Fernanda Natasha Bravo Cruz, Luiz Fernando Macedo Bessa \(colaboram com outras iniciativas da ANEPCP\).](#)
- A noção de campo de públicas é compreendida como campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da

democracia. Sua expressão no âmbito do ensino é configurada por um número crescente, notadamente a partir de 2005, de cursos de graduação, sobretudo de bacharelado, com as denominações de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas. No âmbito da pós-graduação também vem despontando grande número de novos cursos, com variadas denominações particulares. Conquistou reconhecimento e identidade institucional em 2014, como campo de formação acadêmica e profissional, com a edição de Diretrizes Curriculares Nacionais próprias. Nesse contexto, vem se estabelecendo a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa no Campo de Públicas (ANEPCP). Há 06 professores do Departamento de Gestão de Políticas Públicas (GPP) que participam desta proposta e são representados pela associação, tendo colaborado com os Encontros Nacionais e Fóruns promovidos pela associação. Três dentre eles atuam ou atuaram na diretoria ou no conselho consultivo da ANEPCP.

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER - SH)

- [Doriana Daroit \(é tesoureira da ANINTER-SH\), Luiz Fernando Macedo Bessa \(participa da ANINTER-SH na condição de coordenador de curso interdisciplinar\)](#)
- A ANINTER-SH é composta por programas de pós-graduação da área Interdisciplinar da CAPES, sendo que a maioria dos programas associados pertencem às Câmaras I e II. No entanto, especialmente nos últimos dois anos, a associação vem envolvendo programas de outras câmaras, por meio de seu congresso anual - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades em sua oitava edição em 2019, e do apoio ao fórum de coordenadores da área - Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares em sua terceira edição em 2019, de forma a ampliar os debates acadêmicos e também sua representatividade. A ANINTER-SH busca promover a interação dos programas interdisciplinares, com o objetivo de gerar trocas de experiências que englobam tanto a pesquisa quanto os desafios de gestão dos programas interdisciplinares. Esta proposta surgiu da necessidade de definir de forma mais adequada os critérios para o entendimento do que seja uma ciência interdisciplinar e como a mesma deve ser avaliada. No corpo docente proposto para o PPGGIPP há docentes que participam da ANINTER-SH (uma docente é membro da Diretoria da associação) e contribuem com os debates que têm sido acolhidos no âmbito da CAPES.

Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS)

- [Luiz Fernando Macedo Bessa, Rosana Boullosa \(participam da RGS\).](#)
- A noção de Gestão Social se aproxima de um ideal de gestão significativa e situada em seus processos dialógicos, mobilizadores, democráticos, inclusivos e emancipadores, contrapondo-se cada vez a processos gerencialistas tradicionais, isolados, burocráticos, privatistas e mercantis. O propósito da Rede e de seus pesquisadores inclui pensar a gestão como um processo que se dá a medida que atores sociais diversos se mobilizam, se conectam e criam formas inteligentes de aprendizagem ativa e desenvolvimento conjunto para organizações públicas, privadas ou sem fins lucrativos. A Rede de

Pesquisadores em Gestão Social congrega docentes e estudiosos de todo o país e já organizou dez edições de seu Encontro Nacional de Gestão Social (ENAPEGS).

Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

- [José Antônio de França, membro da Comissão Administradora do Exame de Qualificação Técnica \(CAE\) – Perito Contábil](#)
- O CFC é uma Autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público. O CFC é integrado por um representante de cada estado e mais o Distrito Federal, conforme a Lei 11.160/05 e tem, entre outras finalidades, o propósito de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade, cada um em sua base jurisdicional, nos Estados e no Distrito Federal; decidir, em última instância, os recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais, além de regular acerca dos princípios contábeis, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

Câmara técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF)

- [Diana Vaz de Lima, representante titular da Confederação Nacional de Municípios \(CNM\)](#)
- A CTCONF é responsável por subsidiar a elaboração, pela secretaria do tesouro nacional, das normas gerais relativas à consolidação das contas públicas referidas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Tem caráter técnico e consultivo, manifestando-se através de recomendações consignadas em atas, e deve nortear-se pelo diálogo permanente, tendente a reduzir divergências e duplicidades, em benefício da transparência da gestão contábil e fiscal, da racionalização de custos nos entes da federação e do controle social.

Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas (GIGAPP) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte

- [Doriana Daroit, Christiana Freitas, Luiz Fernando Macedo Bessa \(participam de acordo formal com o GIGAPP e a UFRN\); Fernanda Natasha Bravo Cruz, Magda de Lima Lúcio, Diana Vaz de Lima, Rosana Boullosa \(colaboram com outras iniciativas do GIGAPP\).](#)
- O Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas consiste em associação sem fins lucrativos, de âmbito internacional, estabelecido sob a lei espanhola. O GIGAPP é uma iniciativa impulsionada por acadêmicos e pesquisadores com o propósito de contribuir ao debate e à geração de novos conceitos, enfoques e marcos de análises nas áreas de governo, gestão e políticas públicas, fomentando a criação de espaço de intercâmbio e colaboração permanente, e facilitando a construção de redes e projetos conjuntos sobre a base de atividades de docência, investigação, assistência técnica e extensão. Há quatro professores do GPP e uma professora do Adm que participam desta proposta e colaboram com o GIGAPP em termos de atuação na rede de pesquisadores, colaboração frequente com a coordenação e participação em grupos de trabalho do

Congresso Internacional em Governo, Administração e Políticas Públicas (que estará em sua décima edição em 2019) e em acordo de cooperação entre a UnB, o GIGAPP e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para o desenvolvimento de pesquisa internacional interdisciplinar, afeita aos temas de governança e inovação em políticas públicas. Por meio do GIGAPP, os pesquisadores contribuem também com o Grupo de Trabalho Projeto Latinno, sediado na Universidade de Humboldt, a primeira base de dados sistemática sobre as novas formas de participação em curso na América Latina, as chamadas inovações democráticas. O Latinno coletou dados sobre a evolução das inovações democráticas em 18 países da América Latina entre 1990 e 2016, codificados para 43 variáveis relacionadas ao contexto, ao desenho institucional e ao impacto de cada inovação.

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD)

- **Christiana Freitas (líder do Grupo de Pesquisa Estado, Regulação, Internet e Sociedade, que participa do INCT.DD)**
- O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD) é composto por uma rede de pesquisadores e universidades que reúne e coordena capacidade instalada em alto nível científico para atuar nos mais diversos campos da democracia e do governo digitais. Os projetos do INCT.DD envolvem a realização de estudos, prospecções e levantamentos que subsidiam a tomada de decisão no planejamento e nas várias fases da implementação de projetos, com relatórios na forma de benchmark e com a indicação de procedimentos e formatos considerados ideais (melhores práticas) para a concepção a ser adotada; o provimento de expertise técnico-científica na forma de assessoria e consultoria; planejamento (preparação e concepção) e implementação de projetos; desenvolvimento de soluções digitais ou supervisão do desenvolvimento técnico; desenvolvimento e aplicação de instrumentos de avaliação; o acompanhamento de projetos e iniciativas em execução, incluindo-se prova do conceito e avaliação de maturidade, segundo padrões internacionais; treinamento da equipe de TI e de governança de projetos; formação acadêmica qualificada para técnicos e agentes envolvidos no planejamento, na gestão e na execução de projetos; auxílio às instâncias governamentais no cumprimento das exigências legais relacionadas à transparência pública e fiscal e a dados abertos governamentais, nomeadamente, o que determinam a Lei Complementar 131, de 27/05/2009 (Lei da Transparência), Lei 12.527, de 18/11/2011 (LAI), e o Decreto no 8.777, de 11/05/2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. O Grupo de Pesquisa sobre Estado, Regulação, Internet e Sociedade (GERIS) é liderado por professora integrante desta proposta e, no momento, coordena pesquisa que possui apoio institucional do INCT.DD. A pesquisa, intitulada “*Democracia versus censura e modulação de comportamento e de políticas na internet: Mapeamento e Análise das Redes de Governança Digital na América Latina e Caribe*”, conta com uma doutoranda e uma mestranda da Faculdade de Comunicação (da linha de pesquisa de Políticas de Comunicação, da qual a líder do grupo faz parte), quatro alunos de graduação, sendo uma delas bolsista PIBIC pelo INCT.DD.

Red Tecnopolítica: Redes, Poder y Acción Colectiva

- [Doriana Daroit, Christiana Freitas, Fernanda Natasha Bravo Cruz \(pesquisadoras da rede internacional\)](#)
- A rede permanente "Tecnopolítica: Redes, Poder y Acción Colectiva" é um espaço de debate, reflexão e praxis tecnopolítica, que coloca em cena discussões chave que reinventam a função acadêmica a partir de práticas culturais, lutas e processos criativos e concretos de empoderamento comum como instrumento para superar desafios e objetivos sociais chaves de nosso tempo. A rede gera conhecimento fundamental sobre comunicação para o desenvolvimento de novas tecnologias desde o ponto de vista da inovação das redes sociais surgidas de aplicações web e que fazem parte dos processos sociopolíticos contemporâneos, desenvolvendo inclusive ferramentas para a colaboração cidadã e a co-criação de espaços democráticos. Duas professoras do GPP e uma professora do Adm participam desta proposta e colaboram com a Rede, que conta com universidades da Espanha, da Itália, do Reino Unido, da Holanda e do Brasil.

Universidade e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva

- [Ana Paula Vidal Bastos \(pesquisadora da rede internacional\)](#)
- O projeto objetiva a construção de massa crítica para o desenvolvimento no Brasil de uma área temática centrada na contribuição das Instituições de Ensino Superior (IES) ao desenvolvimento das regiões em que estão inseridas. Para tanto, este projeto está estruturado em quatro eixos temáticos a terceira missão das IES, a qualidade educacional na promoção do crescimento econômico, a eficiência das IES, e a governança e o financiamento das IES públicas que proporcionarão um diagnóstico profundo acerca da realidade brasileira no que tange ao papel das universidades no processo de desenvolvimento regional e, ao mesmo tempo, a formação de recursos humanos capazes de disseminar essa relevante discussão a partir de seus centros de pesquisa. Colaboram com a rede: uma representante do GPP da Universidade de Brasília, que contribui com esta proposta, a Universidade de Évora, Portugal; a Universidade de Karlstad, Suécia; e a Universidade de Newcastle, Reino Unido. O projeto envolve ainda 02 estudantes de graduação, 01 de mestrado e 01 de doutorado.

Cidades Gateway e seu interior: cidades globais do Sul Global como nós em cadeias globais de commodities

- [Ana Paula Vidal Bastos \(pesquisadora da rede internacional\)](#)
- Este projeto persegue quatro objetivos. Primeiro, capturaremos fatores de contexto que influenciam o impacto da densidade, distância e divisão na interação das cidades de passagem e sua respectiva esfera de influência. Em segundo lugar, combinando pesquisa sobre cidades globais e cadeias globais de commodities, superaremos a desincorporação das cadeias globais de commodities, reconectaremos as cidades globais ao seu interior e nos concentraremos nos fluxos inter-locais que são o próprio fundamento das cidades globais. Terceiro, mostraremos que as cidades globais interligam suas respectivas periferias globalmente porque são aglomerações de empresas transnacionais, indústrias

relacionadas e prestadoras de serviços de produção, são centros de transporte e oferecem um ambiente institucional favorável aos negócios transnacionais. A seguinte questão principal será respondida: Como a densidade, a distância e a divisão (variáveis independentes) condicionam a interligação global da periferia da economia mundial (variável dependente) pelas cidades de passagem no Sul Global. Nosso quarto objetivo é aperfeiçoar metodologicamente as pesquisas sobre cidades globais e cadeias globais de commodities. Se as metodologias quantitativas não medem convincentemente os fluxos entre cidades. Metodologias qualitativas apenas levam a conclusões mais ou menos plausíveis. Os bancos de dados sobre investimentos que usaremos capturam os fluxos que formam cidades globais. Dado que não podemos captar totalmente o papel das cidades de gateway com a ajuda de dados quantitativos, aplicaremos adicionalmente uma metodologia qualitativa que se aproxima de uma análise intersubjetivamente verificável de entrevistas com especialistas e mapas cognitivos. O projeto envolve uma professora do Departamento de Gestão de Políticas Públicas vinculada a esta proposta e ao Global South Center Studies, da Universidade de Colônia, Alemanha, e da Universidade de Campinas (Unicamp). Os professores das universidades referidas atuam com a colaboração de estudantes de graduação (02), de doutorado (03) e de mestrado (02).

Futuros (en)cadeados - impactos socio-econômicos dos corredores de desenvolvimento

- [Ana Paula Vidal Bastos \(pesquisadora da rede internacional\)](#)
- Durante décadas, os corredores de crescimento foram usados como instrumentos de política regional em inúmeros projetos em todo o mundo, inspirados pela abordagem simplista dos estágios de crescimento de Rostow (1953). Após a contextualização da relevância da pesquisa, pretende-se re-avaliar os impactos deste instrumento de desenvolvimento, através da comparação das condições histórico-institucionais diversas. Ou seja, perceber quais as diferenças e as semelhanças entre este novo modelo mais abrangente e os anteriores de logística e a importância da governança nos contextos a analisar. O foco conceitual, por um lado, distingue entre um “futuro de probabilidades” com base nos fatos materiais da transformação sócio-ecológica, e um “futuro de possibilidades”, que se refere às aspirações, imagens e práticas da sociedade estudando processos de acoplamento entre o social e os subsistemas ecológicos (como o atual corredor Bi-Oceânico que sai do Mato Grosso do Sul até ao porto de minério de Antofagasta, Chile; passando pelas regiões com maior presença indígena do Paraguai e da Argentina). Podemos discorrer sobre implicações atuais através da comparação com processos passados de corredores de logística que ocorreram em ambientes semelhantes mas com arranjos institucionais diferentes (corredor do Grande Projeto Carajás, BR163 e BR230), avaliando as mudanças de uso da terra e de atividades ao longo do tempo. Este projeto, pretende ainda, fazer comparações com os estudos que estão a ocorrer sobre o Corredor de Desenvolvimento de Walvis Bay-Ndola-Lubumbashi (WBNLDC) através da Área de Conservação Transnacional KAZA e do Corredor de Crescimento Agrícola do Sul da Tanzânia (SAGCOT), ambos na África Sub-Sahariana. O projeto envolve uma professora do Departamento de Gestão de Políticas Públicas vinculada a esta proposta e

ao Global South Center Studies, da Universidade de Colônia, Alemanha. Os professores das universidades referidas atuam com a colaboração de estudantes de graduação (05), de doutorado (04) e de mestrado (02).

“Desenvolvimento, território e ambiente: as transformações e perspectivas na Área Metropolitana de Brasília (AMB)”

- Luiz Fernando Macedo Bessa (coordenador da Cooperação bilateral entre a Universidade de Brasília/UnB e o *Institut de Recherche pour le Développement/IRD* (França) com o apoio do CNPq (Acordo Bilateral- IRD/UnB/CNPq- Processo CNPq nº490628/2013-3).
- O objetivo do projeto é realizar uma reflexão crítica atualizada e prospectiva sobre o conjunto da Área Metropolitana de Brasília como laboratório potencial de construção de novas categorias analítico compreensivo acerca do conceito de desenvolvimento. O projeto está estruturado em três eixos temáticos articulados e complementares: (i) governança urbana, (ii) valorização do patrimônio e o desenvolvimento local, (iii) desigualdade, diferença e exclusão sócio espacial. A governança urbana é entendida como a interação entre os múltiplos atores sociais e a evolução do processo de tomada de decisão e das práticas de gestão de políticas públicas. A valorização do patrimônio, entendido em sua dimensão mais abrangente como o patrimônio econômico, social, cultural e ambiental, aí incluído o projeto urbanístico tombado, visão necessária para explorar e definir novas formas de gestão eco-sócio-ambiental para o desenvolvimento local. Por fim, ao tratar de desigualdade, diferença e exclusão nos referem-se a todos os processos sociais e culturais que definem olhares sobre o Outro de tal forma a negar sua alteridade por meio de violências explícitas ou não. Nesse sentido, a ausência ou não efetividade de políticas públicas sociais, tais como educação, saúde, habitação, entre outras, expressam vulnerabilidades socioambientais assim como relações de poder entre Estado, mercado e sociedade.

Área de concentração

A área de concentração do programa “Governança e Inovação em Políticas Públicas” busca construir reflexão e ação concernentes aos problemas complexos e multidimensionais que caracterizam as sociedades atuais e que exigem a realização de políticas públicas para seu enfrentamento, a partir da articulação interdisciplinar de conhecimentos oriundos das ciências sociais aplicadas e das ciências sociais. Propõe-se investigar e intervir no campo das políticas públicas partindo do olhar sobre os nexos entre Estado, sociedade civil e mercado, como determinantes das dinâmicas de governança e inovação que moldam as políticas públicas e seus resultados.

Os processos democratizantes de construção e realização das políticas públicas fazem com que as esferas pública, social e privada tenham suas fronteiras continuamente deslocadas e construídas de forma contextual a partir da ação dos atores em interações e disputas em torno dos problemas e expectativas sociais, os quais buscam, em última instância, a transformação social.

Para que essas dinâmicas democráticas aconteçam, tanto a governança como a inovação são essenciais para o estudo e a intervenção sobre as políticas públicas. A governança é entendida como os processos de discussão, decisão e coordenação dos diferentes atores, referenciais, experiências, técnicas, capacidades e recursos. Por sua vez, a inovação é entendida como novos olhares sobre os problemas, novas formas de relacionamento institucional e entre os atores e novos produtos, serviços e processos.

No setor público, as inovações assumem contornos específicos, pois visam dar suporte aos direitos expressos constitucionalmente e transformados em políticas e programas por meio da governança da ação pública, ou seja, os objetivos de sua geração estão além da lucratividade, relacionam-se com a obtenção de resultados positivos para a sociedade. Inovar é um processo coletivo, que envolve escolhas e análises políticas sobre a abordagem dos problemas e sobre o futuro pretendido.

A área de concentração propõe a compreensão da articulação entre governança e inovação em políticas públicas focando o olhar sobre os movimentos dialógicos da ação pública que colocam em interação atores, representações, instituições, processos e resultados e da contabilidade e terceiro setor que visam elucidar os mecanismos que relacionam contabilidade, *compliance*, *accountability*, tributação, sustentabilidade e empreendedorismo com vistas tanto à compreensão das dinâmicas quanto da geração de instrumentos que permitam a intervenção sobre as políticas públicas e seus processos.

Para concretizar esta abordagem realizam-se estudos de caráter interdisciplinar que consideram interações multitoriais, dialógicas e transversais em temáticas como coprodução e codesign de inovação em políticas públicas, redes de políticas, esferas socioestatais, gestão social, tecnologia e inovação social, democracia e tecnologias de informação e comunicação, políticas de desenvolvimento, análise de políticas públicas, planejamento e orçamento público, controle social e *accountability*, relação entre Estado, mercado e terceiro setor, empreendedorismo social.

Desta forma, pretende-se capacitar profissionais para construir um entendimento interdisciplinar sobre formulação e realização das políticas públicas em contextos multitoriais complexos e, ainda, para intervir sobre a realidade a partir da compreensão da governança em fluxos relacionais e gestores entre Estado, sociedade e mercado por meio da construção de métodos, instrumentos e ferramentas inovadores.

Linhas de Pesquisa/Atuação

Ação pública e inovação

A linha de pesquisa "Ação pública e inovação" volta-se à construção de conhecimentos e técnicas para reconhecer desafios gestores, sociopolíticos, culturais e econômicos, e propor processos

inovadores e resolutivos para o Estado e a sociedade. Tem como propósito de incidência a promoção do desenvolvimento, viabilizando soluções para problemas públicos locais, regionais e nacionais por meio do design de novos instrumentos e tecnologias. Toma em conta a relevância de fóruns híbridos e a implementação de processos dialógicos entre técnicos, políticos, cientistas e cidadãos, reorientando a gestão dos setores das políticas públicas para caminhos inovadores concernentes à governança digital, ao estabelecimento de redes de políticas públicas e arranjos participativos multiatoriais.

Além disso, esta linha de pesquisa preocupa-se, especialmente, com a criação de novos espaços de ação pública, novas arenas, que permitam lidar com a incerteza por meio da abertura para o novo e para o inesperado. Fomenta-se a discussão da inovação conceitual, como a que dá origem à própria noção de “ação pública”, a partir da inovação do conceito de políticas públicas. A centralidade conferida à ação pauta-se na noção de que todo agir é potencialmente inovador. A ação pública e a gestão dependem, certamente, da inovação em suas mais diferentes facetas, pari passu às possibilidades da ampliação participativa e do aprofundamento democrático. Pretende-se lançar luz sobre reflexões complexas sobre o agir inovador, sobretudo porque inovar, no campo das políticas públicas, implica sempre em algum grau de ousadia e de risco.

A inovação, nesta perspectiva, não se restringe a avanços tecnológicos, mas compreende processos tecno-políticos de interação e de inter-relação entre sujeitos, atores e agentes sociais; inovações institucionais e não institucionais; mecanismos e pedagogias de participação integrada nos cenários de deliberação e de tomada de decisão; à interconexão e à transversalidade entre grupos, movimentos e pessoas, rompendo com a insularidade dos debates políticos; às análises e hibridações de modelos nacionais e regionais e às escolhas metodológicas (seja na Academia ou nos ambientes de gestão). Ademais, linha volta-se às relações entre conhecimento e inovação, problematizando o fato de que o conhecimento é condição necessária, mas não suficiente à inovação e reflete, a partir dessa premissa, sobre o papel das políticas públicas, que podem assumir o papel de mediadoras entre estas duas categorias.

Governança Pública e Terceiro Setor

A linha de pesquisa Governança Pública e Terceiro Setor contempla a pesquisa e a construção de conhecimentos, práticas e técnicas referentes às temáticas da governança, contabilidade, compliance, *accountability*, tributação, sustentabilidade e empreendedorismo. Tais temáticas devem concretizar-se, preferivelmente, nos setores público e nas organizações da sociedade civil, denominados primeiro e terceiro setores, sem deixar de considerar, entretanto, a promoção do diálogo com o mercado, denominado segundo setor. A ação articulada entre setores por meio de práticas de esferas da governança e da contabilidade vem se mostrando como um potencial caminho para a inovação em políticas públicas, seja em seus esforços descritivos, seja em seus esforços prescritivos.

Neste contexto, o objetivo desta linha de pesquisa é construir, difundir e aplicar conhecimentos associados a elaboração de intervenções técnicas e tecnológicas de governança pública que permitam compreender e avaliar a efetividade das ações de planejamento, orçamento e execução dos recursos públicos, provendo a melhoria dos padrões de regulação, implementação e avaliação

das políticas públicas e das ações sociais, com impactos positivos inclusive para o desejado controle social.

A partir da assunção de que a consistência desses objetivos representa um diferencial na preparação de gestores socialmente responsáveis, comprometidos com o desenvolvimento sustentável e seus objetivos, mas também com a dimensão ética, dos processos de decisão pública, esta linha de pesquisa está comprometida com pesquisas aplicadas e projetos de intervenção que reforcem a construção de um Estado democrático de direitos, no qual os mecanismos de controle social mostram-se fundamentais para o alcance de melhores padrões de desenvolvimento da gestão de políticas públicas.

Caracterização do curso – Detalhamento do curso

Nome

Governança e inovação em políticas públicas

Periodicidade da seleção

Anual

Objetivo do curso

O curso de mestrado profissional em Governança e Inovação em Políticas Públicas objetiva:

- (i) formar profissionais de excelência para atuação no serviço público, em organizações sem fins lucrativos, em empresas de consultoria, em instituições internacionais ou em universidades;
- (ii) desenvolver competências para o design de tecnologias de governança inovadoras;
- (iii) estabelecer competências para realização da ação pública e da governança por meio de processos dialógicos efetivos, voltados à solução de problemas públicos complexos;
- (iv) preparar profissionais com capacidade de intervenção em projetos de desenvolvimento local, regional e nacional por meio da operacionalização de programas e políticas;
- (v) desenvolver instrumentos e tecnologias de gestão com capacidade de realizar a análise orçamentária-financeira e a governança pública de maneira integrada.

Perfil do egresso

Os profissionais que já atuam nos órgãos de governo nacional e distrital, agências regionais e internacionais, federações e confederações temáticas e entidades do terceiro setor, encontrarão neste Mestrado Profissional a oportunidade de desenvolver formação avançada referente aos

nexos entre conhecimentos e práticas da governança e inovação das políticas públicas, de maneira articulada e coordenada, entendendo a complementaridade entre os setores que compõem as instituições, as estratégias e interfaces possíveis para cooperação e *advocacy*, bem como a relação entre níveis e esferas de governo. Ademais, o egresso será capaz de atuar de modo mais qualificado em relevantes áreas das políticas públicas graças aos conhecimentos adquiridos no campo da *accountability*, do planejamento, de processos de coordenação e cooperação para a produção da ação pública, do *design* de políticas e instrumentos, do estabelecimento de competências para a promoção de inovação e do reconhecimento de técnicas e saberes concernentes a aspectos contábil-orçamentários. Tais competências e habilidades são indispensáveis à excelência nas relações estabelecidas entre os atuantes no governo na esfera nacional e subnacional, bem como a profissionais de instituições não-governamentais e internacionais. Centenas de órgãos e instituições voltados à produção de políticas públicas que participam de processos de governança compartilhada e que prezam por inovação e mudança em seus processos e resultados estão concentrados em Brasília, sede da proposta deste curso.

Créditos disciplinares

24

Créditos tese/dissertação

0- 8

Outros créditos

Vagas por seleção

20 vagas

Equivalência hora/crédito

1 crédito = 15 horas/aula

Descrição sintética do esquema de oferta do curso

Proposta de cronograma e fluxo de disciplinas:

1o Semestre

- Disciplina obrigatória: Governança e Inovação em Políticas Públicas (4 Créditos);
- Disciplina obrigatória: Metodologia de Pesquisa Interdisciplinar (2 Créditos);
- Disciplina optativa a escolha do estudante.

2o Semestre

- Disciplina obrigatória: Design de projeto de intervenção interdisciplinar (2 Créditos);
- Disciplina optativa de 04 créditos a escolha do estudante
- Disciplina optativa de 04 créditos a escolha do estudante

3o Semestre

- Elaboração de trabalho final
- Defesa de projeto de qualificação de trabalho final (no 12o mês)
- Disciplina optativa de 04 créditos a escolha do estudante

4o Semestre

- Elaboração de trabalho final
- Defesa do trabalho final (no 24o mês)

Lista de disciplinas optativas:

- **Accountability e ação pública**
- Ação pública e participação social
- Contabilidade aplicada à gestão pública
- Políticas públicas e (des)envolvimento territorial
- **Economia política e orçamento público**
- Empreendedorismo e terceiro setor
- Estudos críticos em políticas públicas
- Governança de políticas penais
- Gestão no terceiro setor
- **Gestão social e políticas públicas**
- Gestão transversal e redes de políticas públicas
- Inovação e mudança na ação pública
- Políticas de governança digital e os desafios à democracia
- Métodos inferenciais aplicados
- Políticas de emprego, trabalho e renda
- Tributação no terceiro setor

Diretrizes do trabalho final

O produto final a ser expresso corresponderá à viabilização do projeto de intervenção em GIPP, a ser construído contando com apoio do orientador e conforme as instruções desenvolvidas na disciplina “Design de Projeto de Intervenção Interdisciplinar”. O projeto deverá ser avaliado por banca de qualificação de projeto.

Os produtos aos quais concernem os trabalhos finais do PPGGIPP deverão ser viáveis, relevantes, concernentes à GIPP em perspectiva interdisciplinar, e serão estabelecidos em um formato (ou combinando mais de um formato) dentre os seguintes:

- Implementação de projeto de assessoria;
- Implementação de projeto de consultoria;
- Desenvolvimento de processo ou produto patenteável;
- Desenvolvimento de tecnologia social;
- Desenvolvimento de software;
- Elaboração de norma ou marco regulatório;

- Estudo de regulamentação;
- Organização de evento;
- Projeto de extensão à comunidade.

O trabalho de conclusão de curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar em GIPP, a ser orientado por professor do GIPP, e apresentado e avaliado em Banca de Defesa de Trabalho Final de Mestrado, deverá ser composto por:

- Um item de caráter acadêmico, em formato de artigo acadêmico, que traga introdução, discussão metodológica, discussão teórica, considerações analíticas e resultados referentes à aplicação do projeto de intervenção interdisciplinar;
- Um item de caráter técnico-profissional, que corresponda a denso relatório técnico descritivo do projeto de intervenção interdisciplinar;
- Um item sistematizado de apêndices e outro de anexos que comprovem a apresentação do produto técnico à contraparte (sociedade, instituições, órgãos governamentais, agências de fomento; vinculados às políticas públicas e à assistência, extensão ou produção do conhecimento).

Disciplinas

Nome: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Obrigatória

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Estado e políticas públicas. Ação pública. Diferentes abordagens ao campo da governança em políticas públicas: governança, desenvolvimento e os organismos internacionais; contabilidade e governança pública; governança colaborativa; governança digital; governança multinível. Inovação em políticas públicas: inovação e valor público, inovações democráticas, redes de inovações. Governança e inovação: a constituição política das tecnologias, instrumentos de ação pública, redes de políticas públicas.

Bibliografia

BRINGEL, B.; GOHN, M. G. **Movimentos sociais na era global**. São Paulo: Ed. Vozes, 2014.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo** – Ensaio sobre a sociedade neoliberal.. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Ce coucher qui n'en finit pas**. Paris: La Découverte, 2016.

DAROIT, D.; CRUZ, F. N. B.; BASTOS, A. P. V.; LARANJA, L. S. Gestão pública, democracia e direitos aos 30 anos da Constituição Federal. **Revista Nau Social**, v. 9, n. 17, p. 118-128, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/view/738/536>

FREITAS, C. S. **Inovação, governança digital e políticas públicas**: conquistas e desafios para a democracia. Belo Horizonte: Arraes Editora, 2016.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. São Paulo: Vozes, 2003.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAWLEY, M.; GRIEST, S. The Policy-Making Process. In: ARARAT, E. et alii (org.). **Routledge Handbook of Public Policy**. London: Routledge, 2013.

KOLIBA, C. J.; MEEK, J. W.; ZIA, A.; MILLS, R. W. **Governance networks in public administration and public policy**. 2ª ed. New York: Routledge, 2019.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologia da ação pública**. Maceió: Edufal, 2012.

LATOUR, Bruno. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LUNDVALL, B.; BORRÁS, S. Science, technology and innovation policy. In: FAGERBERG, J. et al. **The Oxford Handbook of Innovation**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MAZZUCATO, M.; PENNA, C. **The Brazilian Innovation System**: A Mission Oriented Policy Proposal. Brasília: CGEE, 2016. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/thebrazilian-innovation-system>.

MOLLO, M. L. R. e AMADO, A. M.. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 1 (53), abril/2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642115/0>

MORAN, M.; REIN, M; GOODIN, R. **The Oxford Handbook of Public Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Tradução de Carla Vicentini. Niterói: Eduff, 2018.

NOBRE, R. F. **O poder no pensamento social: dissonâncias**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

OSTROM, E. Background of Institutional Analysis and Development Framework, **Policy Studies Journal**, v. 39, n. 1, p. 7-27, 2011. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1541-0072.2010.00394.x>

OSTROM, E. **Governing the Commons** – The evolution of institutions. Cambridge - UK: Cambridge University Press, 1990.

PERL, A. International Dimensions and Dynamics of Policy-Making. In: ARARAT, E. et alii. **Routledge Handbook of Public Policy**. London: Routledge, 2013.

SCHIMTT, Sophie. Comparative Approaches to the Study of Public Policy-Making. In: ARARAT, Eduardo et alii, **Routledge Handbook of Public Policy**. London: Routledge, 2013.

PENTLAND, B. T.; FELDMAN, M. S. Narrative networks: patterns of technology and organization. **Organization Science**, v. 18, n. 5, p. 781-795, 2007. Disponível em: <https://pubsonline.informs.org/doi/pdf/10.1287/orsc.1070.0283>

PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (Org.) **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: IPEA : ENAP, 2018.

SALAMON, L. M. (Org.). **The Tools of Government: A Guide to the New Governance**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas**, Coletânea. Volumes 1 e 2. Brasília: ENAP, 2006.

TANZI, V. **Government versus Markets** – The Changing Economic Role of the State. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Design de projeto de intervenção interdisciplinar

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Obrigatória

Créditos: 02

Carga horária: 30 horas

Ementa:

Interdisciplinaridade nas ciências. Intervenção e ciência. O fazer aplicado: ação e prática; prática e campo. A experiência pragmática: entre Pierre Bourdieu e John Dewey. O problema do método

na fazer aplicado. O lócus da pergunta de pesquisa: compreendendo a dedução e indução, mas deslocando-se para a abdução. A natureza e as fronteiras da projeção em processos de intervenção: os sujeitos *em* pesquisa, objetivos *em* processo, contextos *em* situação de ação e o problema das temporalidades envolvidas. Reflexividade como caminho para profissionais *em* ação.

Bibliografia:

ARDOINO, J. A complexidade. In: MORIN, E. (org.). **A Religação dos Saberes: o desafio do Século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BEEBEEJAUN, Yasminah et al. Public harm or public value? Towards coproduction in research with communities. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 33, n. 3, p. 552-565, 2015.

BOULLOSA, R. F.; BARRETO, M. L. S. A Residência Social como experiência de aprendizagem situada e significativa em cursos de gestão social e gestão pública. **NAU - A Revista Eletrônica da Residência Social**, v. 1, p. 181-202, 2010.

BOULLOSA, R. F.. Preparando-se para içar as cordas: desenhando mapas provisórios para a Residência Social. **NAU - A Revista Eletrônica da Residência Social**, v. 1, n. 1, p. 241-245, 2010.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **Raisons Pratiques**. Sur la théorie de l'action. Éditions du Seuil, 1994.

BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Éditions de Minuit, 1980b.

CHEVALIER, Jacques M.; BUCKLES, Daniel J. **Participatory action research: Theory and methods for engaged inquiry**. Routledge, 2019.

FERRARA, L. D. A ciência do olhar atento. **Trans/Form/Ação**, v. 9-10, p. 1-7, 1987. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731987000100001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

FERRARA, L. D. Os estreitos caminhos do conhecimento. **Questões Transversais. Revista de Epistemologias da Comunicação**, v. 1, n.1, p. 58-65, 2013. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/5710>

FERRARA, L. D. Os Limites do Científico. **Significação**, São Paulo, v. 28, n. 15, p. 09-16, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/issue/view/5116>

FISCHER, F. **Confronting values in policy analysis**: the politics of criteria. United States of America, 1987.

MARÔCO, J. **Análise estatística com o SPSS Statistics**. 7ª edição. Lisboa: Report Number, 2018.

MAUSS, M. «Les techniques du corps», **Journal de Psychologie**, XXXII, n. 3-4, 15 mars – 15 avril, 1936.

MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Editora da UFF. Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, B. S. (Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**: “um discurso sobre as ciências” revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, B. S. **A Cor do Tempo Quando Foge**. Crônicas 1985-2000. Porto: Afrontamento, 2001.

SANTOS, B. S. **A Crítica da Razão Indolente**: Contra o Desperdício da Experiência. Porto: Afrontamento, 2000 (2ª edição). Também publicado no Brasil, São Paulo: Editora Cortez, 2000

SCHÖN, D., & REIN, M. **Frame reflection**: Towards the resolution of intractable policy controversies. New York, NY: Basic Books, 1994.

TOURAINÉ, A. O Método da Sociologia da Ação: A Intervenção Sociológica. **Novos Estudos Cebrap**, v. 1, n. 3, p. 36-45, 1982.

WEISS, C. **Evaluation Research**: Methods for Assessing Program Effectiveness. Prentice-Hall, 1972.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Metodologia de pesquisa interdisciplinar

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Obrigatória

Créditos: 02

Carga horária: 30 horas

Ementa:

O conhecimento metodológico interdisciplinar é um desafio, mas permite desenvolver a capacidade de refletir sobre as articulações entre as teorias e o espaço da pesquisa, bem como planejar adequadamente a realização da mesma. Desse modo, ele é fundamental na formação em Governança e Inovação em Políticas Públicas que, futuramente e ao longo do curso, realizarão

projetos de intervenção. Como o avanço das propostas teóricas no campo da Governança caracteriza-se por inovações, é necessário que estas sejam integradas em propostas metodológicas abrangentes e rigorosas. Isso reforça a importância da aquisição de parâmetros reflexivos e críticos no desenvolvimento de projetos. O objetivo, portanto, é reforçar a “vigilância epistemológica” no ato da elaboração de investigações que procurem intervir na realidade social. Por isso, o domínio de um conjunto de metodologias de pesquisa aplicada ou de intervenção interdisciplinar aparece como uma questão crucial, pois trata-se do próprio domínio das ferramentas científicas tanto do engajamento profissional quanto social, por parte do gestor.

Bibliografia:

ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 83, p. 11-35, 2017.

BACICH, L.; MORAN, J. (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 2015.

BECKER, H. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BETARELLI JUNIOR, Admir Antonio. **Introdução à análise qualitativa comparativa e aos conjuntos Fuzzy (fsQCA)**. Brasília: Enap, 2018.

CRESWELL, John. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ARAÚJO, Carmem E. Leitão. **Process tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade**. Brasília: Enap, 2018.

FERRARA, L. D. A ciência do olhar atento (La science de l'oeil attentif). **Trans/Form/Ação**, v. 9-10, p. 1-7, 1986. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31731987000100001&script=sci_abstract&tlng=pt

FEYERABEND, P. **Contra o Método**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Brasília: Líber Livro, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

HIGGINS, S. S.; RIBEIRO, A. C. **Análise de Redes em Ciências Sociais**. Brasília: ENAP, 2018.

JAPIASSU, H. **Como nasceu a ciência moderna e as razões da filosofia**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LAVILLE, C. e DIONE, J. **A construção do saber** – manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry (et. al.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

STAKE, Robert. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre, RS: Penso, 2011.

SILVA, Glauco Peres da. **Desenho de pesquisa**. Brasília: Enap, 2018.

SILVERMANN, David. **Qualitative research**. London: Sage Publications, 2016.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEJANO, R. **Parâmetros para análise de políticas: fusão de texto e contexto**. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

METELLO, Daniela Gomes. **Design etnográfico em políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018.

MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva** – pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MASSON, T. J. et al. Metodologia de ensino: aprendizagem baseada em projetos (PBL). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA – COBENGE, 40., Belém, 2012. **Anais...** Belém: ABENGE, 2012. Disponível em: <http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/7/artigos/104325.pdf>. Acesso em: 30 de jun. de 2016.

MORIN, E. **Introduction à la pensée complexe**. Paris: Seuil, 2007.

NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. **Modelo de equações estruturais: uma introdução aplicada**. Brasília: Enap, 2018.

NOWOTNY, H., SCOTT, P. e GIBBONS, M. **Re-thinking science: knowledge and the public in an age of uncertainty**. Cambridge: Polity, 2001.

SANTOS, B.S.S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1995.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

SILVERMANN, David. **Qualitative research**. London: Sage Publications, 2016.

SCHÖN, D. **Educando o Profissional Reflexivo**. Editora Artmed, 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 16.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2018.

VASCONCELOS, E.M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

YIN, Robert. **Pesquisa qualitativa: do início ao fim**. 1.ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Ação pública e participação social

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Conceitos de democracia representativa, participativa, associativa e deliberativa. Participação social e controle social: tendências na América Latina. Institucionalização da participação social no Brasil. Participação social e gestão de políticas públicas. Participação social e governança democrática.

Bibliografia

AVELINO, D.; ALENCAR, J. **Articulação e transversalidade: percursos da participação social no governo federal brasileiro**. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/171020_BAPI12_10.pdf

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opin. Publica**, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100002&lng=en&nrm=iso

DIEGUES, G. O controle social e participação nas políticas públicas: o caso dos conselhos gestores municipais. **Revista NAU Social**, v. 4, n. 6, p. 82 - 93, mai - out, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewFile/284/247>

GIANOLLA, C. Democratisation beyond the Crisis of Liberalism, Bringing Civil Society within the State, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 114, 187 -206, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/6820>

LASCOUMES, P; LE GALÈS, P. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, jul - dez, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1331/1048>

LAVALLE, A; HOUTZAGER, P; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, n. 67, p. 49-103, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a04n67.pdf>

LUCHMANN, L. H. H. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 20, n. 43, p. 3-30, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000300004&lng=en&nrm=iso

MILANI, C. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Rev. Adm. Pública**, v. 42, n. 3, p. 551-579, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000300006&lng=en&nrm=iso

PITKIN, H. Representação: palavras, instituições, ideias. **Lua Nova**, n. 67, p. 15-47, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200003&lng=en&nrm=iso.

ROMÃO, W. M. Reflexões sobre as dificuldades da implementação da participação institucional no Brasil. **Ideias - Políticas Públicas no Brasil: uma agenda de pesquisa**, V. 6, n. 2, p. 35-58, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649462/16017>

SANTOS, F. Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira. **Novos estudos - CEBRAP**, n. 96, p. 14-25, 2013. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a02n96.pdf>

SILVA, S. P. Democracia, políticas públicas e instituições de deliberação participativa: visões sobre a experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. (Texto para discussão, n. 2358). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/180118_td_2358.pdf. Acesso em: 30 de Out. de 2018.

TATAGIBA, L.; ABERS, R.; SILVA, M. K. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES, Roberto; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. de (orgs). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília, DF: Ipea/Enap, 2018. pp. 106-138.

VAZ, A. C. Modelando a participação social: uma análise da propensão à inserção em Instituições Participativas, a partir de características socioeconômicas e políticas. **Revista**

Brasileira de Ciência Política, n. 10, p. 63-106, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000100003&script=sci_abstract&tlng=pt

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200006&lng=en&nrm=iso.

Nome: Accountability e Ação Pública

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Accountability. Auto responsabilização. Relação de governança no setor público e accountability. Accountability interna e externa. Informação para avaliação de desempenho com o propósito de accountability versus controle. Medidas de desempenho.

Bibliografia

ALMQUIST, R. et. al. Public sector governance and accountability. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 24, n. 7-8, p. 479–487, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/critical-perspectives-on-accounting/vol/24/issue/7>

BUTLER, J. **Giving an account of oneself**. New York: Fordham University Press, 2005.

MESSNER, M. The limits of accountability. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, n. 8, p. 918–938, 2009. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/aosoci/v34y2009i8p918-938.html>

MILLER, P. & O'LEARY, T. Accounting and construction of the governable person. **Accounting, Organizations and Society**, v. 12, n. 3, p. 235-265, 1987.

BOLAND, R. J.; SHULTZE, U. Narrating Accountability: Cognition and the Production of the Accountable Self". In: R. Munro & J. Mouritsen (eds). **Accountability: Power, Ethos and the Technologies of Managing**. London: International Thomson Business Press, 1996, pp. 62–81.

BOBE, B. J.; MIHRET, D. G. & Obo, D. D. Public-sector reforms and balanced scorecard adoption: an Ethiopian case study. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 30, n. 6, p. 1230-1256, 2017.

BARRETTA, B. & BUSCO, C. Technologies of government in public sector's networks: In search of cooperation through management control innovations. **Management Accounting Research**, v. 22, p. 211–219, 2011.

CZARNIAWSKA, B. & MOURITSEN, J. What is the object of management? How management technologies help to create manageable objects. In: C. S. CHAPMAN; D. J. COOPER; P. B. MILLER. (Eds.). **Accounting, Organizations, and Institutions: Essays in Honour of Anthony Hopwood**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 157-174.

KURUNMAKI, L. & MILLER, P. Modernising government: the calculating self, hybridisation and performance measurement. **Financial Accountability & Management**, v. 22, n. 1, p. 87-106, 2006.

MILLER, P. Governing by numbers: why calculative practices matter. **Social Research**, v. 68, n. 2, p. 379-396, 2001.

MILLER, P. et al. Accounting, hybrids and the management of risk. **Accounting, Organizations and Society**, v. 33, n. 7-8, p. 942-967, 2008.

LATOUR, B. **We have never been modern**. London: Prentice Hall, 1993.

MILLER, P. & NAPIER, C. Genealogies of calculation. **Accounting, Organizations and Society**, v. 18, n. 7-8, p. 631-647, 1993.

MUNIESA, F. & LINHARDT, D. Trials of explicitness in the implementation of public management reform. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 22, p. 550-566, 2011.

MUNRO, R. & MOURITSEN, J. **Accountability: Power, Ethos and the Technologies of Managing**. London: International Boston Business Press, 1996.

PIPANA, T. & CZARNIAWSKA, B. How to construct an actor-network: Management accounting from idea to practice. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 21, p. 243-251, 2010.

ROBERTS, J. The possibilities of accountability. **Accounting, Organizations and Society**, v. 16, n. 4, p. 355-368, 1991.

ROBINSON, P. Government accountability and performance measurement. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 14, p. 171-186, 2003.

STAR, S. L. This is not a boundary object: reflections on the origin of a concept. **Science, Technology, & Human Values**, v. 35, n. 5, p. 601-617, 2010.

SPEKLÉ, R. F. & VERBEETEN, F. H.M. The use of performance measurement systems in the public sector: Effects on performance. **Management Accounting Research**, v. 25, p. 131-146, 2014

TAN, Z. The construction of calculative expertise: The integration of corporate governance into investment analyses by sell-side financial analysts. **Accounting, Organizations and Society**, v. 39, p. 362–384, 2014.

POWER, M. How accounting begins: Object formation and the accretion of infrastructure. **Accounting, Organizations and Society**, v. 47, p. 43-55, 2015.

Área de concentração: Governança e Inovação na Ação Pública

Nome: Contabilidade aplicada à gestão pública

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Compreender as recentes mudanças nos padrões contábeis aplicados ao setor público e seu impacto no processo decisório. Entender como as informações orçamentárias, patrimoniais e fiscais podem contribuir para o processo de mensuração e avaliação da aplicação dos recursos públicos. Conhecer os principais instrumentos utilizados para acompanhamento, manutenção e prestação de contas dos gestores públicos, esclarecendo como as suas bases são definidas e as ações a serem implementadas para seu cumprimento. Construir conhecimentos e técnicas de governança aplicados ao setor público, tendo como referência o sistema orçamentário e a contabilidade pública.

Bibliografia

AMARAL, G. F.; LIMA, D. V. A Contribuição da Nova Contabilidade Pública sobre os Efeitos dos Ciclos Políticos no Brasil. **Revista Ambiente Contábil**, v. 5, n. 2, p. 173-189, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4156>

CARVALHO JR., A. C. C. D.; FEIJÓ, P. H. da S. **Entendendo Resultados Fiscais:** teoria e prática de resultados primário e nominal. Brasília: Gestão Pública, 2015.

CAVANAGH, J.; FLYNN, S.; MORETTI, D. **Implementing Accrual Accounting in the Public Sector.** International Monetary Fund, Fiscal Affairs Department, 2016.

CFC Conselho Federal de Contabilidade. **Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T SP.** Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>

CHRISTIAENS, J. et al. The effect of IPSAS on reforming governmental financial reporting: An international comparison. **International Review of Administrative Sciences**, v. 81, n. 1, p. 158–177, 2015.

CNM Confederação Nacional de Municípios. **Accountability na Gestão Municipal:** prestação de contas e responsabilização (Cartilha). Brasília: CNM, 2019.

ISSA International Social Security Association. **Good Governance Guidelines**. Genebra: ISSA, 2013.

LIMA, D. V. **Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público**. 1ª ed. São Paulo: Atlas/GEN, 2018. Disponível em: <https://gennegociosegestao.com.br/orcamento-contabilidade-e-gestao-no-setor-publico/>

LIMA, R. L. **A Influência dos Atores no Processo de Convergência da Contabilidade Pública Brasileira aos Padrões Internacionais**. 2017. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - PPGCont) - Universidade de Brasília, 2017.

LUDER, K. National Accounting, Governmental Accounting and Cross-Country Comparisons of Government Financial Condition. **Financial Accountability & Management**, v. 16, n. 2, p. 101-178, 2002.

MILESI-FERRETTI, G. M. Good, bad or ugly? On the effects of fiscal rules with creative accounting. **Journal of Public Economics**, v. 88, n. 1-2, p. 377-394, 2004.

SALGADO, S. R.; WILBERT, M. D.; LIMA, D. V.; OLIVEIRA, W. A. Concessão das Rodovias Federais Brasileiras: Evidências de Ativos Órfãos. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 36, n. 1, p.105-122, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/issue/view/1214/showToc>

SANTOS, P. G.; SARMENTO, M. Convergência entre a Contabilidade Pública e a Contabilidade Nacional: os encargos assumidos e não pagos. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 1, n. 12, p. 75-86, 2009. Disponível em file:///C:/Users/Diana/Downloads/7767-38358-1-PB.pdf

SANTOS, P. S. A.; MACHADO, D. G.; SCARPIN, J. E. Gerenciamento de Resultados no Setor Público: Análise por meio das Contas Orçamentárias Outras Receitas e Despesas Correntes dos Municípios de Santa Catarina. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, n. 4, p. 15-43, out./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/2001>

SOUZA, S. S. **A Fria Austeridade das Regras Fiscais Resiste ao Calor das Urnas?** Oportunismo fiscal e contabilidade criativa nos estados brasileiros. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

STN SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL STN. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 8ª. Edição. Brasília: STN, 2018. Disponível em: www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8ª%20ed+-+publicação+com+capa+3vs+Errata1/6bb7de01-39b4-4e79-b909-6b7a8197afc9

TCU (Tribunal de Contas da União). **Dez para a boa governança**. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

VIEIRA, L. M.; LIMA, D. V. **Auditoria Contábil e Financeira no Setor Público**. 1ª ed. São Paulo: Atlas/GEN, 2019. (No prelo).

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Economia política e orçamento público

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

O objetivo da presente disciplina de Economia Política e Orçamento Público é estudar inicialmente a fundamentação teórica das leis econômicas que regem a acumulação de capital, a dinâmica do dinheiro, do crédito e das finanças, bem como o capital financeiro e suas contradições. Posteriormente, temos em vista a reconstituição histórica dos “anos dourados” do pós-guerra e da virada neoliberal, destacando os papéis do Estado e suas orientações típicas de suas políticas fiscais. De posse de concepções teóricas e históricas mais gerais, voltamos ao estudo contemporâneo da economia brasileira e da pesquisa dos usos e desusos de seu orçamento público e seus impactos sociais.

Bibliografia

BELLUZZO, L. G. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo : Editora Unesp, 2013.

_____. **Os antecedentes da tormenta:** origens da crise global. São Paulo : Unesp; Campinas : FACAMP, 2009.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Para entender o capital**. Livros II e III. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **A loucura da razão econômica**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MILLET, D.; TOUSSAINT, É. **50 perguntas e respostas sobre dívida, o FMI e o Banco Mundial**. São Paulo: Boitempo, 2006.

POCHMANN, M. **Desigualdade econômica no Brasil**. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. (Orgs.). **Economia para poucos:** impactos da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo : Autonomia Literária, 2018.

_____. (Coord.). **Austeridade e retrocesso:** impactos sociais da política fiscal no Brasil. São Paulo: Brasil debate e Fundação Friedrich Ebert, 2018.

SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAYAD, João. **Dinheiro, dinheiro: inflação, desemprego, crises financeiras e bancos**. São Paulo: Porfolio Penguin, 2015.

SADER, E.; GARCIA, M. A. (Org.). **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo, 2010.

VAZ, F. T.; MARTINS, F. J. **Orçamento e políticas públicas: condicionantes e externalidades**. Brasília: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social, 2011.

Sites

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. <https://www.anfip.org.br/>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. <https://www.bcb.gov.br/>

MINISTÉRIO DA ECONOMIA.
<http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/unidades/sof>

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (CGU).
<http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico>

TESOURO NACIONAL. <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Empreendedorismo no terceiro setor

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Economia social; empreendedorismo social e compreensão do processo de destruição criativa. O papel das empresas sociais na geração de emprego, renda e bem-estar dos indivíduos. Como as empresas sociais contribuem e estimulam a inovação e destruição criativa. O cooperativismo social na produção de bens e serviços e a cooperação entre indivíduos.

Bibliografia

- AMIN, A.; CAMERON, A.; HUDSON, R. **Placing the social economy**. London, Routledge, 2002
- BORZAGA, C.; DEFOURNY, J. **The emergence of social enterprise**. New York. Routledge, 2004.
- DART, R. The legitimacy of social enterprise. *Nonprofit Management & Leadership*, v.14, n. 3, 2004.
- DEES, J. G.; ANDERSON, B. B.. Framing a Theory of Social Entrepreneurship: Building on Two Schools of Practice and Thought. **Research on Social Entrepreneurship: Understanding and Contributing to an Emerging Field**, v. 1, n. 3, p. 39–66, 2006.
- DIONISIO, M. The evolution of social entrepreneurship research: a bibliometric analysis. **Social Enterprise Journal**, v. 15, n. 1, pp.22- 25, 2019.
- JENNER, P. Social enterprise sustainability revisited: an international perspective. **Social Enterprise Journal**, v. 12, n. 1, pp. 42-6, 2016.
- JIVIMAA, P.; KERN, F. Creative destruction or mere niche support? Innovation policy mixes for sustainability transitions. **Research Policy**. v. 45, pp. 205-217, 2016.
- KRAMER, R. M. A third sector in the third millennium. **Voluntas: empreInternational Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 11, n. 1, 2000.
- LASSEN, A. H.; NIELSEN, S. L. Corporate entrepreneurship: innovation at the intersection between creative destruction and controlled adaptation. **Journal of Enterprising Culture**, v. 17, n. 2, pp.181–199, 2009.
- MURTAGH, B. Ageing and the social economy. **Social Enterprise Journal**, v. 13, n. 3, pp. 216-233, 2017.
- NYSENS, M. Social Enterprise. New York.Routledge, 2006.
- QUARTER, J.; MOOK, L.; RICHMOND, B. J. What is the social economy? Center for Urban and Community Studies (**Research Bulletin #13**). University of Toronto, 2003. <http://ec.msvu.ca:8080/xmlui/bitstream/handle/10587/125/what%20is%20the%20Social%20Economy.pdf?sequence=1>.
- TACON, R.; WALTERS, G., & CORNFORTH, C. (2017). Accountability in nonprofit governance: A process-based study. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 46, p. 685-704, 2017.

WESTLUND, H. Form or contents? On the concept of social economy. **International Journal of Social Economics**, v. 30, n. 11, pp. 1192-1206, 2003.

WILLIAMS, C. C.; ALDRIDGE, T.; LEE, R.; LEYSHON, A.; THRIFT, N.; TOOKE, J. The Role of the Third Sector in Paving a 'Third Way': Some Lessons From Local Exchange and Trading Schemes (LETS) in the United Kingdom. **International Journal of Community Currency Research**, v. 5, pp.1-11, 2001.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Estudos críticos em políticas públicas

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04 **Carga horária:** 60 horas

Ementa

O Campo de estudos em Políticas Públicas: história e conformação atual. Os primórdios da Disciplina de Harold Lasswell: normatividade e pragmatismo na policy orientation. As primeiras críticas à Policy Orientation e suas implicações na legitimidade do campo. Em busca de novas racionalidades para o campo: valores, argumentos e práticas. Os contornos dos estudos críticos emergentes (e a relação com a argumentação e interpretativismo). Aprofundando aspectos dos estudos críticos: argumento e discursividade. Aprofundando aspectos dos estudos críticos: o locus do pragmatismo.

Bibliografia

BOULLOSA, R. Mirando ao revés as políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. **Revista Pensamento & Realidade**, v. 28, n. 3, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/17572>

BUCHSTEIN, H.; JÖRKE, D. The Argumentative Turn toward Deliberative Democracy: Habermas's Contribution and the Foucauldian Critique. In: FISCHER, F. and GOTTWEIS, H. (orgs). **The Argumentative Turn Revisited**. Public Policy as Communicative Practice. Durham & London: Duke University Press, 2012.

DEWEY, J. **Democracia criativa** - A tarefa diante de nós. 1939.

DEWEY, J. **The public and its problems**. Publisher, Swallow Press, 1927.

DRYZEK, J. S. Policy Analysis and Planning: From Science to Argument. In: FISCHER, F.; FORESTER, J. (orgs.). **The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning**. Durham & London: Duke University Press, 1993.

DRYZEK J S. Policy Sciences of Democracy. **Polity**, v. 22, n. 1, p. 97-118, 1989. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.2307/3234848>

FISCHER, F. and FORESTER J. (orgs.). **The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning**. Durham & London: Duke University Press, 1993.

FISCHER, F. and GOTTWEIS, H. (orgs.). **The Argumentative Turn Revisited. Public Policy as Communicative Practice**. Durham & London: Duke University Press, 2012.

FISCHER, F. **Confronting values in policy analysis**: the politics of criteria.

FISCHER, F. Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positivista. **Revista NAU Social**, v.7, n. 12, p. 163-180, Maio/Nov 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewArticle/554>

FISCHER, F. What is critical? Connecting the policy analysis to political critique. **Critical Policy Studies**, v. 10, n. 1, p. 95-98, 2016.

FISCHER, F.; TORGERSON, D.; DURNOVÁ, A.; ORSINI, M.. Introduction. **Handbook of Critical Policy Studies**. Edward Elgar Pub, 2016.

LASSWELL, H. D. The Policy Orientation. In: LERNER, D.; LASSWELL, H. D. (orgs). **The Policy Sciences: Recent Developments in Scope and Method**. Stanford: Stanford University Press, 1951.

LASSWELL, H. D. **A Pre-View of the Policy Sciences**. New York: American Elsevier Publishing, 1971.(Capítulos 1 e 2)

LASSWELL, H. D. The Emerging Conception of the Policy Sciences. **Policy Sciences** 1 (1970), pág. 3-14.

LINDBLOM, C. E. (1979), Still muddling, not yet through "**Public Administration Review**", 39, pp. 517-526.

MAJONE, G. Evidence, Argument and Persuasion in the Policy Process. New Haven: Yale University Press, 1989 (Capítulos 1, 3 e 5)

REIN, M.; SCHÖN, D.. Reframing Policy Discourse. In: FISCHER, Frank and John FORESTER [eds.] **The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning**. Durham & London: Duke University Press, 1993, pág 145-166

SCHÖN, D., & REIN, M. (1994). Frame reflection: Towards the resolution of intractable policy controversies. New York, NY: Basic Books

STONE, D. Policy Paradox and Political Reason. Glenview, III: Scott Foresman, 1988. (Capítulos 1, 2, 4 e 6)

TORGERSON, D. Contextual orientation in policy analysis: The contribution of Harold Lasswell. **Policy Sciences**, v. 18, n. 3, p. 241-261, nov/1985.

TRIBE, L. H. Policy Science: Analysis or Ideology?. **Philosophy & Public Affairs**, v. 2, n. 1, p. 66-110, 1972, pp. 66–110. Disponível em: www.jstor.org/stable/2264920.

WEISS, C. **Evaluation Research: Methods for Assessing Program Effectiveness**. Prentice-Hall, 1972

WILDAVSKY A. B. **Speaking Truth to Power: The Art and Craft of Policy Analysis**. Boston: Little Brown, 1979.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Governança de políticas penais

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

O curso consiste em situar as políticas penais no campo das políticas públicas, considerando seus aspectos históricos, sociais e estruturantes – com observância dos direitos humanos, da intersectorialidade, da participação social do ponto de vista crítico ao controle punitivo. Para esses fins, as políticas penais são entendidas como o conjunto de instrumentos e serviços voltados à responsabilização penal, ou seja, estruturas que envolvem equipamentos, fluxos e corpo técnico para acompanhamento das alternativas penais, para aplicação da monitoração eletrônica, para privação da liberdade em diferentes regimes e para atenção à pessoa egressa, além de instâncias de controle externo, correição e formação profissional. Com isso, pretende-se situar o alcance dessas políticas, bem como suas dimensões conceitual e aplicada.

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Modelo de Gestão para a Política Prisional**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/modelo-de-gestao_documento-final.pdf>.

COYLE, Andrew. **Administração penitenciária: uma abordagem de direitos humanos**. Manual para servidores penitenciários. IPPS, 2002. Disponível em: http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/portuguese_handbook.pdf

DE VITTO, Renato et. DAUFEMBACK, Valdirene. **Para Além da Prisão**. Reflexões e Propostas Para Uma Nova Política Penal no Brasil. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

DUQUE ESTRADA, Rodrigo Roig. **Execução Penal**: Teoria Crítica. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, Luiz Flávio et. GAZOTO, Luís Wanderley. **Populismo penal legislativo**. A tragédia que não assusta as sociedades de massas. Parte 1: autoritarismo e democracia populista. Salvador: Juspodivm, 2016.

PIMENTA, Victor Martins. **Por trás das grades**: o encarceramento em massa no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2018, p

TEIXEIRA, Alessandra. **Prisões da Exceção** - Política Penal e Penitenciária no Brasil Contemporâneo. Curitiba: Juruá, 2009.

WACQUANT, L. J. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. [S.l.]: Freitas Bastos Editora, 2001.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Gestão no terceiro setor

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

O terceiro setor e a sociedade civil Governança e sustentabilidade. *Compliance* e *accountability*. Controle e políticas contábeis. Contabilidade. Importância da contribuição das entidades sem finalidade de lucro no equilíbrio social pela redução das desigualdades. Contribuição com a formulação de políticas de inclusão social. Os benefícios da renúncia fiscal e o sacrifício da renúncia de receita.; Processo de conscientização de gestores e operadores no uso racional dos recursos com maximização da utilidade.

Bibliografia

BRASIL. Lei 13.019/2014. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. **Portal da Legislação**, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm

CANDLER, G.; DUMONT, G. Non-profit accountability framework. **CAPA**. v. 53, n. 2, p. 259–279, 2010.

CLOTFELTER, C. T.. Tax-Induced Distortions in the Voluntary Sector. **Cas. W. Res. L. Rev**, v. 39, n. 663, 1989.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. ITG (R1) 2002: Entidades sem finalidade de lucro.

GRAZZIOLI, A. et. al. **Organizações da Sociedade Civil**. 1.ed. São Paulo: Educ, 2016.

KRAMER, Ralph M.. A Third Sector in the Third Millennium? **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 11, n. 1, 2000.

NAJAM, Adil. **The Four Cs of Government-Third Sector Relations: Cooperation, Confrontation, Complementarity, Co-optation**. Sustainable Development Policy Institute, 2000. <http://www.sdpi.org/publications/files/R25-The%20Four%20Cs%20of%20Government-Third.pdf>

ONSTAD, O. G. **Value added taxation and the third sector**. Voluntas, v. 4, n. 3, pp. 372-394.

PAES, J. E. S. **Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

ROTHSCHILD, C.; SCHEUER, F. **A theory of Income Taxation Under Multidimensional Skill Heterogeneity**. National Bureau of Economic Research, 2014. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w19822.pdf>

Bibliografia complementar

ANHEIER, H. K. **Nonprofit organizations: theory, management, policy**. NY. Routledge, 2005.

ENJOLRAS, B.; SALAMON, L. M.; SIVESIND, K. H.; ZIMMER, A. **The third sector as a renewable resource for Europe: Concepts, impacts, challenges and opportunities**, 2018.

EVERS, A. and LAVILLE, J. **The Third Sector in Europe**. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

GIDRON, B.; BAR, M. **Policy initiatives towards the third sector in international perspective**. Springer: California, 2010

OECD. **The non-profit sector in a changing economy**. OECD: Paris, 2003.

POWELL, W. W.; STEINBERG, R. **The nonprofit sector: A research handbook**. 2.ed. Yale University: USA, 2006.

TAYLOR, Rupert. **Third Sector Research**. 1. ed. Springer: New York, 2010.

WEISBROD, B. A. **To profit or not to profit: The commercial transformation of the nonprofit sector**. Cambridge University Press: Cambridge, 2003.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Gestão Social e Políticas Públicas

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

O campo de estudos em gestão social. Conceitos e temas correlatos. Terceiro Setor. O problema público e o bem público como unidade de análise e de ação em gestão social. Ação, prática e contexto. Esfera Pública como o lócus da gestão social. Democracia Deliberativa e gestão social como meio. Dialogicidade, Intersubjetividade e Racionalidade como instrumentos. Emancipação como finalidade da gestão social.

Referências

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R. O locus da gestão social no contexto das inter-relações e tensões entre mundo-da-vida (lebenswelt) e sistema (system). **Organ. Soc.**, Set 2017, vol.24, no.82, p.412-431

BOULLOSA, R. F. Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas de Gestão Social a partir das perspectivas da policy analysis e da abordagem social da aprendizagem. In **Colóquio Internacional sobre Poder Local**, 11, 2009, Salvador. Anais..., Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD ROM.

BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da Gestão Social? In: **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, 32, 2008, Rio de Janeiro. Anais..., Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD ROM.

BRASIL. **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil** / organizador: Felix Garcia Lopez. – Brasília: Ipea, 2018. 176 p.

CANÇADO, A. C. Gestão social: um debate para a construção do campo. **NAU – A Revista da Residência Social**, 4(6), 2013, 191-209, mai./out..

CANÇADO, A. C., Pereira, J. R. e Tenório, F. G. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**, (2 ed.) CRV, Curitiba, 2015.

DOWBOR, L. A gestão social em busca de paradigmas. In Rico, E. M., Raichelis, R. (orgs.) **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: Educ; IEE, 1999.

FISCHER, T.. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – uma introdução a uma agenda. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002, p.12-32.

FRANÇA FILHO, G. C.. Definido Gestão Social. In: SILVA JUNIOR, Jeová Torres; MÂISH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso. **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

GARCIA, A. S. et al. Aprofundamento das esferas públicas para a gestão social: caminhos para uma reconstrução empírico-descritiva e normativa. **Cad. EBAPE.BR**, Jun 2018, vol.16, no.2, p.163-185

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003c. (Biblioteca Tempo Universitário, 84: Estudos Alemães).

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre a facticidade e a validade**. 2. ed. Tradução Fábio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a, v. 2 (Biblioteca Tempo Universitário, 102)

JUNQUEIRA, L. P. et al. **Parcerias e redes sociais**: a busca pela Gestão Social eficaz - um estudo de caso. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 3, 2009, Juazeiro/Petrolina. Anais..., Juazeiro/Petrolina: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD ROM.

PERSSON, E.; MORETTO NETO, L. Discutindo a natureza ideológica dos delineamentos teóricos habermasianos e sua apropriação pela gestão social no campo da administração. **Cad. EBAPE.BR**, Dez 2018, vol.16, no.4, p.578-593.

SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v.1, n.1, p.203-226, jun./nov. 2010.

TENÓRIO, F. G. Gestão social, um conceito não-idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento In CANÇADO, Ailton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; SILVA JUNIOR, Jeová Torres (Orgs.). **Gestão Social**: aspectos teóricos e aplicações. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Gestão transversal e redes de políticas públicas

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Espaço e tempo nas redes. Tecnologias como redes. A construção das redes e suas controvérsias: conexões, práticas, dispositivos, interesses, tradução, papel dos múltiplos atores. Análise de redes. Ação coletiva e tecnologias de gestão. Ação pública e interfaces socioestatais. Transversalidade em redes de políticas públicas. Dessetorialização e processos de desenvolvimento. Dialogismo, inovação e mudança na gestão pública.

Bibliografia:

- BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S.; RAVINET, P. **Une French Touch dans l'analyse des politiques publiques?**. Presses de Sciences Po, 2015.
- BRUGUÉ, Q.; CANAL, R.; PAYA, P. ¿Inteligencia administrativa para abordar" problemas malditos"? El caso de las comisiones interdepartamentales. **Gestión y política pública**, v. 24, n. 1, p. 85-130, 2015.
- CUNILL-GRAU, N. La intersectorialidad en las nuevas políticas sociales: Un acercamiento analítico-conceptual. **Gestión y política pública**, v. 23, n. 1, p. 5-46, 2014.
- CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. **Acting in an Uncertain World**. An Essay on Technical Democracy. MIT ed, Cambridge, 2009.
- CRUZ, F. N. B.; DAROIT, D. DOS NEXOS EFÊMEROS AO FAZER ESTADO: ensaio sobre transversalidade em conferências nacionais de políticas públicas. **NAU Social**, v. 8, n. 15, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewArticle/681>
- CRUZ, F.N.B. **Desenvolvimento democrático em tempos incertos**: os desafios e os instrumentos da ação pública transversal e participativa. Editora UnB:Brasília, 2019 (no prelo).
- GUPTA, Akhil. **Red tape**: Bureaucracy, structural violence, and poverty in India. Duke University Press, 2012.
- HALPERN, C.; LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **L'instrumentation de l'action publique: controverses, résistances, effets**. Presses de Sciences Po., 2014.
- HATCHUEL, A. Towards an epistemology of collective action: management research as a responsible and actionable discipline. **European Management Review**, v. 2, p. 36-47, 2005.
- LATOURET, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- LUKIC, M. R.; TOMAZINI, C. **As ideias também importam**: a abordagem cognitiva das políticas públicas no Brasil. Curitiba: Juruá, 2013.
- MARQUES, E.; BICHER, R.; MOYA, E. Notas sobre el análisis de redes sociales en Brasil. **Redes. Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 25, n. 1, p. 85-93, 2014.
- MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Editora da UFF. Rio de Janeiro, 2018.
- RHODES, R. AW. **Network Governance and the Differentiated Polity**: Selected Essays. Oxford University Press, 2017.
- SERVA, M.; DIAS, T.; ALPERSTEDT, G. **Paradigma da complexidade e teoria das organizações**: uma reflexão epistemológica. RAE, 2009.
- TARRAGÓ, D.; BRUGUÉ, Q.; CARDOSO JR, J. C. **A administração pública deliberativa**: inteligência coletiva e inovação institucional a serviço do público. Textos para Discussão, IPEA, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2122.pdf

THOMAS, H.; ALBORNOZ, M. B.; PICABEA, F.. **Políticas tecnológicas e tecnologías políticas:** dinámicas de inclusión, innovación y desarrollo en América Latina. Quito: FLACSO Ecuador, 2015.

ZURBRIGGEN, C. Las redes de políticas públicas. Una revisión teórica. **Colección de Documentos**, n. 105, 2003. Disponível em: http://saludpublicavirtual.udea.edu.co/cvsp/politicaspUBLICAS/0015.zurbriggen_redes_politicas_publicas.pdf

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Inovação e mudança na ação pública

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04 **Carga horária:** 60 horas

Ementa

Inovação: conceitos, correntes de pensamento e tipologias. Inovações como rotinas. Dinâmicas entre o arcabouço normativo e os aspectos performativos das rotinas. Heterogeneidade dos atores e papel do Estado na produção de inovações. Inovações como novos nexos entre atores heterogêneos. A incrustação entre técnica e política e as inovações sociais. Redes sociotécnicas e construção de instrumentos inovadores de ação pública. Co-criação de políticas públicas. Tecnoação e efetividade das políticas públicas.

Bibliografia

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. **Agir dans un monde incertain:** essai sur la démocratie technique. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

DE VRIES, G. **Bruno Latour.** Series: Key Contemporary Thinkers. Cambridge/UK: Polity, 2016.

ESCOBAR, A. **Designs for the pluriverse:** radical interdependence, autonomy, and the making of worlds. Durham: Duke University Press, 2018.

HALPERN, C.; LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **L'instrumentation de l'action publique.** Paris: Les Presses de SciencePo, 2014.

HUI, A.; SCHATZKI, T.; SHOVE, E. **The nexus of practices:** connections, constellations, practitioners. Londres: Routledge, 2016.

LABATUT, J.; AGGERI, F.; GIRARD, N. Discipline and Change: how technologies and organizational routines interact in new practice creation. **Organization Studies**, v. 33, n.1, p. 39-69, 2012.

LATOUR, B. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LAURENT, B. et al. **Innovation et participation**. Aproches critiques. Paris : Presses des Mines, 2018.

VALADÃO, J.A.D; ANDRADE, J.A. **Teoria do Ator-Rede e adequação sociotécnica**. Curitiba: Appris Editora, 2016.

VOORBERG, W. H.; BEKKERS, V. J. J. M.; TUMMERS, L. G. A Systematic Review of Co-Creation and Co-Production: Embarking on the social innovation journey. **Public Management Review**, v. 17, n. 9, p. 1333-1357, 2015.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Métodos inferenciais aplicados

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Estatísticas descritivas, Introdução à estatística inferencial; Métodos de análise inferencial em pesquisa social: probabilidade e amostragem; níveis de mensuração dos fenômenos sociais; modelos paramétricos e não paramétricos, intervalos de confiança; teste de hipótese. Visão global de Análise Estatística Multivariada Uso de softwares estatísticos.

Bibliografia

AGRESTI, A. **An Introduction to Categorical Data Analysis**. 3rd Edition. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., Hoboken, 2019.

BRAY, J.H. & MAXWELL, S. E. **Multivariate Analysis of Variance**. Newbury Park: Sage Publications, 1985.

COHEN, J. The power prime. **Psychological Bulettn**, v. 112, n. 1, 155-159, 1992.

DANCEY, C.P. & REIDY, J. **Statistics Without Maths for Psychology**. 7th. New York, Pearson Eds, 2011.

FIELD, A. **Discovering Statistics Using SPSS**. 5th Edition. London: Sage-Edge Publications, 2017.

HAIR Jr., J.F., ANDERSON, R.E., TATHAM, R.L. & BLACK, W.C. **Multivariate Data Analysis**. 8th ed. Boston: Cengage Learning, 2018.

HAYES, A. F. **Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression based approach**. 2nd Ed. New York: The Guilford Press, 2017.

HOWELL, D.C. **Statistical methods for Psychology**. 5ª edição Belmont (CA): Duxbury, 2002.

KVANLI, A. H.; GUYNES, C.S. e PAVUR, R.J. **Introduction to Business Statistics: A Computer Integrated, Data Analysis Approach**. 5th ed. Saint Paul: West Publishing Company, 2000.

MARÔCO, J. **Análise estatística com o SPSS Statistics**. 7ª edição. Lisboa: Report Number, 2018.

MILES, J. e SHEVLIN, M. **Applying regression & correlation: a guide for students and researchers**. London: Sage Publications, 2001.

RUTHERFORD, A. **Introducing ANOVA and ANCOVA: GLM Approach**. London: Sage Publications, 2000.

TABACHNICK, B.G. & FIDELL, L.S. **Using Multivariate Statistics**. 6th. Ed. Harper Collings College Publishers, 2013.

GEARY, J. Risky business. **Time** (European ed.), v. 28, p. 40-47, 2003.

KISH, L. **Statistical design for research**. New York: Wiley, 1987.

LEVIN, J. & FOX, J. **Estatística para ciências humanas**. São Paulo: Prentice-Hall, 2004.

SIEGEL, S. **Estatística não-paramétrica para as ciências do comportamento**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Políticas de emprego, trabalho e renda

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Fundamentar e analisar definições de políticas públicas de emprego, trabalho e renda e seus instrumentos de intervenção. Aprofundar fundamentos de economia do trabalho, e mercado de trabalho e fundamentos de políticas e mundo do trabalho sob ótica da OIT. Analisar o histórico, evolução e diagnóstico do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil, sob ótica federal e federativa. Analisar aspectos conceituais e aplicados de formulação e gestão das políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil.

Bibliografia

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. Dinâmica do mercado de trabalho no Brasil nos anos 2000: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. **Estudos Avançados**, v. 30, p. 103-123, 2016.

EHRENBERG, R. G.; SMITH, R. S. **A moderna economia do trabalho: teoria e política pública**. 5 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

MORETTO, A.; MATOS, F.; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI, M. C. (orgs.) . **As transformações no mundo do trabalho e o Sistema Público de emprego como instrumento de inclusão social**. 1. ed. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2018. v. 1.

MATOS, F. (org.). **Boas Práticas de Serviços Públicos de Emprego no Brasil**. Brasília: BID, MTE, 2011.

COMPLEMENTAR

BIAVASCHI, M. B. O processo de construção e desconstrução da tela de proteção social do trabalho: tempos de regresso. **Estudos Avançados**, v. 30, p. 75-87, 2016.

BIAVASCHI, M. B.; TEIXEIRA, M. O. A terceirização e seu dinâmico processo de regulamentação no Brasil: limites e possibilidades. **Revista da ABET**, v.14, n.1, jan.-jun. 2015.

CACCIAMALI, M. C. ; MATOS, F. ; LIGIERO, A. P. Desenho e Gestão de uma Política Pública de Intermediação de Mão de Obra. **Idéias e Tendências em Foco**, v. 1, p. 9-48, 2008.

CACCIAMALI, M. C.; RIBEIRO, R. A.; MACAMBIRA, Júnior (orgs.). **Século XXI. Transformações e continuidades nas relações de trabalho**. 1. ed. Fortaleza: Instituto do Desenvolvimento do Trabalho; Banco do Nordeste; Universidade de São Paulo, 2011. v. 1.

CACCIAMALI, M. C. **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: a experiência brasileira recente**. Cepal/PNUD/OIT, 2008..

CARDOSO JUNIOR, J. C.; Gonzalez, R. ; MATOS, F. Políticas Públicas de Trabalho e Renda em Contexto de Baixo Crescimento Econômico: Experiência Brasileira Recente. In: MACAMBIRA, J.; CARLEIAL, L. M. F.; RAMOS, C. A. (orgs.). **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. 1ed.Fortaleza: IDT, 2009, v. 1, p. 123-180.

KREIN, J.D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L (orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018. 304 p.

MACAMBIRA, J. CARLEIAL, L. M. (orgs). **Emprego, trabalho e políticas públicas**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

MATOS, F.; RUAS, C.; MARINHO, D. N. C.; BELLONI, J. A.; CACCIAMALI, M. C.; PEREIRA, M. P. **A Política e a Atividade de Microcrédito como Instrumento de Geração de Trabalho e Renda e Inclusão Produtiva**. 1. ed. Brasília: UnB-MTE, 2015. v. 1.

MATOS, F.; SILVA, D. F. L.. Políticas de Inclusão Produtiva e Qualificação Profissional: A Execução do PRONATEC Brasil Sem Miséria e o Seguro-Desemprego, na Bahia, no Ceará e em Sergipe. In: Macambira, J.; Andrade, F. B. (org.). **Estado e Políticas Sociais: Fundamentos e Experiências**. 1ed. Fortaleza: IDT-UECE, 2014, v. 1, p. 227-252.

OIT. **Políticas de Formalización en América Latina: Avances y Desafíos**. Lima: OIT, Oficina Regional para América Latina y el Caribe, FORLAC, 2018.

WORLD BANK. **World Development Report 2019: The Changing Nature of Work**. Washington, DC: World Bank, 2019.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Políticas Públicas e (Des)envolvimento Territorial

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Apresentação crítica da dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento. Conceitos de território e desenvolvimento territorial. Antecedentes teóricos da questão regional e urbana contemporânea. Abordagens críticas da economia política da urbanização e desenvolvimento regional. Debates teóricos contemporâneos sobre as transformações que o espaço urbano-regional vem sofrendo no mundo contemporâneo e suas implicações para as políticas públicas. Modelos de desenvolvimento territorial das agências internacionais e suas implicações para o sul-global. Objetivos: São objetivos do curso discutir compreensivamente e de forma crítica os conceitos: (a) de desenvolvimento e subdesenvolvimento; (b) local e global; (c) território e desenvolvimento a partir do território. Pretende oferecer subsídios para a compreensão da gestão de políticas públicas urbanas e regionais por meio de discussão de modelos existentes.

Bibliografia

BANERJEE, S. B. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

BRANDÃO, C. **Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

DINIZ, C.C A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. **Texto para Discussão**, n. 159. Belo Horizonte, Cedeplar-UFMG, 2001.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, Dez./2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/43540/27088>

HARVEY, D. O urbanismo e a cidade. In: **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980a.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MONTE-MÓR, R. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: In COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R.L (org). **Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015

PAULA, J.A. O urbano como projeto, como crise e como promessa emancipatória. **Síntese Revista de Filosofia**, v. 33, n. 106, , 2010. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/issue/view/292>

ESCOBAR, A. **Designs for the Pluriverse: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds**. Duke University Press, 2018

ESTEVA, G.; BABONES, S. e BABCICKY, P. **The Future of Development: a radical manifesto**. Policy Press, 2013.

MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdeveloped Regions**. London: Duckworth, 1957.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Ed. Vozes, 2000

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Políticas de Governança Digital e os Desafios à Democracia

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Estado. Poder. Poder Simbólico. Tecnopolítica na Sociedade em Rede. Criptogoverno. Inovação e Valor público. Participação Política Digital e Transparência. Inovação Democrática. Governança Digital para produção colaborativa de políticas públicas, aprimoramento da gestão

e da prestação de serviços públicos aos cidadãos. Disseminação e Sustentabilidade das Inovações Democráticas no Setor Público. Regulação Transnacional e Governança da Internet. Desafios à Democracia Digital. Big Data para Políticas Públicas. Proteção de Dados Pessoais. Mídias Sociais para Avaliação e Monitoramento. Algoritmos, Modulação de Comportamento e de Políticas. Direitos Humanos e Direitos Digitais. Igualdade de Gênero. Liberdade de expressão na Internet.

Bibliografia

AGUNE, R.; ANTONIO, J. Experiência do Governo Eletrônico no Estado de São Paulo. In: BERNARDES, R.; ANDREASSI, T. (Orgs.) **Inovação em Serviços Intensivos em Conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2007.

AMADEU, S. S. **Tudo sobre tod@s**: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. 1. ed. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017. v. 1.

BOBBIO, N. **Democracia & Segredo**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado. Cursos no Collège de France**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2009.

CANABARRO, D.; WAGNER, F. A governança da internet: definição, desafios e perspectivas. In: ENCONTRO DA ABCP, 9., Brasília: ABCP, 2014. **Anais...** Brasília: ABCP, 2014. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/governanca-internet-mudanca-tecnologica-redistribuicao-poder.pdf>

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **O Poder da Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CEFAI, D. Públicos, Problemas Públicos, Arenas Públicas... o que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). **Novos Estudos, CEBRAP**, v. 36, n. 2, p. 129-142, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002017000200129&script=sci_abstract&tlng=pt

COLEMAN, S. **Can the Internet Strengthen Democracy?** Cambridge: Polity Press, 2017.

FERRAREZI, E.; AMORIM, S. N.; TOMACHESKI, J. A. Sustentabilidade de iniciativas premiadas no Concurso Inovação: indícios de mudança da gestão no governo federal? **Cadernos ENAP**, n. 34, Brasília: ENAP, 2010.

FERREIRINHA, I.; RAITZ, T. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, 367-83, Mar/Abr, 2010.

FREITAS, C. S. Mecanismos de Dominação Simbólica nas Redes de Participação Política Digital. In: SILVA, S.; BRAGATTO, R.; SAMPAIO, R. **Democracia Digital, Comunicação Política e Redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

GOMES, W. 20 anos de política, Estado e democracia digitais: uma cartografia do campo. In: SILVA, S.; BRAGATTO, R.; SAMPAIO, R. **Democracia Digital, Comunicação Política e Redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

GOMES, W.; AMORIM, P.; ALMADA, M. Novos desafios para a ideia de Transparência Pública. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, E-compós**, Brasília, vol. 21, n. 2, maio/ago, 2018.

GURUMURTHY, A.; CHAMI, N. Internet Governance as Ideology in Practice – India's Free Basic Controversy. **Internet Policy Review: Journal on Internet Regulation**, v. 5, n. 3, 2016.

JASANOFF, S. Future Imperfect: Science, Technology, and the Imaginations of Modernity. In: JASANOFF, S.; SANG-HYUN, K. (Eds.). **Dreamscapes of modernity: sociotechnical imaginaries and the fabrication of power**. Chicago, EUA: The University of Chicago Press, 2015.

LATOUR, B. **Cogitamus**. São Paulo: Editora 34, 2016.

MAGRANI, E. **Democracia Conectada: a internet como ferramenta de engajamento político-democrático**. Rio de Janeiro: FGV Direito, 2014.

MAYER-SCHONBERGER, V.; CUKIER, K. **Big Data: como extrair volume, variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PIMENTA, M.; CANABARRO, D. (Orgs) **Governança Digital**. Porto Alegre: Editora da UGRGS, 2014.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Gestão da Inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

WACQUANT, L. (Org) **O Mistério do Ministério**. Pierre Bourdieu e a política democrática. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WU, T. **Is the first amendment obsolete?** Columbia: Columbia University, Knight First Amendment Institute, 2017.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Nome: Tributação no Terceiro Setor

Nível: Mestrado

Tipo (obg/opt): Optativa

Créditos: 04

Carga horária: 60 horas

Ementa

Tributo direto. Tributo Indireto. Renúncia Fiscal: imunidade e isenção tributárias. Renúncia de receita: serviço gratuito. O impacto da incidência/desoneração do tributo indireto no custo do serviço ofertado à comunidade/sociedade. Contribuição da renúncia fiscal do tributo direto na oferta de benefícios para a comunidade/sociedade. Tributação da produção e da renda: ciclo do produto e ciclo do tributo.

Bibliografia básica

BOLTON, PATRICK; MEHRAN, HAMID. An introduction to the governance and taxation of not-for-profit organizations. **Journal of Accounting and Economics**. v. 41, pp.293–305, 2006.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988.

CLOTFELTER, CHARLES T. Tax-Induced Distortions in the Voluntary Sector. **Cas.W.Res.L.Rev.** v. 39, n.663, issues ¾, 1989.

DE FRANÇA, JOSÉ ANTONIO; SANDOVAL, WILFREDO SOSA. Marginal Effect of Direct Tax on Profits: A study on the Taxation of the Finance Industry in Brazil. **International Journal Economics Finance**. v.11, nr.3. <https://doi.org/10.5539/ijef.v11n3p>, 2019.

DEHNE, ANITA; FRIEDRICH, PETER; NAM, CHANG WOON; PARSCHE, RÜDIGER. Taxation of Nonprofit Associations in an International Comparison. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**. V 37, nr. 4 (December), 2008.

FERREIRA, FERNANDA A. Asymmetric Taxation in a Competition Between Nonprofit and For-Profit Firms. **Proceedings of the World Congress on Engineering**. v. II, 2009.

JOHNSON, MARIANNE F. Differential taxation of for-profit and nonprofit firms: a computational general equilibrium approach. **Public finance review**. v. 31 nr.6, pp. 623-647. doi: 10.1177/109114210325457, 2003.

OMER, THOMAS C.; YETMAN, ROBERT J. Near Zero Taxable Income Reporting by Nonprofit Organizations. **The Journal of the American Taxation Association**. v.25, nr. 2, pp.19-34, 2003.

ONSTAD, OLE GJEMS. Value added taxation and the third sector. **Voluntas**: v.4, n. 3, pp. 372-394, 1993.

ROSENBAUM, SARA; KINDIG, DAVID A.; BAO, JIE; BYRNES, MAUREEN K.; O'LAUGHLIN, COLIN. The Value Of The Nonprofit Hospital Tax Exemption Was \$24.6 Billion In 2011. **Health Affairs**. v.34, nr. 7, pp. 1225–1233. Doi: 10.1377/hlthaff.2014.1424, 2015.

ROTHSCHILD, CASEY; SCHEUER, FLORIAN. A theory of Income Taxation Under Multidimensional Skill Heterogeneity. **National Bureau of Economic Research**. <https://www.nber.org/papers/w19822.pdf>, 2014.

STEINBERG, RICHARD. Economic Theories of Nonprofit Organizations: An Evaluation (Chap. 16). **The Study of the Nonprofit Enterprises**: The theories and approaches. Anheier and Ben-Ner. New York, 2003.

WALKER, MELISSA A.; SIPULT, LINSEY F. Nonprofit Sales Tax Exemption: Where Do States Draw the Line? **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**. v. 40, nr.6, pp. 1005–1019, 2011.

Área de concentração: Governança e Inovação em Políticas Públicas

Corpo docente

Nome: Ana Paula Antunes Martins (colaboradora)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7456591441811200>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Ana Paula Vidal Bastos (permanente exclusiva - coordenadora)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1992388595130579>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Beatriz Morgan (permanente exclusiva)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9695855057684384>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Clésia Camilo Pereira (permanente exclusiva)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8780262974510243>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: Christiana Soares de Freitas (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5250541522722172>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Diana Vaz de Lima (permanente exclusiva)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1458221915017406>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: Doriana Daroit (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/157324517363922>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Eduardo Tadeu Vieira (permanente exclusivo)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1114398561970191>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: Elaine Rabelo Neiva (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5495905961378269>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Fernanda Natasha Bravo Cruz (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2541057791620746>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Franco de Matos (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2925522478177762>

Linha de pesquisa: Ação pública e inovação

Nome: Frederico Augusto Barbosa da Silva (colaborador)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2088412607903653>

Linha de pesquisa: Ação pública e inovação

Nome: Jales Dantas da Costa (permanente exclusivo)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7841911339485513>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: José Antônio de França (permanente exclusivo)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7124125130377391>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: José Marilson Martins Dantas (permanente exclusivo)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0245369616924416>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: Magda de Lima Lúcio (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9967932202694567>

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Nome: Luiz Fernando Macedo Bessa (permanente)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5332689423149315>

Linha de Pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Rosana de Freitas Boullosa (colaboradora)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7040703876962133>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Nome: Valdirene Daufemback (colaboradora)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3782283455301559>

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Carga horária

Professores permanentes exclusivos: 15 horas

Professores permanentes não-exclusivos: 15 horas

Professores colaboradores: 8 horas

Produção bibliográfica, artística e técnica

Nome: Ana Paula Antunes Martins (colaboradora)

Diretório CNPq:

[dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/7456591441811200](http://buscatextual.cnpq.br/dgp/espelhorh/7456591441811200)

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4282492U1&nome=Ana%20Paula%20Antunes%20Martins&chamadaExterna=true>

Nome: Ana Paula Vidal Bastos (permanente exclusiva - coordenadora)

Verificar indicadores de produção no Lattes <http://lattes.cnpq.br/1992388595130579>

Nome: Beatriz Morgan (permanente exclusiva)

Verificar indicadores de produção no Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9695855057684384>

Nome: Clésia Camilo Pereira (permanente exclusiva)

Diretório CNPq:

[dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/8780262974510243](http://buscatextual.cnpq.br/dgp/espelhorh/8780262974510243)

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4148156U9&nome=Clesia%20Camilo%20Pereira&chamadaExterna=true>

Nome: Christiana Soares de Freitas (permanente)

Diretório CNPq:

[dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/5250541522722172](http://buscatextual.cnpq.br/dgp/espelhorh/5250541522722172)

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCCript=K4723454U2&nome=Christiana%20Soares%20de%20Freitas&chamadaExterna=true>

Nome: Diana Vaz de Lima (permanente exclusiva)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/1458221915017406

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4750727A0&nome=Diana%20Vaz%20de%20Lima&chamadaExterna=true>

Nome: Doriana Daroit (permanente)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/1573245173639222

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4769292T1&nome=Doriana%20Daroit&chamadaExterna=true>

Nome: Eduardo Tadeu Vieira (permanente exclusivo)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/1114398561970191

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4217291Y5&nome=Eduardo%20Tadeu%20Vieira&chamadaExterna=true>

Nome: Elaine Rabelo Neiva (permanente)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/5495905961378269

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4798555Z6&nome=Elaine%20Rabelo%20Neiva&chamadaExterna=true>

Nome: Fernanda Natasha Bravo Cruz (permanente)

Diretório CNPq:

<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/0030386586>

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4288428D9&nome=Fernanda%20Natasha%20Bravo%20Cruz&chamadaExterna=true>

Nome: Franco de Matos (permanente)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/2925522478177762

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4795294P3&nome=Franco%20de%20Matos&chamadaExterna=true>

Nome: Frederico Augusto Barbosa da Silva (colaborador)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/2088412607903653

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4763776P4&nome=Frederico%20Augusto%20Barbosa%20da%20Silva&chamadaExterna=true>

Nome: Jales Dantas da Costa (permanente exclusivo)

Diretório CNPq:

dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/7841911339485513

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4526001Y0&nome=Jales%20Dantas%20da%20Costa&chamadaExterna=true>

Nome: José Antônio de França (permanente exclusivo)

Diretório CNPq: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/7124125130377391](http://buscatextual.cnpq.br/dgp/espelhorh/7124125130377391)

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4776225D9&nome=Jos%C3%A9%20Antonio%20de%20Fran%C3%A7a&chamadaExterna=true>

Nome: José Marilson Martins Dantas (permanente exclusivo)

Diretório CNPq: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/0245369616924416](http://buscatextual.cnpq.br/dgp/espelhorh/0245369616924416)

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4205513A9&nome=Jos%C3%A9%20Marilson%20Martins%20Dantas&chamadaExterna=true>

Nome: Magda de Lima Lúcio (permanente)

Diretório CNPq: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/9967932202694567](http://buscatextual.cnpq.br/dgp/espelhorh/9967932202694567)

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4706417H6&nome=Magda%20de%20Lima%20L%C3%ACio&chamadaExterna=true>

Nome: Luiz Fernando Macedo Bessa (permanente)

Diretório CNPq: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/5332689423149315](http://buscatextual.cnpq.br/dgp/espelhorh/5332689423149315)

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4739733H0&nome=Luiz%20Fernando%20Macedo%20Bessa&chamadaExterna=true>

Nome: Rosana de Freitas Boullosa (colaboradora)

Diretório CNPq: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/7040703876962133](http://buscatextual.cnpq.br/dgp/espelhorh/7040703876962133)

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4794631H2&nome=Rosana%20de%20Freitas%20Boullosa&chamadaExterna=true>

Nome: Valdirene Daufemback (colaboradora)

Diretório CNPq: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/3782283455301559](http://buscatextual.cnpq.br/dgp/espelhorh/3782283455301559)

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/graficos.do?metodo=apresentar&codRHCript=K4746567E4&nome=Valdirene%20Daufemback&chamadaExterna=true>

Projetos de pesquisa

Ação pública e inovação para o desenvolvimento

Componentes: Professores da linha de pesquisa “Ação pública e Inovação”

Início: 2019

Congrega as iniciativas voltadas à coprodução de políticas públicas, aos instrumentos e tecnologias de governança, ao mundo do trabalho, às políticas sociais, às redes sociais, à construção democrática do desenvolvimento e à gestão intersetorial em suas complementariedades, compondo investigações concernentes à produção de inovação e mudança em políticas públicas.

Governança pública e organizações da sociedade civil

Componentes: Professores da linha de pesquisa “Governança Pública e Terceiro Setor”

Início: 2019

Realiza iniciativas coletivas e interdisciplinares de pesquisas voltadas à governança pública, às ciências contábeis e atuariais, à gestão financeira e tributária do terceiro setor, às interfaces entre economia política e orçamento público, às parcerias público-privadas, à previdência pública, ao *accountability*, e à construção de inteligência pública para o governo aberto.

Tecnologias sociais de geração de emprego, trabalho e renda para mulheres na Cidade Estrutural: produção participativa de alternativas e diagnóstico de acesso às políticas públicas

- Franco de Matos, Ana Paula Antunes Martins
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: 2018
- O projeto de extensão, em desenvolvimento é financiado pelo Decanato de Extensão da Universidade de Brasília por meio da concessão de 3 bolsas de extensão para estudantes de nível de graduação, no período de setembro de 2018 a julho de 2019, visa desenvolver tecnologias sociais de geração de trabalho, emprego e renda para mulheres da Cidade Estrutural. Tendo em vista a desativação do lixão em 2018, o presente projeto destina-se a realizar um diagnóstico participativo emancipador, voltado para a produção e sistematização coletiva de conhecimentos e saberes relacionados às atividades de coleta e reciclagem de lixo e dos efeitos da implementação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos naquele território. Com o resultado, será possível subsidiar um projeto mais amplo de inovação social apoiado pelo Decanato de Extensão por meio do Polo de Extensão da Estrutural da Universidade de Brasília. O projeto envolve dois professores doutores (Franco de Matos e Ana Paula Antunes Martins), ambos envolvidos na presente proposta, bem como 8 estudantes de graduação, sendo 3 delas bolsistas de extensão.

Desenvolvimento de Tecnologia Social para a Elaboração de Modelo de Cooperativas de Prestação de Serviços Autônomos - Aplicação de Piloto na Cidade Estrutural

- Franco de Matos, Ana Paula Antunes Martins, Magda de Lima Lúcio
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: 2018
- O projeto se destina ao desenvolvimento de tecnologia e inovação social para a elaboração de modelo de cooperativas de prestação de serviços autônomos. A proposta, apresentada pelo Grupo de Gestão de Políticas para o Trabalho (GEPOLT), do Departamento de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, foi contemplada para a realização de pesquisa-ação com mulheres catadoras e recicladoras da Cidade Estrutural. Este território corresponde a uma das regiões administrativas de Brasília, e possui cerca de 45 mil habitantes. A ação justifica-se pela implementação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), cujos efeitos requerem investigação, especialmente no tocante às condições de vida e trabalho de mulheres que atuavam como catadoras antes da desativação do lixão. Este projeto, em etapa inicial de implementação, poderá contar com a agregação de estudantes e pesquisadores dos níveis de graduação ou pós-graduação, uma vez que há demanda expressiva para a produção de

conhecimentos e saberes voltados para a produção de tecnologias sociais e inovação em contextos de vulnerabilidade social. Envolve seis professores doutores, sendo três deles membros da presente proposta, além de 1 mestranda, 5 graduandas e 2 técnicos.

Tecnologias e instrumentos de ação pública transversal: análise e proposição de instrumentos de gestão Inovadores

- Início: 2014
- Doriana Daroit (coord); Luiz Fernando Macedo Bessa; Fernanda Natasha Bravo Cruz
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- A constituição do instrumento de gestão é o espaço das disputas coletivas e resulta da realização da ação. Logo, na gestão pública existe a necessidade de desenvolvimento de instrumentos específicos que não sejam portadores das contradições entre visão de mundo e finalidades esperadas e, ao mesmo tempo, tratem de forma reflexiva, concreta e pragmática os desafios de integração entre políticas, regulação, controle e viabilidade de execução. Esta abordagem é portadora de elementos inovativos, pois a compreensão do que seja gestão neste contexto dinâmico e complexo é transformada a partir da perspectiva da construção de instrumentos pela rede de atores agindo coletivamente. A gestão configura-se, assim, como ação coletiva reflexiva e artefatuizada. A partir desta abordagem que não exime os instrumentos de gestão da incorporação de elementos políticos na sua construção e implementação, colocamos como questões norteadoras deste estudo: como as políticas públicas vêm sendo implementadas? Quais as características dos instrumentos de gestão utilizados? Quais os instrumentos de gestão apresentam-se como inovadores ao reconhecer sua politicidade interna que reflita os anseios e expectativas dos atores envolvidos nos processos de formulação e implementação das políticas públicas e, simultaneamente, apresentem uma horizontalidade e transversalidade necessárias à coesão, articulação e cooperação entre políticas e organizações públicas? Como a ação pública pode ser entendida como norteadora de projetos de desenvolvimento nacionais? O projeto é liderado por professora do Departamento de Administração e conta com dois professores do GPP na equipe de pesquisa. Os três professores participam desta proposta na linha de pesquisa Ação Pública e Inovação. Há quatro estudantes de pós-graduação e dois estudantes de graduação.

Cadeias de Tradução na Coprodução de Políticas Públicas: a Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal

- Início: 2019
- Doriana Daroit (coord); Luiz Fernando Macedo Bessa; Fernanda Natasha Bravo Cruz
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- O projeto inclui a pesquisa “Cadeias de Tradução na Coprodução de Políticas Públicas: a Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal”, que busca discutir a coprodução de políticas públicas, partindo das cadeias de tradução e sua capacidade de conferir dinamicidade à ação pública, por meio do transporte e construção de significados e interesses em uma perspectiva participativa e da base para o topo da gestão pública. Por meio da discussão da ação pública, da Teoria Ator-Rede e da coprodução de políticas públicas e de sua

dinâmica tem-se por objetivo geral: investigar a produção das políticas públicas a partir das cadeias de tradução engendradas em processos participativos. A investigação será realizada por meio do estudo de caso da construção da Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal, dado que a mesma envolveu a participação de atores heterogêneos em um processo participativo de debate e elaboração, bem como atingiu todas as regiões administrativas do DF e buscou transformar a perspectiva da gestão pública no que se refere a sua democratização e desburocratização, transparência e fomento, ou seja, um processo que englobou diversos aspectos da gestão pública e da relação entre Estado, sociedade e mercado.

Práticas de gestão da mudança, redes sociais, comportamentos de apoio e bem-estar: é possível gerar bem-estar e apoio às mudanças com as práticas de gestão nos processos de mudança?

- Elaine Neiva (coord)
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: 2018
- A mudança organizacional pode ser conceituada como um conjunto de alterações nos componentes organizacionais desencadeadas intencionalmente ou não por intervenções que tragam consequências para os resultados da organização e para seus membros. Esse projeto tem por objetivo aprofundar o conhecimento sobre a temática da mudança organizacional, tendo como foco o processo de mudança, as práticas de gestão, as relações sociais entre os membros, o comportamento de apoio às mudanças e o bem-estar dos empregados durante o período. Serão propostos dois estudos que versam sobre: 1) a influência das práticas de gestão da mudança, das razões e dos benefícios sobre o bem-estar e o comportamento de apoio às mudanças; e 2) a influência das redes sociais sobre o bem-estar e o comportamento de apoio às mudanças durante o processo de mudança na organização. Participarão do estudo profissionais de organizações públicas e privadas do Distrito Federal. O estudo envolverá pelo menos cinco organizações com representatividade de profissionais assegurada na amostra. A representatividade será avaliada por meio da obtenção de, pelo menos, 30% dos empregados da organização, envolvendo todas as unidades organizacionais. Serão utilizadas as seguintes medidas: Escala de Práticas de Gestão da Mudança; Escala de Razões e benefícios para a mudança; Instrumento de Comportamentos de apoio a mudança organizacional; Escala de Bem-estar no trabalho e Medidas de Redes Sociais Informais. Os instrumentos serão aplicados aos profissionais e aos gestores das unidades para avaliar as medidas individuais e as medidas no nível da unidade. Para análise dos dados serão utilizadas estatísticas descritivas, inferenciais multivariadas, análises envolvendo o nível individual e de grupo (análises multinível) e análises de redes sociais e análises por meio de equações estruturais. O Projeto foi contemplado no Programa Cátedras Brasil 2018 – ENAP, corresponde à Bolsa Produtividade 2016-2019 da coordenadora e é projeto beneficiado por Edital Universal do CNPq.

Mapeamento, Análise Sociotécnica e Monitoramento das Redes de Governança Digital no Brasil

- Christiana Soares de Freitas (coord)
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: Março de 2014
- O projeto de pesquisa foi desenvolvido com financiamento do CNPq, Edital MCTI/CNPQ/Universal 14/2014 - Faixa C - até R\$ 120.000,00 Chamada Pública: 456347/2014-3
- Alunos envolvidos: 14 graduandos do curso de Gestão de Políticas Públicas da UnB e 2 do mestrado da Faculdade de Direito da UnB.
- O foco da pesquisa foi a compreensão das redes sociotécnicas de governança digital desenvolvidas no Brasil. O objetivo geral da pesquisa foi a construção de modelo teórico-metodológico para gestão estratégica e monitoramento das redes de governança digital a partir do mapeamento e análise dessas redes de acordo com a caracterização dos seus atores, dinâmicas de atuação e capacidade de governança.

Democracia versus censura e modulação de comportamento na internet:

Mapeamento e Análise das Redes de Governança Digital na América Latina e Caribe

- Christiana Soares de Freitas (coord)
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: Março de 2019
- Apoio institucional e financeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD)
- Alunos envolvidos: dois doutorandos da Faculdade de Comunicação da UnB; 1 mestranda da Faculdade de Comunicação da UnB; 16 alunos da graduação do curso de Gestão de Políticas Públicas da UnB
- O objetivo geral da pesquisa é analisar a importância e o papel das redes de governança digital desenvolvidas na América Latina e Caribe. O foco é tanto no mapeamento e análise das práticas democráticas observadas a partir das iniciativas de e-participação (que buscam aprimorar processos de transparência e monitoramento de gastos governamentais), quanto nas práticas que desafiam a democracia, identificadas em processos políticos contemporâneos observados nos países da região, tais como práticas que violam direitos humanos fundamentais como o direito à liberdade de expressão na internet. Exemplos incluem o uso, por parte de movimentos políticos organizados, de recursos tecnológico-informacionais para impedir o funcionamento de determinados grupos e comunidades nas redes sociais, ameaçar seus líderes e moderadores por posicionamentos políticos específicos, criar perfis falsos e notícias falsas para formação de opinião e modulação de comportamento e de políticas.

Revoluções e contrarrevoluções na América Latina

- Jales Dantas da Costa (coordenador)
- Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor
- Início: 2014

- Alunos envolvidos: 6
- Estabelecido de 2014, o projeto Revoluções e Contrarrevoluções na América Latina objetiva estudar e pesquisar os processos revolucionários e contrarrevolucionários ocorridos na região, desde a revolução mexicana no início do século XX até a contemporaneidade, e os impactos desses processos nas conformações de Governança dos Estados nacionais, particularmente as suas políticas econômicas e sociais, e envolvimento do Terceiro Setor. Um dos docentes envolvidos nesta proposta, oriundo do Departamento de Economia da UnB, lidera o projeto. Há também pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba.

Análise de Dinâmicas de Ação Pública Transversal e Participativa

- Fernanda Natasha Bravo Cruz (coordenadora)
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: Junho de 2016
- Há instituições e eventos participativos que consideram a complexidade e a multidimensionalidade de problemas públicos, exigentes de esforços de reconfiguração da gestão pública. Em geral viabilizadas em caráter democrático no advento da Constituição cidadã, as iniciativas foram aprofundadas e contaram com profundas mudanças em sua composição, propósitos e modos de atuação desde os anos 2000. Propomos considerar as dinâmicas de interações socioestatais e transversais nestes fóruns híbridos, numa releitura das definições atribuídas à gestão intersetorial e transversal, reconhecendo potenciais e limites conceituais para articulá-las às categorias de complexidade, ação coletiva e ação pública, bem como às noções de dialógica, saberes e relações, referencial e instrumento - este último, definidor da expressão de diretrizes, modelos organizacionais, mudanças e efeitos de instituições e eventos participativos. Para considerar o caráter participativo, tratamos como elementos da instrumentação os repertórios de interação dos atores. Com o suporte de entrevistas, da observação de práticas e da análise documental de regimentos internos, decretos, resoluções, portarias, moções, atas, transcrições e relatórios, analisamos como operam instrumentos de ação pública transversal e participativa. O projeto é coordenado por professora do GPP que participa desta proposta e atualmente conta com três estudantes de graduação em pesquisa de iniciação científica, referiu-se a oito orientações de trabalho de conclusão de curso de graduação concluídas, além de engajar os processos de orientação e pesquisa de quatro estudantes de mestrado profissional.

Práticas de gestão participativa e análise dos instrumentos de gestão que visam o controle social: uma análise dos relatórios anuais de gestão

- José Marilson Martins Dantas (coordenador), Magda de Lima Lúcio
- Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor
- Início: 2017
- Dentre os objetivos alcançados citamos a capacidade de intervir na elaboração da nova plataforma de prestação de informações e contas das prefeituras aos órgãos de controle interno e externo, bem como aos conselhos de saúde, denominada DigSUS. Trata-se de

um Sistema de Gestão para registro de informações relativas aos instrumentos de planejamento em saúde de estados, Distrito Federal e municípios. O DigSUS Módulo Planejamento - DGMP - possibilitará o registro sequencial das Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores do Plano de Saúde, anualização das metas e lançamento de previsão orçamentária da Programação Anual de Saúde; elaboração do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior e do Relatório Anual de Gestão; e permitirá ainda o registro de metas da Pactuação Interfederativa de Indicadores. O referido Sistema encontra-se em fase de migração do Relatório Anual de Gestão - RAGSUS - para DGMP. A pesquisa já foi apresentada para várias instâncias do Ministério da Saúde, bem como na Comissão Intergestores Tripartite, instância máxima da gestão do Sistema Único de Saúde. A pesquisa contou com uma equipe de profissionais (docentes e discentes) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) e Faculdade de Ciências da Saúde (FS). O projeto, encerrado em dezembro de 2018, foi executado por meio do Termo de Execução Descentralizada 53/2017, no valor de R\$ 351.000,00 - Parceria entre pesquisadores da FACE/UnB e Ministério da Saúde/ Departamento de Articulação Interfederativa/ Coordenação-Geral de Articulação de Instrumentos da Gestão –CGAIG. Os pesquisadores foram remunerados de acordo com as normas internas da Universidade de Brasília, previstas na Resolução do Conselho de Administração N° 0003/2018.

Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde / aprimoramento da articulação e cooperação interfederativa para análise, estudos e apoio ao planejamento, regionalização e articulação entre os entes federados frente à gestão do SUS

- Magda de Lima Lúcio (coordenadora); José Marilson Martins Dantas
- Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor
- Início: 2017
- A primeira fase da pesquisa foi concluída em dezembro de 2018 e abordou diretamente a discussão acerca do termo governança e sua relação com as ações em curso entre instituições governamentais e Tribunal de Contas da União - TCU, tanto em suas auditorias operacionais, como em suas auditorias ex post. A pesquisa analisou o papel destas ações e o impacto destas na ação pública, em particular nos atos da gestão pública, bem como na gestão de políticas públicas. Em particular, o impacto na gestão do Sistema Único de Saúde no Brasil. A pesquisa demonstrou que o termo Governança tem sido bastante utilizado, muitas vezes, de maneira informal, sem levar em conta sua capacidade de influenciar ou mesmo influir em decisões estratégicas nos três níveis federativos. Coube a esta pesquisa realizar uma revisão sistemática da categoria governança no setor público sob três lentes, a saber: em nível nacional e internacional; em sistemas públicos de saúde; e por fim, sua utilização como categoria estruturante do pacto interfederativo do Sistema Único de Saúde brasileiro. Buscou-se enunciar o caráter polissêmico da categoria e em que medida poderá ser a categoria estruturante de um sistema que possa ser denominado como sistema de governança e gestão do SUS. Espera-se ao final da pesquisa um modelo de gestão e governança do SUS com base nos princípios da

regionalização tendo como suporte o planejamento ascendente, já previsto no arcabouço normativo do SUS, porém ainda não implementado.

Governança nas Instituições de Educação Superior

- Magda de Lima Lucio (coordenadora); José Marilson Martins Dantas
- Início: 2018
- Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor
- Trata-se de uma ação de Extensão Tecnológica, de acordo com o previsto no Decreto nº 9.283/2018, que regulamenta o Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016), a partir da Lei nº 10.973/2004 e da Emenda Constitucional nº 85/2015. Esta ação objetiva apoiar a implantação do Sistema de Governança, desenvolvido por pesquisadores da UnB/FACE, bem como desenvolver um selo de governança com o intuito de aprimorar os procedimentos de gestão acadêmica, com foco nas ações administrativo-financeiras. O Selo será aplicado em todas as IES, por adesão. Na vigência desta ação serão contempladas 20 Instituições de Educação Superior, por adesão voluntária.

Escola Livre em Gestão Social

- Rosana de Freitas Boullosa (coordenadora), Luiz Fernando Macedo Bessa, Ana Paula Antunes Martins
- Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação
- Início: 2015
- Editais de fomento: Edital Universal CNPq 2018 (2019-2021); Edital Demanda Espontânea da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal 2018 (2019-2021); Bolsa de Produtividade DT 2018 (2019-2021)
- Busca construir e oferecer processos de formação livre e certificada em gestão social, nas modalidades presencial e a distância, por meio de percursos formativos, de natureza tecnológica, que visem, portanto, a transformação e ampliação das suas bases e de seus repertórios de conhecimento aplicado, para públicos específicos formados por praticantes em gestão social e suas áreas temáticas, envolvidos em processos de políticas públicas, inseridos particularmente no Centro-Oeste e Nordeste do país, composto sobretudo por gestores públicos locais, organizações sociais, organizações comunitária, conselhos locais e outras esferas de participação pública institucionalizada ou em vias de institucionalização. As principais áreas temáticas a serem trabalhadas, dentro da sua natureza tecnológica, além da própria gestão social, são: avaliação e monitoramento, elaboração de projetos, implementação de instrumentos de políticas públicas, instrumentos de participação democrática, problemas públicos, desenvolvimento territorial, gestão de conflitos, arte pública, economia do compartilhamento, dentre outros, envolvendo as noções de transversalidade em políticas públicas.

Laboratório de Pesquisa e Extensão do Terceiro Setor

- Coordenador: José Antonio de França. Participam: José Antonio de França; Eduardo Tadeu Vieira; Paulo César de Melo Mendes; José Humberto Cruz; Rubens Peres Forster; Clesia Camilo Pereira
- A proposta de Ação de Extensão: 60594, com vigência de 15/10/2018 a 15/10/2020, tem por objetivo disseminar conhecimento na gestão das entidades sem a finalidade de lucro por meio de (a) proposição de metodologias de avaliação de desempenho; (b) orientação para elaboração de relatórios e demonstrações financeiras; (c) orientação para elaboração de prestação de contas; (d) orientação para elaboração do planejamento contábil; (d) produção de pesquisa que contribua para o desenvolvimento da gestão das entidades e benefício da sociedade; (e) oficinas de trabalho com executivos e contadores das entidades do terceiro setor; e construção de uma base de dados contemplando as entidades do terceiro setor veladas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Balcão Universitário

- Coordenadora: Clésia Camilo Pereira. Participam: José Antonio de França; Eduardo Tadeu Vieira; Paulo César de Melo Mendes; José Humberto Cruz; Rubens Peres Forster.
- O projeto tem por objetivo promover estudos e pesquisas na área de gestão fiscal, tendo como premissa a promoção de estudos voltados para o exercício da cidadania e da responsabilidade social do profissional da contabilidade. A área de atuação desse projeto contempla o conhecimento e discussão: dos atributos dos tributos (principal fonte de receita do Estado) nas esferas da União, Estados e Municípios; da realização de planejamento tributário; dos benefícios fiscais; e da responsabilidade social do contador no exercício de sua profissão. E ainda temas como a renúncia fiscal: imunidade e isenção tributárias. Esse projeto de Extensão tem apoio da Secretaria da Receita Federal do Brasil, através do Acordo de Cooperação 5/2018. A Proposta de Ação de Extensão vigente é 55114.

Vínculos de docentes às disciplinas

- Governança e inovação em políticas públicas
 - *Christiana Freitas, Dorian Daroit, Diana Vaz*
- Metodologia de pesquisa interdisciplinar
 - *Magda de Lima Lúcio, Clésia Pereira*
- Design de projeto de intervenção
 - *Ana Paula Vidal Bastos, Fernanda Natasha Bravo Cruz, José Marilson Martins Dantas*
- Ação pública e participação social
 - *Ana Paula Antunes Martins, Christiana Freitas*

- *Accountability* e ação pública
 - *Beatriz Morgan, Clesia Pereira, Diana Vaz*
- Contabilidade aplicada à gestão pública
 - *Diana Vaz, José Marilson Martins Dantas*
- Políticas públicas e (des)envolvimento territorial
 - *Ana Paula Vidal Bastos, Luiz Fernando Bessa, Clésia Pereira*
- Economia política e orçamento público
 - *Jales Dantas da Costa, Diana Vaz*
- Empreendedorismo e terceiro setor
 - *José Antonio de França, Clesia Pereira*
- Estudos críticos em políticas públicas
 - *Rosana Boullosa, Luiz Fernando Macedo Bessa*
- Governança de políticas penais
 - *Valdirene Daufemback, Franco de Matos*
- Gestão no terceiro setor
 - *José Antonio de França, Clésia Pereira, Eduardo Tadeu Vieira*
- Gestão social e políticas públicas
 - *Rosana Boullosa, Ana Paula Antunes Martins, Luiz Fernando Macedo Bessa*
- Gestão transversal e redes de políticas públicas
 - *Doriana Daroit, Fernanda Natasha Bravo Cruz*
- Inovação e mudança na ação pública
 - *Doriana Daroit, Christiana Freitas, Frederico Barbosa*
- Métodos inferenciais aplicados
 - *Elaine Neiva, Ana Paula Vidal Bastos*
- Políticas de emprego, trabalho e renda
 - *Franco de Matos, Frederico Barbosa*
- Políticas de Governança Digital e os desafios à Democracia
 - *Christiana Freitas, Fernanda Natasha Bravo Cruz*
- Tributação no terceiro setor

- José Antonio de França, Eduardo Tadeu Vieira, Clésia Pereira

Atividades dos docentes

Exclusivo para Sucupira. Incluir no formulário, conforme currículo Lattes e DGP/CNPq, apenas os totais (quantitativos) correspondentes à produção (quantidade de artigos, quantidade de livros, quantidade de capítulos de livros, entre outras) e às orientações concluídas de cada docente no decorrer de toda a sua vida acadêmica. Os links de Lattes e espelhos de pesquisadores no diretório de grupos de pesquisa constam no item 'Produção bibliográfica, artística e técnica'

Infraestrutura

O campus Universitário Darcy Ribeiro, na Asa Norte de Brasília, é a unidade central da UnB, ocupando uma área com 3.950.569,07 km², sendo 513.767,16 m² de área construída e 32.138 m² de área de laboratórios. É composto por doze institutos, onze faculdades, 55 departamentos, cerca de 440 laboratórios, 21 centros, sete decanatos, seis órgãos complementares (Biblioteca Central, Centro de Informática, Editora Universidade de Brasília, UnBTV e Hospital Universitário de Brasília) e seis secretarias. Ainda há o Hospital-Escola para Animais de Pequeno Porte. Possui 60 Cursos de Graduação, em março de 2018 haviam 32.774 alunos matriculados no campus.

O Campus Darcy Ribeiro conta com acesso à rede wireless para conexão à Internet e acesso aos sistemas de matrícula, biblioteca, e outros sistemas administrativos e acadêmicos que compõem as atividades acadêmicas da Universidade. Boa parte destes sistemas, como biblioteca, podem ser acessados de computadores externos à rede da UnB. A Universidade conta com um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) possibilitando a integração entre os encontros presenciais e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs). Neste ambiente os estudantes podem se comunicar diretamente com seu professor e seus colegas de classe, ter acesso a textos, planos de ensino, bem como realizar atividades pedagógicas, como produção de textos via ferramenta wiki, dentre outros recursos disponíveis nesta modalidade pedagógica (Plataforma aprender usando o Moodle: www.aprender.unb.br). O Centro de Informática (CPD) centraliza o processamento eletrônico de informações acadêmico-administrativas, apoia as atividades de pesquisa desenvolvidas na UnB e proporciona orientação a professores e alunos na utilização de recursos de informática. O CPD é responsável pela liberação do acesso aos estudantes e professores ao e-mail institucional para que possam acompanhar as informações e atividades cotidianas da comunidade acadêmica, dentre outras atividades. O Centro de Processamento de Dados da UnB (CPD) tem ainda à disposição da comunidade universitária servidores IBM Netfinity que servem aos sistemas acadêmicos e aos sistemas administrativos. Há também no CPD um sistema distribuído com conexão em fibra ótica do tipo ATM de 155 a 655 Mbps, denominado REDUnB. O CPD gerencia esta rede por meio de roteador Internet e conecta-se a infoway de 2Mbps da Rede Nacional de Pesquisa e mais 6Mbps adicionais conectados diretamente ao backbone da EMBRATEL.

O prédio da FACE atende à legislação sobre acessibilidade, com rampas que possibilitam acesso às suas instalações, contemplando demandas de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Também possui sinalização de piso para deficiente visual. Inaugurado em 15 de outubro de 2012, o prédio da Faculdade possui uma área construída de 8.000 m², com 8 salas de aula; cento e trinta e cinco salas para professores; 4 salas para grupos de pesquisas; sala de estudos para pós-graduandos, com nichos para estudos individuais; e 4 laboratórios de informática, com trinta computadores com acesso à internet em cada laboratório.

Todos os docentes da FACE possuem salas próprias, sendo a grande maioria individuais. Para a convivência docente, geralmente é utilizada alguma sala de reunião da Face. No mesmo prédio estão localizados dois laboratórios especializados, de uso coletivo para os estudantes de todos os cursos da Faculdade. Há salas de aula disponíveis para a pós-graduação no prédio da FACE, bem nos dois pavilhões ao lado, o Anísio Teixeira e o João Calmon e todas são equipadas com aparelhos para fins didáticos e visuais, com acesso à internet e acomodação para a quantidade de estudantes prevista em cada disciplina. A FACE tem uma política de espaço aberto. Na Faculdade, os cursos de graduação e pós-graduação da FACE contam com ampla secretaria de pós-graduação, onde também poderá ser sediada a Secretaria do PPGGIPP.

Laboratórios para pesquisa

Grupo de Pesquisa em Instrumentos e Tecnologias de Gestão (GEPIN)

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1267213890058475

Linhas de pesquisa: Ação Pública e Inovação; Governança Pública e Terceiro Setor

Instauração: 2011

Líderes: Magda de Lima Lúcio, Doriana Daroit.

Demais pesquisadores desta proposta: Christiana Freitas, Fernanda Cruz, Luiz Fernando Bessa

Pesquisadores:

09 Doutores; 03 Mestres; 02 Graduandos; 01 Mestrando; 01 Doutorando.

Grupo de Pesquisa Estado, Regulação, Internet e Sociedade (GERIS)

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4379831620276835

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2015

Líder: Christiana Soares de Freitas

Demais pesquisadores desta proposta: Fernanda Cruz, Magda Lúcio

Pesquisadores:

10 Doutores; 01 Mestre; 03 Graduandos; 04 Mestrandos; 01 Doutorando.

Grupo de Estudos e Pesquisas em Governos Locais (GEPGL)

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9355812476903491

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Instauração: 2017

Líder: Diana Vaz de Lima

Pesquisadores: 05 Doutores; 01 Mestre; 04 Graduandos.

Grupo Inovare de Estudos sobre Mudança nas Organizações e Redes Sociais

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8243091217868933

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2017

Líder: Elaine Rabelo Neiva

Demais pesquisadores desta proposta: Doriana Daroit

Pesquisadores:

09 Doutores; 06 Mestre; 02 Mestrandos; 03 Doutorandos; 02 Graduandos.

Laboratório de Gestão de Políticas Penais - LabGEPEN

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3398611284425323

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2017

Líderes: Magda de Lima Lúcio, Franco de Matos.

Demais pesquisadores desta proposta: Fernanda Cruz, Valdirene Daufemback.

Pesquisadores:

Doutores: 34; Mestres: 22; Graduandos: 06; Mestrando:01.

Laboratório de Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático - LAP2D

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5987974460368305

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2019

Líderes: Doriana Daroit, Fernanda Cruz

Pesquisadores:

Doutores: 5; Doutorandos: 2; Graduandos: 2; Mestrando:01.

Previdência Social no Brasil: equilíbrios e perspectivas

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3398611284425323

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Instauração: 2010

Vice-líder: Diana Vaz de Lima

Pesquisadores: 07 Doutores; 03 graduandos.

Lei e Sociedade

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9654466381989163

Linha de pesquisa: Ação pública e inovação

Instauração: 2002

Líder: Frederico Augusto Barbosa de Souza

Pesquisadores: 06 Doutores; 03 mestres; 01 graduado; 01 graduando.

Gestão e Políticas do Trabalho - GEPOLT

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8700382025420223

Linha de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2018

Líderes: Magda de Lima Lúcio, Franco de Matos

Demais pesquisadores desta proposta: Ana Paula Martins

Pesquisadores: 05 doutores; 04 mestres; 05 graduandos; 01 mestrando; 01 técnico.

Processos de Inovação e Aprendizagem em Políticas Públicas e Gestão Social

Espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7438584994523304

Linhas de pesquisa: Ação Pública e Inovação

Instauração: 2011

Líder: Rosana de Freitas Boullosa

Demais pesquisadores desta proposta: Ana Paula Martins, Luiz Fernando Bessa

Pesquisadores: 08 doutores, 03 graduandos, 01 doutorando.

Public Intelligence Laboratory - PILab

dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2105163689177710

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Instauração: 2017

Líderes: José Marilson Martins Dantas, Magda de Lima Lúcio

Pesquisadores: 04 doutores, 01 mestre, 01 especialista, 03 graduados.

Laboratório de pesquisa no terceiro setor - LPETS

dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9355812476903491

Linha de pesquisa: Governança Pública e Terceiro Setor

Instauração: 2017

Líder: Clésia Camilo Pereira

Demais pesquisadores desta proposta: José Antônio de França; Eduardo Tadeu Vieira.

Pesquisadores: 05 doutores, 01 técnico, 02 graduandos.

Caracterização do acervo da biblioteca

A Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB) possui área de 16.200 m². Permanece aberta 24 horas durante os dias úteis e com plantão durante sábados, domingos e feriados (8h às 17:45h). A Biblioteca Central da UnB disponibiliza acesso a bases de dados nacionais e internacionais, que abrangem as diversas áreas do conhecimento. Conta com acervo constituído por aproximadamente 1,5 milhão de exemplares entre livros, periódicos, teses, dissertações, outros documentos e coleções especiais. A BCE oferece uma série de serviços: 1. Elaboração de fichas catalográficas para teses e dissertações 2. Comutação Bibliográfica – COMUT; 3. Laboratórios de acesso digital; 4. Auditório, Sala de Treinamento e Sala de Aula; 5. Cabines de Áudio e Vídeo; 6. Visitas Orientadas; 7. Treinamento em Bases de Dados; 8. Empréstimo de Normas Bibliográficas. Em relação ao acesso ao acervo digital a BCE possui as seguintes bibliotecas virtuais: Biblioteca Digital de Monografias de Graduação e Especialização (BDM); b. Biblioteca Digital e Sonora (BDS), com o objetivo de atender a demanda de

deficientes visuais; c. Repositório Institucional, para a gestão e disseminação da produção científica e acadêmica da UnB; d. Diretório de Periódicos, que reúne em um único site os periódicos acadêmicos da Universidade que se adequem a critérios preestabelecidos, por meio do software Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). O acesso a essas bases de dados é vinculado à REDUnB, entretanto aos alunos, professores e servidores da UnB é permitido o acesso remoto. O acesso para a comunidade em geral é livre no espaço físico da Biblioteca, através de rede sem fio. Todo o acervo encontra-se ordenado por assunto de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU).

A BCE também proporciona aos estudantes e pesquisadores acesso a importantes bases de dados. A BCE/UnB tem acesso direto ao Portal da Capes, que oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 12 mil revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e mais de 120 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. O uso do Portal é livre e gratuito para os usuários da UnB. O acesso é realizado a partir de qualquer computador ligado à Internet localizado dentro da UnB ou por pessoas que possuam autorização (carteira de estudante atualizada) para acessá-lo de fora (alunos de pós-graduação, professores e funcionários). Além do Portal Capes, a BCE também conta com outras bases de dados de acesso restrito: Academic Search Ultimate, Jstor, SciVal/Elsevier e Proquest, e suas reconhecidamente amplas bases de dados; a Biblioteca Virtual Universitária da Pearson, a Early European Books (EEB), a Early English Books Online (EEBO), a Ebook Central (antiga Ebrary), a base eBook Academic Collection (EBSCO), a Minha Biblioteca, e a Oxford Scholarship Online, com grandes acervos de livros digitais; a Hein Online, para pesquisas interdisciplinares com a área do direito; o Portal Saúde Baseada em Evidências, do Ministério da Saúde, Capes e Organização Pan Americana da Saúde, para pesquisas interdisciplinares com a área da saúde; e a Target GEDWeb e seu Sistema de Gestão de Normas e Documentos Regulatórios, importante às pesquisas do campo da gestão estratégica e inovação pública, que permite acesso à regulamentação técnica (normas, regulamentos, portarias, resoluções, conformidades) como: normas ABNT NBR/NM; normas internacionais e estrangeiras; diários oficiais da união, regulamentos técnicos/portarias do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), Normas Regulamentadoras da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia (antigo MTE), resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), procedimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), resoluções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Biblioteca ligada à rede mundial de computadores?

Sim

Financiamentos

O curso de especialização em andamento contam com retorno bastante satisfatório dos alunos e dos gestores da área de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Saúde. Já há

interesse tanto do Ministério da Saúde como do Ministério da Educação em contratar turmas de mestrado profissional com o perfil desta proposta.

Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde / aprimoramento da articulação e cooperação interfederativa para análise, estudos e apoio ao planejamento, regionalização e articulação entre os entes federados frente à gestão do SUS

- Coordenadora: Profa. Magda de Lima Lucio.
- Termo de Execução Descentralizada - 52/2017 - Valor R\$ 1.562.000,00. Parceria entre pesquisadores da FACE/UnB e Ministério da Saúde/ Departamento de Articulação Interfederativa. Foram previstos auxílios a pesquisadores e discentes, de acordo com as normas internas da Universidade de Brasília, previstas na Resolução do Conselho de Administração Nº 0003/2018. Há previsão de diárias e passagens para realização dos objetivos propostos. Descrição no item projetos de pesquisa.

Governança nas Instituições de Educação Superior

- Coordenadora: Magda de Lima Lucio
- Termo de Execução Descentralizada sendo finalizado - Valor Previsto - R\$ 750.000,00 - Parceria entre pesquisadores da FACE/UnB e Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior/ SESU/Departamento de Desenvolvimento das Instituições Federais de Educação Superior/DIFES. Foram previstos auxílios a pesquisadores e discentes, de acordo com as normas internas da Universidade de Brasília, previstas na Resolução do Conselho de Administração Nº 0003/2018. Há previsão de auxílio financeiro para suporte técnico-administrativo, de diárias e passagens para realização dos objetivos propostos. Descrição no item projetos de pesquisa.

Curso de Especialização em Orçamento e Políticas Públicas

- Coordenador: José Marilson Martins Dantas
- Termo de Execução Descentralizada 101/2018 - Valor R\$ 549.707,85 - Parceria entre docentes da FACE/UnB e Ministério da Saúde/Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas/CODEP. A concepção deste curso apoia a proposição desta APCN e tendo no centro a disciplina Metodologia executada como um Laboratório de Imersão. Há uma articulação vigorosa entre a atuação prática dos gestores e a concepção teórico-metodológica do curso de especialização. Os profissionais envolvidos são remunerados por hora/aula; há previsão de duas bolsas de pesquisa, diárias e passagens como suporte às atividades do curso.

Escola Livre em Gestão Social: formação tecnológica para processos de políticas públicas

- Coordenadora: Rosana de Freitas Boullosa
- Chamada MCTIC/CNPq No 28/2018 - Edital Universal 2018
Valor Global: R\$ 15.500,00
Bolsas: Apoio Técnico a Pesquisa - AT 1A; Modalidade: Extensão no País - EXP Nível: C
- Edital Demanda Espontânea da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal 2018

Instituição de Vínculo: Universidade de Brasília/UnB-DF

Ano: 2019-2021

Valor Global: R\$ 113.146,00

Descrição no item projetos de pesquisa.

Cadeias de Tradução na Coprodução de Políticas Públicas: a Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal

- Coordenadora: Doriana Daroit. Participam: Fernanda Cruz e Luiz Fernando Macedo Bessa.
- O projeto de pesquisa obteve aprovação no Edital 03/2018 - FAPDF (Faixa B - de R\$35.000,00 a R\$70.000,00) e aguarda assinatura do Termo de Outorga e Aceitação (TOA). Descrição apresentada no projeto de pesquisa “Tecnologias e instrumentos de ação pública transversal: análise e proposição de instrumentos de gestão inovadores”

Desenvolvimento de Tecnologia Social para a Elaboração de Modelo de Cooperativas de Prestação de Serviços Autônomos - Aplicação de Piloto na Cidade Estrutural

- Coordenador: Franco de Matos; Participa: Ana Paula Antunes Martins
- O projeto, em desenvolvimento, é financiado pelo CNPq no período de 02/2019 a 01/2020, por meio do Edital n. 36/2018, no valor de 100 mil reais. Descrição no item projetos de pesquisa.

ENC: Proposta para Turma Fechada de Pós-Graduação em Governança – Início 2026/2 - DNIT

De Gleydson Herbete Deyvid de Souza <gleydson.souza@dnit.gov.br>

Data Ter, 28/04/2026 15:10

Para Isabelle da Silva Melo <isabelle.melo@dnit.gov.br>

 6 anexos (3 MB)

Contrato SEPM nº 176-2023 FGV - partes 2 (6).pdf; Comparativo_preços_MBA_SSP-SC.pdf; Contrato SEPM nº 075-23 FGV assinado 2024 09 09 (5).pdf; Contrato INSS_partes.pdf; Carta_Notoriedade_FGV_DNIT.pdf; minutaprop2026.00177-01_MBA_DNIT.pdf;

De: Jussara Resende Almeida <jussara.almeida@fgv.br>

Enviado: quarta-feira, 15 de abril de 2026 19:31

Para: Gleydson Herbete Deyvid de Souza <gleydson.souza@dnit.gov.br>

Cc: Sara Brito Arruda <sara.arruda@dnit.gov.br>

Assunto: RE: Proposta para Turma Fechada de Pós-Graduação em Governança – Início 2026/2 - DNIT

Atenção: Este é um e-mail externo e pode ser malicioso. Tome cuidado ao clicar em links ou abrir anexos.

Boa noite, Gleydson!

A proposta foi finalizada, segue anexa para sua apreciação. Achando conveniente, podemos marcar um bate papo com o prof. coordenador do curso.

Aproveito, também, para encaminhar uma carta notoriedade com informações da FGV que podem te auxiliar no processo da contratação. Em relação ao preço, para justificar o valor apresentado, encaminho o Comparativo de preços, que traz referências de outras contratações da FGV com preços equivalentes. Os demais anexos são as comprovações das contratações citadas no Comparativo.

Por favor, me diga se a proposta está aderente às necessidades que você apresentou ou se necessita de algum ajuste.

Fico à disposição.

Cordialmente,

**A EDUCAÇÃO
EXECUTIVA
DA FGV,
CUSTOMIZADA
PARA A SUA
ORGANIZAÇÃO.**



Jussara Resende de Almeida

Executiva de Contas

 +55 21 99488-5263
+55 61 99808-4033

 fgvincompany

 **FGV IN COMPANY**

De: Gleydson Herbete Deyvid de Souza <gleydson.souza@dnit.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 9 de abril de 2026 11:59

Para: Jussara Resende Almeida <jussara.almeida@fgv.br>

Cc: Sara Brito Arruda <sara.arruda@dnit.gov.br>

Assunto: RE: Proposta para Turma Fechada de Pós-Graduação em Governança – Início 2026/2 - DNIT

Jussara, bom dia

Vou te passar o CNPJ geral do DNIT: **04.892.707/0001-00**

Tem previsão de entrega da proposta?

Att.,

De: Jussara Resende Almeida <jussara.almeida@fgv.br>

Enviado: quinta-feira, 26 de março de 2026 16:53

Para: Gleydson Herbete Deyvid de Souza <gleydson.souza@dnit.gov.br>

Cc: Sara Brito Arruda <sara.arruda@dnit.gov.br>

Assunto: RE: Proposta para Turma Fechada de Pós-Graduação em Governança – Início 2026/2 - DNIT

Atenção: Este é um e-mail externo e pode ser malicioso. Tome cuidado ao clicar em links ou abrir anexos.



MBA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL

Minuta de Proposta Técnico-Comercial | IDE 2026.00177-01

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2026.

Ao

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

SAN Qd. 03 Lote A, Ed. Núcleo dos Transportes

CEP 70040-902 - Brasília - DF

CNPJ: 04.892.707/0001-00

Prezados,

Com satisfação o **FGV IN COMPANY** encaminha esta proposta técnico-comercial para sua apreciação.

Em nossos desenhos de soluções educacionais, levamos em conta a **customização**, os desafios da **aceleração digital** e do **lifelong learning**, apoiando o desenvolvimento de **competências essenciais** para a atuação no Século XXI. Esperamos, com isso, apoiar o alcance dos resultados organizacionais e individuais.

Atenciosamente,

EXECUTIVA DE CONTAS

Jussara Resende de Almeida

jussara.almeida@fgv.br

+55 21 99488-5263 / +55 61 97764-3837

Sumário

COMPREENSÃO INICIAL	4
CONTEXTUALIZAÇÃO E PREPARAÇÃO	4
DIFERENCIAIS DA SOLUÇÃO PROPOSTA	5
PROPOSTA DE VALOR	6
SOLUÇÃO EDUCACIONAL.....	7
DIFERENCIAIS DO PROJETO	7
PRÉ-REQUISITO.....	8
CONFIGURAÇÃO DO PROGRAMA	8
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	9
MÉTODOS DE APRENDIZAGEM E MATERIAIS	10
METODOLOGIA DO PROJETO APLICADO.....	10
RECURSOS	11
CUSTOMIZAÇÃO	12
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	12
CORPO DOCENTE	14
EQUIPES DE APOIO	14
INVESTIMENTO	15
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	15
CERTIFICAÇÃO	16
CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	18
SOBRE A FGV	22
ESCOLAS FGV	22
PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS.....	23
FGV IN COMPANY	23
EMENTA.....	25
DOCENTES SUGERIDOS.....	29

COMPREENSÃO INICIAL

CONTEXTUALIZAÇÃO E PREPARAÇÃO

O **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)**, enquanto autarquia federal responsável pela implementação, gestão e manutenção da infraestrutura de transportes terrestre no país, exerce papel estratégico para o desenvolvimento econômico e social, sendo diretamente impactado por desafios crescentes relacionados à complexidade dos projetos, à necessidade de eficiência na alocação de recursos públicos e à ampliação dos mecanismos de controle e transparência.

Nesse contexto, evidencia-se a importância do fortalecimento das capacidades institucionais dos seus quadros técnicos e gerenciais, de modo a promover maior integração entre planejamento, execução e monitoramento das ações governamentais.

O ambiente organizacional do **DNIT** é caracterizado pela atuação simultânea de perfis distintos, com destaque para engenheiros diretamente envolvidos na execução de obras e servidores da área meio, responsáveis por funções como orçamento, gestão de pessoas e processos administrativos, o que reforça a necessidade de uma formação que promova visão sistêmica e alinhamento entre essas diferentes dimensões da atuação pública.

Nesse sentido, destaca-se a importância de uma abordagem formativa que fortaleça a interface entre as áreas técnicas e gerenciais, especialmente no contexto de projetos de infraestrutura, nos quais decisões técnicas, orçamentárias e institucionais se articulam de forma indissociável.

Adicionalmente, o cenário atual impõe aos órgãos públicos uma atuação cada vez mais orientada por resultados, com forte incidência de órgãos de controle e crescente exigência de conformidade com marcos regulatórios e boas práticas de governança. Nesse sentido, torna-se fundamental o desenvolvimento de competências relacionadas à gestão de riscos, controle, *accountability* e avaliação de políticas públicas, contribuindo para a qualificação da tomada de decisão e para a mitigação de vulnerabilidades institucionais.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de modernização da gestão pública, com incorporação de tecnologias digitais, uso intensivo de dados e adoção de soluções inovadoras, incluindo aquelas baseadas em inteligência artificial, como forma de ampliar a eficiência operacional, aprimorar processos e qualificar a prestação de serviços à sociedade.

Destaca-se, ainda, a importância da qualificação dos processos de planejamento e execução orçamentária, especialmente em organizações com forte atuação em investimentos públicos, como o **DNIT**, nas quais a adequada estruturação de projetos, a gestão eficiente de contratos e a articulação entre diferentes instrumentos de financiamento são determinantes para o alcance dos resultados institucionais.

Por fim, evidencia-se a relevância de abordagens formativas orientadas à aplicação prática do conhecimento, com destaque para a elaboração de trabalhos de conclusão de curso em formato de projeto aplicado, possibilitando o desenvolvimento de soluções concretas para desafios reais enfrentados pelo órgão e favorecendo a transferência efetiva do aprendizado para o contexto institucional.

Diante desse conjunto de fatores, a implementação de um programa de pós-graduação lato sensu, estruturado de forma aderente às especificidades do **DNIT** e orientado ao desenvolvimento de competências estratégicas em políticas públicas e gestão governamental, apresenta-se como

iniciativa relevante para o fortalecimento institucional e para o aprimoramento da capacidade de entrega de valor público.

DIFERENCIAIS DA SOLUÇÃO PROPOSTA

A proposta apresentada foi estruturada com base na experiência acumulada da Fundação Getulio Vargas na formação de gestores e no desenvolvimento de soluções educacionais voltadas ao setor público, assegurando aderência às necessidades institucionais do **DNIT** e alinhamento com os desafios contemporâneos da Administração Pública.

Com mais de 80 anos de atuação em ensino, pesquisa e desenvolvimento aplicado no Brasil, a Fundação Getulio Vargas consolidou-se como referência nacional na qualificação da gestão pública, contando com uma estrutura acadêmica composta por escolas e centros de pesquisa de excelência, responsáveis pela produção de conhecimento aplicado e pela formação de lideranças em diferentes áreas do conhecimento. Destaca-se, nesse contexto, a tradição pioneira da instituição na formação em Administração Pública, por meio da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (FGV EBAPE), reconhecida como a primeira escola de Administração Pública do país.

A proposta se apoia, ainda, na experiência consolidada da FGV na capacitação de quadros estratégicos da Administração Pública, com atuação junto a órgãos das esferas federal, estadual e municipal, e na capacidade de desenvolver programas customizados, ajustados às especificidades institucionais e ao perfil do público-alvo.

No caso do **DNIT**, essa abordagem permite contemplar tanto os profissionais da área técnica, diretamente envolvidos na execução de obras, quanto os servidores da área meio, responsáveis por funções de suporte à gestão.

Essa abordagem permite, ainda, ampliar a compreensão dos profissionais envolvidos na execução de obras quanto aos aspectos de gestão pública, governança e tomada de decisão, contribuindo para maior integração entre as dimensões técnica e gerencial.

Nesse contexto, o programa contribui para ampliar a capacidade desses profissionais de atuar em posições de gestão ou em interfaces institucionais, qualificando sua atuação em temas como planejamento, governança, orçamento e controle.

Do ponto de vista metodológico, o programa articula fundamentos teóricos com aplicações práticas, favorecendo a utilização dos conhecimentos no contexto de atuação dos participantes. Tal direcionamento favorece a aplicação dos conteúdos em contextos concretos de infraestrutura pública, aproximando os instrumentos de gestão das realidades operacionais vivenciadas pelos participantes. A estruturação do Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto aplicado reforça esse direcionamento, ao possibilitar o desenvolvimento de soluções voltadas a desafios concretos enfrentados pelo **DNIT**, contribuindo para a geração de resultados institucionais.

O corpo docente é composto por professores com sólida formação acadêmica e experiência prática em governo, políticas públicas e gestão, assegurando abordagem atualizada e conectada à realidade do setor público. Adicionalmente, o programa incorpora temas contemporâneos, como governo digital, uso de dados e inteligência artificial, alinhando-se às demandas de modernização e inovação na gestão pública.

Por fim, a atuação da FGV In Company na concepção e execução de soluções educacionais sob medida garante a adequada estruturação do projeto, o acompanhamento contínuo das atividades e o alinhamento permanente com os objetivos institucionais do **DNIT**, contribuindo para a efetividade da iniciativa proposta.

OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM

O **MBA em Políticas Públicas e Gestão Governamental** tem por objetivo primordial formar pessoal especializado em desenvolvimento de políticas públicas e gestão governamental. Para alcançar este propósito o programa pretende fornecer os conhecimentos conceituais e o instrumental necessário para que os alunos possam:

- Realizar o planejamento e a gestão estratégicas das suas respectivas áreas de política,
- Desenvolver os procedimentos relacionados ao desenho e a implementação de políticas públicas, inclusive mediante contratação de parcerias intergovernamentais e parcerias com o setor privado, e de modo alinhado com princípios de sustentabilidade ambiental,
- Planejar e executar a gestão orçamentária e financeiras dos seus respectivos programas governamentais,
- Executar procedimentos de compras governamentais,
- Operar instrumentos de governo digital no âmbito das políticas públicas e processos de gestão governamental,
- Elaborar e analisar o monitoramento e a avaliação das políticas com base em indicadores de políticas públicas e outras evidências,
- Liderar equipes de alto desempenho comprometidas princípios de integridade e inovação em políticas e gestão governamental, e
- Manter diálogos institucionais com instituições de controle externo de modo a atender os requisitos de boa governança e gestão pública orientados por transparência e *accountability*.

PROPOSTA DE VALOR

- cursos de **alta qualidade acadêmica** e metodologias de **ensino e aprendizagem ativas**;
- **professores com alta qualificação** acadêmica e experiência executiva;
- diversos **conteúdos didáticos** disponibilizados com **curadoria dos professores FGV**;
- **inovação e tradição** combinadas numa experiência de aprendizagem transformadora para a performance e carreira dos participantes;
- perspectiva global de uma das **instituições mais internacionalizadas** do Brasil; e
- **união de duas marcas fortes** ajudando a projetar as estratégias de desenvolvimento da organização.

SOLUÇÃO EDUCACIONAL

Curso	MBA em Políticas Públicas e Gestão Governamental Pós-Graduação <i>Lato-Sensu</i> , nível especialização
Modalidade	Blended
Carga horária	432 horas-aula ¹ .
Público-alvo	Servidores do DNIT , parte de engenheiros que trabalha em obras e parte de servidores da área meio.
Número de Participantes	01 turma composta por até 40 participantes

DIFERENCIAIS DO PROJETO

Esta proposta oferece uma experiência formativa completa, com recursos exclusivos que fortalecem o aprendizado, garantem aplicabilidade prática e asseguram alto padrão de qualidade acadêmica. Entre os principais diferenciais, destacam-se:

- **Plataforma FGV eClass:** acesso ao ambiente virtual de aprendizagem com navegação intuitiva e recursos interativos. As gravações das aulas síncronas e os conteúdos didáticos permanecerão disponíveis por até 3 meses após o encerramento de cada disciplina, possibilitando revisões e aprofundamento contínuo.
- **Biblioteca Virtual FGV:** acervo digital com mais de 6.000 títulos, periódicos acadêmicos, relatórios técnicos e obras de referência nas áreas de gestão, políticas públicas, economia, direito, tecnologia, entre outras, com acesso remoto e permanente durante o curso.
- **Academia CEO:** espaço exclusivo com entrevistas, análises e estudos de caso conduzidos por líderes empresariais e especialistas de destaque, com foco em estratégias de gestão, inovação e liderança no setor público e privado.
- **Corpo docente** altamente qualificado: professores com sólida formação acadêmica, ampla experiência profissional, unindo excelência conceitual e foco prático.
- **Certificação FGV:** diploma emitido por uma instituição de excelência, com reconhecimento no Brasil e no exterior, consolidada pela reputação acadêmica e pela credibilidade junto aos setores público e privado — atributos que conferem prestígio e relevância à formação dos participantes.
- **Integração entre teoria e prática:** disciplinas orientadas para a realidade profissional dos participantes, com uso de metodologias ativas, estudos de caso, debates aplicados e elaboração de projetos voltados à solução de desafios concretos.

¹ hora-aula com 50 minutos de duração. 432 horas-aula correspondentes a 360h00min

- **Secretaria Acadêmica** dedicada: atendimento personalizado e suporte contínuo aos alunos durante todo o curso, com acompanhamento de frequência, desempenho acadêmico, prazos de atividades e orientações operacionais, contribuindo para a organização e o bom andamento do programa.
- **Apoio acadêmico estruturado:** coordenação acadêmica presente e acessível e monitoramento pedagógico para garantir a melhor experiência formativa.

PRÉ-REQUISITO

Todos os participantes dos cursos deverão possuir nível superior completo (bacharelado ou licenciatura), sendo necessária a apresentação do comprovante de graduação em Instituição de Ensino Superior, registrada junto ao MEC.

CONFIGURAÇÃO DO PROGRAMA

O **MBA em Políticas Públicas e Gestão Governamental** foi desenhado para atender às necessidades de formação em pós-graduação requeridas para profissionais que exercem ou têm pretensão de exercer protagonismo no processo de modernização governamental. Os três módulos que compõem o curso possuem graus de independência que viabilizam a execução modularizada.

O primeiro módulo apresentará temas relacionados ao planejamento, à contratação e à avaliação das políticas e dos programas governamentais. Esse conteúdo desenvolverá competências para elaborar projetos, promover inovação, preparar e analisar dados, bem como realizar avaliações de políticas públicas e organizações governamentais.

O segundo módulo traz temas referentes à configuração do ciclo orçamentário, à mobilização de recursos financeiros, à contratualização de parcerias público-privadas (PPPs) e concessões para o desenvolvimento de ações de interesse público. Esse conteúdo desenvolverá competências para gerenciar os procedimentos relacionados ao ciclo orçamentário, à mobilização de instrumentos orientados ao financiamento e à geração de incentivos fiscais e financeiros, associados a objetivos de interesse público, bem como ao desenvolvimento e à gestão de contratos de parcerias intergovernamentais, PPPs e concessões.

O terceiro módulo disponibilizará temas relacionados à governança pública, à gestão de riscos e às atividades de controle dos atos de gestão. Esse conteúdo desenvolverá competências para a estruturação de mecanismos de governança pública, a organização de procedimentos de gerenciamento de riscos, a avaliação de desempenho e a gestão dos instrumentos de controle no âmbito das organizações e dos programas governamentais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	DISCIPLINAS	C/H Virtual Síncrona	C/H Virtual Assíncrona	C/H Total
Planejamento Estratégico e Políticas Públicas				
1	Planejamento Estratégico	20 h/a	04 h/a	24 h/a
2	Elaboração e Implementação de Políticas Públicas	20 h/a	04 h/a	24 h/a
3	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	20 h/a	04 h/a	24 h/a
4	Indicadores e Análise de Dados	20 h/a	04 h/a	24 h/a
5	Gestão de Projetos	20 h/a	04 h/a	24 h/a
6	Designer Thinking e inovação	20 h/a	04 h/a	24 h/a
Financiamento, Compras e Contratações de Parcerias				
7	Finanças Públicas	20 h/a	04 h/a	24 h/a
8	Orçamento Público I	20 h/a	04 h/a	24 h/a
9	Orçamento Público II	20 h/a	04 h/a	24 h/a
10	Compras Governamentais	20 h/a	04 h/a	24 h/a
11	Parcerias Intergovernamentais	20 h/a	04 h/a	24 h/a
12	Projeto Aplicado	20 h/a	04 h/a	24 h/a
Gestão Estratégica e Governança Pública				
13	Gestão Estratégica	20 h/a	04 h/a	24 h/a
14	Sustentabilidade Ambiental e Mudanças Climáticas	20 h/a	04 h/a	24 h/a
15	Governo Digital	20 h/a	04 h/a	24 h/a
16	Liderança e Gestão de Equipes	20 h/a	04 h/a	24 h/a
17	Governança Pública	20 h/a	04 h/a	24 h/a
18	Controle Externo	20 h/a	04 h/a	24 h/a
		360 h/a	72 h/a	432 h/a

- A ementa sugerida para cada disciplina segue detalhada no Anexo desta proposta.
- A FGV se reserva o direito de, excepcionalmente, ajustar a programação aqui descrita, sem prejuízo da carga horária, antes da data prevista para o início das atividades, mediante prévia comunicação entre as partes.

MÉTODOS DE APRENDIZAGEM E MATERIAIS

As aulas são planejadas para desenvolver competências alinhadas ao público-alvo, com estratégias flexíveis e conteúdos integrados e interativos, utilizando metodologias ativas e alinhando a tradição e excelência acadêmica aplicada ao mercado.

METODOLOGIAS ATIVAS

- Desenvolvem o processo de aprendizagem com experiências reais ou simuladas;
- Visam à solução de desafios das práticas do negócio em diferentes contextos;
- Caracterizadas por interatividade ("hands on") e Alto Engajamento; e
- Envolver pesquisa, análise e decisões individuais ou coletivas.

Algumas das metodologias ativas que poderão ser utilizadas para a estruturação do Programa:

- Estudo de casos
- Problem Based Learning
- Project Based Learning
- Simulações
- Flipped Classroom
- Gamificação
- Jogos de Negócios

Estudo de Casos

A metodologia ativa de Estudo de Casos é uma ferramenta eficaz no ensino de negócios, imergindo os alunos em situações realistas com informações incompletas, restrições de tempo e objetivos conflitantes. Os professores da FGV atuam como mediadores, conectando teoria e prática e orientando a resolução dos casos. A FGV oferece um repositório com mais de 50.000 casos, abrangendo cenários organizacionais reais e fictícios, com foco na realidade brasileira e internacional.



METODOLOGIA DO PROJETO APLICADO

O Projeto Aplicado tem como objetivo consolidar e aplicar o conhecimento desenvolvido no curso, tendo como objetivo a contribuição efetiva e prática para o **DNIT**. Os Projetos devem tratar de uma oportunidade ou um desafio, cujo tema será definido após o início do curso.

Estrutura Geral:

Será elaborado em grupos a serem definidos pela coordenação. Esta estratégia contribui para o compartilhamento de conhecimento e ampliação da visão na análise de situação e identificação de solução.

- ✓ Temas do Projeto Aplicado: Os alunos apresentarão sugestão de temas de interesse para a elaboração dos trabalhos, que serão validados pelo **DNIT** e **FGV**.

- ✓ **Orientação do Projeto Aplicado:** Cada grupo de Projeto Aplicado (TCC) contará com o acompanhamento de um professor orientador designado pela FGV, ou um técnico com experiência notória nas áreas de conhecimento do projeto. Esse orientador oferecerá suporte durante todo o processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.
O objetivo da orientação é garantir a consistência metodológica, a coerência entre o tema escolhido e o conteúdo programático, e estimular a reflexão crítica e a aplicabilidade prática do tema em estudo.
O processo de orientação ocorrerá de forma virtual, através de encontros síncronos e/ou interações assíncronas, conforme o cronograma estabelecido pela coordenação acadêmica. O orientador apoiará o grupo na delimitação do tema, na estruturação do trabalho, na revisão da literatura, na definição dos procedimentos metodológicos e na análise dos resultados, assegurando a qualidade e a relevância do TCC em conformidade com os padrões acadêmicos da FGV.
- ✓ **Correção do Projeto Aplicado:** A FGV será responsável pela avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso. A análise focará no atendimento às exigências acadêmicas, na aplicabilidade prática, na coerência metodológica e na aplicação dos conceitos em gestão desenvolvidos ao longo do programa. Além disso, a avaliação considerará a estrutura do trabalho, a clareza na exposição das ideias, a pertinência do tema, a fundamentação teórica e a análise crítica dos dados apresentados. Todo o processo assegurará o alinhamento com os padrões de qualidade acadêmica da FGV, incluindo a correção ortográfica dos trabalhos.

RECURSOS

AMBIENTE VIRTUAL FGV

Nossa **Plataforma Virtual de Aprendizagem FGV** (ECLASS FGV) é utilizada também por diversas universidades internacionais de renome. A plataforma foi amplamente customizada para a FGV e utiliza tecnologia de uma empresa canadense internacionalmente premiada pela excelência dos resultados e pela inovação

O curso é desenvolvido com auxílio de plataforma virtual, com interações síncronas e assíncronas, para que os participantes criem seu próprio repositório de conhecimento, acompanhem e participem das discussões, projetos e análises.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem FGV (e-Class) possui abordagem midiática, permitindo que o participante aprenda de diferentes maneiras: disponibilização das gravações das aulas virtuais; material de apoio do professor; Biblioteca Virtual FGV; entrega de atividades; entre outros.

BIBLIOTECA VIRTUAL FGV

Com conteúdo exclusivo da FGV durante a realização dos cursos, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem da FGV (e-Class), o aluno terá acesso à:

- Periódicos Científicos (EBSCO e outros)
- Revistas FGV
- Repositório Digital FGV
- Biblioteca FGV ONLINE

- Minha Biblioteca: 6.500 títulos
- Videoteca
- Academia CEO (Vídeos de práticas de gestão e liderança no contexto nacional, com conteúdo apresentado por CEOs que são referência em seus mercados)

PLATAFORMA DE AULA VIRTUAL SÍNCRONA

A FGV utiliza como ferramentas para videoconferência o Zoom ou Teams.

CUSTOMIZAÇÃO

O **FGV In Company** atua de maneira colaborativa com seus parceiros, desenvolvendo soluções educacionais customizadas alinhadas aos objetivos estratégicos da organização, a partir da expertise dos especialistas e da atuação nas Áreas de Conhecimento da FGV. Os programas são estruturados considerando o perfil de cada público, integrando a expertise acadêmica da Fundação às principais tendências e práticas de mercado.

O conteúdo programático descrito nesta proposta poderá ser ajustado à luz da realidade da **organização**. Neste âmbito, após a contratação, deverá ser agendada uma **reunião virtual ou presencial** entre o coordenador acadêmico da **FGV** e **organização** para os alinhamentos que se façam necessários.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

LOCAL, PERÍODO E HORÁRIOS

As aulas virtuais serão realizadas por meio de aulas síncronas via ferramenta de videoconferência (Zoom ou Teams) e aulas online realizadas no ambiente virtual de aprendizagem da FGV (*e-Class*).

DIAS, HORÁRIOS E PERIODICIDADE DAS AULAS – A definir em comum acordo das partes

DURAÇÃO – A duração do curso dependerá da decisão da periodicidade das aulas.

PREVISÃO DE INÍCIO – Agosta 2026.

Observação:

1. A data de início do curso deverá ser agendada considerando a antecedência mínima de **30** (trinta) dias.
2. O cronograma de aulas deverá ser elaborado em comum acordo, conforme a disponibilidade de agenda dos docentes.

ESPECIALISTAS FGV

COORDENAÇÃO GERAL



Prof. João Lins Pereira Filho

Professor da FGV, na Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV/EAESP) e Diretor Executivo do FGV In Company. Com mais de 25 anos de experiência executiva e de consultoria, João Lins foi Sócio da PwC, onde liderou a consultoria em Organizações e Pessoas no Brasil. Liderou diversos projetos para organizações nacionais, multinacionais e do setor público nas áreas de planejamento estratégico, reestruturação organizacional, gestão de mudanças e gestão de pessoas. É Graduado em Administração de Empresas pela USP, com Mestrado em Organização e Recursos Humanos na FGV-EAESP, Doutorado em Administração de Empresas na FGV-EAESP e especializações na York University (Toronto), Harvard Kennedy School of Government e INSEAD.

COORDENAÇÃO ACADÊMICA



Prof. Mauro Santos Silva

Doutor em Economia pelo IE-UFRJ, Mestre em Administração Pública e Empresarial pela EBAPE-FGV, Especialista em Auditoria pela Unama, graduado em Economia pela UFPa. Sua experiência profissional inclui 30 anos em atividades relacionadas ao sistema financeiro, à política econômica, à economia de empresas e às concessões e parcerias público-privadas de infraestrutura. Também atua como professor de “Economia Empresarial”, “Finanças Públicas”, “Financiamento do Desenvolvimento” e de “Estruturação de Concessões e PPP’s” em Cursos de Mestrado e Doutorado na ENAP e de programas de MBA da FGV. É coordenador do MBA em Regulação da FGV. É autor de artigos publicados em periódicos Qualis-Capes e organizou três livros, sendo o último (publicado em 2022) sobre Concessões e Parcerias Público-Privadas. Trabalhou no IBRE/FGV, na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda e na Secretaria de Planejamento do Investimento do Ministério do Planejamento. Trabalha no Instituto de Pesquisa Econômica aplicada – IPEA, em Brasília, onde coordena a área de Políticas de Infraestrutura Econômica e Regulação. Possui diversos trabalhos publicados.

CORPO DOCENTE

O **FGV In Company** conta com profissionais de sólida formação acadêmica, destacando-se como especialistas, mestres e doutores em suas respectivas áreas de atuação.

Além disso, sua vasta experiência profissional é evidenciada não apenas pela atuação como docentes, mas também por suas contribuições significativas como consultores e ocupantes de cargos de gerência e direção em organizações de renome. Muitos deles são autores de obras de referência em suas áreas de conhecimento e atuam como palestrantes. Esta combinação de competências técnicas e práticas não só garante a qualidade e excelência do ensino oferecido, mas também reforça a notoriedade da **FGV** como instituição de referência no cenário educacional e empresarial brasileiro.

EQUIPES DE APOIO

Projetos Acadêmicos

A área de Projetos Acadêmicos do FGV In Company tem como função a interface com o contratante e o corpo docente do curso. É responsável pelo planejamento e gerenciamento completo do projeto (do planejamento ao fechamento), compreendendo as seguintes atividades principais:

- acompanhamento e controle de todas as etapas do processo, garantindo que as entregas dos serviços contratados sejam executadas dentro do escopo, prazo e custo previstos;
- elaboração e acompanhamento do cronograma das aulas;
- comunicação com todos os atores do projeto;
- elaboração e atualização de documentos complementares ao gerenciamento de projetos;
- identificação de riscos e soluções a fim de mitigá-los; e
- elaboração de relatórios acadêmicos e relatórios de status do projeto.

Secretaria Acadêmica

A equipe da Secretaria Acadêmica do FGV In Company tem como função a interface com os alunos do curso e é responsável pelas seguintes atividades principais:

- efetivação da matrícula dos alunos, no que diz respeito à: conferência de documentação, cadastro no sistema e liberação de acesso ao ambiente virtual da FGV;
- atendimento e orientação dos alunos no que se refere aos processos acadêmicos de uma forma geral, como cumprimento de disciplinas, dúvidas sobre acesso, frequências e notas, emissão de declarações, atestados e outros; e
- finalização do processo acadêmico do curso, com emissão do histórico escolar do aluno e certificação.

Suporte técnico

O aluno conta com suporte técnico por e-mail e telefone, para a solução de problemas técnicos, e dúvidas relativas à utilização do ambiente virtual de aprendizagem.

Nota: Para execução do curso, a FGV, sem prejuízo de suas responsabilidades legais, poderá utilizar, se necessário, o apoio técnico especializado de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas. A responsabilidade imediata pela direção e coordenação dos trabalhos será exercida por meio de

empregados de seu quadro permanente, não caracterizando subcontratação a eventual utilização de serviços de terceiros, que permitam a esta executar diretamente o objeto desta proposta.

INVESTIMENTO

O valor dos serviços ora proposto será de **R\$ 1.209.600,00** (um milhão, duzentos e nove mil e seiscentos reais), considerando a realização da turma com até **40** (quarenta) alunos.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Como forma de pagamento, a **FGV** propõe o pagamento em **03** (três) parcelas iguais, com vencimento 30 dias após a emissão das respectivas Notas Fiscais, sendo:

- Parcela 01: emissão da primeira nota fiscal no final do primeiro mês de aula (prevista para agosto/25);
- Parcela 02: emissão da segunda nota fiscal no dia 31 de março de 2027
- Parcela 03: emissão da terceira nota fiscal dia 31 de agosto de 2027.

O pagamento deverá ser efetuado mediante boleto bancário ou depósito identificado em nome da Fundação Getulio Vargas, CNPJ 33.641.663/0001-44, na conta corrente nº 29.839-5, da Agência Rua da Passagem (código nº 3519-X) do Banco do Brasil S.A. (Código 001), situada na Rua da Passagem, nº 95, Botafogo, no Rio de Janeiro/RJ.

O não pagamento na data de vencimento implicará em acréscimo de **2%** (dois por cento), a título de cláusula penal não compensatória e juros de **1%** (um por cento) ao mês, sobre o valor devido na data de sua quitação.

Decorridos **30** (trinta) dias de atraso no pagamento, o curso será suspenso, arcando o **DNIT** com as despesas decorrentes das atividades até então realizadas, sem prejuízo da multa e dos juros indicados acima.

Considerando tratar-se da contratação de turma corporativa, o **DNIT** assegurará à **FGV** o pagamento do valor total, mesmo que, no decorrer dos cursos, venha a ocorrer, por qualquer motivo, redução no número de participantes por turma.

Caso o **DNIT** venha a desistir da realização do curso até **20** (vinte) dias antes do início das aulas, deverá ressarcir a **FGV** de todos os gastos comprovadamente contraídos até a data da desistência, ou seja, permanece responsável pelo pagamento do preço ajustado na proporção referente aos serviços já executados.

A **FGV** considera o recebimento de uma cópia da Nota de Empenho, referente à reserva do orçamento integral mencionado no item anterior, como documento hábil para a execução e início das atividades aqui descritas. O documento deverá ser enviado em até **30** (trinta) dias antes da data prevista para o início do curso.

Os valores das parcelas serão reajustados a cada período de **12** (doze) meses, com base na variação anual do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE ou de qualquer outro índice que venha a substituí-lo, sendo este diluído nas **12** (doze) parcelas subsequentes, e corrigido desta forma até o término das obrigações de pagamento. No caso de deflação ocorrida no período, os valores das parcelas não serão reajustados, sendo mantidos, desta forma, os valores contratualmente ajustados.

Dado que a Lei nº 14.113/2021 permite que o contrato seja renovado por até 10 anos, as partes reconhecem a importância de manter o equilíbrio econômico-financeiro ao longo de toda a vigência contratual. Assim, além do reajuste anual com base no IPCA, mencionado na cláusula acima, as partes poderão, em cada momento de renovação, negociar um reajuste adicional, se necessário, para assegurar que a qualidade dos serviços prestados pela contratada não seja comprometida. A inclusão de qualquer reajuste adicional será discutida e acordada mutuamente, garantindo que ambas as partes estejam confortáveis com as condições estabelecidas

CERTIFICAÇÃO

Será outorgado pela **Escola de Economia de São Paulo - EESP** da Fundação Getúlio Vargas o certificado de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu **MBA em Políticas Públicas e Gestão Governamental**, em nível de especialização, aos participantes que atenderem todos os critérios de aprovação estabelecidos no Regulamento do Curso.

EESP – ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

A Escola de Economia de São Paulo (FGV EESP) nasceu em 2003 para cumprir a missão maior da FGV, que é contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Depois de pouco mais de 15 anos de existência, tornou-se um centro de excelência em pesquisa e ensino nas áreas de Economia e ciências afins, reconhecido no Brasil e no exterior. É o departamento de economia com mais publicações de impacto internacional no Brasil e na América Latina, segundo os principais rankings estrangeiros. Hoje, é o curso de Economia mais concorrido do país, e seus ex-alunos são altamente disputados pelo mercado, com carreiras de sucesso.

A FGV EESP oferece cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado Profissional em Finanças e Economia, Mestrado Profissional em Agronegócio, além de Mestrado e Doutorado em Economia. Com quase duas décadas de experiência, a FGV EESP se destaca pelo método ensino ativo PBL – Problem/Project Based Learning. A escola mantém firme seu propósito de excelência no ensino, na pesquisa e na formação de profissionais. Nas avaliações do MEC, de empregadores e nos rankings internacionais e nacionais, a escola sempre está na liderança. Alunos e professores têm formação sofisticada e de fronteira.

Em 2024:

- 382 alunos de Graduação.
- 142 alunos de Pós-Graduação lato sensu.
- 86 alunos de Mestrado e Doutorado Acadêmico (46 de Mestrado Acadêmico e 39 de Doutorado Acadêmico).
- 171 alunos de Mestrado e Doutorado Profissional (138 de Mestrado Profissional em Finanças e Economia e 33 de Doutorado Profissional em Finanças e Economia).
- Mais de 4.132 alunos dos cursos de MBA academicamente coordenados pela escola e distribuídos por todo o país.

Fonte: Relatório Anual 2024 FGV

CERTIFICAÇÃO DIGITAL - BADGE

Os alunos concluintes do(s) curso(s) terão direito à certificação digital - Badge FGV - que pode ser compartilhada nas redes sociais, como LinkedIn, Facebook, Twitter e na assinatura de e-mails corporativos.

Para emissão do Badge FGV, os alunos deverão ter concluído os cursos dentro do prazo previsto no cronograma de aulas da turma de origem e concordar com o envio de dados cadastrais à **Brasil Open Badge**, que é a plataforma selecionada para a publicação do certificado digital.

O QUE É UM BADGE

Um badge é um símbolo, uma medalha ou um indicador de uma realização, habilidade, qualidade ou interesse. Um "badge digital" é um registro online de uma dessas conquistas. Badges digitais podem favorecer ambientes de ensino conectados, motivando o aprendizado e sinalizando conquistas tanto dentro das comunidades específicas, bem como entre as comunidades e instituições.

BENEFÍCIOS DO USO DOS BADGES

- visibilidade da ação educacional em parceria com a FGV com um selo de padrão internacional utilizado por instituições tais como MIT, Harvard, Madison College;
- agilidade de emissão e compartilhamento em mídias digitais das competências desenvolvidas por programas oferecidos pelo FGV In Company em parceria com as empresas;
- tecnologia blockchain assegurando validade, autenticidade e garantindo segurança nas transações digitais e veracidade do badge; e
- informações sobre a instituição emissora, a certificação conquistada, os critérios de aprovação.

CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

Para ser aprovado no curso, os participantes deverão:

- obter, no mínimo, média final 7,0 (sete) em cada disciplina cursada, tendo cada disciplina sua própria avaliação.
- obter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em cada disciplina.
- entregar, ao final do curso, um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC ou Projeto Aplicado, no qual deverá obter, no mínimo, nota 7,0 (sete).

CONSIDERAÇÕES GERAIS

PRAZO DE INÍCIO DE EXECUÇÃO

O prazo para o início da execução dos serviços contratados será de no mínimo **30** (trinta) e no máximo **90** (noventa) dias, contados a partir da data de aceite formal, devendo o agendamento da reunião de planejamento e o início do projeto ocorrer neste período. Após este período, caso não ocorra o início do projeto, o orçamento da proposta poderá ser revisto.

VALIDADE

A presente proposta tem a validade de **60** (sessenta) dias a partir da data da proposta, para efeitos de aceite do **DNIT**. Uma vez aceita, suas condições prevalecerão até o término do projeto e o pagamento a ele correspondente.

RESPONSABILIDADES DA FGV

- realizar a inscrição dos participantes, utilizando instrumento específico para tal;
- assegurar o cumprimento do conteúdo programático do curso e da metodologia empregada;
- selecionar e escalar os professores, disponibilizando e mantendo atualizada a agenda do curso;
- fornecer o material didático a ser utilizado no curso em formato digital;
- supervisionar a qualidade didática e pedagógica do curso;
- fornecer ao **DNIT**, no prazo de até **90** (noventa) dias, os certificados do curso aos alunos que atenderem aos critérios de aprovação estabelecidos e, ainda, tiverem apresentado toda a documentação exigida no ato da matrícula;
- arcar com as despesas de transporte aéreo/terrestre, alimentação e acomodações dos professores, coordenador (es) e da equipe envolvida na realização do curso, se necessário;
- coordenar e acompanhar as atividades acadêmicas e operacionais do curso;

RESPONSABILIDADES DO DNIT

- garantir que os alunos acessem o link de matrícula encaminhado pela FGV e forneçam os dados obrigatórios para cadastro (nome completo, CPF, e-mail, tel. cel, data de nascimento);
- coletar as informações necessárias dos interessados e os documentos para matrícula, respeitando as exigências da **FGV**;
- efetuar os pagamentos à **FGV**, nas condições estabelecidas neste instrumento;
- assegurar a disponibilidade dos participantes para seu envolvimento total com o curso, bem como a disponibilidade dos recursos necessários para a realização das disciplinas.
- encaminhar os certificados emitidos pela **FGV** aos alunos aprovados no curso;
- arcar com as despesas de transporte aéreo/terrestre, alimentação e acomodações dos alunos que irão participar do curso, se necessário; e

- guardar o sigilo ético-empresarial necessário, por tempo indeterminado, sobre dados, documentos, especificações técnicas e comerciais, metodologias, inovações e quaisquer outras informações da **FGV**, sobre as quais tenha tido acesso em decorrência desta proposta, não os podendo divulgar ou reproduzir sob qualquer pretexto.

MARCAS E NOMES COMERCIAIS

As **Partes** convencionam que a utilização de seus respectivos nomes comerciais, marcas registradas, marcas de serviços e produtos, logotipos e outras expressões de identificação só poderão ser utilizados por uma parte com a prévia e expressa autorização da outra, com exceção da previsão estabelecida pelo **DNIT à FGV**, ao final desse tópico.

Nenhuma das **Partes** poderá fazer publicidade em nome da outra ou de seus produtos e serviços ou editar qualquer material promocional relativo aos produtos objeto deste instrumento, sem o prévio consentimento escrito da outra Parte, com exceção da previsão estabelecida pelo **DNIT à FGV**, ao final desse tópico.

A partir desta proposta, o **DNIT** autoriza a **FGV** a utilizar/veicular sua Logomarca, estritamente no sítio eletrônico da **FGV** e em documentos eletrônicos elaborados para suas apresentações comerciais, pelo período de **02** (dois) anos, a contar da data de assinatura da presente proposta.

PROPRIEDADE INTELECTUAL E COMPROMISSO ÉTICO

Tanto a estrutura desta proposta como o conteúdo a ser ministrado nos cursos estão protegidos por *copyright*, são de autoria da **FGV** e de uso exclusivo desta instituição, não podendo ser divulgados ou reproduzidos sem a sua prévia autorização formal.

Com relação a terceiros, não participantes dos cursos, independentemente de serem pessoas internas à empresa, suas coligadas ou parceiros externos, a eventual distribuição de material didático, sob qualquer forma ou meio e a qualquer tempo, inclusive após a realização do curso, caracteriza o uso indevido de propriedade intelectual, sujeitando o infrator às penas da lei. Esta proposta, inclusive no que se refere à estrutura e ao conteúdo do curso oferecido, é de caráter confidencial e sigiloso, sendo certo que sua abertura ou divulgação a terceiros, a qualquer pretexto, configura quebra de sigilo comercial, sujeitando o faltante às sanções previstas na legislação pertinente.

Qualquer interesse futuro do **DNIT**, suscitado em decorrência do relacionamento com os docentes indicados pela **FGV** por meio do curso a ser desenvolvido será sempre tratado institucionalmente entre o **DNIT** e a **FGV**.

DA ÉTICA E DA CONFORMIDADE

As **PARTES** declaram que estão cientes, conhecem, entendem e cumprem os termos das leis anticorrupção nacionais, em especial, mas sem se limitar, a Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, seu Decreto regulamentador nº 11.129, de 11 de julho de 2022 e a Lei Federal nº 9.613, de 3 de março de 1998, bem como quaisquer outras leis e regulamentações aplicáveis e em vigor relacionadas ao combate de práticas de suborno, corrupção e lavagem de dinheiro (“Leis Anticorrupção”), comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Leis.

As **PARTES** declaram que possuem normas éticas próprias e comprometem-se a observá-las e cumpri-las, bem como a dar ciência das mesmas aos seus dirigentes, funcionários, prepostos e/ou contratados envolvidos nas atividades vinculadas ao objeto da presente Proposta.

As **PARTES** declaram e garantem mutuamente que:

- (i) exercem suas atividades em conformidade com a legislação vigente a elas aplicável, e que detêm as aprovações necessárias à celebração desta Proposta e ao cumprimento das obrigações nela previstas; e
- (ii) valorizam a diversidade e repudiam toda e qualquer forma de preconceito e assédio, comprometendo-se a não praticar qualquer forma de humilhação, intimidação, exposição ao ridículo, hostilidade ou constrangimento, sejam elas relacionadas à cor, raça, sexo, orientação sexual, língua, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social.

O descumprimento por quaisquer das **PARTES** das Leis Anticorrupção relacionado às atividades vinculadas ao objeto da presente Proposta conferirá à **PARTE** isenta o direito de rescindir motivadamente a presente Proposta. A **PARTE** que ensejar a violação isentará a outra **PARTE** de quaisquer reivindicações, ações, investigações, penalidades e multas de qualquer tipo resultantes de sua violação das Leis Anticorrupção.

DA PROTEÇÃO DE DADOS

Legislação aplicável, retenção de dados e conformidade. As operações de tratamento de dados pessoais realizadas pela **CONTRATADA** para a execução deste contrato serão regidas pelo cumprimento das obrigações legais ou regulatórias descritas especialmente na Lei 9.394/1996, nas diretrizes do Ministério da Educação via Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CES nº 01 de 06 de abril de 2018 e na Tabela de Temporalidade de Documentos Acadêmicos da FGV (este em relação à manutenção e guarda de documentos). Informações sobre proteção de dados na FGV podem ser obtidas em: <https://portal.fgv.br/etica-e-conformidade/protecao-de-dados-pessoais>.

Agentes de Tratamento e direitos dos titulares. Em relação ao tratamento de dados dos Alunos(as) compartilhados pela **CONTRATANTE**, esta será **CONTROLADORA** e a **CONTRATADA** será **OPERADORA** e, em caso de oferecimento de curso conjuntamente a outra Instituição de Ensino Conveniada à **CONTRATADA**, ela também será **OPERADORA**. A **CONTRATADA**, observados os limites de sua responsabilidade, auxiliará a **CONTRATANTE** em requisições específicas sobre relatório de impacto ou direitos dos titulares, podendo indicar o canal da **CONTROLADORA** caso receba requisição de direitos por parte de titulares para os quais seja apenas **OPERADORA**.

Compartilhamento. A **CONTRATADA** poderá compartilhar dados pessoais de **Alunos(as)** com prestadores de serviços, fornecedores de infraestrutura tecnológica (programas acadêmicos e certificados/badges digitais, se aplicável) e/ou Autoridades Públicas para viabilizar as atividades operacionais e acadêmicas deste instrumento. Os detalhes sobre fornecedores de infraestrutura tecnológica da FGV constam no aviso de privacidade das Plataformas ECLASS e Aluno Online, disponíveis no rodapé da seguinte página: <https://eclass.fgv.br>.

Se houver interesse da **CONTRATANTE** e/ou outra instituição que junto a ela custeie os serviços educacionais, a **CONTRATADA** poderá compartilhar relatório de desempenho acadêmico do(a) respectivo **ALUNO(A)**. A responsabilidade pelo uso do relatório será da instituição que o receber.

Responsabilidade e incidentes. Respeitados os parâmetros de responsabilidade civil aplicáveis, a **CONTRATADA** será responsável por danos comprovadamente causados por si caso não observe instrução lícita da **CONTRATANTE** ou viole previsão expressa da LGPD. Incidentes de segurança da informação serão notificados nos termos da LGPD e da Resolução 15/2024 da ANPD

Fica a **CONTRATANTE** ciente de que, caso o(a) **Aluno(a)** seja por ela autorizado(a) a acessar suas bases de dados para a finalidade de elaboração de suas atividades acadêmicas, como trabalho de conclusão de curso/pesquisa/projeto, caberá exclusivamente a ele(ela) o cumprimento das obrigações legais relacionadas à propriedade intelectual, segredo industrial, segurança da informação e proteção de dados que tratar por sua iniciativa própria.

SOBRE A FGV

A FGV opera em **5** cidades por atendimento direto (Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Campinas) e conta com uma rede conveniada, formada por mais de **30 instituições**, presentes em mais de **140** cidades brasileiras.

A FGV conta com **11 escolas** e mais de **80 centros de estudos**, formados por professores que atuam nos diversos programas da FGV e apoiam na construção dos conteúdos customizados do FGV In Company. O foco dos Centros de Estudos é a **produção e disseminação de conhecimento aplicado**, que possa endereçar questões relevantes de gestão no âmbito público e privado.

ESCOLAS FGV

- **FGV CPDOC** - Escola de Ciências Sociais
- **FGV DIREITO RIO** - Escola de Direito do Rio de Janeiro
- **FGV DIREITO SP** - Escola de Direito de São Paulo
- **FGV EAESP** - Escola de Administração de Empresas de São Paulo
- **FGV EBAPE** - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
- **FGV EESP** - Escola de Economia de São Paulo
- **FGV EMAP** - Escola de Matemática Aplicada
- **FGV EPGE** - Escola Brasileira de Economia e Finanças
- **FGV EPPG** - Escola de Políticas Públicas e Governo
- **FGV RI** - Escola de Relações Internacionais
- **FGV ECMI** – Escola de Comunicação, Mídia e Informação

Saiba mais sobre: <https://portal.fgv.br/escolas-fgv>

EXPERTISE FGV

Atuamos junto às Escolas e Centros de Pesquisa desenvolvendo soluções de educação corporativa que respondam aos desafios do seu negócio, gerem competitividade e alavanque performance.

Os Centros de Pesquisa FGV têm por objetivo incentivar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas com excelência, alto impacto e elevado grau de inovação. Além disso, também contribuem com a disseminação do conhecimento produzido internamente, não se limitando ao espaço da instituição.

Contamos com mais de 80 Centros de Pesquisa, produzindo conhecimento sobre a realidade brasileira por meio de pesquisas aplicadas e intercâmbio com instituições internacionais de ponta.

Conheça nossos centros de pesquisa: <https://portal.fgv.br/centros-e-diretorias>

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS



1º lugar na América Latina e 3º lugar no mundo de acordo com o Global Go to Think Tank Index Report.



Entre os melhores provedores de Educação Corporativa do mundo no Ranking global de Executive Education do jornal Financial Times.



Eleito na categoria Educação a Distância/E-learning, com 19 prêmios já conquistados.



Nota máxima e líder do ranking nacional de cursos do MEC pela 14ª vez consecutiva, com 6 escolas entre as 10 melhores, segundo o Índice Geral de Cursos (IGC/MEC) 2023.

Saiba mais sobre a FGV: <https://portal.fgv.br/relatorio-anual>

Relatório de Impacto Social FGV 2024:

https://www18.fgv.br/mailling/2025/Institucional/impacto_social/relatorio_impacto_social_2024_port.pdf

FGV IN COMPANY

O **FGV In Company** articula toda a capacidade do **3º** maior Think Tank do mundo, em parceria com as Escolas e **+ 80** Centros de Pesquisa da FGV, para ajudar organizações a formar líderes

para enfrentar os desafios e a complexidade do futuro, por meio de soluções de Educação Corporativa customizadas.

A unidade corporativa da FGV compõe o IDE (**Instituto de Desenvolvimento Educacional**), criado em **2003** com o propósito de ofertar produtos educacionais para atender ao mercado nacional de educação executiva continuada.

Com mais de **1.000** clientes atendidos ao longo de **18** anos de história, o FGV In Company acumula reconhecimento nacional e internacional.

Premiação Melhores Fornecedores para RH 2024

O FGV IN Company foi o vencedor pelo 4º ano consecutivo na categoria **Educação Corporativa**.



Destaque na premiação The Best Brands 2025 – Educação Executiva

Vencedor pelo 3º ano consecutivo na pesquisa promovida pela plataforma Melhor RH



Saiba mais sobre: <https://educacao-executiva-in-company.fgv.br/>

Esperamos, através deste programa, prestar a nossa contribuição aos esforços e objetivos da organização de criar, para os seus indicados, condições favoráveis para que possam desenvolver suas habilidades profissionais.

Estamos à sua disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais sobre esta proposta.

Atenciosamente,

João Lins Pereira Filho

Diretor Executivo FGV In Company - IDE

Fundação Getulio Vargas

CNPJ 33.641.663/0001-44

EMENTA

MÓDULO I – Planejamento Estratégico e Políticas Públicas

1. Planejamento Estratégico

Planejamento estratégico para resultados. Por que planejar? Desafios do Estado contemporâneo. Reposicionamento da função planejamento. Planejamento estratégico para resultados. Planejamento em sociedades complexas. Concepção do plano. Explicação da realidade. Condições para a viabilidade do plano. Gerenciamento estratégico do planejamento. Perspectiva setorial e multisetorial. Perspectiva de longo prazo. Forças motrizes e incertezas. Fatores de risco. Dimensão territorial do planejamento. Lugar como referência da ação. Particularidades locais e regionais e os seus efeitos nos perfis de oferta e demanda de serviços. Planejamento e integração de carteiras de investimento.

2. Elaboração e Implementação de Políticas Públicas

Ciclo de políticas públicas. Definição. Fases do policymaking. Tipos de políticas públicas. Papel das ideias, dos interesses e das instituições. Construção da agenda. Conteúdo geral da formulação. Problemas, objetivos, atores, ideias, instrumentos. Estratégias para gestores públicos na definição de agenda. Políticas públicas baseadas em evidências. Processo decisório. Implementação de políticas públicas: princípios, desafios, estratégias e instrumentos. Coordenação de políticas públicas. Capacidades estatais. Dinâmica das políticas: instabilidade e mudanças normais e atípicas. Integração de objetivos e processos. Integração de políticas. Barreiras a coordenação.

3. Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

Monitoramento de políticas públicas: sistema de informações gerenciais, bases de dados, indicadores e metas. Informações qualitativas. Verificadores independentes. Relatórios gerenciais. Avaliação de políticas públicas: conceitos, princípios, desafios e estratégia. Avaliação como processo de aprendizagem. Feedback no ciclo de políticas públicas. Planejamento de avaliação. Desenho do processo de avaliação. Gestão dos procedimentos de avaliação. Disseminação das informações geradas no processo de avaliação. Modalidades de avaliação de políticas públicas: normativa, de diagnóstico, de implementação, de eficiência, de eficácia, de efetividade.

4. Indicadores e Análise de Dados

Políticas públicas baseadas em evidência: definição de evidências e tipos de evidências. Construção de indicadores: definição e atributos, tipos de indicadores, bases de dados, metodologia. Análise de dados: análise longitudinal, tendências, fatores determinantes. Comunicação de resultados: linguagem, representação gráfica, metadados, internet e redes sociais.

5. Gestão de Projetos

Fundamentos de projeto, programa e portfólio Conceito e definição de um projeto. Projeto versus programa versus portfólio. Fatores que determinam o sucesso de um projeto. Tipologia das organizações para gerenciamento de projetos. Domínios e princípios de performance: incerteza, medição, entrega, trabalho do projeto, planejamento, abordagem do

desenvolvimento e ciclo de vida, time, stakeholders. Gerenciamento de projetos preditivos: restrição tripla, demais áreas de conhecimento, integração. Gerenciamento de projetos ágeis: introdução à agilidade, práticas e métodos ágeis, framework scrum.

6. Designer Thinking e Inovação

Design thinking: princípios, métodos e processos Conceitos de design thinking. Abordagem do design thinking e os seus principais valores. Impacto do design thinking nas organizações. Laboratórios de inovação. Criatividade. Etapa da descoberta Imersão e observação. Processo de imersão. Desenho da pesquisa. Aplicação da pesquisa. Reenquadramento, pesquisa exploratória e desk research. Problematização.

MÓDULO II – Financiamento, Compras e Contratações de Parcerias

1. Finanças Públicas

Mercado e políticas públicas. Argumentos para a participação do Estado na economia: bens públicos, externalidade, assimetria de informação e monopólio natural. Governança fiscal: sustentabilidade da capacidade fiscal do Estado em um horizonte de longo prazo. Tributação. Sistema tributário. Incentivos tributários. Adequação orçamentária e financeiras das renúncias de receitas e instituição ou ampliação de despesas. Fundos contábeis e fundos financeiros. Dívida pública como fonte de financiamento de déficits públicos. Federalismo fiscal. Dilema entre autonomia fiscal e capacidade de coordenação. Transferências constitucionais obrigatórias e voluntárias. Cooperação federativa: convênios, consórcios e regiões integradas de desenvolvimento. Instrumentos financeiros e financiamento de políticas públicas: bancos públicos, poupança compulsória, direcionamento de crédito, subsídios financeiros e creditício, fundos de investimentos a financiamento de grandes projetos, mecanismos garantidores de operações de crédito, subsídios cruzados mediante tarifas públicas.

2. Orçamento Público I

Ciclo de planejamento e orçamento do setor público. Estrutura regulatória. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Orçamentária Anual. Governança orçamentária. Responsabilidade fiscal. Adequação orçamentária e financeira das propostas de políticas públicas geradoras de impacto fiscal. Novo Regime Fiscal (EC nº 95/2016). Nova lei de finanças públicas (em apreciação no Congresso Nacional). Elaboração da proposta orçamentária pelo Poder Executivo: receita orçamentária. Composição das receitas. Estimativa das receitas. Classificação das receitas. Instrumentos de vinculações e de desvinculações de receitas. Renúncias de receitas. Conta única do Tesouro. Elaboração da proposta orçamentária pelo Poder Executivo: despesa orçamentária. Fixação da despesa. Composição da despesa. Classificação da despesa. Despesa obrigatória.

3. Orçamento Público II

Apreciação da proposta orçamentária pelo Poder Legislativo. Regulação: resoluções e instruções normativas. Comissão mista do orçamento. Comitês permanentes. Alterações da proposta orçamentária pelo Poder Legislativo. Emendas à receita e à despesa. Emendas individuais, de bancada estadual e de comissão permanente. Destaques ao projeto de lei. Documentos orçamentários gerados no âmbito do Poder Legislativo: Relatórios e relatores relativos ao processo orçamentário no âmbito do legislativo, Procedimentos para indicação e designação de relatores, Relatório da receita, Relatórios setoriais, Relatório preliminar e Relatório geral. Execução orçamentária e alterações da Lei Orçamentária Anual ao longo do

exercício financeiro. Monitoramento da execução orçamentária. Contingenciamento. Descontingenciamento. Alterações da Lei Orçamentária Anual por projeto de lei (PLN) e por medida provisória (MP).

4. Compras Governamentais

Fundamentos jurídicos das contratações de compras governamentais de bens e serviços. Legislação que rege as contratações públicas. Formas de atender a uma necessidade. Contratações e modelos de administração pública. Planejamento de contratação em compras governamentais. Oficialização da demanda. Equipe de planejamento da contratação. Estudos preliminares. Análise de riscos. Termo de referência. Seleção do fornecedor: fases interna e externa da licitação. Modalidades de licitação, pregão e RDC. Dispensa e inexigibilidade de licitação. Registro de preços. Adjudicação e homologação. Gestão do contrato. Procedimentos iniciais. Gestor e fiscais de contrato: papéis e responsabilidades. Encaminhamento de demandas e registro de ocorrências. Recebimentos provisório e definitivo. Renovação e encerramento de contratos.

5. Parcerias Intergovernamentais

Federalismo fiscal. Compartilhamento de procedimento em políticas públicas. Cooperação e conflito. Sistema de transferências fiscais: obrigatória e voluntárias. Contratualização de parcerias intergovernamentais: convênios, contratos de repasse, termo de cooperação e consórcios. Execução de contratos de parcerias intergovernamentais. Regulamentação dos procedimentos de execução de parcerias. Execução orçamentária. Execução física e execução financeira. Monitoramento dos procedimentos de execução. Monitoramento e controle das parcerias intergovernamentais. Controle interno da execução contratual. Liquidação e pagamento. Controle externo da execução contratual: auditoria e tomada de contas especial. Orientações do TCU: súmulas e acordo.

6. Projeto Aplicado:

O Projeto Aplicado tem como objetivo consolidar e aplicar o conhecimento desenvolvido no curso, tendo como objetivo a contribuição efetiva e prática para o **DNIT**. Os Projetos devem tratar de uma oportunidade ou um desafio, cujo tema será definido após o início do curso.

MÓDULO III - Gestão Estratégica e Governança Pública

1. Gestão Estratégica

Estratégia e gestão. Conceito de estratégia. Planejamento estratégico. Gestão e governança. Desdobramento da estratégia. Planos diretores. Planos de ação. Plano anual de contratações. Relações entre planejamento e orçamento. Execução da estratégia. Gestão de projetos. Gestão de processos. Avaliação da estratégia. Indicadores e metas. Reuniões de acompanhamento. Gestão de riscos. Avaliação e revisão da estratégia.

2. Sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas

Sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas. Acordo de Paris. IPCC. ODSs e metas nacionalmente determinadas. Governança de fatores ambientais. Base normativa. Stakeholders. Gestão da informação. Gestão de riscos. Plano de sustentabilidade: objetivos, indicadores, metas, monitoramento. Relatórios de sustentabilidade: relatórios essenciais e relatórios abrangentes.

3. Governo Digital

Governo digital, desenvolvimento conceitual. Tecnologias de informação e comunicação. Conexão intergovernamental. Disponibilização de informações e serviços. Participação social na gestão pública. Dimensões das políticas de desenvolvimento de governo digital: planejamento, infraestrutura, parcerias, estrutura regulatória, monitoramento e avaliação. Política de governança digital. Governo como plataforma. Plano diretor da tecnologia de informação e comunicação. Abertura, transparência, segurança e privacidade. Compartilhamento da capacidade de serviço. Participação e controle social. Autosserviço e inovação. Acesso à informação: compartilhamento de bases de dados no âmbito da administração pública, política de dados abertos, regulamentação de acesso à informação.

4. Liderança e Gestão de Equipes

Liderança em tempos de mudança. Novos papéis e competências para a liderança frente à transformação digital. Fatores que influenciam as mudanças nas equipes e nas organizações. Papel e relevância da liderança na gestão das mudanças, redução das resistências e adaptação às novas práticas. Teorias e abordagens para a liderança Teorias e abordagens de liderança. Inteligência emocional e exercício da liderança. Feedback para o desenvolvimento de equipes. Liderança e desenvolvimento de equipes Características e tipos de equipe. Fases do desenvolvimento de equipes. Diversidade nas equipes e seus impactos no desempenho. Liderança e motivação Conceitos e teorias motivacionais e sua aplicação na liderança de equipes. Relação entre satisfação, motivação, engajamento e desempenho de equipes. Delegação, autonomia e empowerment nas equipes.

5. Governança Pública

Governança pública e capacidades estatais. Governança e redes de políticas públicas. Governança, governabilidade e gestão. Governança: abordagem do controle. Governança e capacidades estatais. Planejamento de governança pública: institucionalização, planos e objetivos, participação, capacitação organizacional, coordenação. Avaliação da governança pública. Monitoramento e avaliação. Gestão de risco e controle interno. Publicidade (*disclosure*), *accountability* e conformidade (*compliance*) na administração pública. Política de governança pública do governo federal. Princípios e diretrizes. Comitê interministerial de governança. Atores e estrutura de governança.

6. Controle Externo

Base normativa da atuação do controle externo. Competências constitucionais. Estrutura legal e infralegal que fundamenta a atuação do TCU: lei orgânica e regimento interno. Principais modalidades de atuação: auditorias e tomadas de contas especiais. Modos de atuação do controle externo. Documentos de trabalho. Procedimentos de controle externo. Principais problemas encontrados. Fundamentação das decisões do controle externo. Prevenção à ocorrência de eventos de risco. Principais determinantes dos fatores de risco. Procedimentos para a mitigação de riscos. Instrumentos e canais de comunicação entre o jurisdicionado e o TCU. Estrutura institucional. Recursos administrativos. Prazos processuais. Acórdãos.

DOCENTES SUGERIDOS

Álvaro Antônio Bueno de Camargo

Doutor em administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. MBA em Administração de Projetos pela Fundação Instituto de Administração da USP. Certificado como Project Management Professional (PMP) pelo Project Management Institute. Atuou em gestão de projetos de grande porte, como Projeto de Submarinos da Marinha do Brasil, Metrô de São Paulo, Usina hidrelétrica de Tucuruí. É consultor, carteira de clientes de consultoria inclui empresas como Caixa Econômica Federal, Camargo Corrêa, Coca-Cola, Eletronorte, Embratel, Dufry, Merck Sharp & Dome, Novartis, Odebrecht, Rede Globo, Roche e Syngenta.

Andrea Regina Lopes Ache

Advogada, graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e especialista em Direito do Estado pela Universidade Anhanguera – Uniderp. Foi Coordenadora-Geral de Normas na Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), sendo uma das principais responsáveis pela regulamentação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). Subsecretária de Gestão Corporativa da Secretaria de Estado de Gestão e Governo Digital do Governo de São Paulo.

Andrei Clauhs

Doutor em Liderança (Ciências Militares) pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Fez estágio pós-doutoral em Administração na Fundação Getúlio Vargas (FGV). É Oficial de Carreira da Reserva do Exército Brasileiro, onde trabalhou por 32 anos com liderança e outros temas e gestão. É consultor nas áreas de Liderança, Desenvolvimento Humano e Organizacional.

Annibal Afonso Neto

Doutor em Estratégia Competitiva e Gerência Internacional pela UFMG. Pesquisador Visitante no IESE Business School, Madri, Espanha. Pós-Graduado em Marketing pela California State University USA. Foi Examinador Sênior do Prêmio Nacional da Qualidade. Foi Coordenador Acadêmico do MBA em Gestão Estratégica da Fundação Getúlio Vargas - FGV. É consultor nas áreas de Arquitetura Organizacional, Estratégia Competitiva e Planejamento, Indicadores de Desempenho, Marketing e Gestão de Processos.

Dalmo Palmeira

Doutorando em Ciência Política, pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. É Analista de Planejamento e Orçamento -APO, do Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO. Foi Consultor Residente do Fundo Monetário Internacional - FMI e Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento do Governo do Distrito Federal - GDF. É Analista da Instituição Fiscal Independente, no Senado Federal.

Eduardo Refklevsky

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Professor da Escola de Comunicação da UFRJ. Professor de programas de MBA da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Profissional de Consultoria, Treinamento & Desenvolvimento e Educação Corporativa.

Fernando Luiz Abrucio

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP. Coordenador da área de Educação do Centro de Estudos de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGVceapg). Ganhou dois prêmios ANPAD como melhor trabalho de Administração Pública do país. É consultor de governos e de ONGs no Brasil. Já fez projetos de consultoria internacional em países da América Latina e em Moçambique. É membro do Conselho Consultivo do Todos Pela Educação. Foi pesquisador do Instituto Unibanco e integrou o Conselho de Governança do Instituto Natura. É professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas – FGV/EAESP.

Gilberto Porto Barbosa

Mestre em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Especialização em Inteligência Competitiva pela Universidade de Brasília – UnB. Tem CBPP® em Gestão de Processos pela ABPMP-BR. É Diretor do Instituto Publix – Conhecimentos Inovadores em Gestão.

Jackson De Toni

Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Possui certificado com gestor de Escritório de Projetos – PMO – Certified Practitioner (PMO Global Alliance). Foi Gerente de Planejamento da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos e Diretor Geral da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul. É Analista de Produtividade e Inovação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Lizandro Lui

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professor e pesquisador da Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em Brasília. Foi pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) vinculado ao Projeto Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH) e ao Projeto Governança Metropolitana no Brasil.

Marta Camila Mendes de Oliveira Carneiro

Engenheira Ambiental. Mestre em Epidemiologia e Bioestatística (UNIFESP). Especialista em Tecnologias Ambientais pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo - FATEC. Especialista em Environment Social Governance (ESG) e Impact pela Trevisam Escola Superior de Negócio. Sócia da empresa Darwin: Consultoria e Treinamento, Desenvolvimento e Implementação de Projetos Sustentáveis e ESG. Membro do Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis. Coordenadora de Sustentabilidade/ESG na ARCADIS.

Mauro Santos

Doutor em Economia pelo IE/UFRJ e Mestre em Administração Pública e Empresarial pela EBAPE/FGV. Coordenador do MBA em Políticas Públicas e Gestão Governamental – PPGG/FGV.

Trabalhou no Tribunal de Contas, Ministério da Fazenda, no Ministério do Planejamento e na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Professor de programas de MBA da FGV desde 2001. Professor do Programa de Mestrado em Governança e do Programa de Doutorado em Políticas Públicas, ambos da Escola Nacional de Administração Públicas – ENAP. Coordenador de Estudos sobre Infraestrutura e Regulação no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Rodrigo Casagrande

Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, com Estágio Doutoral realizado na Université de Montréal. É coautor do livro *Ética, Sustentabilidade e Diversidade*, publicado pela Editora FGV. É coordenador do Curso de Pós-graduação Environmental, Social and Corporate Governance na FGV.

Rodrigo Fontenelle de Araujo Miranda

Mestre em Contabilidade (UnB). Pós-graduado em Finanças (Ibmec) e Auditoria Financeira (UnB/TCU). É Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU). Possui cinco certificações internacionais: CGAP, CIA, CCSA e CRMA, emitidas pelo The Institute of Internal Auditors (IIA). Foi chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério do Planejamento entre 2016 e 2018, onde atuou como responsável pela implantação do Programa de Integridade e Gestão de Riscos. Foi presidente do Conselho Fiscal do BDMG. Foi Controlador-Geral do Estado de Minas Gerais (2019-2025), Coordenador Nacional da Rede de Controle da Gestão Pública (2024), presidente do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci). É Controlador Geral do Estado de São Paulo.

Tânia Lopes Pimenta Chioato

Mestranda em Controle da Administração Pública pelo Instituto Serzedelo Correa do Tribunal de Contas da União – ISC/TCU. Graduada em Engenharia Civil e Matemática pela Universidade de Brasília – UNB. Especialista em licitações públicas e inovação. Foi Secretária de Controle Externo de Aquisições Logísticas e auditora do TCU. É Secretária-Geral Adjunta de Controle Externo no TCU.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças
Superintendência Geral de Planejamento e Desenvolvimento
Divisão de Gestão Orçamentária e Financeira de Projetos

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu, Roberto de Andrade Medronho, CPF nº 508.***.***-49, ocupante do cargo de Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, DECLARO, para fins de comprovação junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, nos termos do inciso V do art. 11 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, sob as penalidades da lei, que a Universidade Federal do Rio de Janeiro possui capacidade técnica e competência institucional para executar o objeto proposto: "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em MBA em Governança para o Setor Público para servidores do DNIT".

A forma de execução dos créditos orçamentários, conforme Plano de Trabalho apresentado, foi considerada para a apresentação da presente declaração, nos termos do § 5º do artigo 16 do Decreto nº 10.426, de 2020.

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO

REITOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Andrade Medronho, Reitor(a)**, em 28/08/2026, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.ufrj.br/autentica>, informando o código verificador **6950127** e o código CRC **1A4B637F**.

Referência: Processo nº 23079.218912/2026-75

SEI nº 6950127

Av. Pedro Calmon, 550 - Prédio da Reitoria - Bairro Cidade Universitária

Rio de Janeiro - RJ - CEP 21941-901 - Telefone: - <http://www.ufrj.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças
Superintendência Geral de Planejamento e Desenvolvimento
Divisão de Gestão Orçamentária e Financeira de Projetos

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE CUSTOS

Eu, Roberto de Andrade Medronho, CPF nº 508.***.***-49, ocupante do cargo de Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, DECLARO, para fins de comprovação junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, nos termos do inciso IV do art. 11 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, sob as penalidades da lei, que os valores dos itens apresentados no Plano de Trabalho para o objeto proposto: "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em MBA em Governança para o Setor Público para servidores do DNIT" estão aderentes à realidade de execução do objeto proposto.

DECLARO, outrossim, que quaisquer desembolsos no âmbito da Unidade Descentralizada para execução do TED, mediante contratação de particulares ou celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres deverão ser obrigatoriamente precedidos dos procedimentos necessários para apuração da compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO

REITOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Andrade Medronho, Reitor(a)**, em 28/08/2026, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.ufrrj.br/autentica>, informando o código verificador **6950170** e o código CRC **2EFCF178**.

PROPOSTA DNIT

MBA EM GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FACC/UFRJ



Formulário de Criação de Curso

Processo Nº: 208570/2026-85

Identificação do Curso

Centro e Unidade:

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

Denominação do Curso:

MBA em Governança no Setor Público

Categoria: Especialização

Gratuito: Não

Área de Conhecimento:

Ciências Sociais Aplicadas - Administração

Instituição:

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Coordenação e Secretaria do Curso

Endereço:

Avenida Pasteur - Botafogo - Rio de Janeiro - CEP: 22290-240

Telefone: 3938-0283

Fax: 3938-0283

E-mail: egribeiro@facc.ufrj.br

Home: www.facc.ufrj.br

Coordenadores:

Nome: Eliane Ribeiro Pereira

Tipo: Coordenador

Titulação Acadêmica: Doutorado

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

E-mail:

egribeiro@facc.ufrj.br

CPF: [REDACTED]

Nome: Claudio Marcos Maciel da Silva Arêas

Tipo: Vice-coordenador

Titulação Acadêmica: Doutorado

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

E-mail:

claudiomaciel@facc.ufrj.br

Nome: Antonio José Barbosa de Oliveira

Tipo: Gerente Acadêmico

Titulação Acadêmica: Doutorado

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

E-mail: antoniojose@facc.ufrj.br

Objetivos e Necessidades

Histórico da Unidade Acadêmica:

A UFRJ é a primeira instituição oficial de ensino superior do país, com atividade desde 1792 (Escola Politécnica, a sétima escola de Engenharia do mundo e a mais antiga das Américas) e organizada como universidade em 1920.

Os cursos na área de gestão e economia tiveram sua formalização no estatuto da então Universidade do Brasil (UB), aprovado pelo Decreto 21.321, de 18 de julho de 1946, onde ficou estabelecido que os objetivos da instituição abrangeriam a educação, o ensino e a pesquisa. A partir da década de 1950, o movimento de institucionalização da pesquisa na UB toma efetivamente "corpo", amplia o foco para todas as áreas do conhecimento e ganha suporte financeiro, tanto nacional, quanto estrangeiro. Os principais financiadores foram a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as fundações Rockefeller e Kellogg.

A década de 1960 é marcada, no cenário educacional brasileiro, pelo parecer 977, de 1965, do Conselho Federal de Educação. Newton Lins Buarque Sucupira, seu relator e presidente do Conselho Federal de Educação, demonstrava a necessidade de conceituar a pós-graduação no Brasil, reforçando um dos principais aspectos da missão das universidades, a saber, as atividades de pesquisas científicas e tecnológicas. Afirmava também, como outra missão a ser considerada, a latente necessidade de se treinar, não só novos pesquisadores, como formar especialistas altamente qualificados. A fundamentação da pesquisa, na UFRJ, teve sua origem no empenho, dedicação e percepção de professores que foram os precursores da investigação, inseridos nas diversas áreas de conhecimento existentes à época, cujo perfil predominante era o de romper paradigmas, de renovar e quebrar as estruturas já conhecidas, com a visão nova de transcender o papel que historicamente se costumava realizar na Universidade.

Em 2024, a UFRJ coloca à disposição da sociedade 132 (cento e trinta e dois) programas de pós-graduação Stricto Sensu e disponibiliza mais de 200 (duzentos) cursos de pós-graduação Lato Sensu.

Na UFRJ, a pós-graduação Lato Sensu surgiu na década de 1950, no Instituto de Microbiologia e na Faculdade de Medicina, com cursos de aperfeiçoamento, e na Escola de Engenharia, com cursos de especialização. Por ano, são mais de 15.700 estudantes de pós-graduação (especialização, residência médica, mestrado e doutorado), aproximadamente.

A UFRJ formou uma sucessão de ex-alunos notáveis, como o indicado ao Prêmio Nobel da Paz Osvaldo Aranha; os escritores Jorge Amado, Vinícius de Moraes e Clarice Lispector; o arquiteto Oscar Niemeyer; os médicos Oswaldo Cruz e Carlos Chagas; o historiador Sérgio Buarque de Holanda; a jornalista Fátima Bernardes; e o matemático Artur Ávila, primeiro latino-americano a receber a Medalha Fields, prêmio oferecido a matemáticos com até 40 anos e considerado equivalente ao Prêmio Nobel.

A UFRJ hoje é uma das universidades mais conceituadas no Brasil e no mundo de acordo com os recentes rankings divulgados em 2024.

- **4ª edição do QS World University Ranking – 5º da América Latina e 1º no Brasil**
- **Times Higher Education - 3º da América Latina e 3º no Brasil**
- **Conceito 5 no IGC do INEP**

A criação da FACC na UFRJ

A Faculdade de Administração e Ciências Contábeis tem seu nascedouro em 1946, quando a antiga Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ) - uma instituição privada de ensino superior - foi também incorporada à universidade, passando a denominar-se Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (FNCE). Na década de 50 a pesquisa foi institucionalizada na universidade como consequência de uma política nacional que criou nesse período, por exemplo, o CNPq e a CAPES.

Nesse contexto foram criadas agências financiadoras nacionais e internacionais, institutos de pesquisa e também a docência em tempo integral. Em 1965 a universidade mudou de nome, passando a se chamar: Universidade Federal do Rio de Janeiro. No mesmo ano a FNCE passou a se chamar Faculdade de Economia e Administração (FEA), que era responsável apenas pela graduação. Em 1979 criou-se o Instituto de Economia Industrial (IEI) da UFRJ objetivando exclusivamente a pós-graduação nessa área. Nas décadas seguintes o IEI cresceu consideravelmente, a quantidade de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado aumentaram significativamente.

Em 1996, houve uma fusão entre a FEA e o IEI. A partir de então o ensino de graduação e pós-graduação de economia ficaram unidos no Instituto de Economia (IE). Enquanto os cursos de administração e ciências contábeis, que faziam parte da FEA, permaneceram juntos na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC).

Em 2005 uma nova graduação passou a integrar a FACC, o curso de biblioteconomia e gestão de unidades de informação. Em 2017, a FACC passou a ofertar o curso de graduação de Ciências Contábeis no formato de Ensino à Distância (EAD) com o Consórcio CEDERJ.

As avaliações externas dos cursos de gestão da FACC estão alinhados com o bom desempenho institucional da universidade. A seguir listamos as notas/conceitos de cada um dos cursos nas mais recentes avaliações externas de rankings

Tabela 1 – Notas e conceitos dos cursos de gestão da FACC

	Administração	Ciências Contábeis
ENADE	5	4
CPC	4	4
IDD	4	4
Ranking Folha de SP	4º lugar no Brasil	2º lugar no Brasil
Ranking Estadão	****	****

Fonte: INEP (2022) e Rankings (2024)

Justificativa Para Criação do Curso:

A governança no setor público tem assumido papel central na administração contemporânea, à medida que a sociedade demanda maior transparência, integridade e eficiência. Mais do que estruturas formais de controle, a governança envolve mecanismos de liderança, estratégia, gestão de riscos, accountability e conformidade normativa, caracterizando assim como elementos essenciais para performance no setor público. Nesse contexto, a formação de MBA em governança torna-se altamente relevante para servidores e gestores que buscam desenvolver competências capazes de fortalecer os processos decisórios que possam elevar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

O setor público, em suas diferentes esferas e entes federativos, necessita de profissionais aptos a lidar com desafios crescentes relacionados à regulação, controle, prestação de contas, proteção de dados, integridade, gestão de contratos e avaliação de desempenho. A complexidade do ambiente institucional exige conhecimentos técnicos e gerenciais que articulem fundamentos da administração pública, órgãos de controle, ética, conformidade legal, métricas de desempenho e gestão de crises. Dessa forma, o MBA em Governança no Setor Público foi concebido para oferecer uma formação abrangente e aplicada, combinando referenciais teóricos e instrumentos práticos voltados às especificidades da gestão pública.

Para atender às demandas contemporâneas da administração pública, o curso estrutura-se em disciplinas que abordam dimensões críticas da governança, como LGPD e direito à informação, fundamentos de governança, ética, controladoria e contabilidade pública, prestação de contas, compras públicas, tomada de decisão, avaliação de desempenho, reputação institucional, políticas públicas e interação com órgãos de controle. Complementarmente, os componentes de seminários e tópicos avançados em governança permitem discutir problemas emergentes, inovações e desafios estratégicos da gestão pública.

Objetivo do Curso:

O objetivo principal do MBA em Governança no Setor Público é capacitar profissionais para atuar na administração

pública com domínio dos princípios, estruturas e instrumentos de governança, fornecendo conhecimentos e ferramentas necessárias para o fortalecimento dos mecanismos de liderança, estratégia, controle, integridade e accountability.

Concepção do Programa:

A Faculdade de Administração e Ciências Contábeis já oferta 8 cursos de pós graduação lato sensu na área de gestão e de contabilidade: Finanças Empresariais, Liderança e Gestão de Pessoas, Auditoria Tributária, Contabilidade Financeira, Contabilidade para gestão de negócios, Gestão e desenvolvimento empresarial e finanças públicas, Auditoria, Gestão de Marketing, Gestão de Pessoas e Empowerment 5.0, Liderança e Gestão Empresarial, Gestão de Projetos.

A experiência exitosa na oferta destes cursos de pós-graduação lato sensu, através do crescimento do número de alunos fez com que surgissem demandas de novos cursos de pós graduação lato sensu na área de gestão.

A proposta do curso em Governança no Setor Público cumpre este papel de suprir a demanda de organizações públicas em cursos voltados para capacitação de equipes de trabalho nas suas respectivas organizações. Desta forma, este MBA só será ofertado às Instituições Públicas que desejem firmar parcerias com a FACC/UFRJ.

Público-Alvo:

Poderão candidatar-se ao curso os portadores de diploma de nível superior obtido em curso reconhecido pelo Ministério da Educação. Serão também aceitos portadores de declaração de conclusão de nível superior expedida pela respectiva Instituição de Ensino Superior (IES), devendo o aluno apresentar o diploma de graduação à secretaria do curso no prazo de oito meses a contar da data de matrícula, sob pena de cancelamento da matrícula.

Nº de turmas no ano: 2 **Nº de vagas na sede:** 60 **Nº de vagas fora do Campus:** 0

Nº de vagas fora da sede: 0 **Vagas diurnas:** 60 **Vagas noturnas:** 0

Data Início: 01/07/2026 **Data Término:** 15/12/2027 **Periodização:** Semestral

Local de realização do curso

Tipo: Aula **Endereço:** Não se aplica - curso não presencial

Turno: Integral **Início:** 01/07/2026 **Término:** 15/12/2027

Carga Horária: 360

Estrutura e Funcionamento

Inscrição para seleção: 15/05/2026 a 14/06/2026

Pré-requisito:

Entrevistas, Curriculum Vitae

CrITÉrios de Seleção:

Entrevistas, Currículo Vitae

Período: 15/06/2026 a 30/06/2026

Núcleo Comum:

Carga Horária: 360 horas

Disciplinas:

Nome da Disciplina: Fundamentos de Governança no Setor Público

Responsável: Maria Cecília de Carvalho Chaves

Período: 1

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Fundamentos de Governança. Liderança, estratégia e controle. Princípios de governança: capacidade de resposta, confiabilidade, integridade e melhoria regulatória.

Nome da Disciplina: Governança em Gestão de Pessoas

Responsável: Eliane Ribeiro Pereira

Período: 1

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Liderança e gestão de pessoas. Atribuição de competências e habilidades. Alinhamento com a gestão corporativa.

Nome da Disciplina: LGPD e direito à informação

Responsável: Sérgio de Castro Martins

Período: 1

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

O Sistema de Informação Gerencial na Administração Pública brasileira. Principais tecnologias da informação. Fundamento da LGPD. Segurança de informações x Transparência Pública.

Nome da Disciplina: Ética no Setor Público

Responsável: Antonio Jose Barbosa de Oliveira

Período: 1

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Nome da Disciplina: Governança e responsabilidade sócio ambiental

Responsável: Antonio Jose Barbosa de Oliveira

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Políticas de Estado alinhadas com o meio ambiente e inserção social. O papel das ODS. Relatórios de responsabilidade sócio ambiental.

Nome da Disciplina: Inteligência Artificial

Responsável: Helios Malebranche Olbrisch Freres Filho

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Papel da IA no ambiente corporativo, principais ferramentas operacionais. Uso das IAs em equipes de trabalho

Nome da Disciplina: Fundamentos da Administração Pública

Responsável: Claudio Marcos Maciel da Silva Arêas

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

O papel do Estado Brasileiro. Organização federativa brasileira e Pacto federativo. Administração Patrimonialista, burocrática e gerencial. New Public Management e os desafios do atendimento das demandas e das políticas públicas.

Nome da Disciplina: Tópicos de Governança no Setor Público I

Responsável: Eliane Ribeiro Pereira

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Tópicos envolvendo estudos casos de governança e transformação digital

Nome da Disciplina: Gerenciamento de crises

Responsável: Claudio Marcos Maciel da Silva Arêas

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Reputação organizacional. Risco reputacional. Prevenção e gestão de crises de imagem. Comunicação em situações de crise. Mídia, redes sociais e ambiente digital. Governança, ética e transparência. Estudos de casos.

Nome da Disciplina: Tópicos de Governança no Setor Público II

Responsável: Helios Malebranche Olbrisch Freres Filho

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Tópicos envolvendo estudos casos de riscos de governança na Administração Pública

Nome da Disciplina: Tópicos de Governança no Setor Público III

Responsável: Sérgio de Castro Martins

Período: 2

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Tópicos envolvendo estudos casos sobre cybersegurança

Nome da Disciplina: Controladoria e Contabilidade Pública

Responsável: Marcos Roberto Pinto

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Contabilidade Pública. Principais demonstrativos e articulação com a execução orçamentária. O papel da Controladoria.

Nome da Disciplina: Políticas Públicas e Governança

Responsável: Claudio Marcos Maciel da Silva Arêas

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Conceito de políticas públicas. Definição de agenda política e da sociedade. Principais agentes e grupos de pressão.

Nome da Disciplina: Seminários

Responsável: Antonio Jose Barbosa de Oliveira

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Pesquisa Científica; métodos e técnicas - observação - entrevista estruturada - entrevista não-estruturada - painel; pesquisa bibliográfica; publicações científicas; projeto de pesquisa; relatório de pesquisa; trabalhos científicos; bibliográficas.

Nome da Disciplina: Tomada de decisão com base em dados

Responsável: Joseph David Barroso Vasconcelos de Deus

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Conceitos Básicos. Principais áreas de aplicação. Principais Técnicas. Análise de Resultados para tomada de decisões.

Nome da Disciplina: Compras e prestação de serviços no Setor Público

Responsável: Maria Cecília de Carvalho Chaves

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Compras no Setor Público: a correta especificação de bens e de serviços. Do processo licitatório tradicional até o pregão. A transparência no processo de compras e aquisições. Relatório de prestação de contas

Nome da Disciplina: Métricas de avaliação de desempenho

Responsável: Marcos Roberto Pinto

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

Análise de estudos de casos das principais métricas de avaliação de desempenho adotadas na Administração Pública

Nome da Disciplina: Gestão da Inovação

Responsável: Eliane Ribeiro Pereira

Período: 3

Confere Grau: Sim **Confere Crédito:** Sim **Nº de Créditos:** 2 **Carga Horária:** 20

Tipo de Atividade Acadêmica: Disciplina **Natureza:** Teórica **Modalidade:** Não Presencial

Eletiva: Não

Ementa:

O papel da Inovação no ambiente organizacional. Etapas para a inovação. Grupos de trabalho em inovação

Metodologia:

As aulas serão ministradas quinzenalmente aos sábados com todas as aulas do curso síncronas pela plataforma de videoconferências, com o suporte do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Além das aulas quinzenais das 8:30h às 17:30h (com intervalos pela manhã e a tarde , além de interrupção para almoço), semanalmente o docente que estiver ministrando a disciplina disponibilizará 2 (Duas) horas de atendimento síncrono aos alunos para o desenvolvimento de trabalhos intermediários e de atividades individuais ou em grupo. Desta forma a carga horária será de 12 horas por quinzena (14 dias).

Fundamentos de Administração Pública - Adoção da Metodologia Peer Instruction. Este método incentiva o estudante a buscar informações sobre conceitos de Administração Pública, em seguida, participar de discussões com os colegas, em sala de aula. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalhos em grupo (em cada encontro) e individual, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Fundamentos de Governança Pública - A proposta nesta disciplina é o uso da Metodologia de Aprendizagem entre pares ou times. Consiste em trabalhos e/ou dinâmicas desenvolvidas em grupo, estimulando o crescimento do domínio intelectual, relações interpessoais, aspectos na governança pública. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalho em grupo, desenvolvido e apresentado para a turma, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Gerenciamento de crises - Adoção da Metodologia Peer Instruction. Este método incentiva o estudante a buscar informações em suas leituras e, em seguida, participar de discussões com os colegas, em sala de aula. A gamificação também pode ser utilizada nesta disciplina. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Ética no Setor Público - A metodologia escolhida é a Aprendizagem Baseada em Problemas (Problem Based Learning). Essa é uma metodologia onde o aluno estuda sozinho sobre uma determinada legislação antes da aula, a partir daí anota todas as suas dúvidas e as interpretações que teve sobre a legislação. A avaliação da disciplina será

realizada por meio de um relatório em grupo a responder uma determinada situação-problema, apresentado pelo professor. Este relatório será acompanhado do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Políticas Públicas e Governança - A proposta é o uso da Aprendizagem baseada em Projetos que estimula a resolução colaborativa e prática de desafios, partindo da elaboração de um problema que desafie o aluno, que deve ofertar, ao final, uma solução para o problema proposto inicialmente. Estimula o potencial criativo, imaginação, pensamento crítico e inovador. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalhos em grupo construídos em cada encontro, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Controladoria e Contabilidade Pública - A proposta nesta disciplina é de Aplicação de Estudo de Casos. A apresentação de casos que envolvam planejamento e execução orçamentária. A possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

LGPD e direito a informação - A metodologia escolhida é a Aprendizagem Baseada em Problemas (Problem Based Learning). Essa é uma metodologia onde o aluno estuda sozinho sobre um determinado assunto antes da aula, a partir daí anota todas as suas dúvidas e as dificuldades que teve. A interdisciplinaridade sugerida nesta disciplina envolve conhecimentos de Comunicação, Tecnologia e Gestão aplicadas a LGPD. A avaliação da disciplina será realizada por meio de um relatório em grupo a responder uma determinada situação-problema, apresentado pelo professor. Este relatório será acompanhado do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Métricas de avaliação e desempenho - Adoção da Metodologia Peer Instruction. Este método incentiva o estudante a buscar informações sobre a criação e operacionalização de métricas e desempenho em suas leituras e, em seguida, participar de discussões com os colegas, em sala de aula. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalho em grupo, desenvolvido e apresentado para a turma, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Inteligência Artificial - A proposta nesta disciplina é de Aplicação de Estudo de Casos. A apresentação de casos que envolvam temas sobre o papel operacional das IAs no ambiente de trabalho. A possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Tópicos de Governança Pública I, II e III - A proposta nesta disciplina é de Aplicação de Estudo de Casos. A possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Governança e responsabilidade sócio ambiental - A proposta de Metodologia nesta disciplina também é de Estudo de Casos. A apresentação de casos que envolvam a responsabilidade sócio ambiental que provoquem os alunos a debaterem sobre diferentes temas quanto a construção de agendas ambientais, termos de ajustamento de conduta, etc. A possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Tomada de decisão com base em dados - A proposta nesta disciplina é de Aplicação de Estudo de Casos. A apresentação de casos que envolvam processo e análise da tomada de decisão. A possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Governança em gestão de pessoas - A proposta nesta disciplina é o uso da Metodologia de Aprendizagem entre pares ou times. Consiste em trabalhos e/ou dinâmicas desenvolvidas em grupo, estimulando o crescimento do domínio intelectual, relações interpessoais, aspectos de gestão e de cultura organizacional. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalho em grupo, desenvolvido e apresentado para a turma, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Compras e prestação de serviços no setor público - A proposta de Metodologia nesta disciplina também é de Estudo de Casos. A apresentação de casos que estimulem o debate sobre diferentes temas quanto a gerenciamento de compras e a possibilidade de abertura de salas simultâneas na plataforma utilizada facilita a divisão de grupos para debates preliminares. A avaliação da disciplina será realizada por meio de resolução de um estudo de caso, desenvolvido individualmente, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Gestão da Inovação - A proposta é o uso da Aprendizagem baseada em Projetos que estimula a resolução colaborativa e prática de desafios, partindo da elaboração de um problema que desafie o aluno, que deve ofertar, ao final, uma solução para o problema proposto inicialmente. Estimula o potencial criativo, imaginação, pensamento crítico e inovador. A avaliação da disciplina será realizada por meio de trabalhos em grupo construídos em cada encontro, sob monitoramento do professor da disciplina no horário de aula e no atendimento síncrono semanal.

Seminários - Para as duas disciplinas de Seminários a proposta é o uso da Aprendizagem baseada em Projetos que estimula a resolução colaborativa e prática de desafios, partindo da elaboração de um problema que desafie o aluno, que deve ofertar, ao final, uma solução para o problema proposto inicialmente. Estimula o potencial criativo, imaginação, pensamento crítico e inovador.

Com relação aos egressos, a coordenação de curso acompanhará a trajetória profissional dos seus egressos, bem como identificará as demandas profissionais na área de governança. A coordenação do curso prevê a criação de um espaço virtual exclusivo para os egressos destinado para a divulgação de eventos e de oportunidades profissionais para estes profissionais.

Alinhado com o PDI da UFRJ, a coordenação de curso consolidará ações relacionadas ao perfil do egresso e sua inserção social, com o monitoramento do percurso profissional por meio do projeto Alumni. A coordenação do curso prevê a criação de uma ferramenta de gestão da informação e de apoio para os egressos destinado para a divulgação de eventos e de oportunidades profissionais para estes profissionais

Atividade Complementar:

.

Frequência:

75%

Interdisciplinaridade:

O curso é estruturado por meio de um currículo interdisciplinar que proporcione a integração entre teoria e prática.

Forma de avaliação do desempenho acadêmico dos alunos:

Descritas no campo Metodologia

Tipo de trabalho de conclusão:

Artigo/Publicação, Projeto Final, Trabalho de Conclusão de Curso

Formação de banca examinadora:

Escolhida entre os professores do curso.

Infraestrutura**Recursos Humanos:**

Professores:

Eliane Ribeiro Pereira - Ex-Diretora da FACC/UFRJ. Professora Titular da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2017.

Claudio Marcos Maciel da Silva - Professor Adjunto da FACC/UFRJ com mais de 15 anos de experiência no Ensino à Distância. Atuou como professor-tutor, coordenador de disciplina, conteudista de material didático, membro de Núcleo Docente Estruturante e professor de aulas teletransmitidas em diversas graduações à distância em diferentes IES privadas no Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, Unicarioca e FGV Online. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2019.

Antonio Jose Barbosa de Oliveira - Diretor da FACC/UFRJ. Professor Associado da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2019.

Marcos Roberto Pinto - Diretor da FACC/UFRJ. Professor Associado da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2019.

Maria Cecilia Chaves - Diretora Adjunta da FACC/UFRJ. Professora Associada da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2019.

Joseph David Barroso Vasconcelos de Deus - Professor Adjunto da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como coordenador de disciplina no Curso de Ciências Contábeis - Consórcio Cederj desde 2020.

Helios Malebranche Olbrisch Freres Filho - Professor Associado da FACC/UFRJ com mais de 5 anos de experiência no Ensino à Distância. Atualmente atua como professor de diversos cursos de pós graduação lato sensu com uso da plataforma de aprendizagem.

Sergio de Castro Martins - Professor Adjunto. Tem experiência em plataformas digitais e ensino à distância. Atua nas áreas Inteligência Artificial, Transformação Digital, Tecnologias Cognitivas, Web Semântica e Ontologias, Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, Sistemas de Informações de Alto Desempenho, Gestão da Informação, Gestão de Documentos (GED/ECM) e Arquitetura da Informação.

Semestralmente, o corpo docente passará por uma capacitação junto com o Laboratório Audiovisual da FACC para a discussão de práticas em sala de aula nas aulas síncronas. Também será discutida a possível incorporação de novas ferramentas disponibilizadas tanto pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem quanto pela plataforma de teleconferências

Secretaria:

Além do atendimento da Secretaria de Pós-Graduação da FACC que já atende aos cursos de Pós-graduação Stricto-Sensu, a servidora Saskia Valentim Pinto será a secretária responsável pela operacionalização do MBA em Governança no Setor Público.

Apoio:

A FACC possui um Laboratório Audiovisual, gerenciado por um Técnico Administrativo Educacional (TAEs) responsável pelo suporte aos eventos ocorridos na Unidade bem como o gerenciamento de todas as suas redes sociais (Instagram, FACC-UFRJ, canal do WhatsApp, Youtube, etc). Este Laboratório dará suporte a operacionalização das aulas e das palestras a serem desenvolvidas pelo curso.

A FACC também tem uma área de tecnologia da informação, composta por dois TAEs, destinada a monitorar e acompanhar os recursos informáticos destinados para as atividades acadêmicas-administrativas da FACC. Também atuam na gestão do site oficial da FACC.

Além do e-mail corporativo, O MBA em Governança no setor público também possui um site que descreve os objetivos do curso, informa horários, tempo de duração do curso, apresenta os valores do investimento, disponibiliza as disciplinas e ementas, realiza inscrições para interessados. O site também dispõe de um fale Conosco para dirimir dúvidas sobre o curso. O endereço eletrônico é www.facc.ufrj.br

Para além do uso do e-mail corporativo na relação coordenação-discente, a estratégia de comunicação também se dará por um Grupo de WhatsApp fechado criado especificamente para divulgação das atividades do curso para as turmas. Na relação docente-discente a estratégia de comunicação é feita pelo e-mail dos docentes (disponibilizados no AVA) e também por fóruns de dúvidas presentes no próprio AVA. Na comunicação entre os discentes, a coordenação elege um representante de turma para servir de intermediário nas pautas demandadas em um Grupo de WhatsApp exclusivamente formado por discentes.

Instalações:

Instalações Físicas:

- sala de coordenação;
- sala de orientação acadêmica;
- laboratório de informática com 20 computadores (uso compartilhado);
- sala da secretaria acadêmica;
- sala de reuniões;
- sala de professores do CCJE com 9 computadores (uso compartilhado).

Equipamentos:

Mobiliário de escritório; Computadores desktop e notebooks.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem está em <https://ambientevirtual.nce.ufrj.br/course/view.php?id=99843>

Neste ambiente o aluno terá acesso a ementa da disciplina, aos planos de aula, bibliografia, materiais postados e os links das aulas que já ocorreram. Também disponibilizará um campo para postagem de trabalhos e atividades de avaliação.

Plataforma de Videoconferência para aulas remotas.

A Plataforma de Videoconferência além de ser o espaço para a exposição das aulas pelo professor, também serve para a realização de trabalhos em grupo. A possibilidade de utilização de salas simultâneas permite que o professor divida a turma em grupos para debaterem sobre um tema ou realizarem trabalhos intermediários.

Além disto a plataforma deve permitir a possibilidade de construção de enquetes sobre um determinado assunto. Todas as aulas ministradas na Plataforma são gravadas pela equipe de apoio, e posteriormente, disponibilizadas aos alunos no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Biblioteca:

O curso possui disponível uma biblioteca no CCJE e também demais bibliotecas da UFRJ, com livros específico e técnicos das disciplinas ministradas, por serem este resultado e continuidade da Graduação do Campus. Também serão disponibilizados artigos open access destinados a discussão de temas e estudos de casos na área de governança pública extraídos preferencialmente das plataformas Web Of Science (WOS), Scopus e SPELL.

BIBLIOGRAFIA ELETRÔNICA POR DISCIPLINA

Fundamentos de Governança Pública

MASSUGA, F.; DOLIVEIRA, S. L. D. Gestão Pública Municipal: Explorando os Modos de Governança nas Cidades da Região Sul do Brasil. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 17, n. 4, p. 0-0, 2025.

OLIVEIRA, A. B.; SILVA, P. V. J. G.; GOMES, J. S. A integração entre governança, gestão de riscos e integridade na administração pública. *Revista de Administração Pública*, v. 59, n. 4, p. 0-42, 2025.

SILVA, L. C.; QUINTANA, A. C.; MACHADO, D. P.; CRUZ, A. P. C. Índice de maturidade da governança pública de municípios brasileiros sob a ótica do framework internacional de boa governança no setor público. *Revista Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 44, n. 3, p. 158-177, 2025.

Fundamentos de Administração Pública

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial do Estado de 1995. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. 7 a 26, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6289>. Acesso em: 25 fev. 2026.

DE ARRUDA, Gabrielle Aguirre; DA COSTA, Ana Carolina Farias Almeida. A administração pública gerencial: análise da experiência das serventias extrajudiciais no Brasil. *Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública*, v. 8, n. 1, 2022.

WANDERMUREM, L. V.; LOPES, D. P. T.; MORAVIA, E. C.; BARROS, D. C. C.; CAMPOS, R. C. L. Comportamento para inovação no setor público: uma análise de sua influência na implementação da inovação. *Revista de Administração FACES Journal*, v. 24, n. 3, p. 0-0, 2025.

Compras e Prestação de serviços no setor público

ALVES, K. R.; ANDRADE, T.; SANTAREM, L. M. S. Análise da Modalidade Regime Diferenciado de Contratação nas Licitações do DNIT. *Revista do Serviço Público*, v. 71, n. 1, p. 38-68, 2020.

LEI, X.; HE, S. Driving green innovation through public procurement: Evidence from government procurement lists and corporate innovation in China. *Revista de Administração de Empresas*, v. 65, n. 6, p. 0-109, 2025.

OLIVEIRA, J. D.; MARINHO, S. V. E quando a primeira impressão não é a que fica? Um caso para ensino sobre Processo de Licitação e Contratação na Administração Pública. Teoria e Prática em Administração, v. 15, n. 2, p. 0-0, 2025.

LGPD e direito a informação

DUARTE, N. M. S.; ALBUQUERQUE JÚNIOR, A. E.; SANTOS, E. M. D. A compreensão dos profissionais de ti quanto às implicações da lgpd na segurança da informação. Revista Gestão Organizacional, v. 18, n. 2, p. 94-120, 2025.

MARQUES, G. L.; MORESI, E. A. D. Framework de adequação de bancos de dados legados à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Revista do Serviço Público, v. 75, n. 4, p. 830-856, 2024.

SOARES, T.; TOMEI, P. Cultura organizacional e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 18, n. 4, p. 106-130, 2024.

Seminários I

DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE PESQUISA

<https://canal.cecierj.edu.br/012016/04e6a4ba341819eff4817b6caffaea5b.pdf>

METODOLGIA DE PESQUISA PARA ADMINISTRAÇÃO

<https://canal.cecierj.edu.br/recurso/13817>

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. Pesquisa qualitativa e quantitativa: compreendendo as abordagens e construindo possíveis combinações. Publicações, 2023.

<https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/220508792.pdf>

Governança em Gestão de Pessoas

CHAVES, L. V. R.; MACHADO JÚNIOR, E. V.; PETEAN, G. H. Clima, cultura e stakeholders: proposta de eixos para capacitação no setor público. Gestão e Sociedade, v. 18, n. 50, p. 0-0, 2024.

FALCE, J. L.; SANTOS, T. M. D. Cultura Organizacional, Conhecimento e Inovação: Evidências em uma Instituição Pública.. Future Studies Research Journal: Trends and Strategies, v. 17, n. 1, p. 0-0, 2025.

KOCK, N.; ZANINI, M. T. Fostering Public Sector Innovation: How Data-driven Organizational Culture Influences Exploitation Innovations. Revista de Administração Contemporânea, v. 29, n. 4, p. 0-0, 2025.

Controladoria e Contabilidade Pública

FEDCHENKO, E.; SAVINA, N.; TIMKIN, T.; LIPATOVA, I.; VINOGRADOVA, A. Developing a controlling system as a factor in improving the quality of public administration. Revista Gestão & Tecnologia, v. 23, n. Especial, p. 126-135, 2023.

MATIOLLI, M. D.; SANTOS, D. F. L. Desafios da conexão entre orçamento de capital, estratégia empresarial e sustentabilidade. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE, v. 14, n. 1, p. 62-79, 2023.
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/71045/desafios-da-conexao-entre-orcamento-de-capital-estrategia-empresarial-e-sustentabilidade>

LOURENÇO, I. M. E. C.Editorial Edição Especial - Reformas do Setor Público e Mudanças na Contabilidade Pública.

Tópicos I

CARVALHO, Daniel Silva; DE CASTRO, Paulo Alexandre; FERNANDES-SOBRINHO, Marcos. Políticas Públicas na Era do Governo Digital: revisão de literatura. Revista GeTeC, v. 20, 2024.

DIAS, Paulo Cezar; DE OLIVEIRA, Heitor Moreira. Novas perspectivas da administração pública em tempos de governo digital: Teletrabalho, telemedicina e teleperícia. Revista do TCU, n. 151, p. 94-120, 2023.

MITKIEWICZ, Fernando André Coelho. Transformação digital: análise da implantação da plataforma Gov. br e da evolução da maturidade da política de governo digital no Brasil. 2024.

Tópicos II

DA SILVA, Marcos Zambeli et al. Governança pública e gestão de risco: uma revisão da literatura. 2025.

NETO, Osmar Ruy. GESTÃO DE RISCOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DA CONFORMIDADE LEGAL À GERAÇÃO DE VALOR NA GOVERNANÇA PÚBLICA. Revista Contemporânea, v. 6, n. 1, p. e10126-e10126, 2026.

OLIVEIRA, Alessandro Bandeira de; SILVA, Paulo Vitor Jordão da Gama; GOMES, Josir Simeone. A integração entre governança, gestão de riscos e integridade na administração pública. Revista de Administração Pública, v. 59, n. 4, p. e2025-0042, 2025.

Tópicos III

GOLDONI, Luiz Rogério Franco; RODRIGUES, Karina Furtado; MEDEIROS, Breno Pauli. Qual é o futuro da governança de cibersegurança no Brasil?. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 29, p. e90972, 2024.

MATOS, Alessandra Cristina Mendonça de Moraes et al. Cibersegurança como política colaborativa: uma análise das estruturas de governança do Brasil, Canadá e China. 2025.

RIZZATTO, Fernando Kendy Aoki; PANSANI FILHO, Fernando Tavares. CIBERSEGURANÇA: UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA NA PROTEÇÃO CONTRA AMEAÇAS. Revista Unifev: Ciência & Tecnologia, v. 5, n. 2, p. 3-35, 2025.

Políticas Públicas e Governança

ANTUNES, Cesar Henrique B. et al. A administração pública como instrumento gestor e instituidor de políticas públicas para o modal rodoviário: Public administration as a managing instrument and institutor of public policies for road modal. Ponto de Vista Jurídico, v. 12, n. 2, p. 22-34, 2023.

HUERTAS, Daniel Monteiro. Quando governar é abrir estradas: o processo de construção histórica do rodoviarismo em São Paulo. História (São Paulo), v. 41, p. e2022042, 2022.

RODRIGUES, Livia Ferreira Velho; MAIA, Alexandre Gori; CARVALHO, Cristiane Silva de. Políticas públicas e mobilidade urbana sustentável: análise comparativa entre Groningen e Campinas. Cadernos Metrópole, v. 24, n. 55, p. 1143-1161, 2022.

Inteligência Artificial

DE CARVALHO, Lucas Borges. Governos inteligentes? Parâmetros para uma avaliação crítica do uso de sistemas de IA no setor público. Revista de Direito Administrativo, v. 284, n. 2, p. 127-151, 2025.

RIBEIRO, Manuella Maia; MEDINA, Javiera F. Tecnologias emergentes e serviços digitais no setor público. Programa Setorial da Internet. Cetic, 2022.

LYRIO, Maurício Vasconcellos Leão; LUNKES, Rogério Joao; VASARHELYI, Miklos. Tecnologias emergentes e de dados aplicadas ao setor público: Uma revisão sistemática da literatura copilotada por IA. Contabilidad y Negocios: Revista del Departamento Académico de Ciencias Administrativas, v. 20, n. 40, p. 58-67, 2025.

Métricas de Avaliação e desempenho

DOS SANTOS SOUZA, Elisangela Andrade; DOS SANTOS MENEZES, Ucleriston; OLIVEIRA, Thais Ettinger. Questões emergentes na governança da gestão de pessoas na administração pública: uma revisão integrativa da literatura. Revista Gestão & Conexões, v. 13, n. 2, p. 114-133, 2024.

GAIA, Adriane Rodrigues; DA SILVA, Christian Luiz. Governança e gestão de pessoas na administração pública: avanços para a gestão de pessoas. Revista de Gestão e Secretariado, v. 15, n. 5, p. e3754-e3754, 2024.

LOPES, André Vaz. Política, burocracia e grupos sociais: as nomeações para cargos comissionados como instrumento da governança pública. 2024.

Governança e Responsabilidade Sócio Ambiental

AGUIAR, Marcella Hadassa Sarda. ESG na gestão pública: análise exploratória de barreiras e soluções na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 2025.

MARX, César Augusto. A nova governança pública e os princípios ESG. Controle Externo: Revista do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, v. 3, n. 6, p. 115-125, 2023.

SEIXAS, Cristiana Simão et al. Governança ambiental no Brasil: rumo aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)?. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 25, n. 81, 2020.

Teoria da decisão com base em dados

ALVES, Mariana Azevedo et al. Legibilidade dos Relatórios de Gestão no Setor Público Brasileiro. Contabilidade Gestão e Governança, v. 26, n. 2, p. 213-248, 2023.

CORREIA, P. M. A. R. Lições de análise de dados e gestão de informação para administração público-privada. Coimbra: Coimbra Dissertations, v. 1, 2023.

FREITAS, PABLO FERNANDO PESSOA DE; ODELIUS, Catarina Cecília. Escala de competências gerenciais para o setor público. Cadernos Ebape. Br, v. 20, n. 2, p. 218-233, 2022.

Ética no Setor Público

LUZ, Geraldo Anibal; IBIAPINA, Iveltymar Roosemalem Passos. Gestão pública e corrupção: desafios para a ética e a responsabilidade no setor público brasileiro. Revista Acadêmica da Lusofonia, v. 2, n. 9, p. 1-20, 2025.

MENDONÇA, Adriano; GARBACCIO, Grace Ladeira; MENDONÇA, Katia Vanessa. A importância da ética institucional na contemporaneidade do setor público brasileiro. Anais do Simpósio Sul-Mato-Grossense de

TRESCASTRO BERGUE, Sandro. Inteligência artificial e tomada de decisão ética no setor público. GESTÃO. Org: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 22, n. 1, 2024.

Gerenciamento de crises

KASHIMA, Bruno Hideo et al. A Cultura do Cancelamento: Um Estudo de Empresas de Fast-Food. Advances in Global Innovation & Technology, v. 1, n. 3, p. 40-51, 2023.

DA SILVA LIMA, Ana Beatriz; ARANTES, Fernanda Paes. CULTURA DO CANCELAMENTO: Uma análise sobre sua contribuição para o empoderamento do consumidor nas redes sociais digitais. Revista Pesquisa em Ação, v. 3, n. 1, p. 1-27, 2024.

LIMA, Ana Beatriz da Silva. CULTURA DO CANCELAMENTO: uma análise sobre sua contribuição para o empoderamento do consumidor nas redes sociais digitais. 2023.

Gestão da Inovação

EMMENDOERFER, Magnus Luiz et al. Laboratórios de inovação no setor público e aproximares com agencias internacionais. Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, v. 17, n. 2, p. 139-153, 2022.

OLAVO, Antônio Vagner Almeida et al. Laboratórios de inovação no setor público em perspectiva comparada: uma análise exploratória entre Brasil e Espanha. Revista de Gestão e Projetos, v. 13, n. 2, p. 89-115, 2022.

PASCHOIOTTO, Waldemir Paulino; CUNHA, Cristiano José Castro de Almeida; SILVA, Solange Maria da. Liderança no processo de inovação colaborativa no setor público: uma revisão integrativa. Revista de Administração Pública, v. 58, p. e2023-0037, 2024.

Corpo Docente

CPF: [REDACTED] **Nome:** Eliane Ribeiro Pereira

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: UFRJ

País do Título: Brasil

Ano do Título: 2010

Grande Área de Conhecimento: Engenharias

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor Titular

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 60

CPF: [REDACTED] **Nome:** Maria Cecília de Carvalho Chaves

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: UFF

País do Título: Brasil

Ano do Título: 2010

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 40

CPF: [REDACTED] **Nome:** Sérgio de Castro Martins

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: UFF

País do Título: Brasil

Ano do Título: 2019

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 40

CPF: [REDACTED] **Nome:** Antonio Jose Barbosa de Oliveira

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: UniRio

País do Título: Brasil

Ano do Título: 2011

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 60

CPF: [REDACTED] **Nome:** Helios Malebranche Olbrisch Freres Filho

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: PUC

País do Título: Brasil

Ano do Título: 1996

Grande Área de Conhecimento: Engenharias

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 40

CPF: [REDACTED] **Nome:** Claudio Marcos Maciel da Silva Arêas

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: Universidade Grande Rio

País do Título: Brasil

Ano do Título: 2017

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 60

CPF: [REDACTED] **Nome:** Marcos Roberto Pinto

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: USP

País do Título: Brasil

Ano do Título: 2014

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 40

CPF: [REDACTED] **Nome:** Joseph David Barroso Vasconcelos de Deus

Titulação Máxima: Doutorado

IES do Título: UFF

País do Título: Brasil

Ano do Título: 2017

Grande Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Vínculo:

Instituição: UFRJ

Condição de Atividade: Docente Ativo

Cargo: Professor de 3º Grau

Regime de Trabalho: DE - Dedicação Exclusiva

Carga Horária Didática:

Graduação: 40

Stricto-Sensu: 0

Lato-Sensu: 20

Perfil e Distribuição da carga horária do docente

Regime e Vínculo Docente	Nº Docentes	Carga Horária	%
UFRJ 40 DE	8	360	100.00
UFRJ 40 Semanais	0	0	0.00

UFRJ 20 Semanais	0	0	0.00
UFRJ Técnico Administrativo	0	0	0.00
UFRJ Aposentado	0	0	0.00
Externo à UFRJ	0	0	0.00
Total	8	360	100

Regulamento do Curso

Da Organização Administrativa

Competência do Coordenador e demais normas referente ao regime acadêmico:

Caberá ao coordenador:

- a) convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso;
- b) coordenar as atividades didáticas do Curso;
- c) dirigir as atividades administrativas da Coordenação do Curso;
- d) elaborar a programação do Curso, submetendo-a à apreciação do Colegiado do Curso;
- e) propor os planos de aplicação de recursos, submetendo-os à apreciação do Colegiado do Curso;
- f) delegar competências para a execução de tarefas específicas; e
- g) decidir ad referendum assuntos urgentes de competência originária do Colegiado do Curso.

Competência do Corpo Docente:

Ao corpo docente do Curso caberá:

- a) realizar as atividades de ensino, orientação e coordenação acadêmica;
- b) assegurar a execução da proposta do Curso aprovada pelo CEPG/UFRJ;
- c) responsabilizar-se pelas atividades do curso de pós-graduação.

Forma de avaliação do curso feita pelos discentes:

Para mensurar o grau de satisfação do curso, a Coordenação do MBA em Governança no Setor Público irá aplicar semestralmente uma avaliação quantitativa a ser respondida pelos alunos considerando a escala Likert, com as seguintes respostas gradativas: concordo totalmente, concordo parcialmente, não concordo nem discordo, discordo parcialmente e discordo totalmente. As dimensões a serem analisadas serão a atuação do corpo docente, coordenação de curso, atendimento administrativo e instalações virtuais.

Indicadores de desempenho:

Conceito A: Excelente - acima de 8,9 em escala de notas de 0 a 10; Conceito B: Bom - 8,0 a 8,9 em escala de notas de 0 a 10; Conceito C: Regular - 7,0 a 7,9 em escala de notas de 0 a 10; Conceito D: Insuficiente - abaixo de 7,0 em escala de notas de 0 a 10; Conceito I: Incompleto; Conceito J: Abandono Justificado.

Da Autorização e Implantação

Duração e prazo de conclusão:

O curso possui carga horária de 360 horas que poderão ser concluídas em até 24 meses.

Carga Horária Total:

360h

Número de Vagas:

30 vagas por semestre

Estrutura Curricular e sua distribuição:

As disciplinas que compõem o currículo do curso distribuem-se em quatro módulos, que se diferenciam pelos conteúdos e formas de abordagem, no entanto, trabalhados de modo articulado e integrado.

O Módulo I, com carga horária de 180h, abrangerá as seguintes disciplinas introdutórias: Fundamentos de Administração Pública

Fundamentos de Governança no Setor Público

Políticas Públicas e Governança

Temas de Governança Pública I

Governança e gestão de pessoas

Seminários

Políticas Públicas e Governança

Ética no setor público

LGPD e direito à informação

O Módulo II, com carga horária de 120h, abrangerá as disciplinas:

- Temas de Governança Pública II
- Tomada de decisão com base em dados
- Métricas de Avaliação e desempenho
- Compras e prestação de serviços no setor público
- Governança e responsabilidade sócio-ambiental
- Inteligência Artificial
- Gestão da Inovação
- Temas de Governança Pública III
- Controladoria e contabilidade pública

Da Admissão

Critério de Seleção:

Análise de currículo e entrevista com a coordenação

Documentos Exigidos:

Formulário de inscrição preenchido; Cópia autenticada do diploma de curso superior; Cópias autenticadas da carteira de identidade e do CPF; Título de eleitor; Certidão de nascimento ou casamento; Certificado Militar(se for o caso); Curriculum Vitae; Uma foto 3x4 (recente); Assinatura do Contrato Educacional

Forma de Avaliação:

trabalhos individuais e em grupo. trabalho de conclusão de curso (artigo, projeto ou plano de negócios)

Da Matrícula e Permanência no Curso

Frequência e forma de controle das disciplinas:

75%

Desempenho acadêmico mínimo exigido nas disciplinas:

Nota mínima exigida para aprovação nas disciplinas equivalente ao conceito C

Atividades pedagógicas e coeficiente de rendimento mínimo:

Serão considerados aprovados os alunos avaliados com os conceitos A, B ou C nos trabalhos escritos e/ou prova de avaliação, com frequência igual ou superior a 75% nas aulas remotas e no acesso no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Responsável pela avaliação discente:

Coordenador do curso

Tipo de trabalho de conclusão, forma de orientação e de avaliação:

Ao final do curso o aluno apresentará, no prazo máximo de três meses, um TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (projeto, artigo ou plano de negócios), a critério da coordenação, o qual, para ser aprovado, deverá estar de acordo com as normas exigidas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

A orientação deverá ser realizada pelos docentes após a disciplina de Seminários I com a carga horária mínima de 1 (uma) hora semanal para cada orientação de um discente por docente.

Procedimento para regime acadêmico especial:

Será assegurado regime acadêmico especial mediante atestado médico encaminhado para a Coordenação de Curso:

a) a aluna gestante, por três meses, a partir do oitavo mês de gestação, ou a critério médico de acordo com o disposto na Lei nº 6202, de 17 de abril de 1975.

b) aos alunos em condição física incompatível com a frequência nas aulas remotas, como disposto no Decreto 1044, de 2 de outubro de 1969, desde que não ultrapasse o período de 25% das aulas.

Os exercícios domiciliares previstos no regime acadêmico especial não se aplicam às disciplinas de caráter experimental ou de atuação prática.

Da Reprovação, Desligamento e Readmissão

O aluno que obtiver o conceito D deverá refazer a disciplina. A critério do professor responsável da disciplina a indicação I de incompleto será concedida ao aluno que não tendo concluído os trabalhos da disciplina assumindo o compromisso de concluí-los em prazo nunca superior a um bloco letivo com duração de 10 semanas. Resol.

CEG/Cepeg nº 01/99. A indicação I será automaticamente substituída pelo conceito D caso os trabalhos não sejam concluídos dentro do prazo estipulado. Por motivos justificados (indicação J), com aceite do prof. responsável poderá o aluno abandonar 1 disciplina durante o período letivo devendo constar do histórico escolar indicação J (abandono justificado). As disciplinas com indicação I ou J deverão constar do histórico escolar, mas não serão consideradas para o cálculo do coeficiente de rendimento acumulado.

Do Aproveitamento das Disciplinas e suas Cargas Horárias

Mínimo de compatibilidade de 75% do plano de ensino e de 75% da carga horária, descartando disciplinas de graduação plena e tecnológica.

Da Certificação

Certificação Concedida:

Os certificados de conclusão de curso serão emitidos e registrados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, em nome do discente, auferindo o título de "MBA EM GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO". Será concedido ao participante que atender às seguintes exigências: (a) conseguir aprovação em todas as disciplinas oferecidas pelo curso, obtendo a nota mínima exigida para aprovação nas disciplinas e no TCC - 5,0 (cinco), equivalente ao conceito C; (b) entregar, no prazo estabelecido pela coordenação, o TCC de final de curso de modo a ser avaliado por três avaliadores; e (c) ter frequência mínima de 75% nas disciplinas.

Critério de Avaliação:

O aproveitamento em cada disciplina será avaliado pelo professor responsável e registrado no histórico escolar do aluno, sendo expresso mediante um dos seguintes conceitos: A (excelente); B (bom); C (regular) e D (deficiente).

Serão considerados aprovados os alunos avaliados com os conceitos A, B ou C e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina.

O coeficiente de rendimento acumulado (CRA) será calculado pela média ponderada dos conceitos, a que serão atribuídos os valores A=3; B=2; C=1; D=0, sendo o peso a carga horária de cada disciplina.

É definido como Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (TCCE) a elaboração de trabalho no qual o aluno demonstre capacidade de sistematização e aplicação dos conteúdos do Curso.

Frequência global e CRA exigido:

Obtendo a nota mínima exigida para aprovação nas disciplinas e no TCC equivalente ao conceito C; (b) entregar, no prazo estabelecido pela coordenação, o TCC de final de curso de modo a ser avaliado por três avaliadores; e (c) ter frequência mínima de 75% nas disciplinas.

Disposições Gerais

-

Proposta de Plano de Trabalho e de TED no ANEXO I

3. OBJETO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA:

Curso de Pós Graduação Lato-Sensu em MBA em Governança para o Setor Público para servidores do DNIT

4. OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS PARTICIPES

4.1. Unidade Descentralizadora

- I - analisar e aprovar a descentralização de créditos;
- II - analisar, aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho;
- III - descentralizar os créditos orçamentários;
- IV - repassar os recursos financeiros em conformidade com o cronograma de desembolso;
- V - aprovar a prorrogação da vigência do TED ou realizar sua prorrogação, de ofício, quando necessário;
- VI - aprovar as alterações no TED;
- VII - solicitar Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto ou outros documentos necessários à comprovação da execução do objeto, quando necessário;
- VIII - analisar e manifestar-se sobre o Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado pela Unidade Descentralizada;
- IX - solicitar à Unidade Descentralizada que instaure a tomada de contas especial, ou promover diretamente a instauração, quando cabível;
- X - emitir certificado de disponibilidade orçamentária;
- XI - registrar no SIAFI o TED e os aditivos, mantendo atualizada a execução até a conclusão;
- XII - prorrogar de ofício a vigência do TED quando ocorrer atraso na liberação de recursos, limitado ao prazo do atraso;
- XIII - publicar os extratos do TED e termos aditivos no sítio eletrônico oficial, bem como disponibilizar a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura; e
- XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.
- XV - instaurar tomada de contas especial, quando cabível e a unidade descentralizada não o tenha feito no prazo para tanto.
- XVI - suspender as descentralizações, na hipótese de verificação de indícios de irregularidades durante a execução do TED, com a tomada das providências previstas no art. 19 do Decreto nº 10.426/2020.

4.2. Unidade Descentralizada

- I - elaborar e apresentar o Plano de Trabalho;
- II - apresentar a Declaração de Capacidade Técnica necessária à execução do objeto;
- III - apresentar a Declaração de Compatibilidade de Custos;
- IV - executar os créditos orçamentários descentralizados e os recursos financeiros recebidos;
- V - aprovar as alterações no TED;
- VI - encaminhar à Unidade Descentralizadora:
 - a) Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto, quando solicitado; e
 - b) o Relatório final de Cumprimento do Objeto;
- VII - zelar pela aplicação regular dos recursos recebidos e assegurar a conformidade dos documentos, das informações e dos demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional;
- VIII - citar a Unidade Descentralizadora quando divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do TED, quando necessário;
- IX - instaurar tomada de contas especial, quando necessário, e dar conhecimento dos fatos à Unidade Descentralizadora;
- X - devolver à Unidade Descentralizadora os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados, conforme disposto no § 1º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
- XI - devolver os créditos orçamentários e os recursos financeiros após o encerramento do TED ou da conclusão da execução do objeto, conforme disposto no § 2º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 2020;
- XII - disponibilizar no sítio eletrônico oficial à íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data de assinatura;
- XIII - devolver para a Unidade Descentralizadora os rendimentos de aplicação financeira auferidos em parcerias celebradas com recursos do TED, nas hipóteses de restituição previstas na legislação específica; e
- XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.
- XV - disponibilizar, mediante solicitação, documentos comprobatórios da aplicação regular dos recursos aos órgãos de controle e à unidade descentralizado.

5. VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Execução Descentralizada será de 24 (VINTE E QUATRO) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 10 do Decreto nº 10.426, de 2020.

Início: Na data da assinatura do TED
assinatura do TED

Fim: 24 meses após

6. VALOR DO TED: R\$ 547.058,82 (quinhentos e quarenta e sete mil e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), valor orçado para 27 alunos.

7. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:

1. Programa de Trabalho/Projeto/Atividade: 26.122.0032.2000.0001 - administração da unidade

2. Fonte: 1000000000

3. Natureza da despesa: 33.90.39

8. BENS REMANESCENTES

O Objeto do Termo de Execução Descentralizada contempla a aquisição, produção ou construção de bens?

(X)Sim

()Não

Se sim, informar a titularidade e a destinação dos bens quando da conclusão do TED: Fundação Coppetec, CNPJ 072.060.999/0001-75. APÓS o término do TED, a Coppetec transferirá os equipamentos adquiridos para a realização do projeto para a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC).

9. DAS ALTERAÇÕES

Ficam os partícipes facultados a alterar o presente Termo de Execução Descentralizada ou o respectivo Plano de Trabalho, mediante termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado.

As alterações no plano de trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizadas por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovados pelas unidades descentralizadora e descentralizada.

10. DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

A Unidade Descentralizada apresentará relatório de cumprimento do objeto conforme previsto no art. 23 do decreto nº 10.426, de 2020, cuja análise ocorrerá pela Unidade Descentralizadora nos termos do art. 24 do mesmo normativo.

Rejeitado total ou parcialmente o relatório de cumprimento do objeto pela Unidade Descentralizadora, deverá a unidade descentralizada instaurar tomada de contas especial para apurar eventuais danos ao erário e respectivos responsáveis para fins de recomposição do erário público.

11. DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

11.1. Denúncia

O Termo de Execução Descentralizada poderá ser denunciado a qualquer tempo, hipótese em que os partícipes ficarão responsáveis somente pelas obrigações pactuadas e auferirão as vantagens do período em que participaram voluntariamente do TED.

11.2. Rescisão

Constituem motivos para rescisão do presente TED:

I - o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

II - a constatação, a qualquer tempo, de irregularidades na execução do TED; e

III - a verificação de circunstâncias que ensejem a instauração de tomada de contas especial; ou

IV - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que, mediante comprovação, impeça a execução do objeto.

12. SOLUÇÃO DE CONFLITO

Para dirimir quaisquer questões de natureza jurídica oriundas do presente Termo, os partícipes comprometem-se a solicitar o auxílio da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União - CCAF/AGU.

13. PUBLICAÇÃO

O TED e seus eventuais termos aditivos, que impliquem em alteração de valor ou, ainda, ampliação ou redução de prazo para execução do objeto, serão assinados pelos partícipes e seus extratos serão publicados no sítio eletrônico oficial da Unidade Descentralizadora, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura, conforme disposto no art. 14 do Decreto nº 10.426, de 2020.

As Unidades Descentralizadora e Descentralizada disponibilizarão a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado em seus sítios eletrônicos oficiais no prazo a que se refere o caput.

14. ASSINATURAS

Rio de Janeiro, na data da assinatura.

assinado eletronicamente
ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO
Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Brasília, na data da assinatura.

assinado eletronicamente
FERNANDA GIMENEZ MACHADO FAÉ
Diretora de Administração e Finanças substituta
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Referência: Processo nº 50600.014353/2026-43

SEI nº 24479317



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A
CEP 70040-902
Brasília/DF |

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) Nº XX/20XX

1. Dados Cadastrais da Unidade Descentralizadora

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome da entidade descentralizadora: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Nome da autoridade competente: Fernanda Gimenez Machado Faé

Número do CPF: XXX.295.018-XX

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

Identificação do ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 25 de outubro de 2023, publicado em 26 de outubro de 2023, na Edição 204 do Diário Oficial da União, Seção 2, Página 1.

b) UG SIAFI

Número e nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 393003/39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 393003/39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

2. Dados Cadastrais da Unidade Descentralizada

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Nome da autoridade competente: Roberto de Andrade Medronho

Número do CPF: XXX.401.427-XX

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Identificação do ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 27 de junho de 2023, publicado em 28 de junho de 2023 na edição 121 do Diário Oficial da União, seção 2, página 1.

b) UG SIAFI

Número e nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 153115-26245 Universidade Federal do Rio de Janeiro

Número e nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: TED 153115-26245

Universidade Federal do Rio de Janeiro

3. Objeto do Termo de Execução Descentralizada:

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em MBA em Governança para o Setor Público para servidores do DNIT

4. Obrigações e Competências dos Partícipes

4.1. Unidade Descentralizadora

- I - analisar e aprovar a descentralização de créditos;
- II - analisar, aprovar e acompanhar a execução do plano de trabalho;
- III - descentralizar os créditos orçamentários;
- IV - repassar os recursos financeiros em conformidade com o cronograma de desembolso;
- V - aprovar a prorrogação da vigência do TED ou realizar sua prorrogação, de ofício, quando necessário;
- VI - aprovar as alterações no TED;
- VII - solicitar relatórios parciais de cumprimento do objeto ou outros documentos necessários à comprovação da execução do objeto, quando necessário;
- VIII - analisar e manifestar-se sobre o relatório de cumprimento do objeto apresentado pela Unidade Descentralizada;
- IX - solicitar à Unidade Descentralizada que instaure a tomada de contas especial, ou promover diretamente a instauração, quando cabível;
- X - emitir certificado de disponibilidade orçamentária;
- XI - registrar no SIAFI o TED e os aditivos, mantendo atualizada a execução até a conclusão;
- XII - prorrogar de ofício a vigência do TED quando ocorrer atraso na liberação de recursos, limitado ao prazo do atraso;
- XIII - publicar os extratos do TED e termos aditivos no sítio eletrônico oficial, bem como disponibilizar a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura; e
- XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.
- XV - instaurar tomada de contas especial, quando cabível e a unidade descentralizada não o tenha feito no prazo para tanto.
- XVI - suspender as descentralizações, na hipótese de verificação de indícios de irregularidades durante a execução do TED, com a tomada das providências previstas no art. 19 do Decreto nº 10.426/2020.

4.2. Unidade Descentralizada

- I - elaborar e apresentar o plano de trabalho;
- II - apresentar a Declaração de Capacidade Técnica necessária à execução do objeto;
- III - apresentar a Declaração de Compatibilidade de Custos;
- IV - executar os créditos orçamentários descentralizados e os recursos financeiros recebidos;
- V - aprovar as alterações no TED;
- VI - encaminhar à Unidade Descentralizadora:
 - a) Relatórios parciais de cumprimento do objeto, quando solicitado; e
 - b) o relatório final de cumprimento do objeto;
- VII - zelar pela aplicação regular dos recursos recebidos e assegurar a conformidade dos documentos, das informações e dos demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional;
- VIII - citar a Unidade Descentralizadora quando divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do TED, quando necessário;
- IX - instaurar tomada de contas especial, quando necessário, e dar conhecimento dos fatos à Unidade Descentralizadora;
- X - devolver à Unidade Descentralizadora os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados, conforme disposto no § 1º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
- XI - devolver os créditos orçamentários e os recursos financeiros após o encerramento do TED ou da conclusão da execução do objeto, conforme disposto no § 2º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 2020;
- XII - disponibilizar no sítio eletrônico oficial à íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data de assinatura;
- XIII - devolver para a Unidade Descentralizadora os rendimentos de aplicação financeira auferidos em parcerias celebradas com recursos do TED, nas hipóteses de restituição previstas na legislação específica; e
- XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.
- XV - disponibilizar, mediante solicitação, documentos comprobatórios da aplicação regular dos recursos aos órgãos de controle e à unidade descentralizado.

5. Vigência

O prazo de vigência deste Termo de Execução Descentralizada será de 24 meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 10 do Decreto nº 10.426, de 2020.

Início: Na data da assinatura do TED
assinatura do TED

Fim: 24 meses após

6. Valor do TED: R\$ 547.058,82 (quinhentos e quarenta e sete mil cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), valor orçado para 27 alunos.

7. Classificação Funcional Programática:

1. Programa de Trabalho/Projeto/Atividade: 26.122.0032.2000.0001 - administração da unidade

2. Fonte: 1000000000

3. Natureza da despesa: 33.90.39

8. Bens Remanescentes

O Objeto do Termo de Execução Descentralizada contempla a aquisição, produção ou construção de bens?

(☒) Sim

(☐) Não

Se sim, informar a titularidade e a destinação dos bens quando da conclusão do TED: Fundação Coppetec, CNPJ 072.060.999/0001-75. APÓS o término do TED, a Coppetec transferirá os equipamentos adquiridos para a realização do projeto para a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - FACC.

9. Das Alterações

Ficam os partícipes facultados a alterar o presente Termo de Execução Descentralizada ou o respectivo plano de trabalho, mediante termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado.

As alterações no plano de trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizadas por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovados pelas unidades descentralizadora e descentralizada.

10. Da Avaliação dos Resultados

A Unidade Descentralizada apresentará relatório de cumprimento do objeto conforme previsto no art. 23 do decreto nº 10.426, de 2020, cuja análise ocorrerá pela Unidade Descentralizadora nos termos do art. 24 do mesmo normativo.

Rejeitado total ou parcialmente o relatório de cumprimento do objeto pela Unidade Descentralizadora, deverá a unidade descentralizada instaurar tomada de contas especial para apurar eventuais danos ao erário e respectivos responsáveis para fins de recomposição do erário público.

11. Da Denúncia ou Rescisão

11.1. Denúncia

O Termo de Execução Descentralizada poderá ser denunciado a qualquer tempo, hipótese em que os partícipes ficarão responsáveis somente pelas obrigações pactuadas e auferirão as vantagens do período em que participaram voluntariamente do TED.

11.2. Rescisão

Constituem motivos para rescisão do presente TED:

I - o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

II - a constatação, a qualquer tempo, de irregularidades na execução do TED; e

III - a verificação de circunstâncias que ensejem a instauração de tomada de contas especial; ou

IV - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que, mediante comprovação, impeça a execução do objeto.

12. Solução de Conflito

Para dirimir quaisquer questões de natureza jurídica oriundas do presente instrumento, os partícipes comprometem-se a solicitar o auxílio da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União - CCAF/AGU.

13. Publicação

O TED e seus eventuais termos aditivos, que impliquem em alteração de valor ou, ainda, ampliação ou redução de prazo para execução do objeto, serão assinados pelos partícipes e seus extratos serão publicados no sítio eletrônico oficial da Unidade Descentralizadora, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura, conforme disposto no art. 14 do Decreto nº 10.426, de 2020.

As Unidades Descentralizadora e Descentralizada disponibilizarão a íntegra do TED celebrado e do plano de trabalho atualizado em seus sítios eletrônicos oficiais no prazo a que se refere o caput.

14. Assinaturas

Rio de Janeiro, na data da assinatura.

assinado eletronicamente
ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO
Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Brasília, na data da assinatura.

assinado eletronicamente
FERNANDA GIMENEZ MACHADO FAÉ
Diretora de Administração e Finanças substituta
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT



Documento assinado eletronicamente por **Dyogo da Rocha Capistrano, Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas**, em 25/06/2026, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24479317** e o código CRC **8B4A0A01**.



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A
CEP 70040-902
Brasília/DF |



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

MINUTA DE PORTARIA

A **Diretora de Administração e Finanças Substituta do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso XVIII do Artigo nº 175 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 39, de 17/11/2020, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 19/11/2020 do Conselho de Administração do DNIT, considerando o disposto no Manual de Termo de Execução Descentralizada do DNIT e no Manual de Diretrizes para Gestão, Fiscalização e Acompanhamento de Contratos Administrativos, bem como o constante nos autos do Processo Administrativo nº 50600.014353/2026-43, resolve o seguinte:

Art. 1º Fica designada a equipe de acompanhamento e fiscalização do Termo de Execução Descentralizada celebrado entre o DNIT e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objeto é a realização de turma de especialização *lato-sensu* do MBA em Governança para o Setor Público para os servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, lotados na Sede e Superintendências.

Gestor do Contrato	o servidor Dyogo da Rocha Capistrano , Matrícula SIAPE nº 1515685, Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes
Fiscal Titular	a servidora Joziellen da Silva Auteiro , Matrícula SIAPE nº 2139765, Técnico Administrativo
Fiscal Substituto (a)	a servidora Fernanda Agda Araújo , Matrícula nº 1035461, Técnico Administrativo

Art. 2º Os servidores designados no art. 1º executarão as funções de fiscalização, conforme previsão do Manual de Termo de Execução Descentralizada do DNIT.

Art. 3º Os servidores designados no art. 1º não terão dedicação exclusiva na fiscalização do Termo de Execução Descentralizada celebrado entre o DNIT e a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Art. 4º Esta Portaria entre em vigor na data da sua publicação.

FERNANDA GIMENEZ MACHADO FAÉ
Diretora de Administração e Finanças substituta



Documento assinado eletronicamente por **Dyogo da Rocha Capistrano**, **Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas**, em 25/06/2026, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24479343** e o código CRC **AE1B5E5C**.

Referência: Processo nº 50600.014353/2026-43

SEI nº 24479343



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A
CEP 70040-902
Brasília/DF |



Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Sede do DNIT em Brasília/DF
Diretoria de Administração e Finanças
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas

OFÍCIO Nº 113888/2026/CODEPES/CGGP/DAF/DNIT SEDE

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao Gabinete da Reitoria
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Rua Antônio Barros de Castro, 119 - Cidade Universitária
CEP: 21.941-853 - Rio de Janeiro/RJ

Assunto: Celebração de Termo de Execução Descentralizada - TED.

1. Por meio da Portaria nº 4.657, de 25 de setembro de 2024, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT instituiu a Comissão Temática do Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG, com a finalidade de analisar e definir as áreas temáticas dos cursos de pós-graduação a serem ofertados aos servidores da autarquia, bem como de auxiliar a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP na seleção das Instituições de Ensino Superior responsáveis pela oferta das vagas, de modo a assegurar o alinhamento das ações de capacitação às necessidades estratégicas do DNIT.
2. No exercício de suas atribuições, a comissão realizou reuniões de planejamento e levantamento de demandas das unidades do DNIT, a partir das quais foram identificados temas prioritários para a capacitação dos servidores. Nesse contexto, após a solicitação e análise de propostas encaminhadas por universidades, a comissão deliberou pela aprovação da proposta apresentada por essa universidade para a oferta do MBA em Governança no Setor Público, definindo que a temática de governança constituiria a segunda oferta de pós-graduação no âmbito do PIPG.
3. O referido curso está previsto para ser ofertado na modalidade remota, com a realização sob a responsabilidade da Faculdade de Administração e de Ciências Contábeis – FACC/UFRJ, contemplando conteúdos programáticos e metodologias compatíveis com a capacitação de servidores públicos e alinhados às demandas institucionais do DNIT.
4. Destaca-se que a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ já atuou como instituição executora da primeira contratação de pós-graduação do PIPG, voltada à temática de Gestão de Projetos para o Setor Público, experiência que contribuiu para a consolidação do modelo de capacitação adotado pelo programa e para o aprimoramento dos procedimentos internos relacionados à sua execução.
5. Diante do exposto, consultamos o interesse e a disponibilidade dessa universidade para a celebração de Termo de Execução Descentralizada – TED, instrumento jurídico regulamentado pelo Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, com vistas à execução conjunta das atividades relacionadas ao MBA em Governança no Setor Público, no âmbito do Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG.
6. A celebração do referido TED tem por objetivo viabilizar a capacitação de servidores da Sede e das Superintendências Regionais do DNIT, fortalecendo competências relacionadas à governança, gestão, controle, mitigação de riscos e tomada de decisão em consonância com os desafios institucionais decorrentes da complexidade e da abrangência nacional das atribuições desta autarquia.
7. Havendo concordância das partes, propõe-se o prosseguimento das tratativas necessárias à formalização da parceria, nos termos do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente
DYOGO DA ROCHA CAPISTRANO
Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas

Anexo	SEI nº
Portaria nº 4.657, de 25 de setembro de 2024	24477494



Documento assinado eletronicamente por **Dyogo da Rocha Capistrano, Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas**, em 23/04/2026, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24479739** e o código CRC **AEEA0959**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 50600.014353/2026-43

SEI nº 24479739



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A - Bairro
Asa Norte
CEP 70040-902
Brasília/DF |

NOTA TÉCNICA Nº: 40/2026/CODEPES/CGGP/DAF/DNIT SEDE

PROCESSO Nº: 50600.014353/2026-43

REFERÊNCIA: PESSOAL: CURSO PROMOVIDO POR OUTRA INSTITUIÇÃO

OBJETO: TED - PÓS GRADUAÇÃO COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ

1. OBJETO

1.1. Trata-se da execução, por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, de ações voltadas à elaboração, desenvolvimento e oferta do curso “MBA em Governança no Setor Público”, classificado como Pós-Graduação Lato Sensu, na modalidade remota (síncrona), a ser executado pela Faculdade de Administração e de Ciências Contábeis – FACC/UFRJ, com vistas à capacitação de servidores do DNIT e ao fortalecimento de competências institucionais, em alinhamento ao Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG, instituído pela Portaria DNIT nº 4.090, de 22 de agosto de 2024.

2. INTRODUÇÃO

2.1. A presente Nota Técnica tem por objetivo apresentar os fundamentos técnicos e institucionais que justificam a celebração de Termo de Execução Descentralizada – TED no âmbito do Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. A iniciativa decorre da necessidade de promover a capacitação contínua e o desenvolvimento profissional dos servidores desta Autarquia, reconhecendo-se a relevância da atualização e do aprofundamento de conhecimentos técnicos, científicos e gerenciais relacionados às atividades finalísticas e administrativas do DNIT.

2.2. Nesse contexto, a proposta do TED visa contribuir para o fortalecimento das competências essenciais ao adequado desempenho das atribuições institucionais, ampliando a capacidade analítica, crítica e decisória dos servidores, bem como fomentando a produção de estudos aplicados, pesquisas e análises de casos com potencial de aprimoramento dos processos organizacionais e do desempenho institucional do DNIT.

2.3. Ademais, a celebração do TED configura-se como instrumento estratégico de cooperação entre órgão e entidades da administração pública federal, ao possibilitar a formação de servidores com visão sistêmica e orientação estratégica, nos termos do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

2.4. Esta Nota Técnica fundamenta a proposição do Termo de Execução Descentralizada, evidenciando sua relevância para a capacitação permanente dos servidores e para o fortalecimento institucional do DNIT, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e do interesse público.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	Dyogo da Rocha Capistrano
Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas	Joziellen da Silva Auteiro

4. DA ANÁLISE TÉCNICA

4.1. Antes de expor os aspectos específicos relacionados à celebração de Termo de Execução Descentralizada – TED com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, por intermédio da Faculdade de Administração e de Ciências Contábeis – FACC, para a execução do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Governança no Setor Público, mostra-se necessário contextualizar os fundamentos institucionais e normativos que orientam o Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

4.2. A capacitação contínua de servidores constitui elemento essencial ao fortalecimento institucional e à melhoria da qualidade dos serviços públicos. Nesse sentido, o investimento em formação profissional contribui para o aprimoramento técnico e gerencial, promovendo maior eficiência administrativa e o fortalecimento de práticas de transparência, integridade e inovação na gestão pública.

4.3. Tal entendimento encontra respaldo na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que assegura ao servidor o direito à licença para capacitação, e no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, alterado pelo

Decreto nº 10.506, de 2 de outubro de 2020, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNDP.

4.4. No âmbito da PNDP, destaca-se o Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP, instrumento anual destinado a identificar necessidades institucionais e orientar ações de capacitação alinhadas às estratégias organizacionais.

4.5. Nesse cenário, o DNIT instituiu o Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG, por meio da Portaria DNIT nº 4.090, de 22 de agosto de 2024 (SEI nº 24477397), com o objetivo de promover o desenvolvimento contínuo dos servidores, apoiar a realização de cursos de pós-graduação e contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos da Autarquia.

4.6. A governança do PIPG foi aprimorada com a publicação da Portaria DNIT nº 4.657, de 25 de setembro de 2024 (SEI nº 24477494), que instituiu a Comissão Temática do Programa, responsável por analisar e definir, em nível estratégico, as áreas temáticas prioritárias e subsidiar tecnicamente a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP na implementação das ações de capacitação.

4.7. No exercício de suas atribuições, a Comissão Temática realizou reuniões de alinhamento, nas quais foram consolidadas as demandas apresentadas pelas Diretorias do DNIT, resultando na definição das áreas prioritárias para o desenvolvimento de competências institucionais, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Prioridades Temáticas do PIPG

Temática	JUSTIFICATIVA	STATUS DE ATENDIMENTO
Gestão de Projetos	Capacitação em gestão de projetos para planejar, monitorar e controlar projetos estratégicos, com ênfase em riscos e alta complexidade, considerando a atuação do DNIT em infraestrutura.	Em execução
Análise de Dados	Capacitar servidores para modernizar a gestão pública por meio de decisões ágeis e embasadas em dados, fortalecendo transparência e controle.	Integrada à temática de Governança, com atendimento parcial por meio do curso em contratação
Governança	Garantir administração eficiente, transparente e orientada a resultados, fortalecendo <i>compliance</i> , mitigação de riscos e melhoria contínua dos serviços públicos.	Em contratação

Fonte: Elaboração da CODEPES

Nota: O status de atendimento reflete o estágio de planejamento das ações no âmbito do PIPG, não implicando, por si só, contratação previamente formalizada.

4.8. Conforme consignado no Processo SEI nº 50600.024010/2025-14, especialmente no Ofício nº 430/2026/CODEPES/CGGP/DAF/DNIT, elaborado em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria (SEI nº 22735486), foram identificadas oportunidades de fortalecimento das práticas de governança, liderança, gestão de riscos e controles internos no âmbito do DNIT, com destaque para a necessidade de desenvolvimento contínuo das competências estratégicas dos gestores e servidores.

4.9. O referido documento ressalta a importância da implementação de ações de capacitação voltadas à governança, integridade, gestão de riscos, *compliance* e fortalecimento institucional, como instrumentos para a melhoria dos índices de maturidade organizacional aferidos pela Auditoria Interna.

4.10. Nesse contexto, a presente contratação de curso de pós-graduação em Governança no Setor Público mostra-se aderente às diretrizes institucionais de desenvolvimento de pessoas e às recomendações constantes do citado processo, contribuindo para o aprimoramento técnico dos servidores e para o fortalecimento da governança organizacional no âmbito do DNIT.

4.11. Cumpre destacar que a ordem de execução das ações de capacitação não necessariamente observa a sequência de priorização temática estabelecida, uma vez que a implementação das iniciativas, devidamente motivada nos autos, está condicionada a fatores de natureza técnica, orçamentária e operacional, tais como a maturidade das propostas, a disponibilidade de instituições aptas à execução e a viabilidade de instrução processual.

4.12. No caso concreto, a temática de Governança no Setor Público apresentou condições técnicas e

operacionais favoráveis para contratação no presente momento, em razão da disponibilidade de proposta aderente às necessidades institucionais e da capacidade de execução demonstrada por Instituição de Ensino Superior.

4.13. A definição do curso observou alinhamento entre as necessidades institucionais identificadas, as competências a serem desenvolvidas e a oferta acadêmica disponível, garantindo coerência entre a demanda institucional e a solução proposta.

4.14. Ressalte-se, ainda, o caráter transversal da governança, cujos princípios e práticas perpassam as diversas dimensões da gestão pública, incluindo planejamento, execução, monitoramento e controle, conferindo à temática papel estruturante no fortalecimento da capacidade institucional e na qualificação dos processos decisórios.

4.15. Nesse contexto, destaca-se que a temática de análise de dados, embora inicialmente prevista como ação específica no âmbito do PIPG, apresenta forte convergência e integração com a temática de governança no setor público, especialmente no que se refere ao aprimoramento da tomada de decisão, ao monitoramento de resultados e à avaliação de desempenho institucional.

4.16. A proposta do curso contempla, de forma integrada e aplicada, conteúdos relacionados à análise e uso estratégico de dados, notadamente por meio de abordagens voltadas à tomada de decisão baseada em evidências, métricas de avaliação de desempenho e gestão orientada a resultados, evidenciando que a solução proposta não apenas atende à temática de governança, mas também incorpora competências essenciais relacionadas à análise de dados.

4.17. Dessa forma, verifica-se que a contratação ora proposta contribui de maneira simultânea e complementar para o desenvolvimento de competências nas áreas de governança e de análise de dados, em consonância com as prioridades institucionais estabelecidas no âmbito do PIPG.

4.18. A escolha da Instituição de Ensino Superior responsável pela execução do curso pautou-se pela análise de critérios objetivos de aderência técnica ao objeto, compatibilidade metodológica, experiência na oferta de cursos voltados ao setor público e capacidade institucional de execução.

4.19. A proposta apresentada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, por meio da FACC, demonstrou alinhamento com os objetivos do PIPG, com as temáticas priorizadas pela Comissão Temática e com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP para a implementação das ações de capacitação, não tendo sido identificadas alternativas com grau equivalente de atendimento às necessidades institucionais no contexto da presente contratação.

4.20. Ressalte-se que a experiência institucional anterior da UFRJ no âmbito do PIPG não configura automatismo, preferência, exclusividade ou critério determinante para a escolha da instituição executora, constituindo-se apenas como elemento complementar de avaliação da capacidade institucional.

4.21. A adoção do Termo de Execução Descentralizada – TED mostra-se adequada à presente demanda, caracterizando hipótese de cooperação entre órgãos da administração pública federal para execução de atividade de interesse comum, com compartilhamento de competências institucionais, nos termos do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, revelando-se adequada sob a perspectiva jurídica, de eficiência administrativa e de aproveitamento de capacidades institucionais já existentes na Administração Pública Federal.

4.22. A utilização desse instrumento não caracteriza terceirização de mão de obra nem substituição de atividades típicas do DNIT, mas sim cooperação entre órgãos e entidades da administração pública federal para atendimento de interesse público comum.

4.23. Dessa forma, a escolha da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, por intermédio da Faculdade de Administração e de Ciências Contábeis – FACC, revela-se adequada para a execução do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Governança no Setor Público, atendendo às necessidades institucionais do DNIT e aos objetivos do Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG.

4.24. Destaca-se, por fim, que, no contexto da celebração de Termo de Execução Descentralizada, a definição da instituição executora não se orienta exclusivamente pelo critério de menor valor, mas pela avaliação do atendimento integral ao objeto, da qualidade da execução, da capacidade institucional e da efetividade dos resultados esperados, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Considerando que a última reunião da Comissão Temática do Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG ocorreu ao final do mês de novembro, as atividades de levantamento de mercado e prospecção de Instituições de Ensino Superior foram realizadas no período de dezembro de 2025 a março de 2026, de modo a viabilizar contatos institucionais e reuniões técnicas, tendo em vista o recesso acadêmico observado por grande parte das universidades no período de final de ano.

5.2. No âmbito das discussões realizadas pela Comissão Temática, restou consignado que a escolha da Instituição de Ensino Superior deveria recair sobre instituição de reconhecida excelência acadêmica e reputação institucional, capaz de oferecer formação de alto nível, alinhada às necessidades estratégicas do DNIT. Tal diretriz fundamentou-se na compreensão de que a implementação do PIPG representa iniciativa institucional relevante, demandando oferta educacional que conjugasse qualidade técnica, aderência ao setor público e capacidade de atender às demandas específicas da Autarquia.

5.3. Nesse contexto, *rankings* acadêmicos amplamente reconhecidos posicionam a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ como instituição de referência nacional e regional. No [*Times Higher Education – Latin America University Rankings 2026*](#), a UFRJ figura entre as quatro melhores universidades da América Latina, entre 223 instituições avaliadas. No [*QS World University Rankings – Latin America & Caribbean 2026*](#), a instituição aparece entre as cinco melhores da região. No cenário nacional, o [*Ranking Universitário da Folha – RUF 2025*](#) posiciona a UFRJ entre as cinco melhores universidades públicas do Brasil, evidenciando seu reconhecimento acadêmico e sua capacidade institucional.

5.4. Com base nessas informações, iniciaram-se as tratativas para solicitação de propostas junto às Instituições de Ensino Superior que, além do reconhecimento acadêmico, apresentassem potencial de atendimento às demandas específicas do DNIT. As solicitações encaminhadas às universidades partiram de requisitos mínimos previamente definidos pela Comissão Temática, a saber:

- oferta de turma *in company*, voltada exclusivamente a servidores do DNIT;
- atendimento a quantitativo estimado entre 20 (vinte) e 30 (trinta) servidores;
- possibilidade de adequação do conteúdo programático, de modo a contemplar demandas específicas do DNIT;
- realização das aulas em modalidade remota, com caráter integralmente síncrono;
- possibilidade de realização das atividades no intervalo entre 8h e 18h, considerando que o Programa não prevê, a princípio, afastamento dos servidores;
- desenvolvimento de trabalhos de conclusão aplicados à realidade institucional do DNIT, priorizando estudos, projetos ou soluções voltadas ao aprimoramento de processos internos.

5.5. Foram realizados contatos institucionais, por meio de correio eletrônico e reuniões virtuais, com universidades e outras instituições que ofertam cursos de pós-graduação voltados à Governança no Setor Público, temática definida como prioritária no contexto da presente contratação. As tratativas tiveram por objetivo identificar propostas capazes de atender, de forma abrangente, às demandas institucionais do DNIT, considerando requisitos técnicos, metodológicos, acadêmicos e orçamentários.

5.6. Nesse sentido, foram promovidas reuniões e tratativas com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e com a Fundação Getulio Vargas – FGV, visando detalhar as necessidades específicas do DNIT e avaliar a viabilidade de atendimento aos requisitos técnicos definidos pela Comissão. No caso da UFRJ, a pedido da coordenação do curso, foi realizada reunião por meio da plataforma *Microsoft Teams*, ocasião em que se reforçou a necessidade de que a proposta contemplasse conteúdos específicos relacionados à governança no setor público, abrangendo temas como controle, gestão de riscos, integridade, conformidade, tomada de decisão e fortalecimento institucional, bem como possibilitasse ajustes compatíveis com a realidade organizacional do DNIT. Procedimento semelhante foi adotado junto à FGV, oportunidade em que foram apresentadas as diretrizes gerais do Programa e as demandas institucionais da Autarquia.

5.7. Também foram realizadas tratativas com o Instituto de Ensino e Pesquisa – Insper, que apresentou proposta customizada ao DNIT, bem como com a Universidade de Brasília – UnB, por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Governança e Inovação em Políticas Públicas – PPG/GIPP/FACE/UnB, que encaminhou proposta para formação de turma exclusiva. Não obstante a qualidade técnica das propostas apresentadas por FGV, Insper e UnB, os valores globais indicados mostraram-se incompatíveis com a disponibilidade orçamentária do DNIT e com a estratégia institucional de ampliação do alcance das ações de

capacitação, uma vez que comprometeriam parcela significativa dos recursos destinados à formação de servidores.

5.8. No que se refere à Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, foi apresentada proposta para a oferta de curso de pós-graduação com carga horária total de 390 horas, contemplando possibilidade de ajustes na matriz curricular. A proposta foi devidamente analisada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP. Embora o valor global apresentado fosse inferior ao de outras propostas recebidas, a análise técnica evidenciou que a estrutura metodológica e o conteúdo programático não atendiam de forma integral às necessidades institucionais do DNIT, especialmente quanto ao aprofundamento específico em governança no setor público e à aderência plena às demandas estratégicas mapeadas.

5.9. Ressalte-se que, no âmbito da celebração de Termo de Execução Descentralizada – TED, a seleção da instituição executora não se orienta exclusivamente pelo critério de menor valor, mas pela avaliação do atendimento integral ao objeto, da qualidade técnica da proposta, da capacidade de customização à realidade institucional e da efetividade dos resultados esperados. Assim, embora economicamente mais vantajosa sob o aspecto financeiro, a proposta apresentada pela UFPE não foi selecionada.

5.10. Adicionalmente, destaca-se que a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ configura-se como instituição pública de ensino superior de reconhecida excelência acadêmica, com presença recorrente em rankings nacionais e internacionais amplamente difundidos. Tal reconhecimento reflete a solidez de sua atuação nos eixos de ensino, pesquisa e extensão, bem como a qualificação de seu corpo docente e sua experiência na oferta de cursos de pós-graduação, inclusive aqueles voltados à administração pública, aspectos que reforçam a adequação da proposta apresentada ao objeto pretendido.

5.11. Destaca-se, ainda, que a proposta apresentada pela UFRJ contempla corpo docente de elevada qualificação acadêmica, composto integralmente por professores com titulação em nível de doutorado, conforme documentação constante dos autos, o que reforça a consistência acadêmica da formação ofertada e a capacidade de execução do objeto.

5.12. Diante do conjunto de informações levantadas, das propostas recebidas e da análise comparativa de aderência técnica aos requisitos estabelecidos, concluiu-se que a proposta apresentada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ apresenta elevado grau de aderência às necessidades institucionais identificadas no DNIT, especialmente no que se refere à adequação do conteúdo programático à temática de governança, à oferta de turma exclusiva, à compatibilidade metodológica com o público-alvo e à capacidade institucional para execução do objeto.

5.13. Para fins de transparência, os valores das propostas recebidas encontram-se consolidados na Tabela 2, apresentada na sequência.

Tabela 2

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	PROPOSTA RECEBIDA	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (R\$)
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	SIM	R\$ 547.058,82
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	SIM	R\$ 275.400,00
Universidade de Brasília - Unb	SIM	R\$ 1.591.300,00
Instituto de Ensino e Pesquisa - Insper	SIM	R\$ 2.216.500,00
Fundação Getulio Vargas - FGV	SIM	R\$ 1.209.600,00

Fonte: Elaboração da CODEPES

5.14. Após a consolidação das informações constantes da Tabela 2, bem como das reuniões técnicas realizadas com as instituições consultadas e com a Comissão Temática do PIPG, procedeu-se à análise detalhada do conteúdo programático apresentado na proposta da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, considerando as demandas institucionais identificadas no Levantamento de Necessidades de Capacitação – LNC, as contribuições técnicas da CGGP e as manifestações da Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP.

5.15. A análise evidenciou que a proposta da UFRJ apresenta aderência consistente à temática de Governança no Setor Público, bem como compatibilidade com as atribuições institucionais do DNIT e com o perfil do público-alvo a ser capacitado. Registre-se que eventuais ajustes de conteúdo, aprofundamentos

temáticos ou adequações metodológicas não foram formalmente pactuados nesta fase, devendo ser tratados oportunamente no âmbito do Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada, em consonância com as diretrizes institucionais e mediante anuência da instituição executora.

5.16. Nesse sentido, a Comissão Temática do Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG, em conjunto com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP, deliberou pela aprovação da proposta apresentada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e pelo prosseguimento dos trâmites necessários à celebração do Termo de Execução Descentralizada, nos termos da legislação vigente.

6. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

6.1. No que tange, a execução da demanda apresentada depende da descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada, conforme estipulado no [Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020](#), que dispõe:

Art. 3º A descentralização de créditos orçamentários de que trata este Decreto será motivada e terá as seguintes finalidades:

I - execução de programas, de projetos e de atividades de interesse recíproco, em regime de colaboração mútua; (grifo nosso)

II - execução de atividades específicas pela unidade descentralizada em benefício da unidade descentralizadora; ou (grifo nosso)

III - ressarcimento de despesas.

§ 1º As descentralizações de crédito de que tratam os incisos I e II do caput serão realizadas por meio da celebração de TED.

§ 2º É vedada a descentralização de créditos para pagamentos decorrentes de sentenças judiciais, nos termos do disposto no art. 100 da Constituição.

6.2. Conforme artigo 12 do [Decreto nº 10.426, de 2020](#), na celebração de TED que utilize os modelos padronizados fica facultada a dispensa de análise jurídica, *in verbis*:

Art. 12. Na celebração de TED que utilize os modelos padroniza **dos de que trata o art. 25 fica facultada a dispensa de análise jurídica. (grifo nosso)**

Art. 25. A Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia manterá atualizados na Plataforma + Brasil os seguintes modelos de documentos:

I - minuta padrão do TED;

II - plano de trabalho; e

III - relatório de cumprimento do objeto.

Parágrafo único. Os modelos de que trata o **caput** serão previamente examinados e aprovados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução proposta para atendimento da demanda identificada consiste na execução de ação de capacitação por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, a ser celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com vistas à oferta de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Governança no Setor Público, no âmbito do Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG.

7.2. A adoção do instrumento TED mostra-se adequada à presente demanda, uma vez que se trata de ação de interesse recíproco, compatível com as competências acadêmicas da instituição executora e voltada ao fortalecimento das capacidades institucionais do DNIT, não configurando terceirização de mão de obra nem contratação de serviços típicos.

7.3. De forma geral, a implementação da solução compreenderá a publicação de edital interno de seleção de servidores, sob responsabilidade da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas – CODEPES, em articulação com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP, observadas as diretrizes institucionais do PIPG. O edital disciplinará o público-alvo, os critérios de participação, as condições de elegibilidade e demais informações necessárias à seleção dos servidores interessados.

7.4. Concluída a etapa de seleção, caberá à Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, por

intermédio da Faculdade de Administração e de Ciências Contábeis – FACC, a execução da ação de capacitação, observadas as condições pactuadas no Termo de Execução Descentralizada e no respectivo Plano de Trabalho, incluindo a condução das atividades acadêmicas, a disponibilização de corpo docente qualificado e a adoção de metodologias de ensino compatíveis com a formação de servidores públicos.

7.5. No que se refere ao conteúdo programático, a proposta apresentada pela UFRJ contempla disciplinas alinhadas à temática de Governança no Setor Público, estruturadas de forma interdisciplinar e voltadas à aplicação prática dos conhecimentos na administração pública. Dentre as disciplinas previstas na proposta, destacam-se:

- Fundamentos de Governança no Setor Público;
- Fundamentos da Administração Pública;
- Governança em Gestão de Pessoas;
- Ética no Setor Público;
- LGPD e Direito à Informação;
- Governança e Responsabilidade Socioambiental;
- Controladoria e Contabilidade Pública;
- Compras e Prestação de Serviços no Setor Público;
- Políticas Públicas e Governança;
- Tomada de Decisão com Base em Dados;
- Métricas de Avaliação de Desempenho;
- Gestão da Inovação;
- Inteligência Artificial aplicada à Gestão Pública;
- Gerenciamento de Crises;
- Tópicos Avançados em Governança no Setor Público (I, II e III);
- Seminários e atividades aplicadas à realidade institucional.

7.6. Ressalte-se que a relação de disciplinas acima possui caráter meramente referencial, tendo por finalidade demonstrar a aderência da proposta à temática de Governança no Setor Público e às necessidades institucionais do DNIT. A definição detalhada da matriz curricular, bem como eventuais ajustes de conteúdo, carga horária ou abordagem temática, será objeto de pactuação específica no âmbito do Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada, mediante anuência da instituição executora.

7.7. No que se refere à metodologia de ensino-aprendizagem, a proposta da UFRJ contempla abordagens contemporâneas amplamente utilizadas em cursos de pós-graduação voltados ao setor público, tais como aprendizagem baseada em problemas, estudos de caso, aprendizagem entre pares e aprendizagem baseada em projetos, favorecendo a análise crítica e a aplicação prática dos conhecimentos à realidade institucional do DNIT.

7.8. A seleção dos servidores participantes será realizada por meio de edital público interno, assegurados os princípios da impessoalidade, isonomia e transparência. Caso o número de interessados supere o quantitativo de vagas disponíveis, poderão ser adotados critérios objetivos de seleção, conforme previsto no edital, observadas as normas institucionais do PIPG.

7.9. Por fim, registra-se que os aspectos operacionais detalhados da execução, tais como cronograma específico, distribuição de carga horária, critérios acadêmicos e demais condições do curso, serão oportunamente definidos e formalizados no Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada, em consonância com as diretrizes institucionais do DNIT e mediante anuência da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1. Referente ao cálculo do investimento necessário para implementação do programa, elaborou-se as tabelas abaixo, também de acordo com a proposta encaminhada pela UFRJ, contendo os cálculos e cronograma físico do projeto, conforme detalhado abaixo:

Tabela 3: Receita

TIPO	DESCRIÇÃO	VALOR	QNT	CRÉDITO
Contrato	Valor total do curso	R\$ 20.261,44	27	R\$ 547.058,82

Fonte: Elaboração UFRJ

Tabela 4: Repasse

TIPO	DESCRIÇÃO	VALOR
Unidade		
Fundação de Apoio	15,00%	R\$ 82.058,82

Fonte: Elaboração UFRJ

Tabela 5: Despesas

DESCRIÇÃO	VALOR
Coordenação	R\$ 48.000,00
Vice-Coordenação	R\$ 48.000,00
Gerente Acadêmico	R\$ 48.000,00
Secretária de Apoio	R\$ 36.000,00
Hora de Aulas - Docentes UFRJ	R\$ 90.000,00
Encargos patronais, coordenação, docentes e apoio	R\$ 67.500,00
Orientação e Banca de Monografia	R\$ 67.500,00
Aquisição de equipamentos e acessórios para teletransmissão (computadores, mesas digitalizadoras)	R\$ 60.000,00
TOTAL:	R\$ 465.000,00

Fonte: Elaboração UFRJ

Tabela 6: Cronograma Físico do Projeto

METAS	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INÍCIO	FIM
META 1	Seleção de Alunos e Aulas das Disciplinas do Módulo I						
	Coordenação	1	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	JULHO DE 2026	JUNHO DE 2027
	Vice-Coordenação	1	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	JULHO DE 2026	JUNHO DE 2027
	Gerente Acadêmico	1	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	JULHO DE 2026	JUNHO DE 2027
	Secretária Coordenação	1	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00	JULHO DE 2026	JUNHO DE 2027
	Encargos Coordenação	3	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00	JULHO DE 2026	JUNHO DE 2027

	Aulas	1	180	R\$ 250,00	R\$ 45.000,00	JULHO DE 2026	JUNHO DE 2027
	Encargos Professores	1	180	R\$ 50,00	R\$ 9.000,00	JULHO DE 2026	JUNHO DE 2027
	Equipamentos e Acessórios	1	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	JULHO DE 2026	JUNHO DE 2027
	Total Meta 1	1	1		R\$ 192.000,00		
PRODUTO	Alunos com declaração de participação - Módulo I e II						
META 2	Aulas das Disciplinas Módulo II e TECC						
	Coordenação	1	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	JULHO DE 2027	JUNHO DE 2028
	Vice-Coordenação	1	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	JULHO DE 2027	JUNHO DE 2028
	Gerente Acadêmico	1	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	JULHO DE 2027	JUNHO DE 2028
	Secretária Coordenação	1	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00	JULHO DE 2027	JUNHO DE 2028
	Encargos Coordenação	3	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00	JULHO DE 2027	JUNHO DE 2028
	Aulas	1	180	R\$ 250,00	R\$ 45.000,00	JULHO DE 2027	JUNHO DE 2028
	Encargos Professores	1	180	R\$ 50,00	R\$ 9.000,00	JULHO DE 2027	JUNHO DE 2028
	ORIENTAÇÕES + BANCAS DE TCC	1	27	R\$ 2.500,00	R\$ 67.500,00		
	Encargos Banca + TCC	1	27	R\$ 500,00	R\$ 13.500,00		
	Equipamentos e Acessórios	1	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	JULHO DE 2027	JUNHO DE 2028

	Total Meta 2	1	1		R\$ 273.000,00		
PRODUTO	Alunos com declarações de participação - Módulo I e II						
TOTAL METAS					R\$ 465.000,00		
CUSTOS INDIRETOS					R\$ 82.058,82		
TOTAL					R\$ 547.058,82		

Fonte: Elaboração UFRJ

8.2. Salienta-se que os valores considerados no presente processo têm como referência aqueles constantes da proposta da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (SEI nº 24479227) e do Plano de Trabalho (SEI nº 24479280), sendo eventuais ajustes condicionados à formalização específica no âmbito do Termo de Execução Descentralizada, observados os limites legais e orçamentários vigentes.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação, para o período correspondente a três períodos letivos, é de R\$ 547.058,82 (quinhentos e quarenta e sete mil e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), apurado com base nos valores constantes da proposta da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e do Plano de Trabalho, observados os limites legais e orçamentários, com início previsto para o segundo semestre de 2026 e término no primeiro semestre de 2028.

Cronograma de Desembolso

Ano/Período	Valor por ano
Julho de 2026	R\$ 225.882,35
Junho de 2027	R\$ 321.176,47

9.2. As despesas decorrentes do presente TED correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

9.2.1. **UGR:** 393003

9.2.2. **PTRES:** 173962

9.2.3. **PROGRAMA DE TRABALHO:** 26.122.0032.2000.0001 - administração da unidade

9.2.4. **Natureza da despesa:** 33.90.39

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. A solução proposta não comporta parcelamento, tendo em vista que a execução do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Governança no Setor Público pressupõe unidade pedagógica, metodológica e administrativa, a ser assegurada por uma única instituição executora ao longo de todo o período de realização do curso.

10.2. A eventual divisão da execução entre diferentes instituições comprometeria a coerência do projeto pedagógico, a integração entre os conteúdos programáticos, a padronização das metodologias de ensino-aprendizagem e a continuidade do acompanhamento acadêmico dos servidores participantes, aspectos essenciais para o alcance dos objetivos institucionais pretendidos.

10.3. Ademais, a execução integral pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, instituição selecionada com base em critérios técnicos e institucionais previamente definidos, assegura a adequada articulação entre planejamento, execução e avaliação da ação de capacitação, bem como a responsabilização

única pela condução das atividades acadêmicas, em consonância com o instrumento Termo de Execução Descentralizada – TED.

10.4. Registre-se, ainda, que a UFRJ demonstrou capacidade institucional, acadêmica e operacional para executar a totalidade do objeto proposto, o que afasta a necessidade de fracionamento da solução e contribui para a mitigação de riscos relacionados à execução, ao controle e ao acompanhamento da ação de capacitação.

10.5. Dessa forma, a opção pela não divisão da solução mostra-se tecnicamente adequada e alinhada aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público, garantindo a efetividade dos resultados esperados pelo DNIT.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A presente aquisição está alinhada ao [Planejamento Estratégico 2023-2027](#) desta Autarquia, sobretudo no tocante ao objetivo OE12:

“Valorizar pessoas e desenvolver as competências com foco no desempenho institucional”.

11.2. Por fim, ratifica-se que a presente demanda decorre de fato previsível e encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, ainda em vias de publicação, cuja descrição é a seguinte:

"Contratação de diversos agentes (empresas, servidores, órgãos públicos, etc...) para capacitação de servidores da Autarquia."

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. A implementação da ação de capacitação por meio do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Governança no Setor Público, a ser executado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, tem como resultado pretendido o fortalecimento das capacidades institucionais do DNIT, por meio do desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais alinhadas às atribuições da Autarquia.

12.2. Espera-se que a qualificação dos servidores contribua para o aprimoramento das práticas de governança, gestão, controle, integridade e tomada de decisão, promovendo maior eficiência na execução das atividades institucionais e no uso dos recursos públicos. A formação em nível de pós-graduação possibilita a incorporação de metodologias contemporâneas, estudos de caso aplicados ao setor público e abordagens analíticas que favorecem decisões mais consistentes, fundamentadas e alinhadas ao interesse público.

12.3. A ação de capacitação também visa ampliar a capacidade do DNIT de planejar, monitorar e avaliar políticas, programas e processos internos, reduzindo riscos operacionais e fortalecendo mecanismos de accountability e transparência. O acesso a conhecimentos atualizados e a boas práticas de governança pública contribui para a melhoria contínua dos processos organizacionais e para a elevação do desempenho institucional.

12.4. Adicionalmente, o investimento no desenvolvimento dos servidores, no âmbito do Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG, reforça a valorização do capital humano, favorecendo o engajamento, a retenção de talentos e a consolidação de uma cultura organizacional orientada a resultados, inovação e melhoria contínua.

12.5. Dessa forma, os resultados pretendidos com a presente contratação refletem-se no aperfeiçoamento da gestão pública, no fortalecimento da atuação institucional do DNIT e na melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

13.1. Para o regular prosseguimento do feito, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas:

- I - Aprovação da presente Nota Técnica, como instrumento de motivação e fundamentação da solução proposta;
- II - Aprovação da minuta do Plano de Trabalho, a ser pactuado entre o DNIT e a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ;
- III - Aprovação da minuta do Termo de Execução Descentralizada – TED, nos termos da legislação vigente;
- IV - Submissão do processo à apreciação da Diretoria Colegiada, para deliberação

quanto à celebração do TED;

V - Publicação da Portaria de designação do(s) fiscal(is) do Termo de Execução Descentralizada;

VI - Cadastro do TED nos sistemas corporativos competentes, incluindo SIPROD, SIAFI e Plataforma +Brasil, após a sua formalização; e

VII - Encaminhamento do processo à Auditoria Interna, para manifestação prévia ao primeiro repasse financeiro, conforme os normativos aplicáveis.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A presente ação de capacitação, a ser executada por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, não gera impactos ambientais diretos significativos, tendo em vista que se trata de curso de pós-graduação ofertado predominantemente na modalidade remota, o que contribui para a redução de deslocamentos, consumo de combustíveis e emissão de gases de efeito estufa.

14.2. Ademais, a execução da ação observa os princípios da sustentabilidade ambiental, ao privilegiar o uso de tecnologias digitais, ambientes virtuais de aprendizagem e recursos eletrônicos, reduzindo a necessidade de materiais físicos e impressos.

14.3. Dessa forma, a solução proposta encontra-se alinhada às diretrizes de responsabilidade socioambiental da Administração Pública, contribuindo para práticas mais sustentáveis e para a racionalização do uso de recursos, sem prejuízo ao alcance dos objetivos institucionais do DNIT.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Com base nos elementos técnicos, administrativos e institucionais analisados ao longo da presente Nota Técnica, declara-se a viabilidade da contratação nos moldes pretendidos, considerando-se, inclusive, a análise de riscos realizada e a adequação da solução proposta às necessidades do DNIT.

15.2. Os demais termos, condições e critérios necessários à execução da contratação serão oportunamente consolidados no Plano de Trabalho e no Termo de Execução Descentralizada – TED, para apreciação quanto à conveniência e à oportunidade pela autoridade competente.

15.3. Por fim, esta equipe de planejamento entende não ser necessária a classificação do presente processo como sigiloso, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, tendo em vista a inexistência de informações protegidas por sigilo legal.

16. CONCLUSÃO

16.1. Realizada, dessa forma, a instrução processual, com observância aos requisitos legais e normativos aplicáveis às ações de desenvolvimento de pessoas no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas – CODEPES apresenta a minuta do Termo de Execução Descentralizada – TED e a minuta do Plano de Trabalho (SEI nº 24479280), referentes à execução do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Governança no Setor Público, no âmbito do Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG.

16.2. Os referidos instrumentos refletem as condições técnicas, administrativas e orçamentárias analisadas ao longo da presente Nota Técnica, motivo pelo qual se sugere o encaminhamento do processo à Diretoria de Administração e Finanças, para análise, e, posteriormente, à Diretoria Colegiada, para deliberação, considerando o valor global da contratação e as condições aqui expostas.

16.3. Registre-se que as minutas do Termo de Execução Descentralizada e do Plano de Trabalho adotam os modelos padronizados disponibilizados na Plataforma +Brasil, previamente examinados e aprovados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, motivo pelo qual, nos termos do art. 12 do [Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020](#), fica facultada a dispensa de análise jurídica, ressalvada a prerrogativa da Administração de submeter o processo à consultoria jurídica, caso entenda necessário.

16.4. Posto isso, sugere-se o encaminhamento à Diretoria de Administração e Finanças para avaliação, estando de acordo, que os autos evoluam à Diretoria Colegiada.

Respeitosamente,

assinado eletronicamente
JOZIELLEN DA SILVA AUTEIRO

Ciente e de acordo. Encaminhe-se à Diretoria de Administração e Finanças nos termos acima.

Respeitosamente,

assinado eletronicamente
DYOGO DA ROCHA CAPISTRANO
Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas

Brasília/DF, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Joziellen da Silva Auteiro, Coordenador de Desenvolvimento de Pessoas**, em 22/06/2026, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dyogo da Rocha Capistrano, Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas**, em 23/06/2026, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24479747** e o código CRC **CD43E828**.

Referência: Processo nº 50600.014353/2026-43

SEI nº 24479747



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A
CEP 70040-902
Brasília/DF |

Despacho / DNIT SEDE/DAF/SAA - DAF

Processo nº 50600.014353/2026-43

À Coordenação de Gestão Orçamentária/CGOF

Assunto: **Termo de Execução Descentralizada (TED).**

1. Trata-se de proposição para formalização do Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, cujo objeto trata-se de ações voltadas à elaboração, desenvolvimento e oferta do curso “MBA em Governança no Setor Público”, classificado como Pós-Graduação Lato Sensu, na modalidade remota (síncrona), a ser executado pela Faculdade de Administração e de Ciências Contábeis – FACC/UFRJ, com vistas à capacitação de servidores do DNIT e ao fortalecimento de competências institucionais, em alinhamento ao Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG, instituído pela Portaria DNIT nº 4.090, de 22 de agosto de 2024, no valor, para o presente exercício, de R\$ 547.058,82 (quinhentos e quarenta e sete mil e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos).

2. Por oportuno, informo que o custo estimado total da contratação é de R\$ 547.058,82 (quinhentos e quarenta e sete mil e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), apurado com base nos valores constantes da proposta da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e do Plano de Trabalho, observados os limites legais e orçamentários, com início previsto para o segundo semestre de 2026 e término no primeiro semestre de 2028.

Cronograma de Desembolso

Ano/Período	Valor por ano
Julho de 2026	R\$ 225.882,35
Junho de 2027	R\$ 321.176,47

3. Ante o exposto, em atendimento à Lei Complementar nº 101/2000, que veda a criação de despesas sem a certeza da existência dos respectivos créditos orçamentários e diante das informações apresentadas pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, mediante a Nota Técnica 40 (24479747), de ordem da Diretora de Administração e Finanças solicito informar se há disponibilidade de recursos orçamentários neste exercício, no Programa de Trabalho 26.122.0032.2000.0001 – Administração da Unidade, para atender as despesas estimadas com a contratação em referência.

4. Em decorrência da necessidade das **declarações de disponibilidade orçamentária** exigidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, solicito a **emissão** da referida documentação.

Atenciosamente,

JANAÍNA PEREIRA DE BRITO
Assessora Técnica

Brasília/DF, na data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Janaína Pereira de Brito, Assessora Técnica**, em 26/06/2026, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25192766** e o código CRC **40D508F9**.

Referência: Processo nº 50600.014353/2026-43

SEI nº 25192766

DNIT
DEPARTAMENTO
NACIONAL DE
INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A
CEP 70040-902
Brasília/DF | (061) 3315-4201



DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Processo Nº: 50600.014353/2026-43

Declaração Nº: 2026/0178

UF: DISTRITO FEDERAL

Serviço:

Formalização do Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, cujo objeto trata-se de ações voltadas à elaboração, desenvolvimento e oferta do curso “MBA em Governança no Setor Público”, classificado como Pós-Graduação Lato Sensu, na modalidade remota (síncrona). Declaração referente às despesas no exercício 2026.

CONTRATO:

FAVORECIDO: UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Execução de Saldo da(s) Rubrica(s) Orçamentária(s)

Atualização: 26/06/2026

Funcional	Descrição da Ação	Dotação 2026	Empenhado	Declarado
26.122.0032.2000.0001 PO: 0001 RP: 2	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	R\$ 378.909.520	R\$ 3.144.960,44	R\$ 225.882,35

A despesa acima prevista tem adequação orçamentária com a Lei nº 15.346, de 14 de janeiro de 2026 e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (Lei nº 15.321, de 31/12/2025).

Vale ressaltar que os empenhos a serem realizados, bem como os cumprimentos dos desembolsos financeiros no decorrer da obra/serviço, dependerão da liberação de limite para movimentação, empenho e pagamento.

A(o) Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

De acordo com as informações acima, encaminho o processo junto com a Declaração Exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 15 a 17) para análise e posterior prosseguimento.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Gimenez Machado Fae, Diretora de Administração e Finanças-Substituta**, em 26/06/2026, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25200902** e o código CRC **45ED0794**.

Referência: Processo nº 50600.014353/2026-43

SEI nº 25200902



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A
CEP 70040-902
Brasília/DF |



DECLARAÇÃO EXIGIDA NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (Art. 15 a 17)

Processo Nº: 50600.014353/2026-43

Declaração Nº: 2026/0178

UF: DISTRITO FEDERAL

Serviço:

Formalização do Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, cujo objeto trata-se de ações voltadas à elaboração, desenvolvimento e oferta do curso “MBA em Governança no Setor Público”, classificado como Pós-Graduação Lato Sensu, na modalidade remota (síncrona). Declaração referente às despesas no exercício 2026.

CONTRATO:

FAVORECIDO: UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Execução de Saldo da(s) Rubrica(s) Orçamentária(s)

Atualização: 26/06/2026

Funcional	Descrição da Ação	Dotação 2026	Empenhado	Declarado
26.122.0032.2000.0001 PO: 0001 RP: 2	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	R\$ 378.909.520	R\$ 3.144.960,44	R\$ 225.882,35

Compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA 2024-2027 (Lei nº 14.802/2024)

Considerando a exigência contida na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101/2000 - Art. 15 a 17), declaro, para efeitos legais, a existência de recursos na Lei nº 15.346 de 14 de janeiro de 2026 e sua compatibilidade com a Lei nº 15.321/2025 (LDO 2026) para atender a presente solicitação, com base na Declaração do(a) Senhor(a) Diretor(a) setorial responsável.

Dessa forma, autorizo o prosseguimento do presente processo e que sua aprovação seja condicionada ao atendimento da indicação do destaque orçamentário, da fonte e do respectivo valor e, ainda, a sua efetiva contratação no momento apropriado.

ORDENADOR DE DESPESA



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Roberto Perim, Ordenador de Despesas**, em 30/06/2026, às 08:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25200906** e o código CRC **5C8A3CAB**.

Referência: Processo nº 50600.014353/2026-43

SEI nº 25200906



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A
CEP 70040-902
Brasília/DF |

Despacho / DNIT SEDE/DAF/CGOF/CGOR

Processo nº 50600.014353/2026-43

À Coordenação Geral de Orçamento e Finanças.

1. Trata o presente processo de proposição para formalização do Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, cujo objeto trata-se de ações voltadas à elaboração, desenvolvimento e oferta do curso “MBA em Governança no Setor Público”, classificado como Pós-Graduação Lato Sensu, na modalidade remota (síncrona), a ser executado pela Faculdade de Administração e de Ciências Contábeis – FACC/UFRJ, com vistas à capacitação de servidores do DNIT e ao fortalecimento de competências institucionais, em alinhamento ao Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG, instituído pela Portaria DNIT nº 4.090, de 22 de agosto de 2024, no valor, para o presente exercício, de R\$ 547.058,82 (quinhentos e quarenta e sete mil e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos).

2. Assim, conforme solicitado no Despacho (DNIT) (25192766), encaminhamos as Declarações de existência de recursos orçamentários (25200902) e a exigida na LRF (25200906) devidamente assinadas para providências.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)

MAURÍCIO ANTONIO DE SOUSA ASSUNÇÃO
Coordenador de Gestão Orçamentária

Brasília/DF, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Antônio de Sousa Assuncao, Coordenador de Gestão Orçamentária**, em 30/06/2026, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25200908** e o código CRC **4014014B**.

Referência: Processo nº 50600.014353/2026-43

SEI nº 25200908

Despacho / DNIT SEDE/DAF/CGOF

Processo nº 50600.014353/2026-43

À Diretoria de Administração e Finanças

1. Adotadas as medidas cabíveis no âmbito da Coordenação de Gestão Orçamentária, conforme Despacho / DNIT SEDE/DAF/CGOF/CGOR (25200908) relativas à emissão das Declarações de existência de recursos orçamentários (25200902) e a exigida em cumprimento à LRF (25200906), solicita-se o envio do feito à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas para os ulteriores fins.

(assinado eletronicamente)

ADRIANE BRAZ DAS NEVES OLIVEIRA

Coordenadora-Geral de Orçamento e Finanças substituta

Brasília/DF, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Adriane Braz das Neves Oliveira, Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças substituto(a)**, em 30/06/2026, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25223564** e o código CRC **D9AF0294**.

Referência: Processo nº 50600.014353/2026-43

SEI nº 25223564



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A
CEP 70040-902
Brasília/DF | (061) 3315-4210

Relato Nº. 68/2026/ SAA - DAF/DAF/DNIT SEDE

À Diretoria Colegiada,

1. OBJETO DO RELATO

AUTORIZAÇÃO para formalização do Termo de Execução Descentralizada – TED, celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, de ações voltadas à elaboração, desenvolvimento e oferta do curso **“MBA em Governança no Setor Público”, classificado como Pós-Graduação Lato Sensu, na modalidade remota (síncrona)**, a ser executado pela Faculdade de Administração e de Ciências Contábeis – FACC/UFRJ, com vistas à capacitação de servidores do DNIT e ao fortalecimento de competências institucionais, em alinhamento ao Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG, instituído pela Portaria DNIT nº 4.090, de 22 de agosto de 2024.

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Órgão:	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, por intermédio da Faculdade de Administração e de Ciências Contábeis (FACC).
Objeto:	Prestação de serviços especializados de elaboração e desenvolvimento de curso “MBA em Governança no Setor Público”, classificado como Pós-Graduação Lato Sensu, na modalidade remota (síncrona) , a ser executado pela Faculdade de Administração e de Ciências Contábeis – FACC/UFRJ, com vistas à capacitação de servidores do DNIT e ao fortalecimento de competências institucionais, em alinhamento ao Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG, instituído pela Portaria DNIT nº 4.090, de 22 de agosto de 2024.
Valor total estimado da contratação:	R\$ 547.058,82 (quinhentos e quarenta e sete mil e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos)
Fundamento legal:	Artigos 3º, 12 e 25 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020; Decreto nº 9.991/2019, alterado pelo Decreto nº 10.506/2020; Portaria DNIT nº 4.090, de 22 de agosto de 2024; Portaria DNIT nº 4.657, de 25 de setembro de 2024; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

3. DA MOTIVAÇÃO DO RELATO

O presente Relato tem por finalidade submeter à apreciação da Diretoria Colegiada a proposta de celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED) entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por intermédio da Faculdade de Administração e de Ciências Contábeis (FACC), para a execução do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* **MBA em Governança no Setor Público**, no âmbito do Programa de Incentivo à Pós-Graduação (PIPG), instituído pela Portaria DNIT nº 4.090, de 22 de agosto de 2024.

A iniciativa decorre da necessidade institucional de fortalecer competências técnicas, gerenciais e estratégicas relacionadas à governança pública, gestão de riscos, integridade, conformidade, controles internos, tomada de decisão baseada em evidências e gestão orientada a resultados. A proposta está alinhada às diretrizes do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, às prioridades temáticas definidas pela Comissão Temática do PIPG e ao Objetivo Estratégico OE12 do Planejamento Estratégico 2023–2027 do DNIT, voltado à valorização das pessoas e ao desenvolvimento de competências com foco no

desempenho institucional.

A demanda encontra respaldo, ainda, nas oportunidades de aprimoramento identificadas no Processo SEI nº 50600.024010/2025-14, especialmente quanto ao fortalecimento das práticas de governança, liderança, gestão de riscos e controles internos da Autarquia. Sob essa perspectiva, a capacitação proposta não se restringe ao desenvolvimento individual dos servidores participantes, mas constitui ação estruturante para o aperfeiçoamento da gestão institucional, com potencial para qualificar processos decisórios, fortalecer mecanismos de controle, ampliar a transparência, prevenir riscos e elevar o desempenho organizacional.

A solução foi concebida especificamente para atender às necessidades do DNIT, prevendo turma exclusiva para aproximadamente **27 servidores**, aulas remotas síncronas e desenvolvimento de trabalhos acadêmicos aplicados à realidade institucional da Autarquia. O conteúdo programático contempla temas diretamente relacionados aos desafios contemporâneos da Administração Pública, como governança, gestão de riscos, ética, controles internos, compras públicas, políticas públicas, análise de dados, métricas de desempenho, inovação, inteligência artificial aplicada à gestão pública e gerenciamento de crises. Os participantes serão selecionados por meio de edital público interno, observados os princípios da impessoalidade, da isonomia e da transparência, conforme previsto na Nota Técnica que instrui o processo (SEI nº 24479747).

A escolha da UFRJ foi precedida de levantamento de mercado e de análise comparativa das propostas apresentadas por cinco instituições de ensino superior, considerando critérios como aderência técnica ao objeto, qualidade acadêmica, experiência na formação de agentes públicos, possibilidade de customização da solução, oferta de turma exclusiva, qualificação do corpo docente, capacidade institucional de execução e compatibilidade orçamentária. Conforme consignado na Nota Técnica nº 40/2026/CODEPES/CGGP/DAF/DNIT SEDE (SEI nº 24479747), a proposta da UFRJ (24479227) apresentou o maior grau de aderência às necessidades institucionais identificadas pelo DNIT.

A seleção da instituição executora não se fundamentou exclusivamente no critério de menor preço, mas na avaliação da solução que melhor atendesse ao interesse público. Embora tenha sido apresentada proposta de menor valor, a análise técnica concluiu que ela não contemplava, de forma satisfatória, aspectos considerados essenciais, como a profundidade da abordagem em governança pública, a customização do conteúdo às necessidades do DNIT e a compatibilidade metodológica com o público-alvo. A opção pela UFRJ, portanto, decorre de juízo técnico devidamente motivado, orientado pelos princípios da eficiência, da economicidade, do planejamento e da busca pelo melhor resultado para a Administração.

Ressalta-se, ainda, que o investimento total estimado de **R\$ 547.058,82**, correspondente a aproximadamente **R\$ 20.261,44 por participante**, contempla curso de pós-graduação *Lato Sensu* integralmente customizado às necessidades do DNIT, ministrado por instituição pública federal de reconhecida excelência acadêmica e estruturado para desenvolver estudos e trabalhos aplicados à realidade institucional da Autarquia, ampliando o potencial de retorno institucional dos recursos empregados.

A utilização do Termo de Execução Descentralizada mostra-se igualmente adequada, por constituir instrumento de cooperação entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal destinado à execução de atividade de interesse recíproco, nos termos do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020. A solução não caracteriza terceirização de mão de obra nem comporta parcelamento do objeto, tendo em vista a necessidade de preservação da unidade pedagógica, metodológica e administrativa do curso durante toda a sua execução.

As minutas do TED e do respectivo Plano de Trabalho foram elaboradas com base nos modelos padronizados disponibilizados na Plataforma Transferegov.br, previamente examinados e aprovados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Assim, nos termos do art. 12 do Decreto nº 10.426, de 2020, mostra-se dispensável a submissão do instrumento à análise jurídica específica.

Diante do exposto, verifica-se que a proposta apresenta viabilidade técnica, institucional, jurídica, orçamentária e operacional, encontrando-se alinhada às diretrizes estratégicas do DNIT e às políticas de desenvolvimento de pessoas da Autarquia. Assim, submete-se a matéria à apreciação da Diretoria Colegiada, com proposta de autorização para celebração do Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

4. DO IMPACTO DO PRAZO

A implementação do curso “MBA em Governança no Setor Público”, classificado como **Pós-Graduação Lato Sensu, na modalidade remota (síncrona)**, com início previsto para o segundo semestre de 2026 e término em 2028.

A implementação do curso "MBA em Governança no Setor Público" tem início previsto para o segundo semestre de 2026, com conclusão das atividades acadêmicas no primeiro semestre de 2028. O Termo de Execução Descentralizada terá vigência de 24 meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do Decreto nº 10.426/2020 - Consta do Anexo | TED e Plano de Trabalho - UFRJ (24479280).

5. DO IMPACTO NO CUSTO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 547.058,82 (quinhentos e quarenta e sete mil e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos)**, apurado com base nas informações constantes da Proposta | UFRJ - MBA em Governança no Setor Público (24479227) e Anexo | TED e Plano de Trabalho - UFRJ (24479280), observados os limites legais e orçamentários, com início previsto para o segundo semestre de 2026 e término no primeiro semestre de 2028.

Cronograma de Desembolso

Ano/Período	Valor por ano
Julho de 2026	R\$ 225.882,35
Junho de 2027	R\$ 321.176,47

Tais despesas serão custeadas com recursos oriundos da dotação orçamentária **26.122.0032.2000.0001** - “Administração da Unidade”, conforme o disposto na Declaração de Existência de Recursos Orçamentários 2026/0178 (25200902) e na Declaração Exigida na Lei de Resp. Fiscal 2026/0178 (25200906).

7. DA PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA

Não se aplica ao presente Relato.

8. DO COORDENADOR-GERAL GESTÃO DE PESSOAS

Solicitou a esta Diretoria analisar o assunto e apresentá-lo à Diretoria Colegiada, visando a autorização da formalização da Minuta de Termo de Execução Descentralizada - TED 24479317, conforme apresentado na Nota Técnica 40 (24479747).

9. DA DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS SUBSTITUTA

Proponho à Diretoria Colegiada aprovação do presente Relato.

FERNANDA GIMENEZ MACHADO FAÉ
Diretora de Administração e Finanças substituta

Brasília/DF, na data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Gimenez Machado Fae, Diretora de Administração e Finanças-Substituta**, em 27/07/2026, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25246262** e o código CRC **B435E523**.

Referência: Processo nº 50600.014353/2026-43

SEI nº 25246262



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A

CEP 70040-902

Brasília/DF | (061) 3315-4201



Número Processo > 50600.014353/2026-43 Objeto do Relato > Infraestrutura de Transportes – DNIT e a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, de ações voltadas à elaboração, desenvolvimento e oferta do curso “MBA em Governança no Setor Público”, classificado como Pós-Graduação Lato Sensu, na modalidade remota (síncrona), a ser executado pela Faculdade de Administração e de Ciências Contábeis – FACC/UFRJ, com vistas à capacitação de servidores do DNIT e ao fortalecimento de competências institucionais, em alinhamento ao Programa de Incentivo à

Diretoria	Relato Nº / Tipo Relato	Risco	Análise	Resposta Análise
DAF	Relato n.º 68/2026 (25179238)	Orçamentário	O normativo tem impacto orçamentário?	N/A
			Para relatos que podem gerar despesas: qual impacto (%) da programação anual prevista em relação à funcional programática atual? (programação/dotação)	0-10
			Para aditivo: Qual o % de acréscimo em relação ao valor do contrato?	N/A
			Haverá perda de orçamento?	N/A
			Resultado	
Outros	Institucional	O objeto da pauta está conectado ao planejamento estratégico	Sim	
		Existe possibilidade de impacto regulatório (mudança de procedimento, novas regras)?	N/A	
		Existe alguma restrição com órgãos de controle?	N/A	
		Existe alguma restrição de meio ambiente e/ou desapropriação?	N/A	
		O objeto do relato está sendo auditado pelos órgãos de controle administrativos (Audint, CGU, TCU)? Fonte de dados: AUDINT	Não	
		A empresa tem algum registro de penalização no SICAF e/ou CNEP?	N/A	
		A empresa sofreu penalização em processo administrativo de apuração de responsabilidade - PAAR (inexecução contratual)? Pesquisa em: https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/licitacoes/empresas-penalizadas	N/A	
		Quando a empresa sofreu a última penalização?	N/A	
		Qual foi a penalidade mais grave aplicada à empresa nos últimos 5 anos?	N/A	
		Os apontamentos da PFE foram devidamente respondidos/justificados?	N/A	
	Resultado			
	Integridade	A empresa possui processo em admissibilidade, responde ou sofreu penalização em processo aministrativo de responsabilização - PAR (Lei nº 12.846/13)?	N/A	
		Qual a percentagem de contratos da área gestora com a empresa?	N/A	
		Resultado		
	Resultado Avaliação Risco			

Despacho / DNIT SEDE/DIRCOLEG

Processo nº 50600.014353/2026-43

Deliberação da Diretoria Colegiada

Relato n.º 68/2026 (25246262)

Diretoria de origem: DAF

1. Em conformidade com o Relato supramencionado, apresentado pela Diretoria de Administração e Finanças e fundamentado na aprovação de seu conteúdo e da análise e apreciação pelos técnicos dessa Diretoria, a Diretoria Colegiada desta Autarquia aprovou, por unanimidade, o assunto constante no Relato n.º 68/2026 o qual foi incluído na Ata da 31ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 04 de agosto de 2026.
2. Assim, encaminho o presente processo à Diretoria de Administração e Finanças para providências subsequentes.

Brasília/DF, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Braz do Couto, Secretária da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração**, em 04/08/2026, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25573832** e o código CRC **923F6B6E**.

Referência: Processo nº 50600.014353/2026-43

SEI nº 25573832

Despacho / DNIT SEDE/DAF/SAA - DAF

Processo nº 50600.014353/2026-43

À Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

Assunto: Termo de Execução Descentralizada (TED) - FACC/UFRJ.

1. Trata o presente processo da formalização do Termo de Execução Descentralizada – TED, celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, de ações voltadas à elaboração, desenvolvimento e oferta do curso **“MBA em Governança no Setor Público”, classificado como Pós-Graduação Lato Sensu, na modalidade remota (síncrona)**, a ser executado pela Faculdade de Administração e de Ciências Contábeis – FACC/UFRJ, com vistas à capacitação de servidores do DNIT e ao fortalecimento de competências institucionais, em alinhamento ao Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG, instituído pela Portaria DNIT nº 4.090, de 22 de agosto de 2024.

2. A esse respeito, por meio do Despacho (DNIT) 25573832, a Diretoria Colegiada aprovou a proposição em tela, mediante o teor do Relato 68 (25246262), o qual foi incluído na Ata da 31ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 04 de agosto de 2026.

3. Desse modo, encaminho os autos para fins de cadastramento do programa e respectivo Plano de ação, acessando-se o portal do TRANSFEREGOV, a saber:
<https://portal.transferegov.sistema.gov.br/portal/home>.

Atenciosamente,

JANAÍNA PEREIRA DE BRITO
Assessora Técnica

Brasília/DF, na data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Janaína Pereira de Brito, Assessora Técnica**, em 04/08/2026, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25579748** e o código CRC **9971B24B**.



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A
CEP 70040-902
Brasília/DF | (061) 3315-4201



Ministério dos Transportes
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Sede do DNIT em Brasília/DF
Diretoria de Administração e Finanças
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Setor de Apoio Administrativo da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

OFÍCIO Nº 245120/2026/SAA - CGGP/CGGP/DAF/DNIT SEDE

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

À Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas/CODEPES;

Assunto: Termo de Execução Descentralizada (TED) - FACC/UFRJ.

Encaminho o presente processo, conforme pertinência do assunto, para ciência e demais providências cabíveis.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente
VALÉRIA CHRISTINA ALVES PEREIRA
Chefe do Setor de Apoio Administrativo

Documentos Relacionados:	Despacho / DNIT SEDE/DAF/SAA - DAF (SEI nº 25579748).
--------------------------	---



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Christina Alves Pereira, Chefe do Setor de Apoio Administrativo**, em 04/08/2026, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25582708** e o código CRC **AFBA58CB**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 50600.014353/2026-43

SEI nº 25582708



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A - Bairro
Asa Norte
CEP 70040-902
Brasília/DF | (061) 3315-4251

RE: Solicitação de número do TED - MBA em Governança

De Carlos Henrique Pessoa de Souza Ferreira <carlos.ferreira@dnit.gov.br>

Data Qui, 06/08/2026 11:37

Para Isabelle da Silva Melo <isabelle.melo@dnit.gov.br>

 1 anexo (90 KB)

Numero gerado 527-2026.pdf;

Bom dia!

Segue em anexo número solicitado!

Número gerado: 00527/2026

De: Isabelle da Silva Melo <isabelle.melo@dnit.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 6 de agosto de 2026 10:25

Para: Carlos Henrique Pessoa de Souza Ferreira <carlos.ferreira@dnit.gov.br>

Cc: Gleydson Herbet Deyvid de Souza <gleydson.souza@dnit.gov.br>; Graciliane dos Santos <graciliane.santos.colaborador@dnit.gov.br>; Isabelle da Silva Melo <isabelle.melo@dnit.gov.br>; Joziellen da Silva Auteiro <joziellen.auteiro@dnit.gov.br>

Assunto: Solicitação de número do TED - MBA em Governança

Prezado Carlos, bom dia!

Para dar prosseguimento ao processo nº 50600.014353/2026-43, referente à celebração do Termo de Execução Descentralizada - TED entre o DNIT e a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, cujo objeto é a oferta do “Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Governança para o Setor Público”, composto por diversos módulos, com carga horária em formato remoto, solicitamos a numeração do TED para assinatura entre as partes.

Atenciosamente,

Isabelle da Silva Melo

Auxiliar Administrativo

Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas - CODEPES | CGGP | DAF

(61) 3315-4607



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES





>Início >GECON >Manter Número de Contrato >Números de Contrato/Convênios >Gerar

INCLUSÃO DE NÚMERO DE CONTRATO/CONVÊNIO

Número do Contrato no SIAC	00527/2026
Número do Contrato no SIASG	393003 00527/2026
Data e Hora de Impressão:	06/08/2026 - 11:34:01



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças
Superintendência Geral de Planejamento e Desenvolvimento
Divisão de Gestão Orçamentária e Financeira de Projetos

I - TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) Nº *XX/20XX*

I - TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) Nº *xx/20xx*

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED)

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Nome da autoridade competente:

Número do CPF:

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 393003/39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nome da autoridade competente: Roberto de Andrade Medronho

Número do CPF:

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:

Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED:

3. OBJETO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA :

Curso de Pós Graduação Lato-Sensu em MBA em Governança para o Setor Público para servidores do DNIT

4. OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS PARTICIPES

4.1. Unidade Descentralizadora

- I - analisar e aprovar a descentralização de créditos;
- II - analisar, aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho;
- III - descentralizar os créditos orçamentários;
- IV - repassar os recursos financeiros em conformidade com o cronograma de desembolso;
- V - aprovar a prorrogação da vigência do TED ou realizar sua prorrogação, de ofício, quando necessário;
- VI - aprovar as alterações no TED;
- VII - solicitar Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto ou outros documentos necessários à comprovação da execução do objeto, quando necessário;
- VIII - analisar e manifestar-se sobre o Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado pela Unidade Descentralizada;
- IX - solicitar à Unidade Descentralizada que instaure a tomada de contas especial, ou promover diretamente a instauração, quando cabível;
- X - emitir certificado de disponibilidade orçamentária;
- XI - registrar no SIAFI o TED e os aditivos, mantendo atualizada a execução até a conclusão;
- XII - prorrogar de ofício a vigência do TED quando ocorrer atraso na liberação de recursos, limitado ao prazo do atraso;
- XIII - publicar os extratos do TED e termos aditivos no sítio eletrônico oficial, bem como disponibilizar a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura; e
- XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.
- XV - instaurar tomada de contas especial, quando cabível e a unidade descentralizada não o tenha feito no prazo para tanto.
- XVI - suspender as descentralizações, na hipótese de verificação de indícios de irregularidades durante a execução do TED, com a tomada das providências previstas no art. 19 do Decreto nº 10.426/2020.

4.2. Unidade Descentralizada

I - elaborar e apresentar o Plano de Trabalho;
II - apresentar a Declaração de Capacidade Técnica necessária à execução do objeto;
III - apresentar a Declaração de Compatibilidade de Custos;
IV - executar os créditos orçamentários descentralizados e os recursos financeiros recebidos;
V - aprovar as alterações no TED;
VI - encaminhar à Unidade Descentralizadora:
a) Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto, quando solicitado; e
b) o Relatório final de Cumprimento do Objeto;
VII - zelar pela aplicação regular dos recursos recebidos e assegurar a conformidade dos documentos, das informações e dos demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional;
VIII - citar a Unidade Descentralizadora quando divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do TED, quando necessário;
IX - instaurar tomada de contas especial, quando necessário, e dar conhecimento dos fatos à Unidade Descentralizadora;
X - devolver à Unidade Descentralizadora os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados, conforme disposto no § 1º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
XI - devolver os créditos orçamentários e os recursos financeiros após o encerramento do TED ou da conclusão da execução do objeto, conforme disposto no § 2º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 2020;
XII - disponibilizar no sítio eletrônico oficial a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura;
XIII - devolver para a Unidade Descentralizadora os rendimentos de aplicação financeira auferidos em parcerias celebradas com recursos do TED, nas hipóteses de restituição previstas na legislação específica; e
XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.
XV - disponibilizar, mediante solicitação, documentos comprobatórios da aplicação regular dos recursos aos órgãos de controle e à unidade descentralizadora

5. VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Execução Descentralizada será de 24 (*VINTE E QUATRO*) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 10 do Decreto nº 10.426, de 2020.

Início: 01/09/2026 Fim: 31/08/2028

6. VALOR DO TED:

R\$ 547.058,82 (Quinhentos e quarenta e sete mil e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), valor orçado para 27 alunos

7. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:

8. BENS REMANESCENTES

O Objeto do Termo de Execução Descentralizada contempla a aquisição, produção ou construção de bens?

() Sim

(X) Não

Se sim, informar a titularidade e a destinação dos bens quando da conclusão do TED: Fundação Coppetec CNPJ 072060999/0001-75. Após o término do TED, a Coppetec transferirá os equipamentos adquiridos para a realização do projeto da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)

9. DAS ALTERAÇÕES

Ficam os partícipes facultados a alterar o presente Termo de Execução Descentralizada ou o respectivo Plano de Trabalho, mediante termo aditivo, vedada a alteração do objeto do objeto aprovado

As alterações no plano de trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizadas por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovados pelas unidades descentralizadora e descentralizada.

10. DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

A Unidade Descentralizada apresentará relatório de cumprimento do objeto conforme previsto no art. 23 do decreto nº 10.426, de 2020, cuja análise ocorrerá pela Unidade Descentralizadora nos termos do art. 24 do mesmo normativo.

Rejeitado total ou parcialmente o relatório de cumprimento do objeto pela Unidade Descentralizadora, deverá a unidade descentralizada instaurar tomada de contas especial para apurar eventuais danos ao erário e respectivos responsáveis para fins de recomposição do erário público.

Observações:

11. DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

11.1. Denúncia

O Termo de Execução Descentralizada poderá ser denunciado a qualquer tempo, hipótese em que os partícipes ficarão responsáveis somente pelas obrigações pactuadas e auferirão as vantagens do período em que participaram voluntariamente do TED.

11.2. Rescisão

Constituem motivos para rescisão do presente TED:

I - o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

II - a constatação, a qualquer tempo, de irregularidades na execução do TED; e

III - a verificação de circunstâncias que ensejem a instauração de tomada de contas especial; ou

IV - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que, mediante comprovação, impeça a execução do objeto.

12. SOLUÇÃO DE CONFLITO

Para dirimir quaisquer questões de natureza jurídica oriundas do presente Termo, os partícipes comprometem-se a solicitar o auxílio da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União - CCAF/AGU.

13. PUBLICAÇÃO

O TED e seus eventuais termos aditivos, que impliquem em alteração de valor ou, ainda, ampliação ou redução de prazo para execução do objeto, serão assinados pelos partícipes e seus extratos serão publicados no sítio eletrônico oficial da Unidade Descentralizadora, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura, conforme disposto no art. 14 do Decreto nº 10.426, de 2020.

As Unidades Descentralizadora e Descentralizada disponibilizarão a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado em seus sítios eletrônicos oficiais no prazo a que se refere o caput.

14. ASSINATURAS

Local e data

Nome e assinatura do Responsável pela Unidade Descentralizada

Local e data

Nome e assinatura do Responsável pela Unidade Descentralizadora



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Andrade Medronho, Reitor(a)**, em 24/08/2026, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.ufrrj.br/autentica>, informando o código verificador **6923386** e o código CRC **B5C4252C**.



II - PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº **XX/20XX**

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Nome da autoridade competente: Fernanda Gimenez Machado Faé

Número do CPF: [REDACTED]

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 393003/39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nome da autoridade competente: Roberto de Andrade Medronho

Número do CPF:

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:

Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED:

3. OBJETO:

Curso de Pós Graduação Lato-Sensu em MBA em Governança para o Setor Público para servidores do DNIT

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

4.1 Produtos e Serviços

Realização de uma turma de especialização lato-sensu do MBA em Governança para o Setor Público para 27 (vinte e sete) alunos entre o segundo semestre de 2026 e 2028, através da prestação de serviços especializados.

4.2 Condições para Realização das Ações de Desenvolvimento

4.2.1 Calendário

As datas e horários das ações serão confirmadas em comum acordo entre as unidades descentralizadora e descentralizada, em momento à descentralização de créditos.

4.2.2 Local e Material

I – Modalidade Remota: Para capacitação de servidores lotados nas Superintendências Regionais ou Unidades Locais da entidade descentralizadora, as aulas serão ministradas em formato remoto, devendo ser organizado pela Unidade Descentralizada.

II – Material: A entidade Descentralizada não providenciará material didático, cabendo aos servidores da entidade Descentralizadora arcar com os gastos de aquisição do material de forma preemptiva ao início das aulas.

4.2.3 Seleção dos Servidores Participantes

A entidade descentralizadora se compromete a divulgar amplamente as ações de desenvolvimento e executar o processo de seleção dos servidores interessados.

4.2.5 Número de Participantes por Turma

O número mínimo de participantes por turma deverá ser de até 27 alunos. Havendo vagas remanescentes a unidade descentralizada não está autorizada a incluir alunos externos.

4.2.6 Matrículas

A entidade descentralizadora deverá indicar formalmente, por escrito, os servidores que participarão de cada uma das turmas realizadas no período. A entidade descentralizada deve realizar o controle de presença e informar à unidade descentralizadora em frequência semanal.

4.2.7 Certificação

Os servidores capacitados receberão certificado de conclusão em Especialista em Governança para o Setor Público emitido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aprovação. Os critérios de aprovação serão definidos pela unidade descentralizada.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Capacitar e qualificar os servidores públicos em especialistas em governança, de forma a estarem aptos a desempenharem as atividades do DNIT que exigem a concepção, execução, monitoramento e controle de ações de governança voltadas para ao setor público.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim
(x) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- () Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
- () Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
- (X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Observação:

1) Podem ser marcadas uma, duas ou três possibilidades.

2) Não é possível selecionar forma de execução que não esteja prevista no Cadastro de Ações da ação orçamentária específica, disponível no SIOP.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(X) Sim
() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

15% de custos indiretos para ressarcimento de despesas operacionais

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INÍCIO	FIM
Meta 1	<u>Aulas das Disciplinas Módulo I</u>						
	Coordenação	Unidade	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	set/2026	ago/2027
	Vice-Coordenação	Unidade	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	set/2026	ago/2027
	Gerente Acadêmico	Unidade	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	set/2026	ago/2027
	Secretária Coordenação	Unidade	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00	set/2026	ago/2027
	Encargos Coordenação	Unidade	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00	set/2026	ago/2027
	Aulas	Unidade	180	R\$ 250,00	R\$ 45.000,00	set/2026	ago/2027
	Encargos Professores	Unidade	180	R\$ 50,00	R\$ 9.000,00	set/2026	ago/2027
	Serviços de Apoio ao Ensino	Unidade	1	35.551,66	R\$ 35.351,66	set/2026	ago/2027
	Total Meta 1				197.351,66		
PRODUTO	Alunos com declarações de participação - Módulo 1						
Meta 2	<u>Aulas das Disciplinas Módulo II e TCC</u>						
	Coordenação	Unidade	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	set/2027	ago/2028
	Vice-Coordenação	Unidade	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	set/2027	ago/2028
	Gerente Acadêmico	Unidade	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	set/2027	ago/2028
	Secretária Coordenação	Unidade	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00	set/2027	ago/2028
	Encargos Coordenação	Unidade	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00	set/2027	ago/2028
	Aulas	Unidade	180	R\$ 250,00	R\$ 45.000,00	set/2027	ago/2028
	Encargos Professores	Unidade	180	R\$ 50,00	R\$ 9.000,00	set/2027	ago/2028
	Orientações + Banca TCC	Unidade	27	R\$ 2.500,00	R\$ 67.500,00	set/2027	ago/2028
	Encargos Banca + TCC	Unidade	27	R\$ 500,00	R\$ 13.500,00	set/2027	ago/2028
	Serviço de Apoio ao Ensino	Unidade	1	R\$ 35.351,66	R\$ 35.351,66	set/2027	ago/2028
	Total Meta 2				R\$ 278.351,66		
PRODUTO	Alunos com declarações de participação - Módulo 2						
TOTAL METAS					R\$ 475.703,32		
CUSTOS INDIRETOS					R\$ 71.355,50		
TOTAL					547.058,82		

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
SETEMBRO DE 2026	R\$ 225.882,35
AGOSTO DE 2027	R\$ 321.176,47

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
-------------------------------	-------------------	----------------

33.90.39 (Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica)	<i>SIM</i>	R\$ 71.355,50
33.90.39 (Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica)	<i>NÃO</i>	R\$ 475.703,32

Observação: O preenchimento do PAD deverá ser até o nível de elemento de despesa.

12. PROPOSIÇÃO

Local e data

Nome e assinatura do Responsável pela Unidade Descentralizada

Observação: Autoridade competente para assinar o TED.

13. APROVAÇÃO

Local e data

Nome e assinatura do Responsável pela Unidade Descentralizadora

Observação: Autoridade competente para assinar o TED.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Andrade Medronho, Reitor(a)**, em 24/08/2026, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.ufrrj.br/autentica>, informando o código verificador **6923389** e o código CRC **76CF5615**.

Cadastro de Plano de Ação

Permite a inclusão/manutenção de Planos de Ação no sistema

Situação do Plano de Ação: Enviado para Análise

Dados Básicos	Plano de Trabalho	Análise Plano de Ação	Parecer
Metas e Etapas	Plano Aplicação Consolidado	Cronograma	

Valor Total do Plano de Ação

547.058,82

Saldo Disponível

0,00

Metas

Lista de Metas/Etapas Cadastradas

Filtro (opcional)

Nome		Descrição			Valor Total	Vigência	
▼	Meta 1	Aulas das Disciplinas - Módulo I			197.351,66	01/09/2026 - 31/08/2027	
Etapas	Descrição	Unidade	Quantidade	VL. Unitário	Total	Vigência	Ações
1.1	Aulas das Disciplinas Módulo I	UN - UNIDADE	1	197.351,66	197.351,66	01/09/2026 - 31/08/2027	
▼	Meta 2	Aulas das Disciplinas do Módulo 2 e TCC			278.351,66	01/09/2027 - 31/08/2028	
Etapas	Descrição	Unidade	Quantidade	VL. Unitário	Total	Vigência	Ações
2.1	Aulas das Disciplinas do Módulo 2 e TCC	UN - UNIDADE	1	278.351,66	278.351,66	01/09/2027 - 31/08/2028	

Nome		Descrição			Valor Total	Vigência	
▼	Meta 3	Despesas Administrativas			71.355,50	01/09/2026 - 31/08/2028	
Etapas	Descrição	Unidade	Quantidade	VL. Unitário	Total	Vigência	Ações
3.1	Despesas Administrativas	UN - UNIDADE	1	71.355,50	71.355,50	01/09/2026 - 31/08/2028	

« Anterior 1 Próxima »

Exibir: 5 ▼



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 28/06/2023 | Edição: 121 | Seção: 2 | Página: 1

Órgão: Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

DECRETO DE 27 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 16, **caput**, inciso I, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, resolve:

NOMEAR,

a partir de 3 de julho de 2023, ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, para exercer o cargo de Reitor da referida Universidade, com mandato de quatro anos.

Brasília, 27 de junho de 2023; 202º da Independência e 135º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Maria Izolda Cella de Arruda Coelho

Presidente da República Federativa do Brasil

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

PORTARIA Nº 1.174, DE 4 DE JULHO DE 2023

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere o artigo 23 do Estatuto da UFRN, considerando o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei Federal n. 6.999/82, e da Resolução TSE n. 23.523/2017, c/c as disposições do art. 29, do Decreto n. 10.835/2021, e considerando, ainda, o que consta do processo nº 23077.115213/2021-80, resolve:

Art. 1º Efetivar a requisição, no período de 16 de novembro de 2021 a 16 de novembro de 2023, do(a) servidor(a) MARILIA GUIMARAES DA SILVA, matrícula nº 1862798, ocupante do cargo de Assistente em Administração, pertencente ao Quadro de Pessoal da Universidade, para exercício junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte, com ônus para o órgão requisitado.

JOSE DANIEL DINIZ MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIAS DE 4 DE JULHO DE 2023

O Reitor DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias resolve:

Nº 4.030 - Designar a ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, classe Associado, do Quadro de Pessoal desta Universidade, CAMILA GIUGLIANI, matrícula SIAPE Nº 1888242, lotada no Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina, para exercer a função de Coordenadora do PPG em Ensino na Saúde-Mestrado Profissional, Código SRH 1359, Código FCC, UORG 2998, com vigência a partir de 31/07/2023 até 30/07/2025. Processo nº 23078.541570/2023-51.

Nº 4.033 - Designar a ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, classe Adjunto, do Quadro de Pessoal desta Universidade, SIMONE MAGAGNIN WAJNER, matrícula SIAPE Nº 1325683, lotada no Departamento de Medicina Interna da Faculdade de Medicina, para exercer a função de Coordenadora do PPG em Ciências Médicas: Endocrinologia, Código SRH 1149, Código FCC, UORG 3001, com vigência a partir de 01/08/2023 até 31/07/2025. Processo nº 23078.541539/2023-11.

Nº 4.035 - Designar o ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, classe Adjunto, do Quadro de Pessoal desta Universidade, MOISES ROCKEMBACH, matrícula SIAPE Nº 2100688, lotado no Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, para exercer a função de Coordenador da COMGRAD de Arquivologia, Código SRH 1179, Código FCC, UORG 3132, com vigência a partir de 29/08/2023 até 28/08/2025. Processo nº 23078.515323/2023-08.

Nº 4.037 - Designar a ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, classe Associado, do Quadro de Pessoal desta Universidade, BIBIANA VERLINDO DE ARAUJO, matrícula SIAPE Nº 1742225, lotada no Departamento de Produção e Controle de Medicamentos da Faculdade de Farmácia, para exercer a função de Chefe do Depto de Produção e Controle de Medicamentos da Faculdade de Farmácia, Código SRH 93, Código FG-1, UORG 374, com vigência a partir de 04/08/2023 até 03/08/2025. Processo nº 23078.542942/2023-67.

Nº 4.039 - Designar LIANE DENISE THIER RUSCHEL, Matrícula SIAPE 0358693, ocupante do cargo de Assistente em Administração, Código 701200, do Quadro de Pessoal desta Universidade, para exercer a função de Secretária do PPG em Ensino de Física, Código SRH 612, Código FG-7, UORG 3161, com vigência a partir da data de publicação no Diário Oficial da União. Processo nº 23078.544934/2023-55.

Nº 4.048 - Dispensar, a partir de 09/10/2023, o ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, classe Titular, do Quadro de Pessoal desta Universidade, EDISON CAPP, matrícula SIAPE Nº 2232220, da função de Coordenador do PPG em Ciências da Saúde: Ginecologia e Obstetrícia, Código SRH 1426, Código FCC, UORG 3010, para a qual foi designado pela Portaria 2839/2022, de 25/05/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26/05/2022. Processo nº 23078.543335/2023-14.

Nº 4.047 - Designar a ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, classe Adjunto, do Quadro de Pessoal desta Universidade, ANDREA PIRES SOUTO DAMIN, matrícula SIAPE Nº 1258659, lotada no Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina, para exercer a função de Coordenadora do PPG em Ciências da Saúde: Ginecologia e Obstetrícia, Código SRH 1426, Código FCC, UORG 3010, com vigência a partir de 09/10/2023 até 29/12/2023. Processo nº 23078.543335/2023-14.

Nº 4.046 - Designar o ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior, classe Titular, do Quadro de Pessoal desta Universidade, EDISON CAPP, matrícula SIAPE Nº 2232220, lotado no Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina, para exercer a função de Coordenador do PPG em Ciências da Saúde: Ginecologia e Obstetrícia, Código FUC, Código SRH 1426, com vigência a partir de 30/12/2023 até 07/06/2024. Processo nº 23078.543335/2023-14.

CARLOS ANDRE BULHOES MENDES

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 4.017, DE 3 DE JULHO DE 2023

A Superintendente de Gestão de Pessoas DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria nº 4989, de 01 de outubro de 2020 resolve:

Declarar vago, a partir de 16 de junho de 2023, o Cargo de Assistente em Administração, Código 701200, Código de vaga SIAPE 867762, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação IV, Padrão 07, do Quadro de Pessoal, em decorrência de posse em outro cargo inacumulável, de DANIELLE BERNARDES FARIAS com lotação na Pró-Reitoria de Planejamento e Controladoria. Processo nº 23078.534257/2023-67.

MARILIA BORGES HACKMANN

PORTARIA Nº 4.018, DE 3 DE JULHO DE 2023

A Superintendente de Gestão de Pessoas DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria nº 4989, de 01 de outubro de 2020 resolve:

Declarar vago, a partir de 30 de junho de 2023, o Cargo de Assistente em Administração, Código 701200, Código de vaga SIAPE 273038, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação IV, Padrão 05, do Quadro de Pessoal, em decorrência de posse em outro cargo inacumulável, de JAQUELINE DA SILVA OLIVEIRA com lotação na Estação Experimental Agrônômica. Processo nº 23078.540075/2023-25.

MARILIA BORGES HACKMANN

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIAS DE 3 DE JULHO DE 2023

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 27 de Junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 121 de 28 de Junho de 2023, resolve:

Nº 6.536 - Nomear de acordo com o artigo 9º, inciso II da Lei nº 8.112, de 11/12/90, HELIO DE MATTOS ALVES, Matrícula SIApe nº 0360225, Professor do Magistério Superior, para o Cargo de Direção de Chefe, do(a) Gabinete da Reitoria, CD-3, processo nº 23079.222846/23-95.

Nº 6.539 - Exonerar, a pedido, de acordo com o artigo 35, inciso II, da Lei 8.112, de 11/12/90, CASSIA CURAN TURCI, Matrícula SIApe nº 0366099, Professor do Magistério Superior, do Cargo de Direção de Decano, do(a) Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza - CCMN, CD-3, processo nº 23079.223782/22-69.

Nº 6.540 - Exonerar, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei 8.112, de 11/12/90, CARLOS FREDERICO LEAO ROCHA, Matrícula SIApe nº 0310890, Professor do Magistério Superior, do Cargo de Direção de Vice-Reitor, do(a) Universidade Federal do Rio de Janeiro, CD-2, processo nº 23079.222841/23-62.

Nº 6.543 - Nomear de acordo com o artigo 9º, inciso II da Lei nº 8.112, de 11/12/90, CASSIA CURAN TURCI, Matrícula SIApe nº 0366099, Professor do Magistério Superior, para exercer por 4 anos, o mandato de Vice-Reitor, do(a) Universidade Federal do Rio de Janeiro, CD-2, processo nº 23079.222841/23-62.

Nº 6.544 - Dispensar, a pedido, MARCELA DE CASTRO LAUREDO PORTAL, Matrícula SIApe nº 1888758, Assistente em Administração, da Função Gratificada de Chefe de Secretaria, do(a) Gabinete da Reitoria, FG-1, processo nº 23079.224840/23-52.

Nº 6.545 - Nomear de acordo com o artigo 9º, inciso II da Lei nº 8.112, de 11/12/90, PAPA MATAR NDIAYE, Matrícula SIApe nº 1513546, Professor do Magistério Superior, para o Cargo de Direção de Superintendente, do(a) Superintendência-Geral de Relações Internacionais, CD-3, processo nº 23079.222857/23-75.

Nº 6.548 - Nomear de acordo com o artigo 9º, inciso II da Lei nº 8.112, de 11/12/90, MARCELA DE CASTRO LAUREDO PORTAL, Matrícula SIApe nº 1888758, Assistente em Administração, para o Cargo de Direção de Chefe da Secretaria da Reitoria, do(a) Gabinete da Reitoria, CD-4, processo nº 23079.224840/23-52.

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO

PORTARIA Nº 6.564, DE 4 DE JULHO DE 2023

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 27 de Junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 121 de 28 de Junho de 2023, resolve:

Dispensar, a pedido, BIANCA MIARKA, Matrícula SIApe nº 1376573, Professor do Magistério Superior, da Função Gratificada de Coordenador de Pós- Graduação em Educação Física, do(a) Escola de Educação Física e Desportos - EEFD, FUC-1, processo nº 23079.213766/23-49.

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO

PORTARIA Nº 6.566, DE 4 DE JULHO DE 2023

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 27 de Junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 121 de 28 de Junho de 2023, resolve:

Designar CARLOS GOMES DE OLIVEIRA, Matrícula SIApe nº 6362405, Professor do Magistério Superior, para exercer por 2 anos, o mandato de Coordenador de Pós-Graduação em Educação Física, do(a) Escola de Educação Física e Desportos - EEFD, FUC-1, processo nº 23079.213766/23-49.

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO

PORTARIA Nº 6.570, DE 4 DE JULHO DE 2023

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 27 de Junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 121 de 28 de Junho de 2023, resolve:

Dispensar, a pedido, NATHALIE HENRIQUES SILVA CANEDO, Matrícula SIApe nº 1372398, Professor do Magistério Superior, da Função Gratificada de Coordenadora Institucional da Plataforma Carolina Bori, do(a) Superintendência Geral de Graduação e Corpo Discente - SGCD, FUC-1, processo nº 23079.232287/23-21.

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO

PORTARIAS DE 4 DE JULHO DE 2023

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 27 de Junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 121 de 28 de Junho de 2023, resolve:

Nº 6.571 - Designar FELIPE JOSE SILVA PEQUENO, Matrícula SIApe nº 2076401, Assistente em Administração, para exercer a Função Gratificada de Coordenador da Folha de Pagamento, do(a) Superintendência Geral de Finanças - SGF, FG-1, processo nº 23079.232472/23-16.

Nº 6.574 - Exonerar, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei 8.112, de 11/12/90, DANIELA UZIEL, Matrícula SIApe nº 1361975, Professor do Magistério Superior, do Cargo de Direção de Coordenador, do(a) Coordenação e Gestão de Indicadores de Desempenho - CGID, CD-4, processo nº 23079.222853/23-97.

Nº 6.575 - Nomear de acordo com o artigo 9º, inciso II da Lei nº 8.112, de 11/12/90, DANIELA UZIEL, Matrícula SIApe nº 1361975, Professor do Magistério Superior, para o Cargo de Direção de Diretor, do(a) Inova UFRJ, CD-4, processo nº 23079.222853/23-97.

Nº 6.576 - Exonerar, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei 8.112, de 11/12/90, JORGE ALBERTO RODRIGUES GONCALVES, Matrícula SIApe nº 1531217, Assistente em Administração, do Cargo de Direção de Superintendente -Geral, do(a) Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação, CD-3, processo nº 23079.222871/23-79.

Nº 6.578 - Nomear de acordo com o artigo 9º, inciso II da Lei nº 8.112, de 11/12/90, ANA MARIA DE ALMEIDA RIBEIRO, Matrícula SIApe nº 0364313, Técnico em Assuntos Educacionais, para o Cargo de Direção de Superintendente-Geral, do(a) Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação, CD-3, processo nº 23079.222871/23-79.

Nº 6.591 - Nomear de acordo com o artigo 9º, inciso II da Lei nº 8.112, de 11/12/90, HELIOS MALEBRANCHE OLBRISCH FRERES FILHO, Matrícula SIApe nº 0673150, Professor do Magistério Superior, para exercer por 4 anos, o mandato de Pró-Reitor, do(a) Pró -Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças - PR-3, CD-2, processo nº 23079.224838/23-83.

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 04/07/2023 | Edição: 125 | Seção: 1 | Página: 23

Órgão: Ministério da Educação/Universidade Federal do Rio de Janeiro

PORTARIA UFRJ Nº 557, DE 3 DE JULHO DE 2023

Delega competência ao Vice-Reitor da UFRJ

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, nomeado pelo Decreto de 27 de junho de 2023, publicado no Diário Oficial da União nº 121, de 28 de junho de 2023, no uso de suas atribuições legais, estatutária e regimental, e, através do processo nº 23079.222879/2023-35, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Vice-Reitor, para em nome da Universidade Federal do Rio de Janeiro, assinar contratos, convênios, termos aditivos, protocolos de intenção, acordos, ajustes e similares, com fundações de apoio e outras Instituições, bem como deliberar sobre cessão e redistribuição de servidores.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Portaria 6.533, de 2 de julho de 2019, publicada no Boletim UFRJ nº 28, de 11 de julho de 2019;

II - a Portaria 7.062, de 11 de julho de 2019, publicada no Boletim UFRJ nº 28 - extraordinário, de 11 de julho de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, considerando a urgência para a produção de seus efeitos.

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças
Superintendência Geral de Planejamento e Desenvolvimento
Divisão de Gestão Orçamentária e Financeira de Projetos

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu, Roberto de Andrade Medronho, CPF nº 508.***.***-49, ocupante do cargo de Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, DECLARO, para fins de comprovação junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, nos termos do inciso V do art. 11 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, sob as penalidades da lei, que a Universidade Federal do Rio de Janeiro possui capacidade técnica e competência institucional para executar o objeto proposto: "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em MBA em Governança para o Setor Público para servidores do DNIT".

A forma de execução dos créditos orçamentários, conforme Plano de Trabalho apresentado, foi considerada para a apresentação da presente declaração, nos termos do § 5º do artigo 16 do Decreto nº 10.426, de 2020.

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO

REITOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Andrade Medronho, Reitor(a)**, em 28/08/2026, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.ufrj.br/autentica>, informando o código verificador **6950127** e o código CRC **1A4B637F**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças
Superintendência Geral de Planejamento e Desenvolvimento
Divisão de Gestão Orçamentária e Financeira de Projetos

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE CUSTOS

Eu, Roberto de Andrade Medronho, CPF nº 508.***.***-49, ocupante do cargo de Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, DECLARO, para fins de comprovação junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, nos termos do inciso IV do art. 11 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, sob as penalidades da lei, que os valores dos itens apresentados no Plano de Trabalho para o objeto proposto: "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em MBA em Governança para o Setor Público para servidores do DNIT" estão aderentes à realidade de execução do objeto proposto.

DECLARO, outrossim, que quaisquer desembolsos no âmbito da Unidade Descentralizada para execução do TED, mediante contratação de particulares ou celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres deverão ser obrigatoriamente precedidos dos procedimentos necessários para apuração da compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO

REITOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Andrade Medronho, Reitor(a)**, em 28/08/2026, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.ufrrj.br/autentica>, informando o código verificador **6950170** e o código CRC **2EFCF178**.

Processo nº 50600.014353/2026-43

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) Nº 527/2026

1. Dados Cadastrais da Unidade Descentralizadora

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Nome da autoridade competente: Fernanda Gimenez Machado Faé

Número do CPF: XXX.295.018-XX

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portaria nº 2.300, de 20 de abril de 2020, publicada em 22 de abril de 2020, na Edição 76 do Diário Oficial da União, Seção 2, Página 54.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 393003/39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 393003/39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

2. Dados Cadastrais da Unidade Descentralizada

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Nome da autoridade competente: Roberto de Andrade Medronho

Número do CPF: XXX.401.427-XX

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 27 de junho de 2023, publicado em 28 de junho de 2023 na edição 121 do Diário Oficial da União, seção 2, página 1.

b) UG Siafi

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 153115-26245 Universidade Federal do Rio de Janeiro

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: TED 153115-26245

Universidade Federal do Rio de Janeiro

3. Objeto do Termo de Execução Descentralizada:

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em MBA em Governança para o Setor Público para servidores do DNIT

4. Obrigações e Competências dos Partícipes**4.1. Unidade Descentralizadora**

- I - analisar e aprovar a descentralização de créditos;
- II - analisar, aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho;
- III - descentralizar os créditos orçamentários;
- IV - repassar os recursos financeiros em conformidade com o cronograma de desembolso;
- V - aprovar a prorrogação da vigência do TED ou realizar sua prorrogação, de ofício, quando necessário;
- VI - aprovar as alterações no TED;
- VII - solicitar Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto ou outros documentos necessários à comprovação da execução do objeto, quando necessário;
- VIII - analisar e manifestar-se sobre o Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado pela Unidade Descentralizada;
- IX - solicitar à Unidade Descentralizada que instaure a tomada de contas especial, ou promover diretamente a instauração, quando cabível;
- X - emitir certificado de disponibilidade orçamentária;
- XI - registrar no SIAFI o TED e os aditivos, mantendo atualizada a execução até a conclusão;
- XII - prorrogar de ofício a vigência do TED quando ocorrer atraso na liberação de recursos, limitado ao prazo do atraso;
- XIII - publicar os extratos do TED e termos aditivos no sítio eletrônico oficial, bem como disponibilizar a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura; e
- XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.
- XV - instaurar tomada de contas especial, quando cabível e a unidade descentralizada não o tenha feito no prazo para tanto.
- XVI - suspender as descentralizações, na hipótese de verificação de indícios de irregularidades durante a execução do TED, com a tomada das providências previstas no art. 19 do Decreto nº 10.426/2020.

4.2. Unidade Descentralizada

- I - elaborar e apresentar o Plano de Trabalho;
- II - apresentar a Declaração de Capacidade Técnica necessária à execução do objeto;
- III - apresentar a Declaração de Compatibilidade de Custos;
- IV - executar os créditos orçamentários descentralizados e os recursos financeiros recebidos;
- V - aprovar as alterações no TED;
- VI - encaminhar à Unidade Descentralizadora:
 - a) Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto, quando solicitado; e
 - b) o Relatório final de Cumprimento do Objeto;
- VII - zelar pela aplicação regular dos recursos recebidos e assegurar a conformidade dos documentos, das informações e dos demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional;
- VIII - citar a Unidade Descentralizadora quando divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do TED, quando necessário;
- IX - instaurar tomada de contas especial, quando necessário, e dar conhecimento dos fatos à Unidade Descentralizadora;
- X - devolver à Unidade Descentralizadora os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados, conforme disposto no § 1º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
- XI - devolver os créditos orçamentários e os recursos financeiros após o encerramento do TED ou da conclusão da execução do objeto, conforme disposto no § 2º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 2020;
- XII - disponibilizar no sítio eletrônico oficial à íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura;
- XIII - devolver para a Unidade Descentralizadora os rendimentos de aplicação financeira auferidos em parcerias celebradas com recursos do TED, nas hipóteses de restituição previstas na legislação específica; e
- XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.
- XV - disponibilizar, mediante solicitação, documentos comprobatórios da aplicação regular dos recursos aos órgãos de controle e à unidade descentralizado.

5. Vigência

O prazo de vigência deste Termo de Execução Descentralizada será de 24 meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 10 do Decreto nº 10.426, de 2020.

Início: Na data da assinatura do TED

Fim: 24 meses após assinatura do TED

6. Valor do TED: R\$ 547.058,82 (Quinhentos e quarenta e sete mil e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), valor orçado para 27 alunos.

7. Classificação Funcional Programática:

1. Programa de Trabalho/Projeto/Atividade: 26.122.0032.2000.0001 - administração da unidade

2. Fonte: 10000000000

3. Natureza da despesa: 33.90.39

8. Bens Remanescentes

O Objeto do Termo de Execução Descentralizada contempla a aquisição, produção ou construção de bens?

() Sim

(X) Não

Se sim, informar a titularidade e a destinação dos bens quando da conclusão do TED:

9. Das Alterações

Ficam os partícipes facultados a alterar o presente Termo de Execução Descentralizada ou o respectivo Plano de Trabalho, mediante termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado.

As alterações no plano de trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizadas por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovados pelas unidades descentralizadora e descentralizada.

10. Da Avaliação dos Resultados

A Unidade Descentralizada apresentará relatório de cumprimento do objeto conforme previsto no art. 23 do decreto nº 10.426, de 2020, cuja análise ocorrerá pela Unidade Descentralizadora nos termos do art. 24 do mesmo normativo.

Rejeitado total ou parcialmente o relatório de cumprimento do objeto pela Unidade Descentralizadora, deverá a unidade descentralizada instaurar tomada de contas especial para apurar eventuais danos ao erário e respectivos responsáveis para fins de recomposição do erário público.

11. Da Denúncia ou Rescisão

11.1. Denúncia

O Termo de Execução Descentralizada poderá ser denunciado a qualquer tempo, hipótese em que os partícipes ficarão responsáveis somente pelas obrigações pactuadas e auferirão as vantagens do período em que participaram voluntariamente do TED.

11.2. Rescisão

Constituem motivos para rescisão do presente TED:

I - o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

II - a constatação, a qualquer tempo, de irregularidades na execução do TED; e

III - a verificação de circunstâncias que ensejem a instauração de tomada de contas especial; ou

IV - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que, mediante comprovação, impeça a execução do objeto.

12. Solução de Conflito

Para dirimir quaisquer questões de natureza jurídica oriundas do presente Termo, os partícipes comprometem-se a solicitar o auxílio da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União - CCAF/AGU.

13. Publicação

O TED e seus eventuais termos aditivos, que impliquem em alteração de valor ou, ainda, ampliação ou redução de prazo para execução do objeto, serão assinados pelos partícipes e seus extratos serão publicados no sítio eletrônico oficial da Unidade Descentralizadora, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura, conforme disposto no art. 14 do Decreto nº 10.426, de 2020.

As Unidades Descentralizadora e Descentralizada disponibilizarão a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado em seus sítios eletrônicos oficiais no prazo a que se refere o caput.

14. Assinaturas

Rio de Janeiro, na data da assinatura.

assinado eletronicamente
ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO
Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Brasília, na data da assinatura.

assinado eletronicamente
FERNANDA GIMENEZ MACHADO FAÉ
Diretora de Administração e Finanças substituta
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Andrade Medronho, Usuário Externo**, em 03/09/2026, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Gimenez Machado Fae, Diretora de Administração e Finanças substituta**, em 03/09/2026, às 19:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25839028** e o código CRC **4785BA69**.

Referência: Processo nº 50600.014353/2026-43

SEI nº 25839028



Ministério dos Transportes
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Sede do DNIT em Brasília/DF
Diretoria de Administração e Finanças
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas

OFÍCIO Nº 278093/2026/CODEPES/CGGP/DAF/DNIT SEDE

Brasília, na data da assinatura.

À Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas,

Assunto: Assinatura do Termo de Execução Descentralizada - TED/UFRJ.

1. Trata-se da celebração do Termo de Execução Descentralizada – TED com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, por intermédio da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FACC/UFRJ, cujo objeto consiste na elaboração, no desenvolvimento e na oferta do curso “MBA em Governança no Setor Público”, classificado como Pós-Graduação Lato Sensu, na modalidade remota (síncrona), destinado à capacitação de servidores do DNIT e ao fortalecimento de competências institucionais, em alinhamento ao Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG, instituído pela Portaria DNIT nº 4.090, de 22 de agosto de 2024.
2. Ressaltamos que, embora os procedimentos relativos à celebração do TED nº 527/2026 (SEI nº 25839028) estejam sendo realizados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, os respectivos registros também estão sendo efetuados na Plataforma Transferegov.br, em observância ao disposto no Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, com vistas ao registro do projeto no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.
3. Informamos que foi elaborado o Termo de Execução Descentralizada de Crédito – TED nº 527/2026 (SEI nº 25839028), o qual foi assinado, na presente data, pelo Reitor da UFRJ.
4. Nesse sentido, sugerimos o encaminhamento dos autos à Diretoria de Administração e Finanças - DAF, para que seja providenciada a assinatura da Senhora Diretora de Administração e Finanças substituta no Termo de Execução Descentralizada de Crédito – TED nº 527/2026 (SEI nº 25839028), em seguida, sejam tomadas providências quanto à publicação do Termo no sítio eletrônico oficial do DNIT.

Respeitosamente,

assinado eletronicamente
JOZIELLEN DA SILVA AUTEIRO
Coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas

De acordo. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Administração e Finanças - DAF, para que seja providenciada a assinatura da Senhora Diretora de Administração e Finanças substituta no Termo de Execução Descentralizada de Crédito – TED nº 527/2026 (SEI nº 25839028), em seguida, sejam tomadas providências quanto à publicação do Termo no sítio eletrônico oficial do DNIT.

Após o cumprimento das providências acima mencionadas, solicitamos a restituição dos autos a esta Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

Respeitosamente,

assinado eletronicamente

DYOGO DA ROCHA CAPISTRANO
Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **Joziellen da Silva Auteiro, Coordenador de Desenvolvimento de Pessoas**, em 03/09/2026, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dyogo da Rocha Capistrano, Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas**, em 03/09/2026, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25839042** e o código CRC **10CE057C**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 50600.014353/2026-43

SEI nº 25839042



II - PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº **XX/20XX**

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Nome da autoridade competente: Fernanda Gimenez Machado Faé

Número do CPF: [REDACTED]

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 393003/39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nome da autoridade competente: Roberto de Andrade Medronho

Número do CPF:

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:

Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED:

3. OBJETO:

Curso de Pós Graduação Lato-Sensu em MBA em Governança para o Setor Público para servidores do DNIT

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

4.1 Produtos e Serviços

Realização de uma turma de especialização lato-sensu do MBA em Governança para o Setor Público para 27 (vinte e sete) alunos entre o segundo semestre de 2026 e 2028, através da prestação de serviços especializados.

4.2 Condições para Realização das Ações de Desenvolvimento

4.2.1 Calendário

As datas e horários das ações serão confirmadas em comum acordo entre as unidades descentralizadora e descentralizada, em momento à descentralização de créditos.

4.2.2 Local e Material

I – Modalidade Remota: Para capacitação de servidores lotados nas Superintendências Regionais ou Unidades Locais da entidade descentralizadora, as aulas serão ministradas em formato remoto, devendo ser organizado pela Unidade Descentralizada.

II – Material: A entidade Descentralizada não providenciará material didático, cabendo aos servidores da entidade Descentralizadora arcar com os gastos de aquisição do material de forma preemptiva ao início das aulas.

4.2.3 Seleção dos Servidores Participantes

A entidade descentralizadora se compromete a divulgar amplamente as ações de desenvolvimento e executar o processo de seleção dos servidores interessados.

4.2.5 Número de Participantes por Turma

O número mínimo de participantes por turma deverá ser de até 27 alunos. Havendo vagas remanescentes a unidade descentralizada não está autorizada a incluir alunos externos.

4.2.6 Matrículas

A entidade descentralizadora deverá indicar formalmente, por escrito, os servidores que participarão de cada uma das turmas realizadas no período. A entidade descentralizada deve realizar o controle de presença e informar à unidade descentralizadora em frequência semanal.

4.2.7 Certificação

Os servidores capacitados receberão certificado de conclusão em Especialista em Governança para o Setor Público emitido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aprovação. Os critérios de aprovação serão definidos pela unidade descentralizada.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Capacitar e qualificar os servidores públicos em especialistas em governança, de forma a estarem aptos a desempenharem as atividades do DNIT que exigem a concepção, execução, monitoramento e controle de ações de governança voltadas para ao setor público.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim
(x) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

() Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Observação:

1) Podem ser marcadas uma, duas ou três possibilidades.

2) Não é possível selecionar forma de execução que não esteja prevista no Cadastro de Ações da ação orçamentária específica, disponível no SIOP.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(X) Sim
() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

15% de custos indiretos para ressarcimento de despesas operacionais

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INÍCIO	FIM
Meta 1	Aulas das Disciplinas Módulo I						
	Coordenação	Unidade	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	set/2026	ago/2027
	Vice-Coordenação	Unidade	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	set/2026	ago/2027
	Gerente Acadêmico	Unidade	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	set/2026	ago/2027
	Secretária Coordenação	Unidade	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00	set/2026	ago/2027
	Encargos Coordenação	Unidade	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00	set/2026	ago/2027
	Aulas	Unidade	180	R\$ 250,00	R\$ 45.000,00	set/2026	ago/2027
	Encargos Professores	Unidade	180	R\$ 50,00	R\$ 9.000,00	set/2026	ago/2027
	Serviços de Apoio ao Ensino	Unidade	1	35.551,66	R\$ 35.351,66	set/2026	ago/2027
	Total Meta 1				197.351,66		
PRODUTO	Alunos com declarações de participação - Módulo 1						
Meta 2	Aulas das Disciplinas Módulo II e TCC						
	Coordenação	Unidade	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	set/2027	ago/2028
	Vice-Coordenação	Unidade	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	set/2027	ago/2028
	Gerente Acadêmico	Unidade	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00	set/2027	ago/2028
	Secretária Coordenação	Unidade	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00	set/2027	ago/2028
	Encargos Coordenação	Unidade	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00	set/2027	ago/2028
	Aulas	Unidade	180	R\$ 250,00	R\$ 45.000,00	set/2027	ago/2028
	Encargos Professores	Unidade	180	R\$ 50,00	R\$ 9.000,00	set/2027	ago/2028
	Orientações + Banca TCC	Unidade	27	R\$ 2.500,00	R\$ 67.500,00	set/2027	ago/2028
	Encargos Banca + TCC	Unidade	27	R\$ 500,00	R\$ 13.500,00	set/2027	ago/2028
	Serviço de Apoio ao Ensino	Unidade	1	R\$ 35.351,66	R\$ 35.351,66	set/2027	ago/2028
	Total Meta 2				R\$ 278.351,66		
PRODUTO	Alunos com declarações de participação - Módulo 2						
TOTAL METAS					R\$ 475.703,32		
CUSTOS INDIRETOS					R\$ 71.355,50		
TOTAL					547.058,82		

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
SETEMBRO DE 2026	R\$ 225.882,35
AGOSTO DE 2027	R\$ 321.176,47

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
-------------------------------	----------------	----------------

33.90.39 (Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica)	<i>SIM</i>	R\$ 71.355,50
33.90.39 (Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica)	<i>NÃO</i>	R\$ 475.703,32

Observação: O preenchimento do PAD deverá ser até o nível de elemento de despesa.

12. PROPOSIÇÃO

Local e data

Nome e assinatura do Responsável pela Unidade Descentralizada

Observação: Autoridade competente para assinar o TED.

13. APROVAÇÃO

Local e data

Nome e assinatura do Responsável pela Unidade Descentralizadora

Observação: Autoridade competente para assinar o TED.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Andrade Medronho, Reitor(a)**, em 24/08/2026, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.ufrrj.br/autentica>, informando o código verificador **6923389** e o código CRC **76CF5615**.



Ministério dos Transportes
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Sede do DNIT em Brasília/DF
Diretoria de Administração e Finanças
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas

OFÍCIO Nº 287470/2026/CODEPES/CGGP/DAF/DNIT SEDE

Brasília, na data da assinatura.

À Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas,

Assunto: Plano de Trabalho - TED/UFRJ.

Com o objetivo de complementar a documentação referente ao Termo de Execução Descentralizada – TED a ser celebrado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, por intermédio da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FACC/UFRJ, para a oferta do curso “MBA em Governança no Setor Público”, destinado à capacitação de servidores do DNIT e ao fortalecimento de competências institucionais, em alinhamento ao Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG, instituído pela Portaria DNIT nº 4.090, de 22 de agosto de 2024, encaminhamos o respectivo Plano de Trabalho (SEI nº 25908699) do Termo de Execução Descentralizada – TED .

Nesse sentido, sugerimos o encaminhamento dos autos à Diretoria de Administração e Finanças – DAF, para que sejam adotadas as providências necessárias à publicação, no sítio eletrônico oficial do DNIT, do Termo de Execução Descentralizada de Crédito – TED nº 527/2026 (SEI nº 25839028) e do respectivo Plano de Trabalho (SEI nº 25908699).

Respeitosamente,

assinado eletronicamente
JOZIELLEN DA SILVA AUTEIRO
Coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas

De acordo. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Administração e Finanças – DAF, para que sejam adotadas as providências necessárias à publicação, no sítio eletrônico oficial do DNIT, do Termo de Execução Descentralizada de Crédito – TED nº 527/2026 (SEI nº 25839028) e do respectivo Plano de Trabalho (SEI nº 25908699).

Após o cumprimento das providências acima mencionadas, solicitamos a restituição dos autos a esta Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

Respeitosamente,

assinado eletronicamente
DYOGO DA ROCHA CAPISTRANO
Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **Joziellen da Silva Auteiro, Coordenador de Desenvolvimento de Pessoas**, em 08/09/2026, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dyogo da Rocha Capistrano, Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas**, em 08/09/2026, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25908701** e o código CRC **10348494**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 50600.014353/2026-43

SEI nº 25908701

Despacho / DNIT SEDE/DAF/SAA - DAF

Processo nº 50600.014353/2026-43

À Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

Assunto: Registro do Termo de Execução Descentralizada – 527/2026.

1. Trata-se da celebração do Termo de Execução Descentralizada – TED com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, por intermédio da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FACC/UFRJ, cujo objeto consiste na elaboração, no desenvolvimento e na oferta do curso “MBA em Governança no Setor Público”, classificado como Pós-Graduação Lato Sensu, na modalidade remota (síncrona), destinado à capacitação de servidores do DNIT e ao fortalecimento de competências institucionais, em alinhamento ao Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIPG, Sebastião/AL, em decorrência das necessidades estruturais e operacionais derivadas da duplicação do referido segmento rodoviário.
2. Informa-se que o referido TED foi registrado no sítio eletrônico do DNIT em 08 setembro de 2026, conforme consta na página: [Termo de Execução Descentralizada nº 527/2026](#).
3. Destarte, de ordem da Senhora Diretora de Administração e Finanças substituta, encaminha-se o presente processo para conhecimento e ações subsequentes.

Atenciosamente,

JANAÍNA PEREIRA DE BRITO
Assessora Técnica

Brasília/DF, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Janaína Pereira de Brito, Assessora Técnica**, em 08/09/2026, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25922441** e o código CRC **0C62ADC2**.



Ministério dos Transportes
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Sede do DNIT em Brasília/DF
Diretoria de Administração e Finanças
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Setor de Apoio Administrativo da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

OFÍCIO Nº 289517/2026/SAA - CGGP/CGGP/DAF/DNIT SEDE

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

À Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas/CODEPES

Assunto: Registro do Termo de Execução Descentralizada – 527/2026.

Encaminho o presente processo, conforme pertinência do assunto, para ciência e demais providências cabíveis.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente
VALÉRIA CHRISTINA ALVES PEREIRA
Chefe do Setor de Apoio Administrativo

Documentos Relacionados:	Despacho / DNIT SEDE/DAF/SAA - DAF (SEI nº 25922441).
--------------------------	---



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Christina Alves Pereira, Chefe do Setor de Apoio Administrativo**, em 08/09/2026, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25923192** e o código CRC **443296E3**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 50600.014353/2026-43

SEI nº 25923192



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A - Bairro
Asa Norte
CEP 70040-902
Brasília/DF | (061) 3315-4251